

Universidade Federal de Uberlândia
Sérgio Teixeira

**O LAZER E A RECREAÇÃO NA REVISTA BRASILEIRA DE
EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS COMO DISPOSITIVOS
EDUCACIONAIS (1968-1984)**

Uberlândia - MG

2008

Sérgio Teixeira

**O LAZER E A RECREAÇÃO NA REVISTA BRASILEIRA DE
EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS COMO DISPOSITIVOS
EDUCACIONAIS (1968-1984)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de concentração: Educação escolar

Linha de pesquisa: História e Historiografia da Educação.

Orientador: Selmo Haroldo de Resende-Universidade Federal de Uberlândia.

Uberlândia-MG
2008

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

T266l Teixeira, Sérgio, 1965-

O lazer e a recreação na Revista Brasileira de Educação Física e Desportos como dispositivos educacionais (1968-1984) / Sérgio Teixeira. - 2008.

251 f. : il.

Orientador: Selmo Haroldo de Resende.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Educação.

Inclui bibliografia.

1. Lazer - Brasil - História - Teses. 2. Recreação - Brasil - História - Teses. 3. Educação física - Brasil - História - Teses. I. Resende, Selmo Haroldo de. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDU:

379.8(81)(091)

AGRADECIMENTOS

Esses agradecimentos direcionam-se a pessoas, que com os seus conhecimentos, contribuíram para a conclusão deste trabalho. Mas também, são endereçados àquelas que, em meu cotidiano, estão sempre presentes nos momentos de felicidade e de angústia.

Aos colegas de trabalho, que prefiro não citar os nomes, para não cometer injustiças, pelo carinho e atenção com que me trataram durante o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos funcionários da Universidade Federal de Uberlândia, por sempre me atenderem com presteza e profissionalismo, em especial, Rita e Ana da biblioteca do Campus Educação Física e, James e Gianni, secretários da Pós-Graduação em Educação, pela amizade cultivada neste curto espaço de tempo.

Aos professores e colegas da linha de História e Historiografia da Educação, com quem dividi momentos de reflexão e de apreço.

Aos familiares, começando por pai e mãe, Nilton e Eunice, pelo rigor com que trataram, desde cedo, sobre a importância dos estudos. Ao irmão Júnior e à Núbia e à Cláudia, irmãs sempre prontas a atenderem quaisquer necessidades. Não podia esquecer da sogra, Yolanda, que contrariando o imaginário popular, tornou-se uma segunda mãe.

Aos professores Carlos Henrique de Carvalho, Décio Gatti Júnior e Tarcísio Mauro Vago, pelas profícuas orientações durante as bancas de qualificação e de defesa.

Ao Haroldo, orientador, de quem nutri grande admiração. Pela dedicação e disponibilidade e também por apontar caminhos, sem os quais não lograria a conclusão deste trabalho.

Em especial, à Valéria, companheira querida, pela paciência ao abdicar de seu lazer e recreação, por conta de meus estudos. Pela diligência, ao estar pronta a atender todas as minhas solicitações. Principalmente, por fazer acreditar em minha capacidade. Sem ela, não teria escrito estas páginas.

RESUMO

Este trabalho busca identificar as prescrições do lazer e da recreação no período militar. Parte da hipótese de que as concepções de lazer e de recreação traduziam expectativas de constituição de corpos obedientes e disciplinados, a fim de regulamentar a população, de modo que ela se alinhasse ao ideário do Estado militar, instando condições para que o desenvolvimento da nação se desse com segurança. O trabalho se sustenta em fundamentações teóricas de Michel Foucault, posto que este autor afirma que o controle social é exercido por meio de estratégias suaves de dominação e de submissão, não prevalecendo as técnicas repressivas de exercício de poder, mas sobretudo, a disseminação de práticas discursivas voltadas para um ideário de liberdade e de autonomia entre os indivíduos. Para se perceber como se dava a circulação de discursos no campo de saber da Educação Física no período militar, utiliza como fonte a Revista Brasileira de Educação Física e Desportos, que foi editada entre os anos de 1968 e 1984. Faz uma caracterização geral deste periódico, demonstrando os seus aspectos técnicos e ideológicos, como também o seu caráter prescritivo, com relação ao lazer e à recreação, aos diversos atores sociais, especialmente os profissionais de Educação Física, no sentido de inseri-los naquele modelo de sociedade de normalização. Conclui que o lazer e a recreação, como práticas corporais da área de conhecimento da Educação Física, eram concebidos como mecanismos sutis de estabelecimento daquela ordem social. Desse modo, o trabalho tem uma outra perspectiva diferente daquela que advoga que o regime militar, para a sua manutenção, simplesmente utilizava ações repressivas, mas entende ter havido estratégias voltados para o alastramento de um ideário de positividade na sociedade. Defende, portanto, o pensamento de que para conduzir as condutas da população, o lazer e a recreação eram dispositivos educacionais estendidos a todo o corpo social, independentemente se localizados num campo formal ou num campo informal.

Palavras-chave: Lazer e Recreação, Educação Física, Controle Social.

ABSTRACT

This paper identifies the prescripts of leisure and recreation during the military period. It departs from the assumption that the concepts of leisure and recreation translated the expectancy of building compliant and disciplined bodies in order to control the population, so that they would be aligned with the military government ideal, thus creating conditions for the nation's safe development. The paper is supported on Michel Foucault's theoretical elaboration, inasmuch as the author states that social control is exerted by means of soft strategies of domination and submission, in which repressive techniques do not prevail in the practice of power, instead, it is based on the dissemination of the discourse concerning an ideal of freedom and autonomy among individuals. Aiming to observe the way these discourses were propagated in the field of Physical Education during the military period, we use as reference material *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*, issued from 1968 to 1984. This magazine is broadly characterized here by demonstrating its technical and ideological aspects, as well as its prescriptive character concerning leisure and recreation towards the various social actors with the purpose of introducing them in that normalization society model. The paper concludes that leisure and recreation, as bodily practices in the field of Physical Education, were employed as elusive mechanisms for establishing that social order. Hence, it presents another perspective rather than the one defended by the military regime, which, intending to maintain itself, simply used repressive actions. Such perspective considers that there were artifices aimed at spreading the positivist ideal along the society. Therefore, the paper defends the belief that, in order to conduct the population's behavior, leisure and recreation were educational practices applied to the whole social body, both in the formal and in the informal fields.

Key words: Leisure and Recreation, Physical Education, Social Control.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1	
REFERENCIAL TEÓRICO: CONCEITOS DE MICHEL Foucault	19
1.1- Disciplina	20
1.2- Biopolítica	26
1.3- Normalização	29
1.4- Governamentalidade.....	32
CAPÍTULO 2	
REPRESSÃO E SUTILEZA NO PERÍODO MILITAR.....	39
2.1- Do golpe de 1964 ao endurecimento do regime militar	41
2.2- A consolidação da corrente de “linha dura”	49
2.3- O enfraquecimento do ideário militar	56
2.4- Pressupostos educacionais do regime militar	62
CAPÍTULO 3	
CONFIGURAÇÃO GERAL DA REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS	75
3.1- Caracterização da Revista Brasileira de Educação Física e Desportos	75
3.2- A distribuição da RBEFD e o engajamento do profissional de Educação Física	80
3.3- A predominância do esporte nos editoriais da RBEFD.....	88
3.4- Os conceitos de lazer e de recreação na RBEFD	98
3.5- Influências estrangeiras	107
CAPÍTULO 4	
O LAZER E A RECREAÇÃO COMO INSTRUMENTOS DE CONTROLE SOCIAL E NORMALIZAÇÃO	117
4.1- O lazer e a recreação como mecanismos de disciplinarização.....	118
4.2- O Esporte para Todos: “popularização” do lazer e da recreação	126
4.3- A distribuição dos corpos.....	143
CAPÍTULO 5	
O CARÁTER PRESCRITIVO DA REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS NAS ORIENTAÇÕES SOBRE O LAZER E A RECREAÇÃO	153
5.1- Prescrições aos professores	153
5.2- O lazer e a recreação como dispositivos de educação da população	163
5.3- A formação do trabalhador brasileiro, como atribuição do lazer e da recreação	175
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	185
FONTES PESQUISADAS	193
REFERÊNCIAS	195
ANEXOS	199

INTRODUÇÃO

As abordagens acerca do período militar brasileiro perpassam por discussões que atribuem ao governo instituído naquela época a assunção de ações repressivas em que vigorava a disciplina e a inibição de quaisquer tentativas de contestação ao modelo social.

A prevalência de posicionamentos compostos de conotações de que o exercício de poder era caracterizado pela restrição aos direitos dos cidadãos, impedindo a autonomia dos indivíduos, em um contexto demarcado por um elevado grau de autoritarismo, sempre nos causou estranheza, dado que para o convencimento da população, deveria haver mecanismos que oferecessem possibilidades de prazer, de divertimento, de alegria, enfim, que trouxessem expectativas positivas em relação às posturas do regime militar.

Colocar a população no papel de “títere” das determinações de um aparelho central, facilmente disciplinada ante as estratégias repressivas do regime militar, supõe que a aplicação do poder dependia apenas das imposições do governo e desconsiderava que o poder se espalhava por toda a sociedade. Isso era insuficiente para o estabelecimento do controle social, pois a organização das multiplicidades reclamava a vigilância sobre todos os interstícios sociais e, para que isso acontecesse, deveria haver uma relação economicamente viável, que dispensasse maiores custos.

Percebemos que, para o poder ser exercido de uma maneira mais eficiente, um dos caminhos seguidos pelo regime militar, foi o da utilização das práticas corporais, como mecanismos que carregavam consigo, os componentes lúdicos necessários para alastrar na população um ideário de autonomia, convencendo-a através de gêneros positivos empregados pelo tipo de governo naquele momento.

Desse modo, para explicar a delimitação adotada, quando nos referirmos às práticas corporais, estamos entendendo-as como pertencentes à área de conhecimento da Educação Física, compostas de atividades físicas direcionadas à população, dotadas de um alto teor prescritivo. Além disso, os gêneros positivos, para nós, são aspectos identificados com o lúdico, responsáveis por difundirem a idéia do prazer e do divertimento, atrelada a um sentimento de liberdade e de autonomia.

Definimos como tema deste trabalho, o lazer e a recreação no regime militar, especialmente as idéias, informações, conhecimentos sobre este binômio, propagados pela

Revista Brasileira de Educação Física e Desportos, identificando as suas configurações prescritivas, vinculadas às estratégias de controle social.

O objetivo é investigar o lazer e a recreação no período militar e, para tanto, buscamos como fonte a Revista Brasileira de Educação Física e Desportos, periódico editado entre os anos de 1968 e 1984, analisando o entendimento das práticas corporais em termos de contribuição para o estabelecimento do controle sobre os corpos, dentro de um projeto que o regime militar tinha para a Educação Física. A análise das publicações do periódico mostra-se como um bom caminho para a compreensão do lazer e da recreação no contexto da Educação Física no regime militar, inclusive por se tratar de um veículo oficial¹ publicado naquela época.

Partimos da hipótese de que as concepções de lazer e de recreação no período militar traziam consigo ideais que traduziam as expectativas de formação de corpos disciplinados e produtivos, servindo como mecanismos que incutiam no imaginário dos indivíduos, os benefícios advindos da prática de atividades físicas, com o intuito de promover o controle social, através da instalação do que chamamos de gêneros positivos. Havia um planejamento voltado para a constituição de uma nação forte, que alçasse o país ao topo das potências mundiais e, desse modo, implementava-se a idéia do “desenvolvimento com segurança”.

Em relação às temáticas relativas ao lazer e recreação, encontramos vários autores que as abordam, porém nenhum deles volta-se especificamente para o corte temporal aqui delimitado. Para efeito de diálogo, no entanto, alguns desses autores são utilizados, no sentido de nos oferecer suportes teóricos em nossas discussões.

Marcellino (1987) parte de uma análise “gramsciana”, a fim de fazer uma articulação entre o lazer e a educação, enfocando as possibilidades e riscos do primeiro como objeto ou veículo do segundo. Pautando-se na inserção do lazer na escola, o autor aborda alguns equívocos existentes no cotidiano escolar e, por fim, propõe algumas alternativas para o desenvolvimento do que ele define com “pedagogia da animação”.

Werneck (2000) realiza uma incursão histórica, ressaltando que, apesar da importância atribuída à Revolução Industrial, deve-se considerar também, o papel destinado ao lazer, desde a época greco-romana, passando pelas posturas assumidas na Idade Média.

¹ A Revista Brasileira de Educação Física e Desportos é analisada na tese de doutoramento defendida por Marco Aurélio Taborda de Oliveira (2001), em que o autor investiga as relações entre as configurações legais e institucionais da Educação Física no período militar e, a apropriação por parte dos professores escolares desse aparato, mas não há nesse trabalho a delimitação acerca das representações do lazer e da recreação no regime militar.

Desse modo, várias configurações foram responsáveis por estabelecer as características do lazer na modernidade, não apenas a Revolução Industrial, mas também outros aspectos “foram decisivos para a sua emergência histórico-social, como consequência das reivindicações sociais dos trabalhadores assalariados, a princípio por um ‘tempo livre’ socialmente regulamentado” (p. 16).

Na segunda parte de seu trabalho, a autora analisa a inserção do lazer e da recreação no Brasil, inclusive fazendo uma diferenciação dos sentidos desses dois termos, ao investigar as obras de autores nacionais das primeiras décadas do século XX, não chegando portanto, a abordar as concepções incrustadas no período militar. Ao mesmo tempo, aponta caminhos, buscando ressignificar as práticas do lazer.

Mascarenhas (2004) investe seus estudos em uma “pedagogia crítica do lazer”, como sendo imanente à educação popular. O autor acredita na possibilidade do lazer ser um mecanismo de transformação social e, para tanto, oferece pistas teórico-metodológicas que contemplam essas perspectivas, apresentando um projeto que desenvolve com meninos e meninas em situação de rua. Para terminar o seu trabalho, ele avalia os resultados de sua experiência, denominada “Projeto Agente”, abrindo campo para novas discussões.

Entretanto, os autores citados acima, permitem apenas bases para estabelecermos o diálogo a respeito do entendimento sobre as temáticas do lazer e da recreação contidas na Revista Brasileira de Educação Física e Desportos. Como fundamentação teórica, utilizamos conceitos de Michel Foucault, especificamente na fase em que o autor desenvolve seus estudos genealógicos, nos quais busca mostrar a correlação entre discursos e práticas sociais, com enfoque explícito na temática do poder. Para tanto, elegemos quatro categorias de suas pesquisas para embasar nossas análises: disciplina, biopolítica, normalização e governamentalidade, buscando explicar as injunções sociais decorrentes da presença das práticas corporais no controle sobre a população. Por ora, as comentamos brevemente, explicitando-as melhor no capítulo 1 deste trabalho.

A disciplina decorre de situações relativas ao estabelecimento de um novo campo de visibilidade sobre os indivíduos, de modo que as relações de poder se espraiam pelo corpo social, desenvolvendo-se uma rede de fiscalização, na qual os indivíduos se sentem permanentemente vigiados. Essa maquinaria é instalada a partir da era clássica e, aos poucos vai sendo aperfeiçoada, haja vista os exemplos oferecidos por Foucault, sobre o sonho político da peste e o panóptico idealizado por Bentham.

No entanto, o poder não poderia se focar somente no corpo individual, pois o próprio aumento demográfico faria com que as multiplicidades tivessem que ser geridas

eficientemente, de modo que não se tornassem confusas e desorganizadas. Investe-se sobre a vida, sobre o corpo-espécie, através principalmente da articulação do poder com o saber, obtendo nos conhecimentos médicos uma influência significativa dos aspectos biológicos em relação aos aspectos políticos. Dá-se aí, o desenvolvimento do conceito de biopolítica, vinculado à regulamentação da população.

As subjetividades devem ser fabricadas para que os indivíduos se enquadrem na ordem social e, assim, a disciplinarização das massas perpassa pelo controle dos corpos, através da presença de normas que compõem uma série de prescrições presentes no cotidiano. Ou seja, as normas circulam entre a disciplina e a biopolítica, a fim de estabelecerem a possibilidade de instituição de uma sociedade de normalização.

O Estado incorpora os anseios existentes entre a população, atendo-se à disposição das coisas e instando a “arte de governar”, demarcada por uma continuidade ascendente e descendente. Dessa forma, o Estado governa a favor da felicidade da população. Promove-se a governamentalização do Estado, reforçando a idéia de que o poder somente é exercido sobre indivíduos livres e autônomos.

Assim, sustentando-nos em conceitos de Foucault, é que vislumbramos possibilidades de encontrar fundamentações que respondam às indagações referentes ao controle social instaurado durante o período militar, especialmente por detectarmos aproximações entre o entendimento de que as práticas corporais foram mecanismos suaves para a constituição de indivíduos disciplinados e as afirmações desse autor.

Restava-nos pois, recorrer a fontes que nos oferecessem condições de analisar os posicionamentos a respeito do lazer e da recreação, no que tange ao corte temporal aqui delimitado. Inicialmente, procuramos amparar-nos em autores que desenvolviam estudos relacionados à Educação Física do período militar, o que logo revelou, para a nossa surpresa, a carência de trabalhos nessa direção. Em consequência, não logramos encontrar nas bibliografias, referências a possíveis fontes que pudessem nos indicar um caminho a ser seguido.

Também não era a nossa intenção, analisar a legislação referente à Educação Física no regime militar, pois apesar de constituírem importantes fontes de investigação, preferimos nos deter nos discursos produzidos pelos intelectuais dessa área de conhecimento.

Foi por meio da leitura da tese de doutoramento de Oliveira (2001), que tomamos conhecimento da Revista Brasileira de Educação Física e Desportos, já que este autor a utiliza como uma de suas fontes de pesquisa.

Sendo um periódico editado por um órgão governamental e suas publicações recobrirem os anos em que a ditadura militar vigorou no Brasil, acreditamos que a Revista Brasileira de Educação Física e Desportos oferece possibilidades de tecermos críticas e encontrarmos respostas às indagações a respeito da inserção do lazer e da recreação no período militar, com o objetivo de discutir essas práticas corporais como instrumentos que seriam utilizados visando constituir indivíduos disciplinados, tornando-os obedientes e úteis aos auspícios desenvolvimentistas da nação.

No primeiro capítulo deste trabalho, referimo-nos a categorias foucaultianas, já abordadas na presente introdução, mas que serão melhor desenvolvidas, a fim de explicitarmos elementos com os quais operamos para dialogar sobre aspectos sociais presentes no regime militar, especificamente voltados à utilização do lazer e da recreação como mecanismos de controle social.

No capítulo 2, analisamos as injunções presentes na ditadura militar, desde o golpe de 1964, até a prevalência da corrente “linha dura”, que se consolidou após a publicação do Ato Institucional número 5, em 1968. Por volta da metade da década de 1970, com o fim do “milagre econômico”, o país adentrou em uma época recessiva e não mais contou com o apoio da sociedade, o que ocasionou a assunção de discursos a favor da participação popular, alçando ao comando da nação, os militares ligados à corrente “sorbonista”. Nesse movimento, a educação tendeu a acompanhar o processo político daquele período.

No capítulo 3, apresentamos a Revista Brasileira de Educação Física e Desportos, enfocando os seus aspectos técnicos de edição, tiragem e distribuição, que procurava obter, ao máximo, a adesão dos professores, inclusive com o incentivo à produção de artigos de autores brasileiros. Analisamos os editoriais, constatando uma forte ênfase no desporto, como o seu eixo temático principal. Também verificamos o entendimento nela estabelecido, sobre a recreação e o lazer e, finalizando o capítulo, abordamos a necessidade de recorrer a colaborações de autores estrangeiros, inicialmente devido à carência de produções nacionais, mas que ao longo das edições se perpetuaram, no sentido de consolidar o viés ideológico do periódico.

No capítulo 4, adentramos nas teorizações do lazer e da recreação, contidos na Revista Brasileira de Educação Física e Desportos, de modo a observar se o seu movimento coadunava-se com o modelo político implementado naquela época. Para tanto, identificamos as duas fases do periódico, a primeira, voltada ao controle dos contingentes populacionais concentrados nas grandes cidades e, a segunda, preocupada em alastrar no corpo social atividades físicas providas de uma entonação participativa. Os corpos deveriam ser

distribuídos para se enquadrarem na sociedade de normalização, sendo que as técnicas de organização das multiplicidades foram sendo aperfeiçoadas no decorrer do regime militar.

No capítulo 5, discutimos o caráter prescritivo do lazer e da recreação, aos diversos atores sociais. A figura do professor de Educação Física era imprescindível para alastrar na população, a idéia dos benefícios propiciados pelas práticas corporais. Engendraram-se táticas de “educação” da sociedade, por meio da utilização do lazer e da recreação, como mecanismos lúdicos e prazerosos, que tinham a função de constituir indivíduos úteis e obedientes, além de regulamentarem a população. Nesse sentido, havia a necessidade de inculcar pressupostos tão caros ao regime militar, do desenvolvimento da nação, sendo que os trabalhadores deveriam fazer das suas horas de folga um tempo produtivo.

Certamente, o período militar não inaugurou as ações acerca da exploração das práticas corporais como instrumentos de conformação social, mas trouxe em seu cerne discussões importantes a esse respeito, por se tratar de uma época em que o país vivia sob o efeito de uma ditadura que, ao mesmo tempo em que privava os indivíduos de tecerem críticas sobre quaisquer condutas do governo brasileiro, disseminava na população, uma positividade, que oferecia a esses mesmos indivíduos, um sentimento de autonomia.

CAPÍTULO 1

REFERENCIAL TEÓRICO: CONCEITOS DE MICHEL FOUCAULT

A utilização de princípios contidos no pensamento de Michel Foucault, como fundamentação teórica para os nossos estudos sobre o lazer e a recreação na Revista Brasileira de Educação Física e Desportos, no regime militar, permite perceber a prescrição dessas práticas corporais como mecanismos para controlar os corpos e para regulamentar a população, demarcando a coerção sobre os indivíduos e a normalização social naquele período.

A fim de que o controle sobre os indivíduos redundasse em dispositivos necessários ao seu enquadramento social, as multiplicidades deveriam ser orientadas para o aproveitamento de suas horas de não trabalho, como um tempo também produtivo. Destarte, o lazer e a recreação eram atividades que contribuiriam na gestão das multidões, distribuindo os corpos e organizando a população.

Essas estratégias advindas do entrecruzamento entre o poder disciplinar centrado no indivíduo e a regulamentação da população, configuraram no regime militar, instrumentos de constituição de uma sociedade pautada por determinadas normas, sendo que estas eram responsáveis por fabricar subjetividades e conduzir as condutas sociais, segundo o modelo de sociedade preconizado pelo militarismo.

O lazer e a recreação pertenciam a um quadro de estratégias necessárias ao regime militar para o processo de governamentalização, à medida que o Estado atuava em nome do bem-estar coletivo, inculcando a idéia de que as práticas corporais beneficiariam a sociedade, de modo a engendrar possibilidades de gerir a população.

Portanto, utilizaremos conceitos de Foucault, no que se refere à disciplina, à biopolítica, à normalização e à governamentalidade, a fim de dialogarmos com a nosso objeto de pesquisa, no intuito de perscrutar questões sociais relativas ao uso do lazer e da recreação, durante o período militar, tendo a Revista Brasileira de Educação Física e Desportos como a fonte de investigação. Essas categorias foucaultianas serão discutidas no decorrer deste capítulo.

1.1- Disciplina

A necessidade de se estabelecer, na modernidade, o controle sobre os indivíduos, fez com que fossem instituídas sobre os corpos, tecnologias políticas de poder capazes de promoverem os seus enquadramentos, de forma que eles se tornassem mais facilmente analisáveis e manipuláveis. Através da utilização de mecanismos de vigilância, foi implementada a distribuição espacial dos corpos individuais, em que a visibilidade passou a recair sobre os sujeitos, atendendo expectativas de diminuição de custos e aumento de eficiência. A todas essas injunções, que compreenderam todo um detalhamento anatômico e político sobre o corpo, Foucault chama de disciplina.

A disciplina passou a promover uma análise minuciosa dos corpos, tornando-o objeto do poder. Não que anteriormente o corpo tenha deixado de ser motivo de processos disciplinares. Ao contrário, a ele sempre foram destinados dispositivos de controle, porém muito mais marcados pela relação de submissão, dominação e renúncia. É o poder disciplinar que converte o corpo em uma lógica de utilidade e obediência fazendo-o dócil e adestrado. “É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (FOUCAULT, 1987, p. 126).

De acordo com Foucault, o poder não é algo central ou fixo, mas se espalha por todo o corpo social, é capilar e encontra-se em toda a parte. Nesse sentido, o indivíduo insere-se na sociedade, construindo sua identidade, através dos efeitos de verdade criados pelo poder disciplinar. A assunção dessas identidades constitui o *locus* privilegiado de análises de conhecimentos específicos, destinados principalmente à medicina, em propor as distinções entre o louco e o doente em relação ao indivíduo saudável, o homossexual em relação ao heterossexual, o transgressor em relação ao não transgressor. Ou seja, as relações de poder estão imbricadas nos interstícios da sociedade, não são localizadas ou regionalizadas. Não fazem parte apenas de um poder totalizante norteador de diretrizes sociais, situado num lugar específico.

É primeiramente a disciplina, no entender de Foucault, que vai fazer do corpo o objeto principal para que o indivíduo se torne dócil e útil. “O controle da sociedade não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo” (MARTINS, 2006, p. 188). Dessa forma, a disciplina age sobre o corpo, aumentando as suas forças nos aspectos econômicos de utilidade e diminuindo-as nos aspectos políticos de obediência.

O poder disciplinar engendra formas de individualização descendente, ao passo em que surge uma maquinaria responsável por fazer de cada indivíduo, um elemento a ser codificado, descrito e calculável e, assim, caracterizar-se como produto da disciplina, dado que é fabricado por ela. Para tanto, a disciplina preocupa-se com todos os detalhes, minúcias aparentemente invisíveis que não escapam aos dispositivos de vigilância, que aos poucos vai constituindo o homem moderno. Ela organiza a distribuição dos indivíduos, evitando que as aglomerações e as multiplicidades se tornem elementos perigosos à ordem social.

Um dos mecanismos utilizados para a implementação da sociedade disciplinar, marcada por uma maquinaria que esquadrinha os corpos individuais, em que o poder é aplicado sobre eles, a fim de produzi-los submissos e fortes, obedientes e úteis, por meio de técnicas de vigilância e de difusões de olhares que os fazem se sentirem constantemente vigiados, é a técnica do exame, na qual se delineiam campos de saber e poder. Segundo Foucault, o exame permite o constante controle dos passos dos indivíduos, medindo e sancionando os seus avanços e seus recuos, através de uma troca de saberes conjugada com as relações de poder. Promove-se uma espécie de economia da visibilidade para o exercício de poder, já que o poder disciplinar busca tornar-se invisível ao máximo, sem a ostentação de épocas anteriores, mas por seu lado, enxerga todos os movimentos dos indivíduos.

A aparição solene do soberano trazia consigo qualquer coisa da consagração, do coroamento, do retorno da vitória; até mesmo os faustos funerários se desenrolavam nos brilhos do poderio exibido. Já a disciplina tem o seu próprio tipo de cerimônia. Não é o triunfo, é a revista, é a “parada”, forma faustosa do exame. Os “súditos” são aí oferecidos como “objetos” à observação de um poder que só se manifesta pelo olhar. Não recebem diretamente a imagem do poderio soberano; apenas mostram seus efeitos – e por assim dizer em baixo relevo – sobre seus corpos tornados exatamente legíveis e dóceis (FOUCAULT, 1987, p. 167).

Para Foucault, o exame conduz a um sistema disciplinar, invocando que a individualidade entre num campo documentário e, dessa forma, sejam implementados mecanismos de vigilância sistematizados, marcados pela identificação e descrição de todas as situações presentes em quaisquer instituições, sendo “(...) forçoso caracterizar a aptidão de cada um situar seu nível e capacidades, indicar a utilização eventual que se pode fazer dele” (FOUCAULT, 1987, p. 168). As técnicas de registro e de escrita contemplam possibilidades tanto da constituição do indivíduo como objeto analisável, quanto para estabelecer um sistema comparativo, adequando-o às massas globais. Para isso, na modernidade esses fatores assumem um caráter coercitivo, com vistas ao controle sobre os corpos.

Cada indivíduo é um caso, provocado pelo envolvimento do exame em todas as suas técnicas documentárias. A descrição do sujeito, que antes da modernidade pretendia enaltecer a sua figura, enfatizando os processos de heroificação e poderio, através do registro e da escrita, passam a enquadrar-se nas perspectivas do poder disciplinar. Ao invés das referências faustosas ao indivíduo descrito, os procedimentos disciplinares enquadram-se numa complexa teia que justificam a existência de um sistema de vigilância, de mensuração e de comparação, em que a visibilidade não se dá mais sobre o poder, mas sim sobre os indivíduos aos quais ele se exerce.

Simultaneamente, recorre-se também aos exercícios, como procedimentos sequenciais e lineares que contemplam, de maneira sucessiva e cumulativa, a aquisição de conhecimentos e habilidades orientados para um ponto terminal. Impõem-se os olhares sobre os indivíduos, de forma que cada um possa ser descrito e analisado em suas singularidades, ao mesmo tempo em que é disposto no universo da população, favorecendo o aparecimento de técnicas descritivas pormenorizadas, que tornam possíveis a qualificação, a classificação e a punição, introduzindo processos de objetivação e sujeição.

Graças a todo esse aparelho de escrita que o acompanha, o exame abre duas possibilidades que são correlatas: a constituição do indivíduo como objeto descritível, analisável, não contudo para reduzi-lo a traços “específicos”, como fazem os naturalistas a respeito dos seres vivos; mas sim para mantê-lo em seus traços singulares, em sua evolução particular, em suas aptidões ou capacidades próprias, sob um controle de um saber permanente; e por outro lado a constituição de um saber comparativo que permite a medida de fenômenos globais, a descrição de grupos, a caracterização de fatos coletivos, a estimativa dos desvios dos indivíduos entre si, sua distribuição numa “população” (FOUCAULT, 1987, p. 169).

É a partir dos séculos XVII e XVIII que o corpo adquire uma nova visibilidade e sobre ele são instados mecanismos de poder coerentes com a lógica de utilidade e obediência. Para tanto, a disciplinarização dos indivíduos engendra-se em mecanismos responsáveis por instituírem elementos infinitesimais, em que as técnicas e táticas regulamentam a ordem social. A disciplina, portanto, preocupa-se com a máxima extração econômica, pois os indivíduos são submetidos a um controle social rígido, em que as forças produtivas simultaneamente reduzem os custos e intensificam a eficiência. O processo de produção, de formação ou de correção, vincula o indivíduo a aparelhos destinados a esse fim, promovendo o controle sobre os corpos individuais, através da fixação em instituições que têm a função de enquadrá-los em aparelhos de produção. A esse controle temporal, Foucault (1999a) denomina de seqüestro, ou seja, é a maximização do tempo dos indivíduos para que entrem

numa ordem de rendimento e produtividade. Imputa-se assim, um estatuto de adestramento de corpos pertencentes a uma rede institucional que

(...) têm a propriedade muito curiosa de implicarem o controle, a responsabilidade sobre a totalidade, ou a quase totalidade do tempo dos indivíduos; são portanto, instituições que, de certa forma, se encarregam de toda a dimensão temporal da vida dos indivíduos (FOUCAULT, 1999a, p. 115-116).

Os efeitos que a disciplina provoca sobre a vida dos indivíduos geram um controle sobre os corpos, uma anatomia política que versa sobre o corpo individual, crivado por estratégias de vigilância. O poder disciplinar é circulante, ramifica-se entre os indivíduos e exerce-se em rede. É muito mais descendente que ascendente, dotado de uma microfísica, através da qual multiplicam-se os espaços de análise, que não são situados somente no Estado ou nos discursos voltados para sua base econômica, mas se disseminam em subpoderes espalhados por toda a sociedade.

A fim de consolidar discursos de verdade, os efeitos de poder manifestam-se nas extremidades e produzem mecanismos específicos de dominação. Isto é, trata-se de investigar a sua penetração local e regional, para ver como eles se materializam no interior do corpo social. Foucault (1985) procura demonstrar os resultados provocados pelas relações de corpos periféricos e múltiplos, sobre as determinações teóricas que demonstram a soberania do Estado na regulamentação da vida das pessoas. Assim, independentemente do aparelho estatal, é que se estabelecem as relações de poder, que não podem ser situadas num lugar específico, fora ou dentro do Estado. Enfim, para Foucault, não existe o poder, mas sim práticas de poder, bem como não há o lugar de resistência, mas a luta e a guerra encontram-se imbricadas em toda a dimensão do corpo social.

Portanto, a partir da era clássica² assumem-se características econômicas capazes de transformar o corpo em algo útil, afastando-o da escravidão, domesticação, vassalagem e ascetismo, adquirindo o estatuto de docilidade, a fim de enquadrá-lo na lógica de produtividade. Para que as prescrições do poder disciplinar alcancem o corpo, os mecanismos devem ultrapassar os vieses meramente proibitivos e produzir discursos que façam os indivíduos se submeterem aos seus efeitos de verdade.

Ligado aos poderes incrustados em cada sociedade, o discurso é responsável por produzir verdades, que são regulamentadas e regulamentadoras e, assim, o falso e o verdadeiro são bem delineados, através de minúcias aparentemente invisíveis, resultando na

² Para Foucault, período compreendido entre os séculos XVII e XVIII.

adesão dos indivíduos, não pela simples prática da repressão, mas por toda uma estratégia de convencimento que tem como corolário a ramificação do controle e da ordem em todas as esferas sociais.

Se o poder tivesse a função só de reprimir, ele seria frágil. Daí a importância do indivíduo estar enquadrado em conjunturas de obediência e utilidade, acomodando-se a esta dinâmica, eivada de controles que emergem de todos os lados e não apenas do aparelho estatal, fazendo parte do processo de funcionamento da disciplina.

Caracterizado por situações irrompidas em todo o tecido social, o poder, segundo Foucault, é exercido por meio de configurações de força, manifestadas muito mais nas batalhas presentes no cotidiano dos indivíduos, que na repressão, de modo que se faça circular o imaginário de igualdade e justiça. “Não há possibilidade de exercício do poder sem uma certa economia dos discursos de verdade que funcione dentro e a partir desta dupla exigência” (FOUCAULT, 1985, p. 179-180). Com efeito, o poder só é exercido sobre os sujeitos livres. Ele produz e, com isso, adquire uma positividade, não ficando circunscrito aos seus aspectos negativos de exclusão. A disciplina fabrica as subjetividades, assume um papel muito mais de adestramento que repressivo, penetrando aos poucos nos aparelhos estatais, continuamente, sob a forma de poder modesto, porém impregnado de detalhes que vão interferir nas formas de governo da população.

Ou seja, a disciplina funciona como uma maquinaria que atua na consolidação de um sistema que fiscaliza de cima para baixo e simultaneamente há a divisão destes olhares para toda a extensão de qualquer instituição, multiplicando-se nas relações dos sujeitos, de modo que os próprios fiscais sejam permanentemente fiscalizados. Sua força reside no entendimento do indivíduo que à custa de seu empenho há a recompensa e, existem as sanções que têm a função de castigar os que não conseguem atingir os objetivos determinados pelas especificidades de cada situação ou transgridem as prescrições disciplinares. A correção dos desvios é o mais importante, vislumbrando-se um ideal punitivo de gratificação-sanção. Ao mesmo tempo em que se castiga um infrator, recompensa-se quem obteve êxito e, ambos servem de exemplo. Em todas as instituições esta penalidade é perpétua, à medida que é capaz de comparar, diferenciar, hierarquizar e excluir.

O exemplo da cidade pestilenta, utilizado por Foucault (1987), demarca a intensidade do poder disciplinar em determinar estratégias de vigilância, diante da iminência da peste. Para que houvesse a ordem era necessário o controle de cada indivíduo, caracterizado por um sistema hierarquizado composto por intendentess, síndicos e soldados da guarda, mas ao mesmo tempo constituído pela fiscalização de uns sobre os outros.

Houve o sonho político da peste. Uma sociedade controlada nos mínimos detalhes. Diferentemente da lepra, que excluía, a peste suscitava o modelo de uma sociedade disciplinar. Mas aos poucos esses dois esquemas se aproximam, em nome do controle individual, que até mesmo para definir quem era o leproso, tornando-o pestilento, necessitava-se que se introduzissem modalidades de saber configuradas pelo poder.

O modelo do panóptico, idealizado pelo jurista inglês Bentham³, o qual consistia em uma arquitetura, em forma de anel, com uma torre central, de onde um vigilante observava todos os indivíduos, traduz essa aspiração de controle sobre todos os indivíduos, à medida que poderia ser instalado em instituições como a escola, o hospital, a prisão, a fábrica, etc, fazendo com que o sujeito, mesmo que não vigiado, em determinado momento, tivesse a certeza de que sempre poderia sê-lo. Colimava ser um aparelho disciplinar perfeito, em que tudo se via constantemente, apenas por um olhar.

Esta estrutura proposta por Bentham, embora não tenha sido concretizada em sua forma arquitetural, obteve sua funcionalidade nos mecanismos de vigilância disseminados na sociedade, criando novas estratégias de saber, que serviam para determinar a conduta dos indivíduos, suas progressões, suas limitações, seus erros e deslizos, de modo que estabelecessem prescrições com um caráter de controle permanente. Nesse sentido, o poder utiliza esses conhecimentos implantados sobre aqueles que são vigiados, resultando em efeitos de verdade responsáveis pela constituição do homem moderno.

Para Foucault, na sociedade contemporânea reina o panoptismo, pois deixa de ser uma questão de simples arquitetura e passa a fazer com que todas as relações de poder incrustadas na sociedade sejam marcadas por um sistema de vigilância que se espraia por todo o tecido social e se instala sobre os corpos dos indivíduos. Fundamentam-se campos de experiências capazes de julgar e modificar os comportamentos dos homens. A articulação entre o saber e o poder representa um investimento sobre a vida, que se foca nos cuidados atinentes à natalidade, à saúde coletiva, aos óbitos, a fim de que haja o controle permanente sobre o corpo individual e suas multiplicidades. Foram os conhecimentos científicos, imanentes ao poder, que consolidaram o estabelecimento de discursos de verdade.

Nesse sentido, o panóptico supera a cidade pestilenta, por difundir uma forma de controle constante sobre todo o corpo social. Não é uma situação de exceção, mas

³ Jérémy Bentham (1748-1792) foi um jurista inglês, que por ter concebido o modelo do panóptico, tem a sua importância reconhecida por Foucault, como uma das figuras mais importantes na constituição das relações de poder incrustadas em nossa sociedade, “justamente por ter traçado em sua planta arquitetônica a técnica política na qual vivemos, descrevendo programaticamente o modelo dessa sociedade de controle generalizado (...)” (RESENDE, 2002, p. 56).

permanente. Estabelece a ordem, não por práticas violentas ou localizadas, mas por penetrar nos detalhes, exercer-se em redes, por instituir em todas as esferas da sociedade estratégias de vigilância e fiscalização que promovem a disciplinarização generalizada dos indivíduos.

Essas disciplinas que a era clássica elaborara em locais precisos e relativamente fechados – casernas, colégios, grandes oficinas – cuja utilização global só fora imaginada na escala limitada e provisória de uma cidade em estado de peste, Bentham sonha em fazer delas uma rede de dispositivos que estariam em toda a parte e sempre alertas, percorrendo a sociedade sem lacunas nem interrupção. O arranjo panóptico dá a fórmula dessa generalização. Ele programa, ao nível de um mecanismo elementar e facilmente transferível, o funcionamento de base de uma sociedade toda atravessada e penetrada por mecanismos disciplinares (FOUCAULT, 1987, p. 184).

1.2- Biopolítica

No final do século XVIII e início do século XIX surgiu uma nova tecnologia de poder, que vislumbra a necessidade de controlar os indivíduos, não mais focada apenas no corpo individual ou em técnicas disciplinares, mas no investimento sobre a vida dos homens, dado o aumento demográfico provocado principalmente pelo processo de industrialização. Tratava-se de gerir não apenas o indivíduo, mas as multiplicidades, ocasionado pela necessidade de se determinar um maior rigor frente a um fenômeno novo que aparecia: a população.

Assim, Foucault desenvolve o conceito de biopolítica, entendendo-a como uma espécie de poder que recai sobre a população, utilizando a estatística para mensurar todas as conjunções responsáveis por estabelecer o controle social – nascimentos, óbitos, taxas de reprodução, etc. Um controle biológico que vai influenciar diretamente nos aspectos políticos. Enfatizam-se as relações existentes entre a espécie humana, compreendida como uma massa global, não tendo como alvo específico o corpo, como no poder disciplinar, mas o homem enquanto ser vivo. Não cabem mais, diante dos avanços conquistados pelo homem, temores decorrentes de epidemias, da morte pela peste, ou pela desobediência de seu controle. Importa que por meio da biopolítica, existam mecanismos necessários para o controle da população, a fim de que ela não se torne uma multiplicidade desorganizada e confusa.

A biopolítica lida, portanto, com uma nova configuração, caracterizada pelo advento de uma massa global, não se restringindo apenas ao indivíduo e ao seu corpo, mas preocupando-se com a gestão das multiplicidades. Assim, ela abrange o equilíbrio global, uma

vez que, diferentemente da disciplina, não visa os efeitos individualizantes, concentrando-se na vida, não no corpo, promovendo a regulamentação da população.

É um novo corpo: corpo múltiplo, corpo com inúmeras cabeças, se não infinito pelo menos necessariamente numerável. É a noção de “população”. A biopolítica lida com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder, acho que aparece nesse momento (FOUCAULT, 1999b, p. 292-293).

Porém, embora Foucault faça a distinção entre o poder disciplinar e a biopolítica, há segundo o autor, um entrecruzamento entre os dois. Para que efetivamente exista o êxito nas configurações da biopolítica, é preciso primeiramente que se tenham corpos disciplinados. A ordem social, na qual se regulamentam as populações, depende do processo individualizante da disciplina. Não é suficiente que se anseie uma sociedade em que reine a ordem social, sem se ater aos controles corporais, para enquadrá-los em dimensões maiores, representadas pelos fenômenos das populações.

Na obra “Vigiar e punir”, Foucault aborda essa conexão entre a disciplina e a biopolítica, quando afirma que “a tática disciplinar se situa sobre o eixo que liga o singular e o múltiplo” (1987, p. 136). Não apenas a análise disciplinar sobre o indivíduo isolado, mas também como a sua reunião constituiu-se em uma massa global passível de ser ordenada. Extrapolam-se as concepções de que a regência das multiplicidades enquadre-se somente na vigilância de corpos individualizados, ainda que multiplicados, concentrando-se em pressupostos orientados para a regulamentação da vida dos indivíduos. A junção entre esse controle individual e a regulação das populações tem no biopoder a forma de organizar todas as bases de consolidação dos Estados Modernos.

O começo do estabelecimento dessa ordem social, Foucault busca na autoridade que o poder pastoral exerceu sobre os indivíduos. Ao invés de significar o triunfo sobre os sujeitos, marcados pelas formas tradicionais de governo, esse poder pastoral assumia o papel de fazer bem, tanto ao indivíduo quanto à coletividade. Para a conquista da salvação, era necessário que se obedecesse a um único homem, submetendo-se ao seu crivo, de forma que houvesse um controle e vigilância contínua, com o intuito de se preservar os bons costumes e a normalidade social. Foram criados mecanismos detalhados de análise dos comportamentos, a fim de que o pastor conhecesse profundamente o seu rebanho, inclusive o que se passava no interior de suas almas, o que era referendado pela estratégia da confissão dos pecados.

Tratava-se do engendramento, no seio desses relacionamentos, de artifícios de cumplicidade dos fiéis com o seu pastor, que garantiam através do olhar hierarquizado o

controle social, mirando-se sobre as individualidades e a coletividade. Estratégias de exame e direção de consciência buscavam a revelação de todo o interior da alma, bem como a submissão às prescrições determinadas pelo pastor, perfazendo uma ampla diretividade deste sobre o seu rebanho. “O poder pastoral se exerce sobre uma multiplicidade, que não é, entretanto, uma massa indistinta, mas um conjunto organizado e ordenado de indivíduos” (MARTINS, 2006, p. 189).

Nesse sentido, o saber e o poder devem ser identificados como elementos que serviram para a constituição do homem moderno, pois as condições de desenvolvimento alcançadas, advindas do aumento do conhecimento, criaram possibilidades de se investir sobre a vida das populações. As observações e medidas tornaram-se mecanismos de coleta de dados a respeito da vida dos homens, distanciando-os dos receios freqüentes da morte e, por meio disso, acharam-se caminhos para a implementação de mensurações minuciosas sobre a vida e o modo de viver.

O homem ocidental aprende pouco a pouco o que é ser uma espécie viva num mundo vivo, ter um corpo, condições de existência, probabilidade de vida, saúde individual e coletiva, forças que se podem modificar, e um espaço que se pode reparti-las de modo ótimo. Pela primeira vez na história, sem dúvida, o biológico reflete-se no político; o fato de viver não é mais esse sustentáculo inacessível que só emerge de tempos em tempos, no acaso da morte e de sua fatalidade: cai em parte, no campo de controle do saber e de intervenção do poder. Este não estará mais somente a voltas com sujeitos de direito sobre os quais seu último acesso é a morte, porém com seres vivos, e o império que poderá exercer sobre eles deverá situar-se no nível da própria vida; é o fato do poder encarregar-se da vida, mais do que a ameaça da morte, que lhe dá acesso ao corpo. Se pudéssemos chamar “bio-história” as pressões por meio das quais os movimentos da vida e os processos da história interferem entre si, deveríamos falar de “biopolítica” para designar o que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos, e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana (FOUCAULT, 1988, p. 134).

Diante dessas injunções, os conhecimentos médicos transformam-se em importantes elementos, pois carregam o poder de exercerem sobre a sociedade mecanismos de controle, motivados pela estatística, comum no século XVIII. A medicina social trata de funcionar como organizadora da higiene pública, dotando a população de cuidados para a promoção da saúde coletiva e buscando alternativas para a constituição de forças capazes de suprir a demanda em favor da obtenção de corpos produtivos, que concomitantemente precisam ser saudáveis. A medicina social é uma das estratégias políticas mais importantes, para fazer do corpo e da vida dos homens uma realidade biopolítica. Ordenam-se as multiplicidades humanas e engendram-se mecanismos de controle dos corpos individuais úteis e adestrados, simultaneamente à regulamentação das populações.

A partir do século XVII, o poder se organizou em torno da vida, sob as formas principais que não são antitéticas, mas atravessadas por um feixe de relações: por um lado, *as disciplinas* (uma *anátomo-política do corpo humano*), que têm como objeto o corpo individual, considerado como uma máquina; por outro lado, a partir de meados do século XVIII, uma *biopolítica da população*, do *corpo-espécie*, cujo objeto será o corpo vivo, suporte de processos biológicos (nascimento, mortalidade, saúde, duração de vida)”(CASTRO, 2006, p. 70).

Se de um lado temos a educação do corpo individualizado, de outro temos a gestão das populações, inserindo os indivíduos em seu meio social e estabelecendo controle sobre os aspectos políticos e saúde coletiva. Para isso, frente aos processos de explosão demográfica e industrialização, a disciplina atuou no controle sobre o corpo individual, como primeira forma de acomodação e, posteriormente, a segunda forma deu-se sobre os fenômenos da população. Dessa maneira, as concepções jurídicas, que pregavam a liberdade do sujeito na sociedade moderna, têm seu reverso, de acordo com as análises foucaultianas, nos sistemas de coerção determinados pelo poder disciplinar e pela biopolítica. Não são apenas as regras jurídicas que determinam que um poder central assuma a dimensão de fiscalização sobre os sujeitos, mas são os efeitos da articulação entre a disciplina e a biopolítica, perfazendo relações difundidas por todo o tecido social.

Os mecanismos de poder sobre a vida são envolvidos pelas disciplinas do corpo e pela regulamentação das populações. Existe uma tecnologia dos corpos, instada por elementos de controle dos pequenos atos, que se pautam nos detalhamentos e nas minúcias, bem como uma outra tecnologia que versa sobre a espécie humana, abarcando todas as engrenagens do corpo social e definindo a constituição da sociedade moderna.

1.3- Normalização

Os estudos de Michel Foucault em relação à organização da sociedade, no que tange aos aspectos imbricados nos campos do poder, do direito e da verdade, investigam como se pode constituir modelos sociais demarcados pela soberania ou pela dominação. Para isso, Foucault traça, em sua abordagem genealógica da constituição do poder, o paralelo entre a presença das regras de direito, determinando o exercício de poder e, os efeitos de verdade produzidos pelo poder.

Fonseca (2000) afirma que nas teorizações de Foucault inexistia uma teoria do direito, porém permanentemente existem menções às práticas de direito e, desse modo, as relações de dominação estão no cerne dos desenvolvimentos teóricos do autor, em detrimento da prevalência das relações de soberania.

Conjugam-se dois grandes temas para a explicação dessas injunções: direito e normalização. O primeiro, fundado nas determinações da concepção “jurídico-monárquica” ou “jurídico-discursiva”, definindo uma hierarquia imposta entre quem manda e quem obedece e, ainda que Foucault reconheça a sua predominância, ela não expressaria o exercício de poder disposto nos interstícios sociais. Daí, as análises de Foucault recaírem sobre o segundo tema, assentado inicialmente no poder disciplinar e, posteriormente na biopolítica. Por intermédio dessas disposições, Fonseca afirma que são as normalizações as responsáveis por constituir o indivíduo, não pela imposição de regras, mas pela fabricação de subjetividades.

No entanto, esta oposição entre direito e norma é somente uma primeira maneira que Foucault utiliza para fazer uma abordagem sobre o direito, dado que na verdade, isso não conduz a uma total contradição. Existe a interdependência entre essas duas dimensões, já que o poder disciplinar cria mecanismos de coerções que progressivamente vão sendo assimilados pelos indivíduos, isto é, começam a compor as suas identidades. Para isso, a disciplina precisa ter um suporte no direito, posto que para ela ter seu funcionamento, é necessário que coabite com as práticas de direito, pois ela busca institucionalizar a verdade, através de seus efeitos de poder.

Nesse sentido, para a consolidação do poder disciplinar, é imprescindível que a sociedade esteja orientada para obedecer determinadas prescrições normalizadoras. O mais importante para se concretizar a ordem social é a norma, cabendo a ela, selecionar os indivíduos e classificá-los, a fim de que eles sejam enquadrados na sociedade. Foucault utiliza a metáfora do monstro humano para interpretar essas situações, dado que o monstro, ao mesmo tempo constituía a exceção e a perturbação das instâncias regulamentadoras, fugindo aos padrões sociais determinados. Verifica-se uma linha de descendência; o monstro no poder disciplinar é substituído pelo transgressor, submetido a uma dupla estratégia de poder e saber que a partir de meados do século XVIII vai defini-lo em enquadramentos de normalidade e anormalidade.

Porém, para consolidar o modelo de sociedade de normalização, não bastava apenas a incidência das normas sobre o sujeito individual, mas também que houvesse uma ampliação para a dimensão da população, a fim de tornar a gestão sobre a massa global mais

uniforme, promovendo a sua homogeneização, principalmente em decorrência do aumento demográfico verificado no início do século XIX. Conforme discutimos anteriormente, passa-se de uma análise da anatomia política dos corpos, para a análise sobre o corpo espécie, responsável por fazer dos conhecimentos oriundos dos processos biológicos, estratégias que se entrelaçam com o exercício do poder e, desta forma se estabeleça o controle sobre os nascimentos, os óbitos, a saúde, a nutrição, a expectativa de vida e o crescimento da população.

São as normas, a partir de então, que vão se circunscrever entre o corpo disciplinado e as regulamentações. O biopoder torna-se responsável por constituir a sociedade normalizada, cobrindo todo o tecido social, através do poder disciplinar que atua sobre o indivíduo e a biopolítica que atua sobre as regulamentações.

A sociedade de normalização é uma sociedade em que se cruzam, conforme articulação ortogonal, a norma da disciplina e a norma da regulamentação. Para o filósofo [Foucault], dizer que o poder do século XIX incumbiu-se da vida é dizer que ele conseguiu cobrir toda a superfície que se estende do orgânico ao biológico, do corpo à população, mediante o jogo duplo das tecnologias da disciplina, de uma parte, e das tecnologias da regulamentação, de outra (MARTINS, 2006, p. 195).

Aqui também se encontram as forças que a sexualidade assume na modernidade. O sexo insere-se simultaneamente na disciplina e na biopolítica. Dá atenção ao micropoder sobre o corpo individual e à regulação das populações. “O sexo é acesso, ao mesmo tempo, à vida do corpo e à vida da espécie. Servimo-nos dele como matriz das disciplinas e como princípio das regulações” (FOUCAULT, 1988, p. 137). Se a Idade Média tinha o sangue como marca do poder, seu símbolo, na modernidade o sexo é o alvo. O sangue definia as linhagens, fosse pela constante possibilidade de seu derramamento, em que o soberano impunha-se ao súdito, fosse pelo privilégio de pertencimento à determinada casta, identificando uma diferenciação entre sangue azul e sangue vermelho. Havia uma demarcação social, na qual o sangue era o símbolo maior.

Por outro lado, ao sexo são direcionados os objetivos do poder disciplinar, ou melhor, a sexualidade é condicionada por análises minuciosas extensivas a todo o corpo social, pois ela se situa entre o corpo e a população e, dessa forma, ela foi muito mais suscitada que repreendia na sociedade moderna, inclusive sendo utilizada pela medicina para enfocar as doenças individuais e os problemas que poderia causar à espécie. “O sexo é na modernidade o grande operador da vida, passando a ocupar o lugar que ocupava o sangue nas sociedades centradas no poder de causar a morte” (PRADO FILHO, 2006, p. 49). Isso

decorre, segundo Foucault, da necessidade de o Estado em promover o controle sobre o cidadão, seja através de mensurações biológicas e estatísticas, seja por meio do corpo humano, a fim de torná-lo útil e obediente. São as tecnologias políticas, que engendram o biopoder, estabelecendo práticas divisórias e classificações científicas capazes de extrair do corpo o máximo de rendimento com um mínimo de custos.

A concretização dessas novas estratégias de cálculos explícitos resultou no espalhamento de tecnologias políticas que versam sobre o corpo do cidadão, advindas especialmente do avanço do discurso científico da medicina social. A articulação entre o saber e o poder resulta na normalização da sociedade, que depende dos pequenos saberes instalados em todo o tecido social, configurando condições para que pela estratégia do saber se engendre o controle sobre o corpo individual e a regulação das populações. A disciplina e a biopolítica promovem a emergência da norma, em detrimento da lei, pois cabe à primeira encarregar-se do corpo, e à segunda, da vida. O entrecruzamento de ambas gera novos mecanismos de controle e redonda na sociedade de normalização.

A norma abarca tanto o poder disciplinar, reduzindo-o à esfera orgânica do controle do corpo individual, quanto a biopolítica, ampliando o seu alcance para a esfera biológica, centrada na espécie humana e a regulamentação da população é identificada como um estratagema para a consolidação das sociedades de normalização. Preocupação com o corpo individual e com a população. A norma circula entre a disciplina e a biopolítica.

1.4- Governamentalidade

As técnicas de disciplinarização dos corpos individuais e posteriormente das suas multiplicidades, configuradas no fenômeno da população, remeteram Foucault a centrar-se no problema do governo, pois para a formação do Estado moderno, emergiram novas conjunturas sociais e políticas, que fizeram com que os indivíduos fossem organizados em torno de formas mais seguras que abarcassem a ordem social.

Embora a implementação de um Estado governamentalizado se dê somente no século XIX, Foucault (2003) busca a sua história em épocas anteriores, referindo-se aos pressupostos das “artes de governar”. Estas se iniciam no século XVI, articulando os tratados de “Conselhos ao Príncipe” e de “Ciência Política”, com contingências voltadas ao governo

de si mesmo, ao governo das almas e das condutas, ao governo das crianças e ao governo dos Estados pelos Príncipes.

Foucault, reportando-se a Maquiavel, autor da obra “O Príncipe”, afirma que as teorizações desse autor propagam uma série de conselhos para a conservação do principado, denotando uma exterioridade do príncipe em relação aos seus súditos e a seu território. A partir de uma literatura anti Maquiavel, Foucault remonta às “artes de governar”, apontando para práticas múltiplas de governo, não restritas à transcendência do príncipe, mas disseminadas em torno de instituições inseridas na sociedade.

A “arte de governar” é a habilidade do governante em servir aos governados e colocar-se como exemplo. Ela vai aos poucos, a partir do século XVI, sendo governamentalizada, porém, prolongada por todo o corpo social. Ela passa por três dimensões: o governo de si mesmo, ligado à moral; o governo da família, ligado à economia; o governo do Estado, ligado à política.

Essas três dimensões requerem uma continuidade ascendente e descendente, já que para governar o Estado é necessário que o indivíduo governe bem a si mesmo, à sua família, denotando a continuidade ascendente. Por seu lado, quando o Estado é bem governado, provoca o bom governo das famílias e de si mesmo, identificando a linha descendente de governo (PRADO FILHO, 2006). Assim, a preocupação deve se dar na maneira pela qual o governo dispõe das coisas, pois para alcançar as suas finalidades ele deve utilizar técnicas que visem satisfazer aos indivíduos. O investimento que o Estado faz para garantir esta arte de bem governar incide em táticas utilizadas sobre as coisas presentes na realidade, através de um controle minucioso que perfaz campos de análise e de detalhamento necessários à sobrevivência do aparelho estatal, pois a partir dessas injunções ele cria efeitos de poder sobre a população.

Diante disso, o Estado deve concentrar suas atenções de governo, espelhando-se nos aspectos econômicos da família, de forma que consiga estabelecer mecanismos de vigilância sobre a população, tão eficientes quanto o pai de família exerce em relação aos seus familiares e aos seus bens. O Estado precisa ater-se à disposição das coisas, reportando-se às contingências que podem ocorrer, pois há que se observar às coisas e aos homens, bem como às relações presentes no cotidiano da sociedade. Para isso, Foucault (2003) utiliza como exemplo a metáfora do barco, com seus marinheiros, sua carga, os ventos, os baixios, as tempestades e as intempéries, tudo tendo que ser bem governado e fiscalizado detalhadamente por quem o comanda e, conseqüentemente, o governa.

Focando-se na disposição das coisas, o Estado utiliza estratégias que compõem o bom governo, à medida que, examinando injunções presentes no corpo social, responde através de mecanismos geradores da ordem social, cabendo ao governante ter sabedoria, paciência e diligência, na administração das coisas, incutindo a idéia de colocar-se a favor de seus governados. O Estado deve exercer táticas de bom governo⁴ para organizar a população.

Emerge a população, já que o modelo da “arte de governar” não reside mais na família, que adquire porém um importante estatuto no interior da população, posto que a ela são direcionados todos os mecanismos de controle. Nota-se, nesse sentido, que não é mais a morte, poder supremo do soberano, que compõe os efeitos de verdade na modernidade, mas o cuidado que o Estado passa a ter em propiciar melhores condições de vida, para o bem-estar da população, representada especialmente pela família, já que “na Modernidade, a soberania do rei passou ao corpo social que o delegou ao Estado” (VEIGA-NETO, 1996, p. 183). Assim, para contemplar esses anseios, a população é *sujeito* em suas reivindicações e em sua participação, enquanto agente reprodutor de práticas concretas (discursos, gestos, comportamentos), porém também *objeto*, quando assimila os discursos do governo, criando novos efeitos de verdade, característicos de cada sociedade, recaindo sobre ela mecanismos políticos de controle, promotores de ajustamento social.

As diversas tecnologias de poder sobre a vida que surgem a partir do século XVII sugerem variadas formas de governo: no geral, um governo sobre a vida, condução da conduta dos indivíduos, mas apontam para formas mais finas de governo – governo do corpo pelas disciplinas, ou governo disciplinar do corpo; governo pela norma, que implica o reconhecimento de si mesmo numa identidade; um governo do olhar, que é quase um império de visibilidade; governo pelos dispositivos diversos; (...). É esta diversidade de práticas de poder que será colonizada pela forma de governo – será governamentalizada – na passagem à modernidade (PRADO FILHO, 2006, p. 50).

Foucault deixa claro que inexiste uma lógica de continuidade de uma sociedade de soberania para uma sociedade de disciplina e desta para uma sociedade de governo, pois o problema da soberania reflete na necessidade do Estado instituir leis para a regulamentação da população, que por sua vez está condicionada aos interstícios do poder disciplinar. Dessa

⁴ Sobre essa terminologia, Veiga-Neto (2002) tece algumas considerações. Para o autor, convencionou-se chamar de Governo (quase sempre grafado com G maiúsculo) a ação que o Estado assume em governar, estabelecendo relações entre segurança, população e governo das pessoas. Porém, as vantagens da utilização do termo governo, em vez de governo, dão-se na medida em que, para Foucault, como já dissemos, as práticas de governo estão disseminadas pelo corpo social e, a prevalência do termo governo poderia soar como uma ação central, incompatível com o pensamento foucaultiano, no sentido do espalhamento das relações de poder.

forma, o autor prefere adotar a expressão “história da governamentalidade” para definir como os Estados modernos utilizaram as táticas da arte de governar, para a sua sobrevivência.

Por “governamentalidade” entendo o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises, reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer essa forma bem específica, bem complexa de poder, que tem como alvo principal a população, como forma mais importante de saber, a economia política, como instrumento técnico essencial, os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por “governamentalidade”, entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não cessou de conduzir, e há muitíssimo tempo, em direção à preeminência desse tipo de saber que se pode chamar de “governo” sobre todos os outros: soberania, disciplina. Isto, por um lado, levou ao desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo e, por outro, ao desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por “governamentalidade”, acho que se deveria entender o processo, ou melhor, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, tornado nos séculos XV e XVI Estado administrativo, encontrou-se pouco a pouco, “governamentalizado” (FOUCAULT, 2003, p. 303).

Assim, a governamentalização do Estado provém dos mecanismos das “artes de governar” que foram disseminados a partir do século XVI e que se espraíram por todo o corpo social. Aos poucos, essas “artes de governar” formaram tecnologias de poder assimiladas pelo Estado, ou seja, foram governamentalizadas.

A governamentalização transforma o Estado num agente capaz de gerenciar a sociedade, fiscalizando o sujeito através de sua identificação e documentação. Implanta-se uma rede de fiscalização sobre os indivíduos. O Estado recorre à tecnologia política dos corpos, diluída por toda a sociedade, que é multiforme e de localização indefinida, permeada por olhares múltiplos e difusos. Ele apodera-se das pluralidades das formas de governo, mas estas não se encerram nele, devido à presença de inúmeros atores sociais e de instituições diversas, pulverizados por relações cotidianas e constantes. “Governar é, assim, um exercício permanente que entrecruza os comportamentos de todos e cada um de modo homólogo” (RAMOS DO Ó, 2005, p. 17).

As “artes de governar” também são buscadas no pastorado cristão. A necessidade de salvação das almas absorve os componentes da moral, em questões ligadas ao autoconhecimento e ao conhecimento do outro. Dentre as práticas cristãs, um mecanismo importante de controle era a confissão, técnica incorporada pelo poder disciplinar, que progressivamente se afasta dos ideais ascéticos religiosos, estabelecendo o controle sobre o corpo individual, favorecendo o governo de si mesmo e, com a necessidade de regulação da população, este conhecimento passa a abranger diversos campos específicos – médicos, pedagógicos, judiciais, policiais, psiquiátricos – compondo táticas que cada vez mais vão sendo incorporadas pelo Estado.

Nesse ínterim, a modernidade herda do poder pastoral as peculiaridades presentes no controle tanto do indivíduo, quanto da coletividade, porém, assumindo um novo viés de ordem social, eivado pela formação de corpos obedientes e úteis, abandonando os preceitos da renúncia que, no entender do cristianismo, elevariam a alma e garantiriam o renascimento em outro mundo. Não mais a salvação das almas e sim a emergência de tecnologias políticas sobre os corpos. Novas formulações econômicas, sociais e políticas promovem caracterizações muito mais complexas de governo, através de saberes implementados sobre as diversas instituições sociais.

Uma das técnicas que advêm da religião é o exercício, composto de tarefas graduadas, simultaneamente repetitivas e diferentes. Vislumbravam um ideal ascético, buscando a evolução linear dos conhecimentos pessoais e o bom comportamento. O indivíduo buscava a sua salvação, classificando-se em relação aos outros, mas este anseio acabava por gerar uma aspiração coletiva. “Foram talvez processos de vida e de salvação comunitárias o primeiro núcleo de métodos destinados a produzir aptidões individualmente caracterizadas mas coletivamente úteis” (FOUCAULT, 1987, p. 146). Progressivamente, o exercício é incorporado à tecnologia política dos corpos, focando-se nas relações de utilidade e obediência atinentes ao poder disciplinar, distanciando-se cada vez mais das virtudes religiosas. Os Estados modernos apropriam-se destas técnicas pastorais, laicizando-as e transportando-as aos aparelhos estatais. A moral e a ideologia transformaram-se em fenômenos materiais e tecnológicos. Mais do que cuidar da alma, investir no corpo.

Destarte, o poder pastoral influencia a “arte de governar”, embora não haja uma linearidade entre os dois, dadas as especificidades de cada um. Porém, a questão da vida perpassa ao longo das discussões de ambos, na medida em que os processos de individualização para a salvação da alma, ou as técnicas disciplinares adotadas no século XVI e apropriadas no decorrer da implementação das “artes de governar”, serviram para, progressivamente, ordenar as multiplicidades e, dessa forma, apesar de não significar a assunção do legado do pastorado cristão, o governo de si mesmo e as conjugações identificadas entre o pastor e seu rebanho, bem como entre o Estado e a sua população, demonstram similaridades entre o poder pastoral e a governamentalização do Estado.

As separações estabelecidas entre o Estado e a sociedade, o público e o privado, constituídas por um discurso que prega a opressão exercida por um poder central sobre os indivíduos, mostram-se insuficientes para explicar os mecanismos de consolidação da sociedade moderna, ao passo que existem no processo de governamentalização estratégias que definem dinâmicas voltadas à autonomia e à liberdade dos sujeitos, fazendo da “arte de

governar” um instrumento eficiente na “condução das condutas” populacionais, coerente com a lógica de que o bom governo é aquele que trabalha em favor da felicidade dos indivíduos que o compõem. Somente se exerce o poder sobre os indivíduos livres.

Portanto, a governamentalidade, diferentemente das teorias tradicionais da soberania, estende-se para as relações estabelecidas entre os homens. Não há a imagem representativa de um Estado onipresente, concentrador de mecanismos de coerção que se ramificam do alto para baixo, pois o poder disciplinar e a regulamentação da população são exercidos nas diversas esferas sociais, mas ao mesmo tempo necessitam do Estado para organizá-los e implementar a “arte de governar”. O Estado apropria-se das relações de poder incrustadas na sociedade, para gerir a vida da população.

Com efeito, há o controle sobre os indivíduos e suas multiplicidades, que fazem da “arte de governar” não só a gestão sobre as conjunturas globais, mas imputam uma anatomia política que vislumbra os detalhes. É utilizando o suporte da governamentalidade que o Estado consegue sobreviver. “O que é importante para nossa modernidade, para nossa atualidade, não é tanto a estatização da sociedade mas o que chamaria de governamentalização do Estado” (FOUCAULT, 1985, p. 292).

A complexidade existente nas relações estabelecidas entre os indivíduos está imbricada por fatores interdependentes, que perfazem conjunções indispensáveis para a organização do governo do Estado. Para tanto, não se devem ignorar outros conceitos foucaultianos, já que para que exista o governo, é necessário que se atente aos detalhes, incidindo diretamente no corpo individual e social. Esses fatores coabitam com a gerência da população, assim como a composição das normas está imbricada com a vigilância individual e a gestão das massas globais. Todos esses aspetos, portanto, são imprescindíveis para a governamentalização do Estado, aludindo-se sempre à importância de serem permeados por elementos vinculados à disciplina, à biopolítica, e à normalização.

A apresentação dessas categorias, referentes ao pensamento de Michel Foucault, pretende encontrar sustentação teórica, que possibilite a investigação sobre o nosso objeto de estudo, o lazer e a recreação na Revista Brasileira de Educação Física e Desportos, no período de 1968 a 1984. Daí, decorreu a necessidade de dedicarmos este capítulo para melhor explicitá-las.

Entendemos que o lazer e a recreação foram práticas corporais que constituíram mecanismos importantes para a instalação do controle social, à medida que atuavam diretamente sobre os corpos, buscando convencer os indivíduos a respeito dos benefícios

advindos das atividades físicas. Simultaneamente, visava-se regulamentar a população, já que os discursos crivavam-se pela organização da sociedade e eram implementados por meio da articulação poder-saber. E nesse sentido, a Revista Brasileira de Educação Física e Desportos foi um importante veículo de transmissão dessas estratégias de controle e de prescrições para o lazer e a recreação.

Num período em que o Brasil vivia sob os efeitos de uma ditadura, as condutas da população deveriam ser conduzidas para a aceitação das normas sociais preconizadas por aquele governo. Este, buscava ater-se a todos os detalhes e minúcias, incrustando no seio da sociedade, através de práticas corporais, componentes lúdicos que eram idealizados por sua vinculação ao prazer, à saúde, ao bom convívio social e à integração nacional.

CAPÍTULO 2

REPRESSÃO E SUTILEZA NO PERÍODO MILITAR

O regime militar brasileiro, que perdurou entre os anos de 1964 e 1985, é apontado por diversos autores, entre as quais podemos citar Germano (2005), Alves (1989), Mattos; Swensson (2003), Habert (1994) e Cunha; Góes (1985), como um período caracterizado por uma forte repressão a quaisquer tipos de manifestações que contestassem a ordem social constituída naquele período.

Nesse sentido, observamos um direcionamento de formulações voltadas ao controle social, por meio de imposições responsáveis por difundirem práticas concretas, em que os indivíduos deveriam se enquadrar nos pressupostos defendidos pelo regime militar, a pretexto de que, se houvesse transgressões, seriam impetradas ações repressivas com o objetivo de promover a disciplinarização das massas.

Ao longo dos nossos estudos sobre o lazer e a recreação, na Revista Brasileira de Educação Física e Desportos, não refutamos as análises de utilização de mecanismos repressivos nas atitudes do governo militar, mas verificamos que estas se tratavam de conjunções localizadas, não extensivas a todo o corpo social, sendo que, particularmente em relação às práticas corporais, os discursos buscavam incutir no imaginário coletivo os benefícios que as atividades físicas promoviam aos indivíduos, mas que tinham por objetivo produzir estratégias de controle social, responsáveis por conformar a população às coerções impostas pelo regime militar. Desse modo, a disciplinarização das massas não se encerrava em gestos de truculência, mas também perpassava por técnicas sutis de convencimento da sociedade.

Remetendo-nos aos conceitos de Foucault, acreditamos que, em determinado aspecto, o objetivo do regime militar era disseminar o espectro de autonomia dos indivíduos. As estratégias centravam-se na demonstração de que a população podia optar por modalidades lúdicas, imbricadas por um gênero positivo em que se instituía a noção de liberdade. Por esse viés, o poder era exercido sobre indivíduos livres, buscando espriar na população as táticas de governo do regime militar.

Houve, durante o período militar a utilização de práticas corporais que buscaram organizar as multiplicidades, contribuindo na instituição de uma rede de fiscalização para o controle social. Com efeito, o poder não se concentrava somente em um aparelho central, mas existiam sim, relações de poder que se encontravam em todos os interstícios, possibilitando uma eficiente vigilância espalhada pela sociedade.

O sentido de positividade atribuído ao lazer e à recreação era composto por práticas corporais responsáveis por produzirem um imaginário de bem-estar coletivo, no que tange aos aspectos lúdicos, de saúde, de civismo e de integração social. Esses fatores carregavam estratégias de promoção de ordem social, que orientavam o “tempo livre” dos indivíduos, buscando aglutinar a sociedade, através do enfoque das vantagens na adesão das atividades físicas prescritas por especialistas da Educação Física.

A intenção do regime militar era lograr dispositivos que regulamentassem a população, espalhando nela os benefícios de seu envolvimento nas atividades de lazer e de recreação e, assim, inferimos que os discursos eivavam-se por uma maleabilidade das ações governamentais, convencendo a população, em sua imensa maioria, de sua liberdade ao optar por práticas prazerosas, especialmente se considerarmos a extensão territorial do país e a própria velocidade da difusão das informações naquele período.

Desse modo, esses dispositivos enquadravam-se em estratégias bem delineadas de controle social. Foucault (1985) desenvolve análises, em relação ao termo, inferindo que ele perpassa por três condições. Em primeiro lugar, o dispositivo circula entre o dito e o não dito, estabelecendo uma rede heterogênea que envolve “discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas” (p. 244).

Em segundo lugar, Foucault demarca a relação existente entre esses elementos, em que, através de práticas discursivas ou não, existem transformações significativas, de acordo com a interpretação e/ ou reinterpretação.

Sendo assim, tal discurso pode aparecer como o programa de uma instituição ou, ao contrário, como elemento que permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda; pode ainda funcionar como reinterpretação dessa prática, dando-lhe acesso a um novo campo de racionalidade (FOUCAULT, 1985, p. 244).

Finalmente, para Foucault, o dispositivo responde a uma urgência, responsável pela implementação de estratégias de dominação. “Este foi o caso, por exemplo, da absorção de uma massa de população flutuante, que uma economia de tipo essencialmente mercantilista

achava incômoda” (p. 244). Transportando essas análises para o fluxo migratório brasileiro, ocorrido durante o processo de urbanização do período militar, que redundou em uma concentração populacional acentuada nas grandes cidades, tornava-se imprescindível controlar as massas, a fim de conter quaisquer manifestações que pusessem em risco a constituição do “Brasil Grande”.

2.1- Do golpe de 1964 ao endurecimento do regime militar

O denominado período militar brasileiro foi caracterizado pela presença dos militares no governo do país. Tratou-se de uma época marcada por perseguições políticas aos opositores do regime, censura contra manifestações que corrompessem os ideais “revolucionários”, além da cassação dos direitos constitucionais e utilização da força física contra grupos que pretendiam devolver a nação ao comando de um presidente civil. Por outro lado, existiam dispositivos que carregavam um sentido de brandura, contendo estratégias de convencimento da população, em relação ao caráter “democrático” do governo militar.

Algumas configurações desenhadas no Brasil, antes do golpe de 1964, contribuíram para a implementação do Estado ditatorial, afeito às ambições de constituição de um país forte, que deveria marchar para o seu progresso, sem que possíveis desordens pudessem oferecer riscos a essas pretensões. Assim, deveria ser criado um panorama para que a nação fosse conduzida ao “desenvolvimento com segurança”.

Diante disso, a “revolução” de 1964 resultou de um conjunto de fatores que favoreceu a derrubada do presidente João Goulart, conhecido também como Jango, sendo que os discursos direcionavam-se principalmente para a retomada da ordem social deturpada frente a conjunturas políticas apresentadas naquele momento, em que havia uma conturbação a ser reprimida, na visão dos setores da sociedade que não compactuavam com as reformas propostas pelo governo.

As condições para a inserção do regime militar no Brasil foram resultado de um contexto marcado por uma crise política e econômica no início dos anos de 1960. Isso acarretou a intensificação de movimentos sociais de vários matizes, que lutavam pela conquista de seus direitos, haja vista que o governo de João Goulart promovera possibilidades para a organização dos trabalhadores, conseqüentemente buscando apoio desses segmentos.

As elites brasileiras, incomodadas com as eclosões de mobilizações populares geradoras de “desordens”, passaram a incentivar a derrubada de Goulart, aliando-se aos militares e ao capital internacional para esse fim.

Goulart buscou apoio entre os trabalhadores para consumir as reformas, incentivando a formação de sindicatos nas cidades e no campo. Desencadeou-se, assim, uma ampla mobilização popular que sobressaltou os militares, empresários, latifundiários e representantes diplomáticos de países com investimentos no Brasil, que temiam a “bolchevização” brasileira (MATTOS; SWENSSON JR, 2003, p. 8).

Algumas medidas adotadas por Jango quebraram a ordem até então estabelecida, destoando até mesmo das posturas populistas de seus predecessores, Jânio Quadros e Juscelino Kubitschek, que estavam muito mais alinhados à reprodução de um modelo social instado na conformação dos sujeitos a uma sociedade de normalização. Ao propor as reformas de base, Goulart contrariou a conjuntura historicamente estabelecida, buscando dar voz a setores marginalizados da população.

Um ponto importante das reformas era a interferência na remessa de lucros das empresas multinacionais, obrigando-as a reinvestir boa parte de seus lucros no Brasil. Outrossim, planejou-se o monopólio do petróleo, estatizando as refinarias privadas; o aumento do salário mínimo, provocando o crescimento do poder de compra dos trabalhadores; os passos iniciais da reforma agrária; o combate à especulação financeira; o reescalonamento do pagamento da dívida externa; a reestruturação do sistema tributário; a reforma eleitoral, estendendo o direito do voto aos analfabetos e aos soldados e; a reforma educacional, privilegiando as classes populares. Ultrapassava-se a visão das propostas paternalistas e eleitoreiras, instadas no populismo, para uma perspectiva de construção coletiva, em que as decisões emanassem da população. “Em outras palavras, seu programa era sem dúvida reformista, favorecendo a participação popular” (DREIFUSS, 1981, p. 132).

Outra questão que insurgiu naquele momento, foi a influência cubana na América Latina, representando uma ameaça ao domínio norte-americano sobre o continente e, para isso foi elaborado o plano “Aliança para o Progresso”, que se constituiu em um programa de ajuda econômica norte americana aos países latino americanos, gestado em 1960, durante o mandato do presidente dos Estados Unidos John F. Kennedy. Suas propostas foram detalhadas em uma reunião realizada em Punta Del Leste, em agosto de 1961, com a finalidade de estabelecer uma cooperação econômica, barrando qualquer pretensão de alastramento comunista no continente. O projeto tinha a perspectiva de duração de dez anos, porém foi extinto pelo presidente norte americano Richard Nixon em 1969.

Internamente, um importante estratagema utilizado pelos grupos conservadores foi a criação do complexo IPES/IBAD, respectivamente Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais e Instituto Brasileiro de Ação Democrática, que perpassaram pela organização de empresários, vislumbrando a possibilidade de engendrarem um novo processo de governmentação, instado em referências de normalização social capazes de cooptar setores significativos da sociedade. O IPES/IBAD teve suas sementes lançadas no final do governo Kubitschek, mas, somente com a situação de quebra da ordem social, verificada durante o governo João Goulart e, com o temor da eclosão comunista, foi dado o impulso para que, efetivamente, ele atuasse diretamente na consecução do golpe militar.

O IPES foi uma instituição fundada por empresários bem sucedidos, que buscava carregar consigo uma concepção agregada aos ideais patrióticos, sem qualquer vinculação partidária, isto é, ele surgiu sob o signo de zelador da moral e da cultura da população, propondo ser extensivo a todas as esferas sociais. O IBAD, por sua vez, era um executor das estratégias fomentadas pelo IPES.

O IPES/IBAD buscou aglutinar os setores descontentes com a política empregada por Goulart, a mobilizarem-se a favor da derrubada do governo, impregnando pensamentos anticomunistas e de retomada da ordem. Para tanto, o espalhamento de sua doutrina objetivava ramificar-se por todo o corpo social.

(...) por ser uma organização política de classe, que visava reunir amplos segmentos da população em torno de seus objetivos e envolver classes e grupos subordinados na sua ação político-ideológica, o IPES teria que agregar setores e facções procedentes das classes médias e mesmo das classes trabalhadoras industriais (DREIFUSS, 1981, p. 178).

Com a pretensão de estabelecer uma rede de fiscalização eficiente, que reforçasse os ideais “democráticos” e contivesse o avanço comunista no país, as técnicas utilizadas pelo IPES eram bem delineadas, propagando a defesa da propriedade privada e a liberdade pessoal. Seus quadros, além de empresários, contavam com indivíduos pertencentes a outras esferas profissionais, entre os quais os militares, que tiveram participação decisiva no combate ao alastramento “subversivo” no Brasil. O fundamental era que se garantisse a ordem e não se rompessem os modelos historicamente constituídos.

Com a colaboração de seus oficiais militares, o IPES estabeleceu de 1962 a 1964 um sistema de informação para controlar a influência comunista no governo e para distribuir suas descobertas de forma regular aos oficiais militares-chave e demais pessoas por todo o Brasil. Conforme seus próprios cálculos, o IPES gastava entre

200 e 300 mil dólares por ano nessa operação de levantamento de informações e rede de distribuição (DREIFUSS, 1981, p. 188).

Articulou-se uma complexa estrutura de difusão dos princípios de soberania da nação, disseminando na sociedade que somente com a organização da população, seria possível preservar os valores morais e defender o país dos interesses espúrios do comunismo, fortemente vinculado ao governo João Goulart, segundo grupos que queriam a sua derrubada.

Jango, por sua vez, também buscava apoio na população para promover as reformas de base. Em um comício realizado na cidade do Rio de Janeiro, dia 13 de março de 1964, na Estação de Ferro Central do Brasil, que ficou conhecido como o “Comício da Central”, foram reunidas milhares de pessoas, em defesa dos ideais de justiça social propugnados pelo governo. Com a presença dos governadores do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, e de Pernambuco, Miguel Arraes, além de outras autoridades civis e militares, esse evento causou indignação, perante os setores da sociedade temerosos de que as ações de João Goulart quebrassem a ordem social e instituísem o comunismo no Brasil.

Como resposta, foi organizada pelas forças conservadoras, uma série de manifestações, denominadas “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, sendo que a primeira delas aconteceu no dia 19 de março em São Paulo. Tal manifestação, contou com uma grande adesão das mulheres, vinculadas à Igreja Católica, que tinham a função de convencer a população dos riscos oferecidos à família brasileira, ante a iminência da implementação de um modelo comunista. Era importante o respaldo do sexo feminino, com seus valores referentes à consolidação de uma perspectiva ocidental e cristã, principalmente por representar a figura do esteio do lar organizado, incompatível com qualquer desvio de conduta que corrompesse a ordem social.

Nesse sentido, Germano (2005) analisa o período militar, argumentando que foram criadas motivações para a instituição do golpe de 1964, em que não só a cúpula militar, mas também outros setores da sociedade temiam um afrontamento à ordem nacional, sob o risco de desorganizar o Estado brasileiro. Os discursos faziam crer que, com a implementação do comunismo, as liberdades seriam cerceadas, inclusive com a perda dos direitos em relação à propriedade privada, algo caro entre os setores da classe média, alastrando-se ao corpo social a necessidade de se barrar qualquer quebra de hegemonia da nação. Desse modo, a família foi convocada para marchar a favor da paz e da harmonia.

Apesar do golpe ter conduzido os militares ao governo, tratou-se de um movimento civil-militar, conforme afirma Dreifuss (1981), que não resultou apenas das ambições das Forças Armadas, mas teve seu impulso através da atuação do IPES, como

instituição de planejamento de táticas, responsável por disseminar na sociedade os efeitos nocivos da continuação do governo Jango.

De acordo com Alves (1989), a sociedade jamais havia se deparado com tamanha organização dos movimentos populares, o que de certa forma, contribuía para a desestabilização das expectativas de controle social sobre os indivíduos. Com a configuração desse cenário, houve a assunção de posturas normalizadoras, referendadas por um contingente significativo da população, especialmente as classes altas e médias, imbuídas de fazer parte do ideário do regime militar, conduzindo o Brasil ao “desenvolvimento com segurança”.

No entanto, apesar da perda de hegemonia do Estado, crivada por uma luta de classes, em que a elite e setores da sociedade se viam ameaçados por movimentos sociais que buscavam retirar seus privilégios, observa-se que houve uma ruptura no processo de governamentalização do Estado, sendo que a população, no âmbito geral, colaborou para a institucionalização do golpe militar, pois se tornava necessária a recondução de dispositivos de segurança, responsáveis por constituírem uma sociedade normalizada.

As subjetividades deveriam ser fabricadas para atender a uma lógica de harmonia e tranquilidade e, a partir do momento que se instalavam movimentos contrários a essas injunções, as práticas teriam que caminhar para a disciplinarização dos indivíduos e organização das massas confusas. Dessa forma, somente uma intervenção firme do Estado, no entendimento dos setores que propunham a derrubada de João Goulart, seria capaz de devolver a paz social ao Brasil.

O enfraquecimento político de Jango, bem como o seu despreparo militar para enfrentar os opositores, que como já dissemos, articulavam-se capitaneados pela organização eficiente do IPES/IBAD, ocasionaram a queda do governo e a ascensão dos militares, através de um golpe de Estado deflagrado no dia 31 de março de 1964. No dia 11 de abril, tomava posse como primeiro presidente militar o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, logo após ser baixado o Ato Institucional número 1 (AI-1).

O golpe foi saudado efusivamente por uma parte das camadas médias urbanas, capitaneadas por setores da Igreja Católica responsáveis pela realização das caudalosas “Marchas da Família, com Deus pela Liberdade”, que precederam inclusive a deposição de Jango (GERMANO, 2005, p. 51).

A fim de garantir a ordem, o regime militar utilizou como táticas, principalmente os Atos Institucionais, sendo que os dois primeiros influíram decisivamente na atuação do Poder Legislativo e do Poder Judiciário, oferecendo possibilidades para que o Poder

Executivo governasse com maior autonomia. O AI-1 delegou o aumento dos poderes presidenciais, ao mesmo tempo em que permitia a permanência do Congresso Nacional, ressaltando a sua atuação às determinações do referido Ato.

Na realidade o AI-1 investiu o executivo de um poder soberano e incontestável, rompendo o princípio da igualdade entre os três poderes. O Ato limitava os poderes do Congresso Nacional, suspendia temporariamente as garantias da imunidade parlamentar, conferindo ao executivo o poder de cassar sumariamente os mandatos de representantes governamentais de qualquer nível (municipal, estadual ou federal) e autorizava a cassação de mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, além da suspensão dos direitos políticos de qualquer cidadão por um período de dez anos (MATTOS; SWENSSON JR, 2003, p. 18).

O AI-2, por sua vez, foi desencadeado principalmente pelas divergências entre o regime militar e o Judiciário, relacionadas à concessão de *habeas corpus* a indivíduos presos ilegalmente e a vários políticos. Assim, os crimes políticos passaram a ser julgados pela justiça militar, sendo revertidas disposições que garantiam a independência dos magistrados, além de ser decretado um aumento do número de ministros no Supremo Tribunal Federal, assegurando uma maioria do governo no tribunal.

Os Atos Institucionais, em nossa opinião, contribuíram para a governamentalização do Estado militar, possibilitando que se criassem mecanismos necessários à condução das condutas, ao se atentarem para a disposição das coisas e dos homens. Podemos afirmar que as leis representaram táticas de governo do regime militar, de modo que, através do controle de grupos específicos, inseridos no corpo social, fossem disseminados discursos em favor da população. Recorremos novamente a Foucault, embora reforçando que o autor não aborda em seus escritos, as características de um governo militar, a fim de tentarmos estabelecer um diálogo com as injunções daquele momento.

(...) o governo terá de fazer de modo que se produza o máximo de riquezas possível, que se forneça às pessoas substâncias suficientes, ou até o máximo de substâncias possível. O governo, enfim, terá de fazer de modo que a população possa se multiplicar. Portanto, toda uma série de finalidades específicas que se tornarão o próprio objetivo do governo. E, para alcançar essas diferentes finalidades, dispor-se-á das coisas. Esta palavra dispor é importante. O que de fato permitiu à soberania alcançar seu fim, a obediência às leis, era a própria lei; lei e soberania faziam então, de modo absoluto, uma com a outra, um só corpo. Aqui, ao contrário, não se trata de impor uma lei aos homens, trata-se de dispor das coisas, quer dizer, de utilizar mais táticas do que leis, ou, no limite, de utilizar ao máximo as leis como táticas; fazer de tal modo que, através de um certo número de meios, tal finalidade possa ser alcançada (FOUCAULT, 2003, p. 293).

Por meio de práticas concretas que enfatizavam o teor de positividade existente nas ações do regime militar, buscava-se cooptar a sociedade para se engajar nas propostas de

governo, visando conter qualquer desorganização das multiplicidades. Ou seja, as estratégias de governo direcionavam-se por ações repressivas destinadas a indivíduos contrários às suas determinações, mas principalmente, pela utilização de mecanismos mais eficientes, suavizados por técnicas de difusão de suas vantagens.

No entanto, acreditamos que a governamentalização do Estado militar nunca se deu de maneira linear e, mesmo diante da progressiva limitação a determinados direitos sociais, que tinha como contraponto a disseminação de seu gênero positivo, sempre existiram espaços de resistência representados por setores da sociedade que não coadunavam com as atitudes daquele momento de implementação do regime. Se o golpe militar significou o rompimento do elo entre o governo e os movimentos sociais, presentes no governo Jango, por outro lado, não representou que estes últimos deixassem de se manifestar, além do que, os próprios embates dentro da cúpula militar denotavam divergências quanto à volta do governo aos civis, o que de certa forma, nos primeiros anos do regime militar, ainda propiciou alguns questionamentos a respeito da situação do país.

O general Costa e Silva assumiu a Presidência em 15-3-1967, em substituição ao general Castelo Branco (1964-1967), sob a égide da nova constituição que institucionalizava o Estado de Segurança Nacional e, ao mesmo tempo, abria alguns espaços democráticos que favoreciam uma articulação e mobilização de setores oposicionistas. Assim, entre 1967 e 1968, o movimento estudantil realizou grandes mobilizações contra o governo; o movimento sindical dos trabalhadores começou a sofrer um processo de renovação e resistência à política econômica, culminado com as greves de Contagem (MG) e Osasco (SP) em 1968; setores da Igreja Católica associaram-se à luta oposicionista; golpistas civis de primeira hora, como Carlos Lacerda – que em 1964 era governador da Guanabara – juntaram-se a políticos cassados pelo Regime, como Juscelino Kubitschek e o próprio João Goulart, e fundaram a Frente Ampla que objetivava aglutinar forças oposicionistas (GERMANO, 2005, p. 65).

A pretensão do golpe militar de 1964 era colocar o país rumo ao seu desenvolvimento, fazendo com que, no entendimento dos militares, os perigos decorrentes da desorganização social em que o Brasil se encontrava nos anos iniciais de 1960 fossem controlados, através da consolidação do Estado militar. A forma pela qual se daria a ingerência, porém, era composta de confrontos dentro da própria força militar, posto que segundo Germano (2005), havia uma corrente denominada “sobornista/castelista”⁵, que

⁵ Em relação à corrente *sobornista / castelista*, comandada pelo primeiro presidente do regime militar, o Marechal Humberto Alencar Castelo Branco, tratava-se de um grupo de intelectuais provenientes da Escola Superior de Guerra (ESG), em sua maioria militares, mas também contando com a presença de civis pertencentes à elite brasileira e afinados com o ideário do governo militar. Dos quadros da ESG, emergiram indivíduos que constituiriam o governo após o golpe de 1964 e, o padrão de excelência de seu ensino fê-la ser conhecida como a “Sorbonne” brasileira (ALVES, 1989).

pregava uma intervenção transitória no Estado e, outra corrente de “linha dura”, defensora da atuação permanente no governo do país.

A prevalência da segunda corrente determinou uma maior rigidez do regime militar e, se do ano de 1964 ao ano de 1968, ainda existiam grupos que declaravam abertamente a sua oposição ao governo, a partir da assinatura do AI-5, no dia 13 de dezembro de 1968, uma sexta-feira, pelo presidente Costa e Silva, sucessor de Castelo Branco, observou-se um recrudescimento da ditadura, caracterizada pelo aumento de prisões, torturas e assassinatos de presos políticos, além de instituir uma forte censura à imprensa, à educação e à cultura.

O período 1964-1969 traz um progressivo endurecimento do regime, com a conseqüente eliminação dos escassos espaços liberalizantes. Esse processo de endurecimento pode ser encarado como uma reação às mobilizações sociais; à ofensiva do movimento estudantil, notadamente em 1968, a tropeços eleitorais; a eventuais conflitos entre o Executivo e o Legislativo e ao surgimento de grupos armados de oposição ao Regime (embora as ações armadas de maior envergadura não tivessem ainda acontecido). A nosso ver, contudo, a escalada autoritária foi essencialmente uma expressão da mudança na correlação interna das forças ou das autodenominadas “correntes revolucionárias”, com a derrota dos “sobornistas/castelistas”, partidários de uma “intervenção transitória” no Estado, e com a ascensão ao poder da “linha dura” militar, favorável ao “processo revolucionário permanente” (GERMANO, 2005, p. 58-59).

Desse modo, o regime militar aos poucos foi engendrando dispositivos para a consolidação de seu governo. Por meio de um discurso oficial que preconizava a reestruturação da harmonia social, contando com a adesão de boa parcela da população, paulatinamente suas ações foram sendo caracterizadas pela restrição de diversos direitos civis, responsáveis por extinguir partidos políticos, impedir manifestações contrárias ao ideário militar e interferir nas decisões do Legislativo e do Judiciário. Com o endurecimento do regime, foram instados mecanismos para que efetivamente se compusesse um governo de atuação rígida em relação ao comportamento da sociedade.

Especialmente, o ano de 1968 demarcou um período importante para a tomada de posição da ditadura militar. Um dos casos de maior repercussão foi a morte do estudante secundarista Edson Luís, de 17 anos, após tiros disparados pela Polícia Militar contra estudantes que faziam uma manifestação em frente ao restaurante Calabouço no Rio de Janeiro.

Tal ato gerou uma imensa comoção da sociedade, redundando na adesão à causa dos estudantes, de diversos setores da população. Desse modo, no mês de junho de 1968, sob o comando do estudante Vladimir Palmeira, foi realizada aquela que ficou conhecida como a

“Passeata dos Cem Mil”, na mesma cidade do Rio de Janeiro, que meses antes presenciara o assassinato de Edson Luís. Tratou-se de uma manifestação contrária ao governo, que lhe cobrava atitudes, face às reivindicações estudantis, bem como transpareceu a indignação a respeito dos excessos de violência cometidos. Esse movimento contou também com a participação de setores da sociedade descontentes com os atos praticados pelo governo, incluindo um grande número de mães, o que não deixava de contrastar com as posturas assumidas anteriormente nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade. Ou seja, uma afronta ao ideário de ordem social, formulado anos antes pelo IPES/IBAD.

Portanto, a consolidação do regime militar como instância de cunho ditatorial, sofreu alguns percalços durante a trajetória de sua implantação e, talvez tenha advindo daí os sinais para a prevalência da corrente de “linha dura”. Mas, o fator de maior relevância, que solidificou o endurecimento do regime, foi o discurso proferido pelo deputado Márcio Moreira Alves, desencadeando uma forte reação do governo.

Alves, um jovem parlamentar de 28 anos, às vésperas do dia sete de setembro de 1968, propôs o boicote ao dia da independência brasileira, apontando o teor repressivo que se configurava no regime militar. Convocava os pais e mães para aderirem a essa idéia e, além do mais, sugeria às moças que dançavam com os cadetes e às namoradas dos jovens oficiais, que os recusassem, diante de suas cumplicidades com os atos dos comandantes militares, considerados por Alves como “carrascos” dos estudantes, pois dias antes, a Universidade de Brasília (UnB) havia sido invadida por tropas militares.

Esse discurso passou quase despercebido pela imprensa e pelo Congresso, mas não para os militares, que solicitaram a abertura de processo contra Márcio Moreira Alves. Porém, amparados pela imunidade garantida pela Constituição de 1967, os deputados não acataram a decisão, em sessão realizada em 12 de dezembro de 1968. No dia 13 de dezembro, foi baixado o Ato Institucional número 5 (AI-5), marcando o início do período mais austero do regime militar.

2.2- A consolidação da corrente de “linha dura”

Com a decretação do AI-5, o Executivo teve condições de estabelecer um governo pautado pelo controle sobre os outros poderes, administrando o país, de acordo com os

critérios de julgamento que melhor lhe conviessem. Do momento em que foi baixado o AI-5 até a posse do general Emílio Garrastazu Médici à presidência da República, criaram-se amplas possibilidades para o exercício da repressão aos grupos opositores do regime militar, em especial, aos contingentes que visavam a derrubada da ditadura através dos confrontos armados.

As relações de trabalho sofreram um grande controle, movido pela disciplinarização do trabalhador, impedindo-o de fazer greves e participar de movimentos sindicais. Amparado por uma taxa de crescimento de mais de dez por cento ao ano, o país passou a viver sob a aura do “milagre econômico”, sendo a nação que mais crescia dentre os países do terceiro mundo e, esse fator serviu como mecanismo de divulgação de uma nação que caminhava a passos largos para o seu desenvolvimento, facilitado pela assunção de uma postura administrativa mais técnica, devido à repressão aos embates políticos e à ausência de processos eleitorais que ameaçassem a hegemonia do Estado. A concretização desse ideal dependia da tranquilidade e harmonia, enfim, de um controle e ordem sociais, que inviabilizassem tentativas de contestação a essa realidade e efetivassem a estruturação do governo militar.

Foram arquitetados vários mecanismos repressivos, entre os quais a Operação Bandeirantes (Oban), em São Paulo no ano de 1969, com atuação também em outros Estados e, a sua substituição pelo Destacamento de Operações e Informações-Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), em 1970, que ramificou as suas sedes para além da cidade de São Paulo, incluindo o Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Salvador, Belém, Brasília, Curitiba e Porto Alegre.

Germano (2005) analisa que, embora os discursos adotassem um cunho nacionalista, direcionados aos interesses do país, o que ocorreu na prática, foi a autonomia das corporações militares em governar de forma autoritária, gerando a instalação de uma máquina de corrupção que privilegiava grandes grupos econômicos e não era fiscalizada devido à repressão que se instalara tanto sobre os poderes Legislativo e Judiciário, quanto sobre a sociedade.

É bom destacar, no entanto, que embora houvesse esse tom repressivo, as bases de aplicação do golpe militar eram crivadas por discursos em defesa dos interesses democráticos do Estado, por meio de lemas que imputavam à “revolução” de 1964, um estatuto de preservação dos valores morais da nação e da ordem social.

Para que fossem implementadas práticas discursivas voltadas ao desenvolvimento, segundo Covre (1983), a ESG assumiu um papel fundamental, formando militares e civis que

defendiam e disseminavam os pressupostos de bem-estar coletivo, segurança e liberdade. A autora afirma que a legitimidade do Estado engendrou-se por meio de uma “revolução consentida”, espalhando à população as vantagens de incorporar-se ao modelo desenvolvimentista e, nesse sentido, as Forças Armadas tornaram-se essenciais para garantir a ordem.

Assim, nos anos que se caracterizaram por serem eivados de um maior rigor, no que tange ao controle dos indivíduos e regulamentação da população, o regime militar sempre se ateu aos princípios que difundiam as liberdades individuais e defendiam os indivíduos dos riscos do comunismo. Foram utilizadas diversas táticas, visando dar uma roupagem democrática ao governo, de modo que se espraiasse no corpo social o teor de positividade do governo, de uma forma suave e branda.

Uma das estratégias que tentavam corroborar com esse gênero positivo do regime militar, refere-se à existência de dois partidos políticos, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), vinculada ao governo e, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de oposição, em que o governo assumia um discurso democrático ao permitir a presença de um partido oposicionista.

Porém, a permissão concedida, a fim de que houvesse a oposição, nem sempre seguiu caminhos harmônicos. O MDB, além de abrigar políticos moderados que divergiam das concepções apregoadas pelo governo, passou a acolher também, uma ala advinda dos partidos extintos que ideologicamente contrapunha-se, de maneira radical, ao regime militar, o que acabou por gerar uma diversidade interna, desagradável a alguns oficiais militares.

As relações de poder não eram determinadas apenas por um aparelho central, como instituidor de regras de direito passivamente acatadas. Ao mesmo tempo em que, os indivíduos enquadravam-se nas normas traçadas pelo regime militar, fixando-se no partido de oposição permitido, essas estratégias de controle social representavam, igualmente, espaços de resistência ao propiciarem a organização dos vários setores oposicionistas.

Denotavam-se preocupações, que parecem ficar patentes na fala do general Adolpho Couto, quando faz uma crítica à postura do MDB, por aceitar em suas fileiras indivíduos que pertenciam a quadros “subversivos”. Para o autor, diante da expressão democrática do Estado militar, permitindo a presença da oposição, tinham sido cometidos abusos perigosos à preservação de um “processo revolucionário legítimo”.

O que se esperava é que o MDB se auto-expurgasse da influência radical, deixando de proporcionar a tais elementos a cobertura legal, que eles sabiam aproveitar tão bem em benefício de seus desígnios antidemocráticos. Para isto seria necessário

que o MDB, lutando embora pelo retorno à normalidade democrática, tivesse assimilado a Revolução de 1964. Esta, entretanto, não conseguiu convencê-lo de sua inevitabilidade, como única solução para assegurar a sobrevivência da democracia, como os seus antecedentes fartamente comprovam (COUTO, 1999, p. 228).

Ora, podemos perceber que o golpe de 1964 buscava incutir idéias que realçavam a luta pelo retorno à normalidade e à restauração da ordem social, sendo que para tanto, era importante demonstrar a tolerância do governo com a existência de uma oposição, logicamente consentida, dentro dos modelos militares. Espalhava-se à população, o teor democrático da “revolução”, que infelizmente, no entendimento do autor, parecia não ter sido compreendido pelo MDB e, assim, medidas deveriam ser tomadas para a contenção das “distorções” oposicionistas.

Os dois partidos [ARENA e MDB] foram criados dentro da Revolução de 1964, na sadia preocupação de assegurar a existência de uma oposição política, que assegurasse a característica democrática do regime. Criava-se, assim, o grupo da *discordância*, mas nunca o da *repugnância* ou da *revolta*, situação a que foi conduzido hoje o partido da oposição, por sucessivas distorções de suas finalidades revolucionárias (...)

O que fazer agora? Deixar que ele continue livremente crescendo até que tenha força suficiente para transformar o antagonismo em pressão insuportável? Ou tomar medidas preventivas que, com o mínimo de agitação, permitam colocar a salvo os ideais da Revolução Brasileira, evitando que se chegue ao ponto de ter que fazer uma nova Revolução? (COUTO, 1999, p. 233-234).

Nessa citação, Couto reporta-se a um artigo seu, escrito no ano de 1978, portanto já na fase de enfraquecimento do regime militar, o que demonstra a inclinação de alguns grupos em manter o processo de governo, como veremos adiante. O seu tom ameaçador contrasta com o suposto teor de liberdade propugnado pelo autor no início de sua fala. Inferimos que, os princípios que nortearam a instalação de dois partidos, a ARENA, de situação e, o MDB, de oposição, foram eivados por estratégias de convencimento da população sobre o caráter democrático da “revolução”, mas que, dentro das próprias correntes favoráveis ao governo militar, existiam aquelas que reclamavam a atuação mais rígida diante de qualquer sinal que colocasse em risco a ordem social.

Constatamos que, para a consolidação da corrente “linha dura”, durante o período militar, disseminou-se no corpo social o ideário de liberdade dos indivíduos, oferecendo-lhes uma sucessão de oportunidades, para que optassem pelas atividades que melhor lhes conviessem, porém, na medida em que ocorressem transgressões, o Estado deveria estar atento e punir os infratores.

O Estado apropriava-se dessas injunções, para que fosse governamentalizado. De acordo com Ramos do Ó (2005), Foucault ultrapassa os conceitos de repressão, como única forma do poder ser exercido, para afirmar que as relações de poder ramificam-se pela sociedade. Ao fazer com que cada indivíduo pense que é livre, estabelecem-se formas de controle social mais eficientes.

É evidente que se continuasse a estudar o poder à luz das análises político-institucionais ou das definições jurídicas do sujeito, as questões relacionadas com a liberdade seriam sempre colocadas em termos de aquisição e de perdas de direitos. Isto é: numa posição de exterioridade relativamente à exterioridade do poder. Ora, Foucault acaba de dizer, na medida em que faz valer a liberdade do sujeito, é que a noção de governamentalidade descobre a matéria da ética no epicentro de todas as relações sociais. Nas sociedades governamentalizadas, o poder amplia-se porque exatamente se dirige a homens livres, que se percebem como indivíduos autônomos (RAMOS DO Ó, 2005, p. 23).

Façamos uma interpretação sobre a fruição do “tempo livre” durante o período militar, por meio da recreação e do lazer, nosso objeto de estudo. Havia propostas moralistas, direcionadas ao bem-estar coletivo e de escolha dos indivíduos ao seu alvedrio, visando o convencimento da população, de que o governo atuaria em favor da democratização das relações.

Foucault nos diz que o poder é exercido com maior facilidade sobre os indivíduos livres e, ao transportamos as análises desse autor para o regime militar brasileiro, verificamos que as estratégias de controle social voltavam-se muito mais ao alastramento de técnicas positivas, ficando a repressão concentrada naqueles que se insurgissem contra o governo.

Num país, de grande dimensão geográfica como o Brasil, evidentemente haveria uma maior facilidade em estabelecer a disciplinarização dos indivíduos e a regulamentação da população, através da assunção de discursos mais suaves, direcionados a fabricar as subjetividades, o que contrastava com as afirmações que realçavam a prevalência dos métodos repressivos no regime militar, mesmo porque, a constituição de uma sociedade obediente perpassava pela lógica da economia.

O desenvolvimento das disciplinas marca a aparição de técnicas elementares do poder, que derivam de uma economia totalmente diversa: mecanismos de poder que, em vez de vir de “dedução”, integram-se de dentro à eficácia produtiva dos aparelhos, ao crescimento dessa eficácia, e à utilização do que ela produz. As disciplinas substituem o velho princípio “retirada-violência” que regia a economia do poder pelo princípio “suavidade-produção-lucro” (FOUCAULT, 1987, p. 192).

Então, a propagação do tom democrático do Estado militar compunha-se de eficientes táticas de coerção, resultando que esse período fosse demarcado pela acentuação das discrepâncias sociais do país. As desigualdades não poderiam ser contestadas, devido a inviabilidade de se promover a organização popular e movimentos que questionassem as injunções presentes naquela realidade. As restrições estabelecidas pelo governo militar, sufocando qualquer tentativa de manifestação coletiva em que houvesse reivindicações das massas, especialmente nos anos mais duros do regime militar, que vai desde o início do Ato Institucional número 5, em 1968, até o final do governo do presidente Emílio Garrastazu Médici em 1974, fizeram com que as lutas não tivessem obtido nesse período uma grande adesão de todas as camadas da população e se restringissem aos grupos armados presentes no campo e nas cidades. Simultaneamente, eram incentivadas as aglomerações das multidões, destinadas a compor estratégias de governo, em que às massas eram permitidas ações que reforçassem a ordem social.

Se analisarmos o contexto social apresentado no regime militar, fazendo uma comparação entre os dispositivos de repressão e os de suavidade, observamos que os primeiros atingiam setores reduzidos da sociedade, entre os quais aqueles que acreditavam que, por intermédio da lutada armada focada nos próprios grupos de esquerda, haveria uma transformação social, enquanto que os segundos alcançavam uma parcela bem maior da população. Alves (1989) demonstra-nos a conjectura que demarcou o período:

Excetuando-se a ALN [Aliança Renovadora Nacional], as organizações de luta armada consideravam suas atividades urbanas como base de apoio para o principal esforço, de preparação e lançamento de um foco rural que levasse à guerra de guerrilha no campo. As ações urbanas garantiriam fundos e armas a serem enviados aos militantes encarregados de preparar o terreno nas regiões rurais. Entretanto, como a maioria das organizações nunca chegou à etapa da atividade rural, o período de luta armada caracterizar-se-ia sobretudo pelos combates urbanos. Embora estes grupos quase não tivessem coordenação militar e estratégica, agindo isoladamente e até em competição recíproca, sofreram todos a incidências do foquismo, acreditando que pequenos bandos de revolucionários armados, completamente isolados dos movimentos sociais, poderiam desencadear uma rebelião armada num país de 100 milhões de habitantes (ALVES, 1989, p. 143-144).

Essa citação permite a reflexão sobre alguns pontos importantes. As esquerdas brasileiras, especialmente aqueles grupos que aderiram ao combate armado, mantinham estratégias de luta insuficientes, se confrontadas com as do regime militar, no que se refere à ramificação de gêneros positivos à população. Efetivamente, não havia uma relação de simpatia da sociedade com os setores revolucionários de esquerda, haja vista que, a principal

questão era o sentido de produtividade transferido pelo Estado militar, sob os efeitos do “milagre econômico”. Além do mais, a vinculação da esquerda com o comunismo, alardeada pelo governo, causava receio ao corpo social.

Outra questão nos parece essencial, ainda nos reportando à citação de Alves. Dado o nosso objeto de estudo ser o lazer e a recreação, observamos que a fase do período militar que corresponde à consolidação da corrente “linha dura”, acabou atentando-se para os movimentos urbanos, a fim de organizar as multidões. Num processo de aumento demográfico, os indivíduos deveriam ser controlados, de modo a não serem cooptados por instituições “subversivas”. A utilização de táticas de controle, com uma entonação lúdica, era indispensável para regulamentar a população.

Instalava-se uma complexa teia de modulação dos indivíduos e condução das condutas da população, em que a postura do governo era crivada por técnicas de conformação social, diante das desigualdades incrustadas na sociedade. Covre (1983), amparada pelos discursos de economistas identificados com o regime militar, entre eles Delfin Neto, Roberto Campos e Mário Henrique Simonsen, argumenta que a lógica do desenvolvimento dava-se pela utilização da metáfora da teoria do crescimento do bolo, segundo a qual, o bolo primeiramente deveria crescer, para que depois fosse repartido à população. Sob a égide de que sem riqueza era impossível haver a sua distribuição, urgindo pois, o estabelecimento da eficácia e da produtividade, disseminava-se no corpo social a necessidade de todos os indivíduos estarem empenhados em dar a sua contribuição para o progresso do país, a fim de que futuramente os frutos pudessem ser compartilhados.

Essa “solução” brasileira para o impasse distributivismo-produtivismo, que vai gerar a pauperização crescente da classe operária, (...) vai persistir “normalmente”, ou seja, sem condições de maior reação e recolocação em todos os governos: Castelo, Costa e Silva e Médici, dada a intensa repressão, principalmente após o AI-5, calcada na legalidade da necessidade de “disciplina social” para manter o “desenvolvimento com liberdade”, e secundada pela legitimidade da administração racional do processo de modernização em nível de desenvolvimento (em seu auge no Governo Médici). Processo de modernização e nível de desenvolvimento esse que incorporava, como consumidores, as chamadas classes médias, e que, enquanto dominadas, também serviram de suporte legitimador à afirmação de que “todas” as classes se “beneficiavam” com o desenvolvimento (COVRE, 1983, p. 140-141).

Vemos que a positividade das falas, na conformação dos sujeitos, buscava induzir a idéia das vantagens advindas do modelo político e econômico implementado durante o período militar. Somente pela repressão, o exercício do poder sobre os indivíduos ficaria vulnerável e, assim, as táticas de convencimento eram essenciais para a promoção do ajustamento social.

Porém, aos poucos, novas configurações fizeram com que a base de apoio que a população destinava ao regime militar se modificasse, devido a fatores que redundaram em uma crise, decorrente de conjunturas externas e internas desfavoráveis. Significa dizer que, embora esse governo tenha sido identificado como autoritário, que utilizava dispositivos repressivos, como a tortura, para estabelecer o controle social, a sociedade também compunha uma rede de fiscalização, caracterizada pela ramificação das relações de poder por todo interstício social. Dessa forma, as questões não se encerravam nas determinações de um aparelho central.

[Foucault] não entende mais o poder como um sistema unitário, organizado à volta de um centro o qual é, ao mesmo tempo, a fonte e a razão de todas as dinâmicas internas. Ao invés, para o Foucault dos últimos anos o poder é crescentemente percebido com um domínio de relações estratégicas entre indivíduos e grupos que entre si tecem jogos de conduta que decorrem segundo a regra invariante da governamentalidade (RAMOS DO Ó, 2005, p. 22).

Ou seja, não se pode dizer que apenas por determinações do alto para baixo, o poder era exercido sobre os indivíduos, mas essas relações perpassavam horizontalmente. A eclosão da “revolução” militar, como já dissemos, deu-se em um momento em que boa parte da sociedade clamava pela volta da harmonia, diante das possibilidades de quebra dos dispositivos da sociedade de normalização, mas a realidade demonstrou que não se concretizaram os anseios da população em configurar condições para o seu bem-estar, a sua felicidade talvez e, as próprias relações de poder espalhadas pelo tecido social encarregaram-se de apontar as falhas de governo dos militares.

2.3- O enfraquecimento do ideário militar

A fase do regime militar, em que se consolidou a corrente de “linha dura”, foi demarcada, por um lado, pela utilização da força contra grupos opositores ao governo e, por outro lado, pela implementação de gêneros positivos, responsáveis por incutirem no imaginário da população os benefícios de uma nação caracterizada por índices de crescimento significativos e voltada ao progresso.

A partir do ano de 1974, novas configurações fizeram com que o Estado militar redirecionasse a sua atuação, em virtude de uma série de acontecimentos, dentre os quais a

modificação da estrutura internacional, que já não propiciava terreno para o crescimento conquistado no período do “milagre econômico”; a chegada à presidência da República de Ernesto Geisel - um “sorbonista” – e; a própria contestação da sociedade, em relação ao modelo de governo instituído no país. Além do mais, a preocupação em torno de grupos armados opositores ao governo, já não existia, pois os mesmos já haviam sido extintos pelas forças de repressão, tornando-se desnecessária a atuação forte do Estado, no sentido de instaurar a ordem social.

Com a escolha de Geisel em 1974, a influência do grupo de “linha dura” começou a ser diminuída e, o desgaste decorrente das divergências internas existentes na cúpula militar ficou ainda mais evidenciado. Desse modo, os princípios ditatoriais instados desde a ascensão dos militares, passaram a sofrer um enfraquecimento, além do que, o uso da força como instrumento de manutenção da ordem social, não era visto com simpatia por parte da sociedade. Manifestações de entidades como Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), além do revigoreamento da União Nacional dos Estudantes (UNE), mesmo na clandestinidade, greves de trabalhadores dos mais diversos ramos que se espalharam pelo Brasil, ainda que reprimidas pelo governo e, o crescimento da oposição, representada pelo MDB, contribuíram para quebrar as diretrizes do regime militar.

Com efeito, apesar do governo Geisel possuir a intenção de assumir um caráter liberalizante, diversas medidas foram tomadas, denotando retrocessos. Ocorreram cassações de deputados do MDB, investidas, inclusive com mortes, contra representantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do Partido Comunista do Brasil (PC do B), que embora na ilegalidade, ainda sobrevivia à custa do empenho de alguns filiados.

Entretanto, os casos de Vladimir Herzog e de Manuel Fiel Filho, mortos após serem detidos no DOI-CODI, expuseram as divergências existentes no regime militar e provocaram a reorientação da postura do governo Geisel. Esses assassinatos geraram pressões de setores da sociedade que, cada vez mais abominavam a prática de tortura como mecanismos de manutenção da ordem social. Outrossim, a imprensa internacional e órgãos vinculados aos direitos humanos protestaram veementemente contra as atitudes repressivas do governo militar. Em resposta, Ernesto Geisel afastou de suas funções, o comandante do II Exército, o general Ednardo D’Ávila Melo, espaço em que atuava o DOI-CODI.

As divisões existentes na cúpula militar, como destacado anteriormente, circunscritas entre os defensores de uma linha mais flexível, os “sobornistas” e, os defensores de uma atuação mais rígida, de “linha dura”, acabaram por ramificar essas responsabilidades

aos subordinados, que atuavam em esquemas, como “organizações paramilitares”, agindo por conta própria, eliminando os indivíduos tidos como “subversivos”.

Acreditamos que, além de não haver um controle do Executivo sobre as atitudes da corrente “linha dura”, também se espalharam pelas diversas organizações repressoras, manifestações que quebravam a hierarquia militar, conturbando de certa forma, o modelo de ordenamento tão decantado pela “revolução” de 1964. Isso decorre do fato de que havia o receio de perda dos privilégios conquistados durante o período de prevalência da corrente de “linha dura” e o temor de punições daqueles que participaram das sessões de tortura contra os opositores do regime.

Os agentes da repressão política vislumbraram que os organismos nos quais trabalharam seriam desmantelados ou, ao menos, perderiam muito a sua força. Com isso, deixaram de ter um papel destacado no regime, além de ficar sem as generosas gratificações governamentais e empresariais. Também temiam que pudessem ser punidos pelos crimes que haviam cometido, pois já corriam listas de torturadores e assassinos de presos políticos elaboradas por entidades de direitos humanos (MATTOS; SWENSSON JR, 2003, p. 73).

Diante dessa conjuntura, engendraram-se possibilidades do crescimento oposicionista, em virtude da população não mais compactuar com os mecanismos repressivos usados pelo regime militar, tampouco as estratégias de ramificação de seu viés positivo foram suficientes para garantir o governo, criando-se resistências que logo se espalhariam pelo corpo social.

Parcelas cada vez maiores passaram a ver o regime com olhos críticos e a manifestar a sua oposição à ditadura. Apoiando ou se engajando nos movimentos que tomaram corpo na segunda metade da década de 70 pelas liberdades democráticas, pelos direitos humanos e pela anistia, ampliaram o espaço de discussão, de participação e de oposição ao regime (HABERT, 1994, p. 46)

Uma das táticas utilizadas pelo MDB nas eleições de 1974, a fim de aproveitar o momento político e alavancar seu avanço, foi a propaganda gratuita no rádio e na televisão, em que os candidatos desse partido apontavam as mazelas do governo militar. Ante o aumento de representantes da oposição na Câmara de Deputados, o governo logo tratou de alterar a forma de utilização desse espaço, através da “Lei Falcão”⁶, impedindo a exposição aberta de idéias. Para as eleições municipais de 1976, um locutor lia os currículos dos

⁶ Criada pelo então Ministro da Justiça, Armando Falcão, a Lei nº 6.339/76 ficou conhecida também como Ato Institucional nº 7 (AI-7) e, teve como objetivo evitar que o horário eleitoral gratuito fosse utilizado para criticar o regime militar.

candidatos, sendo que no máximo aparecia a fotografia de cada um na televisão, durante o ato de leitura.

Outra questão importante, foi a atitude do Presidente Ernesto Geisel, em 1977, que assinou o denominado “Pacote de Abril”, redundando no fechamento do Legislativo. Através disso, foi viabilizado que o processo de eleições indiretas para governadores estaduais se tornasse permanente e alterou-se o número de deputados de cada Estado, favorecendo a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que era o partido do governo. Igualmente, modificou-se a estrutura do Senado, introduzindo a figura do “senador biônico”, eleito por um Colégio Eleitoral, além de aumentar o mandato do Presidente da República para seis anos.

Todas essas ações demarcaram as descontinuidades, em relação à recondução da eleição direta à totalidade dos cargos Executivos e Legislativos, inclusive o de Presidente da República, pois afinal, aconteceram sob o mandato de um “sobornista”, teoricamente vinculado a ideais mais flexíveis. Ocorre que, tais configurações continuaram sendo alvo de embates dentro da cúpula militar e, o retorno de direitos à população, que foram sendo restritos após a implementação do golpe de 1964, causava constrangimentos entre os adeptos da “linha dura”. A abertura “lenta, gradual e segura”, propugnada pelo regime militar, não obedeceu a um caráter linear.

Apesar das diversas medidas adotadas, tanto pelo “Pacote de Abril”, como pelas disposições anteriores, a fim de conter o avanço oposicionista, o que se verificou foi o crescimento do MDB. Em 1979, já na presidência do General João Baptista de Oliveira Figueiredo, a fim de dividir a oposição, foi instituído o pluripartidarismo, passando a ARENA ser chamada de PDS (Partido Democrático Social) e o MDB tornou-se o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). Era uma tática para a fragmentação da oposição, dado que ela deixava de concentrar as suas forças em uma única sigla, dividindo-se em partidos tais como, o PT (Partido dos Trabalhadores), PDT (Partido Democrático Trabalhista), PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), PP (Partido Progressista), além do PMDB. Mesmo assim, a derrota do governo foi relevante, especialmente se considerarmos os resultados eleitorais nos Estados de maior importância econômica.

Se nos reportamos às configurações políticas presentes no regime militar, mais detidamente às questões partidárias, é porque ele sempre se atentou à fabricação de subjetividades, sendo que a inferimos dentro de um viés positivo, posto que a conformação da população perpassava pela idéia da existência de uma oposição, que reforçava o caráter democrático do governo.

A reação do regime militar, no entanto, sempre visou sufocar o crescimento da oposição e garantir o processo de “democratização” do país, nos moldes militares. Um dos objetivos era de que a presidência do Brasil fosse entregue a um civil alinhado aos ideais da “revolução” e, para tanto, o controle político, com o máximo de representantes na Câmara dos Deputados e no Senado, além das nomeações em vários níveis de governo, era essencial, pois o presidente seria escolhido por meio de eleição indireta, pelo Congresso Nacional, em 1985.

O descontentamento da sociedade que não mais compactuava com os pressupostos do regime militar era de tal monta, que até mesmo esta eleição indireta foi contestada, sendo criado um movimento em favor do voto popular, conhecido como Diretas-Já.⁷ Ou seja, as relações de poder, embora identificadas ao controle de um poder central, direcionado à figura do governo militar, espalhavam-se por todo o corpo social, haja vista que, apesar de serem pensados estratégias de perpetuação do regime militar e de suas instâncias, a população já não aceitava passivamente as determinações do governo, engendrando resistências que passaram a quebrar a legitimidade do Estado militar.

Destarte, todo esse processo de abertura política não obteve um caráter de continuidade harmônica, pois existia a dificuldade do próprio governo militar, em controlar os representantes do grupo de “linha dura”, havendo nesse interregno, várias tentativas de restabelecimento de posturas repressivas dos primeiros anos do regime militar, especialmente do período correspondente ao “milagre econômico”, caracterizando-se por invasões a diversas instituições e, culminando com o caso de maior repercussão, a explosão da bomba no Riocentro em 1981⁸.

No tocante à economia, a propósito da crise internacional derivada do aumento do petróleo, o Brasil não vivia mais como em 1974, sob os efeitos do “milagre econômico” e o discurso do “desenvolvimento com segurança” e combate à subversão, já tinha deixado de seduzir à população. Se o governo militar amparava-se em taxas de crescimento no governo Médici em torno de 10% ao ano, durante o governo Geisel elas começaram a cair, chegando ao seu final com o país iniciando uma fase de estagnação.

⁷ A emenda do Deputado Dante de Oliveira (PMDB-MT) previa a eleição direta para Presidente, porém para ser aprovada dependia de 320 votos a favor, de um total de 478, ou seja, dois terços do plenário, o que não foi alcançado na ocasião.

⁸ O “Atentado do Riocentro”, foi um ataque idealizado por setores mais radicais da ditadura. Na oportunidade, dia 30/04/1981, era realizado um show em homenagem ao dia do trabalho. Seria colocada uma bomba no local do evento, responsabilizando grupos radicais de esquerda pela ação. Porém, o artefato explodiu antecipadamente, dentro de um carro ocupado por dois oficiais militares, matando um e ferindo outro. A partir daí, as investigações comprovaram o envolvimento dos militares no caso.

Por volta de 1979, quando a crise faz-se já bem intensa, a classe média, beneficiada pelo *boom* econômico do final dos anos 60 e meados de 70, viu-se na contingência de ter que abandonar o carro, símbolo de seu *status* social, bem como fazer descaso da sua apreciada parafernália eletrônica. Ei-la também “vítima” do modelo desenvolvimentista calcado na “civilização do automóvel” e com as conseqüentes necessidades de petróleo, regido pelas grandes empresas automobilísticas, grandes distribuidoras de óleo, etc., núcleo do desenvolvimento monopolista no Brasil (COVRE, 1983, p. 159).

Para se aproximar da sociedade e obter credibilidade, o governo militar assumiu um discurso participativo, buscando cooptar as massas a seu favor em nome da promoção de uma melhor distribuição de renda, a qual não tinha sido conquistada, mesmo diante da alta taxa de crescimento anual do Brasil no período do “milagre econômico”. Igualmente, tentou-se evitar a eclosão de greves entre trabalhadores de diversos setores, a fim de manter a ordem social.

Porém, o baixo prestígio do governo militar, ocasionado pela erosão social do Brasil, fez com que a população não respondesse ao chamado participativo do governo militar. A partir do final da década de 1970 e início da década de 1980, intensificou-se a crise econômica do país, decorrente de sua dependência ao capital internacional, situação que serviu para acentuar o afastamento da sociedade em relação às concepções do regime militar.

Embora no final da década de 1970, ainda prevalecesse a proibição de greves de trabalhadores, a eclosão do movimento do ABC paulista, envolvendo milhares de operários, comandados por Luís Inácio Lula da Silva, refletiu o sentimento da população em torno das configurações políticas do país, posto que, mesmo decretada a ilegalidade da greve, ela alastrou-se por outras regiões industriais do Estado de São Paulo. O resultado disso, foi que novas mobilizações ocorreram, denotando o enfraquecimento do governo.

O ano de 1979 assistiu à generalização do movimento grevista por praticamente todos os estados do País, envolvendo milhões de trabalhadores da cidade e do campo. Além dos metalúrgicos, pararam motoristas, e cobradores de ônibus, professores, funcionários públicos, lixeiros, médicos e enfermeiros, jornalistas, trabalhadores da construção civil, mineiros, bancários, canavieiros etc. (...) Foram greves gerais de categoria, maciças e de longa duração, reivindicando o aumento salarial, 40 horas semanais, estabilidade no emprego, direito de greve e de organização nos locais de trabalho, liberdade e autonomia sindicais, anistia, fim da ditadura militar (HABERT, 1994, p. 62).

Esse era o contexto apresentado, quando assumia o governo, o último presidente militar, o general Figueiredo, sendo que em seu início, o país vivia uma grande crise, caracterizada pelo aumento da inflação, má distribuição de renda, além de uma enorme insatisfação popular em relação ao regime militar.

Figueiredo conduziu seu governo com a intenção de transmitir a presidência da República a um civil identificado com os ideais militares. Já não havia forças suficientes, no entanto, para que se lograsse essa perspectiva e, mesmo a eleição ocorrendo em um Colégio Eleitoral, dado a derrota do movimento pelas eleições diretas, a escolha de um presidente que desse prosseguimento às diretrizes militares, esbarrava na resistência da população acerca da continuidade de uma fase que terminava marcada por um grande desgaste em seu governo.

Assim, em 15 de janeiro de 1985, foi escolhido para presidente da República, o candidato da oposição Tancredo Neves, em uma vitória contundente sobre o adversário situacionista Paulo Maluf, por 480 votos contra 180. A candidatura de Maluf sofreu fortes retaliações dentro da própria base governista, à medida que não aconteceu um consenso em torno do nome do candidato, o que fez com que muitos deputados migrassem para a oposição, como é o caso de José Sarney, ex-presidente da ARENA e do PDS e candidato à vice-presidente na chapa de Tancredo.

O regime militar buscou engendrar estratégias de normalização social, sob um discurso de condução do país ao seu desenvolvimento com segurança, livrando-o da ameaça comunista, mas aos poucos, observou-se que a tentativa de convencimento da população não foi suficiente para a perpetuação do governo.

As configurações apresentadas durante esse período demonstraram que, apesar de serem pensados estratagemas eficientes para a disciplinarização dos indivíduos e para a regulamentação da população, as resistências a esse modelo de governo também se espalharam pelo corpo social. O apoio popular verificado nos primeiros anos do regime militar, amparado por discursos que alardeavam o restabelecimento da normalidade, foi sendo enfraquecido, em virtude de situações que não correspondiam às expectativas da sociedade.

2.4- Pressupostos educacionais do regime militar

Dentro dos princípios de disciplinarização dos indivíduos e regulamentação da população, instados pelo regime militar, coabitavam diversos estratagemas para que se consolidasse o modelo de sociedade de normalização defendido pelo Estado. Da mesma forma, esse Estado deveria ser governamentalizado, incorporando os anseios do corpo social,

de modo que se difundisse a idéia de que se governava em seu nome e em favor de seu bem-estar. Certamente, o contexto educacional era imprescindível para reforçar as diretrizes do governo militar, especialmente porque, ele era composto de dimensões passíveis de serem exploradas por intermédio de um teor positivo.

Ainda que as discussões presentes nos aspectos legais que envolveram o campo educacional no regime militar sejam pertinentes para dialogarmos sobre as injunções sociais daquele período, não nos cabe aqui, aprofundarmos em leis e decretos, e sim tecermos comentários gerais sobre a Reforma Universitária (Lei nº 5.540/68) e sobre a reforma de 1º e 2º graus (Lei nº 5.692/71), a fim de buscarmos fazer um entrecruzamento das configurações educacionais do regime militar e, do lazer e da recreação como mecanismos de disciplinarização e controle social.

Essa decisão decorre do fato de delimitarmos o nosso trabalho nas possibilidades educacionais do lazer e da recreação, como mecanismos de controle individual e regulamentação da população, sendo que quando tratarmos da escola, o faremos para incluí-la em um aparelho de produção responsável por preparar os seus alunos para o “bom aproveitamento das horas de folga”.

A efetivação do controle social perpassava por práticas discursivas, que tinham a função de promover um alcance educacional a todas as camadas da população. Assim, o lazer e a recreação eram veículos desse processo; educava-se pelo lazer e pela recreação, de modo que as ações não se encerrassem no espaço institucional escolar.

Com efeito, a disseminação do lazer e da recreação foi um dos dispositivos criados pelo regime militar, em que as práticas concretas (discursivas e não discursivas) assumiram papéis de ajustamento social, numa realidade demarcada por tensões que poderiam desorganizar as multiplicidades.

Para definirmos o significado do termo “dispositivo”, amparamo-nos em Foucault (1985), quando o autor afirma que ele tem “como função principal responder a uma urgência” (p. 244). O ano do lançamento da Revista Brasileira de Educação Física e Desportos, em 1968, caracterizou-se por alguns fatores que motivaram tomadas de decisões, com certa urgência. Vislumbrava-se o desenvolvimento do país, por meio de sua industrialização e, conseqüentemente, houve um grande crescimento urbano. Acreditamos que, temia-se que parte desse contingente de indivíduos que chegava às cidades, além da população que já as habitava, pudesse ser cooptado por grupos opositores ao governo. Então, o lazer e a recreação foram dispositivos utilizados para educar os indivíduos e conter qualquer tipo de organização social indesejável.

Assim, tornava-se necessária a existência de produções científicas, na área de Educação Física, que a referendassem como uma disciplina essencial no desenvolvimento dos indivíduos. A Revista Brasileira de Educação Física e Desportos embasava-se em conhecimentos de especialistas, para ramificar ao corpo social, as vantagens de aderirem-se às práticas corporais, o que de certa forma, legitimava a difusão de seus conteúdos, dentro de um campo de cientificidade. Reportando-nos a Foucault, estabelecia-se a relação entre saber e poder.

O dispositivo, portanto, está sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem mas que igualmente o condicionam. É isto, o dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles (FOUCAULT, 1985, p. 246).

Para que se controlasse a população, era portanto necessária a utilização de dispositivos que atingissem a sua totalidade, estabelecendo políticas educacionais, que extrapolassem a instituição escolar, priorizando todos os segmentos etários e moldando as subjetividades.

Desse modo, a nossa intenção é estabelecer uma relação de movimento entre os pressupostos educacionais direcionados à escola no período militar e, o lazer e a recreação, como dispositivos educacionais que visavam abranger todo o corpo social. Tecermos comentários sobre fatores mais amplos da educação, comparando-os com os discursos referentes às práticas corporais, em especial, o lazer e a recreação.

As características educacionais do período militar foram demarcadas, em princípio, por um forte esquema de repressão contra agentes que poderiam desestabilizar as “conquistas obtidas pela revolução”. Tanto alguns grupos de professores, quanto de estudantes, especialmente na educação superior, reagiram contra os efeitos repressivos abusivos, tentando estabelecer questionamentos ao controle estabelecido pelo Estado, principalmente entre os anos de 1964 e 1968, pois embora o país vivesse sob a égide da ditadura, as mobilizações populares ainda encontravam alguns espaços de contestação.

Conforme comenta Germano (2005), tais configurações refletiram a preocupação do Estado militar com a educação, buscando através dela criar possibilidades de capacitação profissional da população, subordinando-a à produção, embora não fossem oferecidos na prática os aportes necessários para a dotação ao ensino público, de condições ideais de desenvolvimento. Esses enquadramentos motivaram a formulação das propostas educacionais

da primeira fase do regime militar, que culminaram com a Reforma Universitária e a Reforma do Ensino de 1º e 2º graus.

Em relação à Reforma Universitária, existia uma discussão que já se estendia pelo menos a partir do final da década de 1940. Porém, essa reforma, que sempre foi debatida por vários segmentos da sociedade, com a participação inclusive da UNE, tinha o intuito de modernizar a universidade brasileira, objetivando a criação de um ambiente crítico e de conscientização, o que fugia dos propósitos do regime militar e, assim, ela assumiu uma concepção que se alinhava ao modelo social desejado pelo governo naquele momento, a fim de que, dentro da universidade brasileira fossem barradas quaisquer manifestações de oposição, bem como, advogou-se um teor de privatização das universidades, ligadas essencialmente à formação de indivíduos para inserirem-se no mercado de trabalho. Esse modelo universitário sofreu uma grande interferência dos acordos MEC-USAID, respectivamente Ministério da Educação e Cultura e, United States Agency for International Development, que preconizavam a autonomia das instituições de ensino superior, transformando-as em empresas.

Vitorioso o golpe de 1964, subiram ao poder os defensores do privatismo na educação, aqueles que defendiam a desmontagem ou, pelo menos, a desaceleração do crescimento da rede pública de ensino. Em compensação, as verbas públicas destinadas ao ensino, deveriam ser transferidas às escolas particulares que, então se encarregariam da escolarização das crianças e dos jovens. Só onde a iniciativa privada não tivesse interesse em abrir escolas é que a escola pública seria bem vinda (CUNHA, 1985, p. 42).

Sob um intenso controle político dos estudantes, promoveu-se “um ensino propagandístico da ‘Ideologia da Segurança Nacional’ e dos feitos da ‘Revolução’ de 1964, com vistas à obtenção de alguma forma de consenso e de legitimação” (Germano, 2005, p. 134). Foram instituídas disciplinas que ressaltavam o caráter de obediência e o respeito à ordem, dentre as quais a Educação Física, que teve estendida a sua obrigatoriedade a todos os níveis de ensino, por força do Decreto-lei nº 705 de 25 de junho de 1969 (CASTELLANI FILHO, 1994), além de programas de extensão universitária capazes de integrarem os estudantes, que desconsideravam a possibilidade do exercício de crítica social – como o Projeto Rondon⁹, por exemplo – imbuídos em atender as comunidades carentes em pontos

⁹ O Projeto Rondon foi criado em 1967, inspirado na figura do marechal Cândido Rondon (1865-1958), conhecido por suas incursões ao interior do país e desbravamento de terras. O objetivo do projeto era levar os estudantes universitários à região amazônica, promovendo a integração nacional e possibilitando que os conhecimentos adquiridos na academia, fossem postos em prática, por meio da assistência à população carente daquela região.

afastados dos grandes centros urbanos. Dessa forma, controlavam-se simultaneamente os estudantes e as comunidades, por meio de práticas assistencialistas.

Com efeito, Covre (1983) argumenta que essas ações buscavam despolitizar os estudantes, processo que ela denomina “desintoxicação ideológica”, fazendo com que as estratégias de controle social encontrassem mecanismos eficientes para o alastramento de concepções voltadas ao bem-estar coletivo. Havia, no entendimento da autora, a disseminação de discursos que promoviam a idéia do caráter democrático da educação superior, possibilitando a todo indivíduo, desde que se empenhasse e canalizasse suas atenções para as questões relacionadas ao campo educacional, a sua inserção no mercado de trabalho e, conseqüentemente, difundiam-se os pressupostos de igualdade de oportunidades.

(...) os estudantes que façam política nos partidos; sejam “indivíduos cidadãos” e, como categoria estudantil, que se ocupe de tarefas construtivas e integrativas, por exemplo, do Projeto Rondon. (...) A educação, ao atender o processo tecnológico, está atendendo ao desenvolvimento, o qual, por sua vez, virá romper o círculo vicioso da pobreza. Ao propiciar isso, estará atendendo aos interesses de *todas* as camadas sociais. O “conhecimento” é apropriado por intelectuais-técnicos que o acionam na direção do interesse de *todos*, do coletivo, portanto como um projeto “*democrático*” não só de “sociedade democrática”, como de propiciar um quadro educacional “democrático” (COVRE, 1983, p. 256).

Por sua vez, a Reforma do Ensino de 1º e 2º graus, embora apresentasse pressupostos similares à Reforma Universitária, foi implementada em um contexto marcado pela vigência do AI-5 e pelo auge das lutas armadas contra o regime militar, em um momento em que o apoio popular ao governo militar encontrava maior respaldo, devido principalmente ao sucesso econômico conquistado naquela fase. “O clima reinante no país se caracteriza, ao mesmo tempo, por uma combinação de *medo* da repressão do Estado e de *euforia* em decorrência do crescimento econômico” (GERMANO, 2005, p. 160).

Dessa forma, a recepção à Lei nº 5.692/71 deu-se com entusiasmo, sendo que a sua aprovação não obteve contestações, até mesmo por membros do MDB. Não aconteceram sequer debates acerca da tendência de privatização da educação, pois os defensores da escola pública, naquele momento, estavam voltados à derrubada do regime e à modificação estrutural da sociedade, através do confronto armado, deixando as discussões sobre a educação em plano secundário.

Assumindo um discurso de oferecimento de oportunidades escolares às massas, posto que as desigualdades incrustadas no acesso à educação no Brasil apresentavam-se demasiadamente acentuadas, o governo militar atuou na reforma do ensino de 1º e 2º graus, com antecedência aos clamores populares por uma democratização escolar, produzindo no

imaginário coletivo a sensação de que o acesso à escola promoveria maiores oportunidades sociais.

Para os defensores da política econômica da ditadura (da submissão ao imperialismo ao arrocho salarial), as diferenças de escolaridade é que determinavam as diferenças de rendimento entre as pessoas. E não foi fácil desmascarar essa argumentação falsa. No período da maior repressão policial de nossa história, a ditadura usou e abusou dos meios de comunicação de massa, principalmente da televisão, para infundir nas massas essa crença no papel milagroso da educação (CUNHA, 1985, p. 56).

Portanto, ao contrário da Reforma Universitária, em que as reivindicações dos diversos setores interessados em modificar a estrutura do ensino superior no Brasil, anteciparam-se aos atos do governo e o pressionaram a agir rapidamente, no sentido de formular e sancionar a Lei nº 5.540/68, a implementação da reforma do ensino do 1º e 2º graus deu-se em um momento em que não havia nenhum constrangimento para que as autoridades se apressassem em aprovar a Lei.

No entanto, o aumento do número de vagas e de matrículas, no 1º e no 2º graus, que contemplou principalmente a população de menor renda, obteve um efeito muito maior no quantitativo de alunos que passou a freqüentar a escola, que propriamente ofereceu condições para diminuir o hiato social existente no Brasil, em vista de que a qualidade do ensino destinada a este segmento populacional que passou a ter um maior acesso à escola não foi suficiente para superar os contrastes sociais brasileiros.

A propalada democratização, assumia assim, uma dimensão meramente quantitativa e excluía a liberdade de participação política de estudantes e professores, tal como ocorreu no nível superior. Assim, configurava-se o uso da repressão e censura ao ensino: a introdução de disciplinas calcadas na Ideologia de Segurança Nacional; o fechamento dos diretórios e grêmios estudantis e sua respectiva substituição pelos denominados “centros cívicos escolares”, devidamente tutelados e submetidos às autoridades oficiais (GERMANO, 2005, p. 168).

Um maior acesso à escola, com disciplinas que reproduziam o pensamento oficial, era uma excelente forma de manter a ordem social, ainda mais em uma lógica em que se poderiam pregar as possibilidades que a educação era capaz de oferecer aos indivíduos. Facilitava-se a criação de campos de visibilidade, pois a reunião dos indivíduos em um espaço formal, direcionando-se conhecimentos afeitos ao ideário do regime militar, promovia discursos que difundiam que o sucesso de cada um dependia de seu esforço pessoal. Ao mesmo tempo em que se controlavam os corpos individuais, visava-se a regulamentação da

população, composta por um imaginário de que, pela via da educação, ela alcançaria a sua liberdade. Dessa forma, além das posturas repressivas do Estado, identificadas por Germano, as práticas discursivas adotavam uma positividade, à medida que carregavam uma concepção de autonomia.

O próprio caráter de terminalidade dado ao 2º grau, pela Lei nº 5.692/71, incumbia-se de enquadrar os indivíduos nas estratégias do regime militar, pois para inseri-los nos anseios desenvolvimentistas do país, a qualificação profissional se fazia necessária, independentemente da realização do curso superior, que ficaria restrito a poucos. A escola pública vinculava-se ao mundo do trabalho e, para que o indivíduo fosse útil, ele deveria pertencer a essa realidade, formando-se corpos dóceis e obedientes, condizentes com os ideais daquele período. Ao ensino superior, ingressavam alunos provenientes de escolas que preparavam para o vestibular, principalmente as particulares, o que dependia de uma disponibilidade de tempo e dinheiro, incompatíveis com a realidade da classe trabalhadora, acabando por gerar a acentuação do viés elitista universitário.

A reforma educacional do Regime foi particularmente perversa com o ensino do 2º grau público. Destruiu o seu caráter propedêutico ao ensino superior, elitizando ainda mais o acesso às universidades públicas. Ao mesmo tempo, a profissionalização foi um fracasso (GERMANO, 2005, p. 190).

O fracasso aludido por Germano decorre do fato de que as aspirações profissionalizantes do ensino de 2º grau não foram conquistadas, em virtude dos altos custos gerados por esse modelo e, acreditamos que acabou reforçando uma dicotomia entre as camadas mais baixas da população, que poderiam ter na educação mecanismos de diminuição das desigualdades sociais brasileiras, e as camadas mais altas, que consolidaram seu estatuto privilegiado no ingresso a formas mais requintadas de ensino.

As políticas educacionais adotadas pelo Estado estavam eivadas por pressupostos que ao enfatizarem o acesso de todos na escola, difundiam um discurso democrático, porém, a formação de mão-de-obra qualificada para o mercado de trabalho, ou pelo menos, a dotação de indivíduos, até aquele momento excluídos dela, de condições profissionais elementares, representava mecanismos de controle capazes de abarcar o maior número de sujeitos, pois facilitava uma tática de adestramento, à medida que incluía os indivíduos em um aparelho de produção, no caso a escola, que oferecia treinamento e ajudava a inseri-los numa sociedade de normalização.

Quando nos reportamos a essas características que demarcaram o campo educacional, procuramos identificar semelhanças com os discursos referentes ao lazer e à recreação, presentes na Revista Brasileira de Educação Física e Desportos. Podemos, nesse contexto, inferir que até a metade da década de 1970, verificamos uma primeira fase do periódico, em que as prescrições dadas através de orientações e sugestões com relação ao lazer e à recreação, enquadravam-se em um país que apresentava um grande processo de urbanização. A escola educava para atender as demandas do mercado de trabalho, esquadrihando os corpos, disciplinando os indivíduos e promovendo o ajustamento da população, de acordo com o seu nível social. Mas, o tempo de não trabalho, também precisava ser controlado e, para tanto, as práticas corporais eram focadas, atendendo aos modelos normalizadores do regime militar.

Vivia-se um período de crescimento acentuado das grandes cidades, fruto da ilusão de que o espaço urbano ofereceria maiores oportunidades aos indivíduos. A escola era um local de quadriculamento, pois se voltava à preservação da ordem, à medida que qualificava os indivíduos. Num contexto de intensa concentração populacional, esse controle exercido pela escola era imprescindível para organizar as multiplicidades. O desejo de se promover o ajustamento da população, numa perspectiva em que a constituição do Brasil Grande solicitava esforços na capacitação dos indivíduos para se inserirem no mercado de trabalho, fazia com que a escola funcionasse como um aparelho de produção formador de subjetividades.

Entendemos que a fase em que aconteceram as reformas do ensino universitário e do ensino de 1º e 2º graus, refletiram uma postura de acentuado caráter autoritário do regime militar, identificando-se com as propostas do lazer e da recreação do mesmo período, sendo ambas as situações reforçadas pelo amparo que o governo tinha no “milagre econômico”.

A Revista Brasileira de Educação Física e Desportos também visava um objetivo educacional, sendo um veículo destinado à capacitação profissional do professor de Educação Física, bem como, voltava-se à população em geral, a partir da atividade deste professor. Cabia a ele, ressignificar seus conhecimentos através da leitura do periódico, transformar-se em um agente difusor de suas prescrições, em suas práticas pedagógicas.

Essas estratégias de controle social, como mecanismos de conduzir as condutas das massas, também se apresentavam nos artigos de lazer e de recreação da Revista Brasileira de Educação Física e Desportos, já que a preocupação centrava-se nos riscos que o desenvolvimento do país corria, quanto à desorganização da população nos grandes centros urbanos, especialmente na primeira fase do periódico.

As discussões sobre esses aspectos são importantes para caracterizar como os discursos sobre o lazer e a recreação tinham um caráter prescritivo e normalizador, que se assemelhava aos discursos referentes à educação, enfocando a necessidade de controlar todo o tempo dos indivíduos, no sentido de torná-los produtivos, enquadrando-os na formatação social, que efetivamente atendia aos desejos de regulamentação da população propostos pelo regime militar.

Na primeira fase do periódico, constatamos a preocupação em fazer do lazer e da recreação, mecanismos importantes, cooptando a população em torno do ideário do regime, obstruindo as chances de que elas se aliassem a movimentos “subversivos”. A Revista Brasileira de Educação Física e Desportos surgiu no momento de maior tensão política do período militar e, até a primeira metade da década de 1970, era necessário conter qualquer tentativa de “contra-revolução”. Alves (1989) oferece um panorama de como alguns grupos de esquerda viam o papel fundamental da guerrilha urbana na derrubada do governo, o que de certo modo, propiciava riscos dentro das grandes cidades.

(...) os setores da oposição que vinham sustentando a necessidade de luta armada assumiram posição predominante. A estratégia de rebelião militar contra o Estado de Segurança Nacional vinha sendo discutida pelo menos desde de 1967. Mas só ganhou forte apoio entre os setores de oposição com as medidas de violência que se seguiram à promulgação do Ato Institucional Nº 5. Foi portanto em 1969 que efetivamente teve início a violência urbana e rural, que nos cinco anos seguinte dilaceraria o país. Observe-se que a luta armada concentrava-se basicamente em áreas urbanas, envolvendo sobretudo organizações cujos militantes provinham do movimento estudantil (ALVES, 1989, p. 142).

Ao mesmo tempo em que o governo militar atuava de maneira repressiva aos opositores do Estado, produzia-se no imaginário da população uma positividade, à medida que se assumiam práticas que enalteciam a liberdade dos indivíduos e defendiam a sua segurança. Se existiam perigos à manutenção da ordem social, nada melhor que ramificar à sociedade as vantagens advindas das práticas corporais. O lazer e a recreação promoviam o acesso a uma série de atividades, desde que orientadas e, por meio de técnicas de vigilância sutis e minuciosas, controlava-se todos os movimentos dos indivíduos, buscando impossibilitar que se corrompessem os ideais da “revolução”, ao propagarem-se apenas as benfeitorias à população.

Porém, a partir da segunda metade da década de 1970, aconteceu um novo movimento. Debates envolvendo intelectuais da educação e estudantes, começaram a criticar a condução das políticas educacionais. Se num primeiro momento a reação do governo foi estabelecer a retaliação às manifestações, posteriormente, vislumbrando a possibilidade de

aproximação junto à população, houve a assunção de um discurso em favor de políticas educacionais que privilegiassem a superação das desigualdades sociais.

Embora as táticas utilizadas, supostamente se encaminhariam para a conformação dos indivíduos, mantendo a ordem social, com um lema de que a educação, através do esforço pessoal, propiciaria possibilidades iguais a todos, as resistências decorrentes do malogro dessas propostas alastraram-se pela sociedade, motivando a mudança de postura do regime militar.

Assim, as decisões sobre a educação deveriam tomar um novo caminho, o da descentralização administrativa, em que não caberia mais a figura onipresente do Estado na elaboração dos planejamentos, pois incorporando as críticas advindas da sociedade, os intelectuais do regime militar ultrapassaram o conceito da educação como um mero agente de preparação para o mercado de trabalho, verificando que este modelo foi responsável por estabelecer uma seletividade, constatada através dos baixos índices de prolongamento da vida escolar dos alunos, especialmente os mais pobres.

Nesse sentido, a educação seria um eficiente mecanismo para atenuar as mazelas sociais do país. Era essencial porém, visualizá-la dentro de um contexto político em que a distribuição de renda, em primeiro lugar, deveria ser revista. Dava-se o foco da dimensão participativa como meio de suprir as carências da população de baixa renda e, as conquistas sociais tinham que prevalecer sobre as concessões do Estado.

Sob esse enfoque de participação popular, os discursos de lazer e de recreação passaram a assumir um tom mais democrático, com o envolvimento de um maior número de indivíduos nas atividades prescritas. A ênfase deixou de concentrar-se apenas no ajustamento da população dos grandes centros urbanos, para ser estendida a todas as regiões brasileiras, criando estratégias de controle social, dotadas de positividade.

As políticas educacionais do período militar permitem pensar que as configurações se davam em torno do estabelecimento de uma sociedade de normalização, à medida que as leis, funcionando como instrumentos estratégicos de governo, apenas referendavam as perspectivas de controle dos corpos individuais e regulamentavam a população. Isto é, os indivíduos deveriam ser moldados para se ajustarem às estruturas sociais, denotando técnicas de quadriculamento responsáveis por delimitar o espaço que cada um precisaria compor na sociedade. Enfim, constituía-se um Estado de governo definido por:

(...) uma massa: a massa da população, com seu volume, sua densidade, com, certamente, o território sobre o qual ela se estende, mas que não é dela senão um componente. E esse Estado de governo que se apóia essencialmente sobre a população e que se refere e utiliza a instrumentação do saber econômico, corresponderia a uma sociedade controlada pelos dispositivos de segurança (FOUCAULT, 2003, p. 305).

Ao dispor os corpos em locais determinados estrategicamente para atender a uma lógica econômica, que vislumbra o exercício de poder pela “arte de bem governar”, criam-se possibilidades de governar os homens e as coisas, difundindo a fiscalização para os interstícios sociais, sendo que, essa fiscalização é configurada por meio de técnicas que procuram suavizar os efeitos de poder, exatamente porque são instituídas sob a égide da autonomia dos indivíduos.

Atentou-se para a criação de instrumentos eficientes de controle sobre a população e, dentre as táticas adotadas, as práticas corporais eram necessárias para constituir o indivíduo obediente e controlar a sociedade. Dessa forma, a Educação Física foi tida como uma área de conhecimento imprescindível às aspirações militares, sendo que a Revista Brasileira de Educação Física e Desportos surgiu, como uma espécie de arauto, exatamente no ano em que o regime militar passou a atuar de forma mais rigorosa, em 1968.

A assunção de discursos que enfatizavam a questão da segurança, constituídos por um viés positivo de que o Estado atuava em favor de consolidar o crescimento do país, reproduzia na sociedade o sentimento de que para o Brasil se alçar ao topo das potências mundiais, juntamente com a promoção de uma melhor qualidade de vida à população, eram necessários que se trilhassem caminhos harmônicos e tranquilos, que contribuiriam para um processo de regulamentação da população.

As técnicas de implementação de políticas direcionadas ao controle dos cidadãos contemplavam a visibilidade sobre o corpo. Para que se abrangesse o máximo de indivíduos, o lazer e a recreação estruturados dentro da proposta que coadunava com as políticas educacionais, de modo geral, estimulariam a participação coletiva em atividades orientadas para a busca de prazer, saúde e integração social, a fim de que se estabelecesse um gênero positivo, determinado pelos pressupostos lúdicos de suas prescrições. Para que se efetivassem os anseios de formação de corpos dóceis, o lazer e a recreação apresentavam-se como mecanismos eficientes na instituição de uma sociedade ordeira e disciplinada, sendo que essas injunções representavam táticas da Revista Brasileira de Educação Física e Desportos, compondo os indivíduos no modelo social definido pelo regime militar. Ou seja, tanto o lazer

e a recreação, como as políticas educacionais, estavam em sintonia com as estratégias de governo.

Uma coisa era assumir uma postura de governo, em que se impusesse sobre os indivíduos um esquema repressivo que denotasse o poder do Estado militar sobre a população. Outra, era fazer com que os indivíduos acreditassem que as ações se davam no intuito de promover o bem-estar coletivo. Daí, inferimos que o lazer e a recreação eram mecanismos eficientes para disseminar o gênero positivo que as práticas corporais levariam à sociedade. Por isso, a Revista Brasileira de Educação Física e Desportos foi um veículo de extrema relevância, ao privilegiar em seus escritos, autores que atuavam em conformidade com os pressupostos propugnados pelo regime militar, nesse registro de positividade.

Com a conjugação de novos fatores e a repulsa aos métodos repressivos do Estado, que aos poucos começaram a ser denunciados por setores da imprensa, da sociedade e da oposição, bem como, a incapacidade das táticas positivas convencerem a população sobre as vantagens do governo militar, a partir da segunda metade da década de 1970, passou-se a questionar a presença de um Estado centralizador e ditatorial. Assim, inicialmente as técnicas repressivas e de positividade adotadas serviram para identificar o poder do Estado, mas como essas injunções não se encerravam em um aparelho central e nem poderiam se perpetuar à custa da repressão, as relações incrustadas na sociedade acabaram por determinar um questionamento às atitudes do regime militar.

Percebemos, nesse período, que os mesmos discursos participativos propagados pelo regime militar, estavam presentes também na configuração da Revista Brasileira de Educação Física e Desportos, como possibilidades educacionais à população, demonstrando que as ações vislumbravam disciplinar as massas. A mesma retórica, de cunho participativo, inserida num contexto em que o país não vivia mais sob os desígnios do “milagre econômico”, encontravam-se nas concepções de lazer e de recreação contidas no periódico.

O poder espalhava-se por todo o corpo social e não se concentrava unicamente na figura central do Estado, redundando, na realidade, em práticas de poder não localizadas, responsáveis por instaurarem um controle tanto de “cima para baixo”, como de “baixo para cima” e também de forma transversal, já que todos se fiscalizavam mutuamente. Um poder que se encarregava de disciplinar os indivíduos e enquadrá-los em mecanismos que garantissem a ordem social, mas que, ao mesmo tempo, encontrava espaços de resistência, advindos das relações estabelecidas entre os sujeitos, perfazendo configurações políticas que motivaram o questionamento da população acerca da continuidade do governo militar.

Em nosso trabalho, buscamos estabelecer as relações entre o governo militar e os discursos referentes ao lazer e à recreação presentes na Revista Brasileira de Educação Física e Desportos, já que esta se tratou de um periódico projetado para dar voz e ação à Educação Física, como uma área de conhecimento científico importante, demonstrando o seu enquadramento nas conjunturas nacionais, durante a sua trajetória.

Outrossim, abordaremos a roupagem do periódico, que tinha em seus conteúdos a prevalência do esporte, inclusive detectada pela análise que fazemos dos editoriais. Ademais, embora houvesse a sua vinculação com os rumos políticos presentes no Brasil, podemos inferir que as influências estrangeiras também se configuraram como essenciais para a constituição da Revista Brasileira de Educação Física e Desportos.

CAPÍTULO 3

CONFIGURAÇÃO GERAL DA REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS

3.1- Caracterização da Revista Brasileira de Educação Física e Desportos

Os estratagemas utilizados pelo regime militar para o estabelecimento do controle social foram demarcados, como já vimos no capítulo anterior, tanto por técnicas repressoras contra grupos opositores ao governo, como por discursos e práticas que buscavam convencer a coletividade sobre a pretensão de dedicar à “revolução” de 1964, um caráter democrático. Para que se disseminasse no corpo social os efeitos de verdade da instituição do Estado militar, como um governo que salvaguardava a ordem e a segurança da sociedade, não bastava o uso da repressão, mas era também necessária a utilização de gêneros positivos, que denotassem uma certa liberdade e autonomia da população.

Desse modo, um dos instrumentos de controle social utilizados foram as práticas corporais, por meio da propagação dos seus aspectos lúdicos e de seus benefícios à coletividade. A fim de que elas fossem estendidas ao maior número possível de indivíduos, a Educação Física seria a área de conhecimento responsável por difundi-las, abarcando o contingente de seus profissionais no projeto de disciplinarização dos indivíduos e regulamentação da população visado pelo regime militar.

Os objetivos do surgimento da Revista Brasileira de Educação Física e Desportos contemplavam a necessidade de igualar a Educação Física a outras áreas de conhecimento que, no entendimento das teorizações periódicas, estavam mais avançadas quanto ao seu teor científico. Isso representava que o seu público alvo era o professor de Educação Física, que deveria ser capacitado profissionalmente, para tornar-se um agente reproduzidor das prescrições contidas na *RBEFD* que, por sua vez, constituía um mecanismo difusor do ideário do regime militar, pois destinava às práticas corporais uma função fundamental no estabelecimento da ordem social.

A criação da Revista Brasileira de Educação Física e Desportos resultou desse interesse, surgindo como um veículo de divulgação das prescrições do regime militar, no que tange aos efeitos positivos das práticas corporais. Houve, no decorrer das edições, um esforço para que o profissional de Educação Física assimilasse os discursos contidos no periódico.

O seu ano de lançamento, em 1968, coincidiu com uma fase da política nacional, caracterizada pela atuação mais rígida do Estado militar contra seus opositores, advindo daí, a importância do espalhamento de dispositivos mais brandos de controle social. Nesse sentido, a utilização das atividades físicas permitiria propagar táticas de convencimento relacionadas à geração de benefícios à população.

O primeiro número do periódico foi editado com o nome de Boletim Técnico Informativo, nomenclatura que perdurou até o número oito, em 1969. Em 1970, passou a ser adotado o nome de Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva, tendo sido publicados sob esta denominação, os números 09 (1970) e 10 (1971). Do ano de 1971 até o ano de 1974, período que correspondeu à edição de número 11 à de número 24, a nomenclatura foi novamente modificada, passando para Revista Brasileira de Educação Física. Finalmente, do ano de 1975 até a sua última edição, em 1984, do número 25 ao 53, a denominação passou a ser Revista Brasileira de Educação Física e Desportos (FERREIRA et., al. 2002).

Para efeito de identificação, quando nos referirmos ao periódico, optaremos por utilizar a sigla *RBEFD*, referente à última nomenclatura utilizada, ou seja, Revista Brasileira de Educação Física e Desportos, pela qual é conhecida, inclusive se nos embasarmos no sumário elaborado por Ferreira et., al. (2002).

A edição do periódico, até o ano de 1970, ficou a cargo da Divisão de Educação Física (DEF), do Ministério da Educação e Cultura (MEC). A DEF teve seu nome alterado para Departamento de Educação Física e Desportos (DED) em 1971, sendo que em 1980 houve uma nova modificação, passando a se chamar Secretaria de Educação Física e Desportos (SEED).

A distribuição da *RBEFD*, de acordo com Oliveira, obedeceu aos seguintes critérios, durante a sua circulação:

A Revista era apresentada em sua ficha técnica como “uma edição da Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo”. Até o número 10 (1970) foi distribuída com ônus financeiro pelos postos da Fundação Nacional de Material Escolar (FENAME). A partir do número 11 (1971) estabeleceu-se o critério de assinatura não gratuita para, a partir do número 47 (1981) ser distribuída gratuitamente. Sua tiragem inicial era de 2.000 exemplares, aumentando para 5.000 exemplares a partir do número 6 (1969) e saltando para 50.000 exemplares a partir deste número 47

(1980). O último número (53) da *Revista* (1984) saiu com uma tiragem de 100.000 exemplares (OLIVEIRA, 2001, p. 70).

Considerando a logística de distribuição do periódico, na edição de número 6, de 1969, a sua tiragem mais do que dobrou em relação às edições anteriores, sendo que até então os exemplares eram distribuídos pela FENAME, situação que perdurou até o número 10, de 1970. Porém, a partir daí, esse cenário manteve-se estável, até a edição de número 46, em 1980, período em que prevaleceu o critério de assinatura não gratuita. Somente com a distribuição gratuita, a partir da edição de número 47, de 1981, é que a tiragem chegou a 50.000 exemplares, finalizando com 100.000 no número 53 de 1984.

Através desses números, constatamos que houve uma adesão inicial ao periódico, podendo estar representada por bibliotecas e outras instituições ligadas à Educação Física, além de assinantes que, de certo modo, se identificavam com as suas idéias. Mesmo adotado o critério de cobrança dos exemplares, a sua tiragem permaneceu a mesma, o que revela a existência de uma fidelidade à *RBEFD*.

Isso demonstra que, apesar dos esforços em fazer chegar o periódico aos profissionais da Educação Física, sua circulação dava-se somente entre aqueles que efetivamente tinham por hábito a sua leitura e, quando muito, a conquista de novos leitores ocorria principalmente por intermédio do acesso às bibliotecas ou às outras instituições que recebiam-no. Com a distribuição gratuita, em 1981, a tiragem deu um salto significativo, alcançando o número de 50.000 exemplares e, em 1984, saindo com 100.000 exemplares.

Percebemos que a ação de distribuir a *RBEFD* aos professores de Educação Física, por meio da gratuidade, alastrando as suas idéias entre os mesmos, já no final do período militar, constituiu-se em uma estratégia que corroborava com os anseios do regime em prorrogar o seu modelo de governo, pois o pensamento se orientava no sentido de que, mesmo a presidência do país sendo entregue a um civil, não era intenção que a fosse a alguém pertencente aos quadros opositores, mas sim, alinhado ao ideário do regime militar. Era uma das táticas adotadas, que nesse caso, buscava aglutinar os indivíduos em torno das práticas corporais, referendando-as como dispositivos capazes de organizar a população em espaços mais facilmente controláveis, impedindo que as atenções se voltassem para outras atividades e incidissem em manifestações contra o governo.

É bom ressaltar que as nossas observações, em relação à receptividade das idéias do periódico pelo seu público alvo, fazem parte de suposições e, não cabe aqui neste trabalho, uma investigação mais aprofundada de como a *RBEFD* foi incorporada pelos professores de Educação Física embora seja este um tema de extrema pertinência.

O que nos importa por ora, é identificar que a criação da *RBEFD* não se deu de maneira espontânea, mas foi um acontecimento no âmbito de um contexto que apontava as práticas corporais como mecanismos importantes e necessários para o controle social. Ao longo de suas edições, é possível observar a intensa preocupação do engajamento dos professores de Educação Física e, conseqüentemente, também na distribuição do periódico, para esses profissionais, respaldando-se muitas vezes em colaborações de autores estrangeiros, mas também enfatizando a necessidade de formar autores brasileiros identificados com o governo implementado naquele momento. Outrossim, percebemos a presença de um diálogo do esporte, conteúdo priorizado na *RBEFD*, com as orientações do lazer e da recreação, como mecanismos de ajustamento social.

Podemos afirmar que a *RBEFD* apresentou duas fases, sendo a primeira caracterizada por entonações mais incisivas sobre o papel das práticas corporais na regulamentação da população e a segunda eivada pela assunção de discursos mais participativos. Ao longo de nossas investigações, analisamos 19 editoriais e 12 artigos, totalizando 31 documentos demarcados de acordo com os quadros que se seguem.

Quadro I

Primeira Fase da RBEFD

Ano/Fase	Autor	Título	Número RBEFD
1968/1ª	Arthur Orlando da Costa Ferreira	Editorial	01
1968/1ª	Arthur Orlando da Costa Ferreira	Editorial	02
1968/1ª	Arthur Orlando da Costa Ferreira	Editorial	03
1968/1ª	Jayr Jordão Ramos	O Desporto-Jogo durante as horas de lazer do trabalhador	05
1969/1ª	Arthur Orlando da Costa Ferreira	Editorial	07
1969/1ª	Arthur Orlando da Costa Ferreira	Editorial	08
1971/1ª	S/A	Editorial: Filosofia da Educação Física Desportiva e Recreativa.	10
1971/1ª	S/A	Editorial: É tempo de somar	11
1971/1ª	Associação Brasileira de Recreação (ABDR)	II Seminário de Recreação	11
1972/1ª	Eric Tinoco Marques	Editorial: O tempo de colher	12
1973/1ª	Eric Tinoco Marques	Editorial: Faça sua revista circular	13
1973/1ª	Eric Tinoco Marques	Editorial: Um novo mercado de trabalho	14
1973/1ª	Auguste Listello	Estudo sobre uma concepção da organização do ensino da educação física, esporte e recreação	14
1973/1ª	Eric Tinoco Marques	Editorial: Desporto estudantil	15
1973/1ª	Eric Tinoco Marques	Editorial: Competir é o importante	16
1973/1ª	Eric Tinoco Marques	Editorial: Passando o bastão	18
1974/1ª	Eric Tinoco Marques	Editorial: Uniforme novo	19
1974/1ª	Inezil Penna Marinho	III Seminário de Recreação	19
1975/1ª	Osny Vasconcelos	Editorial: Os Jebs e o futuro	27
1975/1ª	Jacintho F. Targa	Princípios da Educação Físico-Desportivo-Recreativa para o ciclo fundamental	28

Quadro II

Segunda Fase da RBEFD

Ano/Fase	Autor	Título	Número RBEFD
1975/2 ^a	Osny Vasconcelos	Editorial: Estamos no caminho certo	28
1977/2 ^a	Lamartine Pereira da Costa	Implantação e desenvolvimento da campanha Esporte Para Todos no Brasil	35
1977/2 ^a	S/A	Documento Básico da Campanha	35
1978/2 ^a	Lamartine Pereira da Costa	As atividades do Esporte para Todos	38
1979/2 ^a	Renato Requiza	Conceito de lazer	42
1979/2 ^a	MEC-USP/SEED-FUNDUSP	Parques “Esporte para Todos”	42
1980/2 ^a	Renato Requiza	As dimensões do lazer	45
1982/2 ^a	N.M.E	Editorial	50
1982/2 ^a	SEED-MEC	Esporte para Todos: uma nova maneira de pensar a Educação Física	50
1983/2 ^a	N.M.E	Editorial	52
1984/2 ^a	S/A	Editorial	53

Legenda: S/A – Sem Autor

3.2- A distribuição da RBEFD e o engajamento do profissional de Educação Física

Dentro das estratégias de suavização, estabelecidas pelo governo militar, a fim de promover o controle social, a *RBEFD* constituía-se num veículo difusor dos benefícios advindos das práticas corporais. Cabia que fossem adotados critérios e métodos eficientes de distribuição, para o engajamento dos professores, tendo como objetivo final, a profusão de dispositivos educacionais voltados para a orientação da população, no usufruto de suas horas de lazer e de recreação.

O periódico foi concebido para que houvesse a adesão dos profissionais de Educação Física, sendo que, efetivamente, os exemplares tinham que chegar até eles. Ademais, existia o interesse em capacitar esses profissionais, inclusive estimulando-os a produzirem trabalhos científicos que consolidassem a Educação Física como uma área de conhecimento importante, dado que se denotava uma carência de produções nacionais, tendo que se recorrer constantemente a colaborações estrangeiras.

No editorial assinado pelo Tenente Coronel Arthur Orlando da Costa Ferreira, contido na *RBEFD* número 1, de 1968, nota-se a preocupação de consolidar a Educação Física como um campo de investigação científica e, para isso, a ação deveria partir dos órgãos de chefia, de maneira verticalizada, a fim de romper certo “círculo vicioso da ineficiência” à qual esta área de conhecimento estava sucumbida. Acreditamos que esses posicionamentos eram oriundos do desejo de fazer da Educação Física uma disciplina pactuada com o projeto de sociedade vislumbrado pelo regime militar. Quando Ferreira procurava reafirmá-la como uma área científica, o seu intuito dava-se no sentido de fazer da *RBEFD*, um mecanismo de divulgação das possibilidades que as práticas corporais possuíam para o enquadramento dos indivíduos numa sociedade de normalização.

A *RBEFD*, no entendimento de Ferreira, reconduziria a Educação Física ao seu devido lugar, pois esta se encontrava distanciada de seus princípios científicos, pedagógicos e sociais, bem delineados em épocas anteriores, sendo que a atuação dos dirigentes que lidavam com a área, tinha que ser dotada de “coragem moral”, levando todos os profissionais de Educação Física à busca da concretização do desenvolvimento desta disciplina, fosse no âmbito escolar ou num contexto de educação em geral.

O corpo editorial da *RBEFD* era composto por militares¹⁰ e, assim, seguia uma tendência de normalização social, altamente identificada com o governo instalado no país naquele momento, pois vislumbrava que a difusão de conceitos e prescrições disciplinasse os indivíduos e conduzisse as multiplicidades, promovendo a incorporação de normas que regulamentassem a população.

A fim de marcar presença e constituir-se em um veículo norteador das condutas dos professores de Educação Física, observamos que a *RBEFD* foi planejada para que tivesse uma frequência bimestral, o que efetivamente aconteceu em seu primeiro ano, 1968, mas, a partir de 1969 as suas edições não obedeceram a uma regularidade, inclusive escapando até mesmo das expectativas divulgadas em seus editoriais, como é o caso do de número 6, que previa edições trimestrais para o ano de 1969, mas só foram editados os dois números estipulados para o primeiro semestre, não ocorrendo as publicações planejadas para o segundo semestre. A partir daí, o número de edições anuais, teve a seguinte sequência: uma edição em 1970, duas em 1971, uma em 1972, seis em 1973, seis em 1974, quatro em 1975, quatro em

¹⁰ Os editoriais da *RBEFD* foram de responsabilidade respectivamente dos Coronéis Arthur Orlando da Costa Ferreira, Eric Tinoco Marques, Osny Vasconcelos e Péricles de Souza Cavalcanti. Ainda, participaram do Conselho Editorial, Lamartine Pereira da Costa, Ovídio Silveira Souza, Yesis y Amoedo Guimarães Passarinho, Léa Milward e Inezil Penna Marinho (OLIVEIRA, 2001).

1976, três em 1977, quatro em 1978, quatro em 1979, três em 1980, duas em 1981, duas em 1982, duas em 1983 e uma em 1984.

Constatamos também, que o último editorial destacava com empolgação a tiragem do periódico, vislumbrando a continuidade das edições, ante as decisões das autoridades:

No dia 27 de setembro a Ministra Esther de Figueiredo Ferraz assinou a portaria que instituiu o subsistema, já em fase de implantação. E no que respeita especificamente às publicações regulares *Educação*, *Cultura* e *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*, um dado concreto indica os benefícios que advirão para o setor editorial: a partir deste número, o número de nossas revistas passam a ter o dobro de tiragem, ou seja, cem mil exemplares (EDITORIAL, 1984, p. 1, *RBEFD* nº 53).¹¹

Portanto, a decisão de por fim à *RBEFD* não fazia parte dos planos de seus organizadores, tampouco o regime militar pretendia adotar essa medida. Acreditamos que a conjuntura apresentada no ano de 1984 é que ocasionou o desaparecimento do periódico, dado a fragilidade do governo militar naquele momento.

A eleição de Tancredo Neves à presidência da República, como candidato da oposição, frustrou as expectativas de permanência dos militares no comando do país, bem como provocou a modificação das estratégias, a partir daquele instante, sendo que, isso pode ter contribuído para que não fosse mais interessante a publicação da *RBEFD*, inclusive se considerarmos que ela era fortemente vinculada ao regime militar e, os clamores populares reclamavam a adoção de atitudes democráticas.

Quanto aos ideais preconizados em torno da força dos dirigentes em organizar os profissionais de Educação Física, partindo deles a voz de comando para a assunção de posturas condizentes com a pretensão de cientificidade da área, cremos que denotava o anseio de inserção da Educação Física, como dizia Ferreira (1968a), em um campo de conhecimento importante, num contexto social demarcado pelo controle sobre os indivíduos e instauração de uma ordem social.

O processo de distribuição do periódico parece ter sido permeado por dificuldades, pois no editorial de número 2, de 1968, quatro meses após a publicação do primeiro número, o tenente coronel Ferreira reclamava da falta de empenho dos professores, dos dirigentes e dos órgãos estaduais, não cabendo a responsabilidade da distribuição apenas à divisão de Educação Física e à infra-estrutura montada.

¹¹ Nas citações referentes à *RBEFD* utilizaremos neste trabalho a fonte “Lucida Console”, a fim de que sejam diferenciadas de outras citações, com as quais pretendemos dialogar durante este trabalho. Além disso, cada citação referente à *RBEFD*, será identificada ao seu final, juntamente com seu número de edição.

Devido a nossa intenção de atender aos especializados de todo o Brasil e ao provável e conseqüente número de inscrições, planejou-se estabelecer um sistema de distribuição automática. Isto somente terá sucesso com o empenho dos professores interessados e dos dirigentes e órgãos estaduais, através da remessa de imediato dos nomes, endereços e estabelecimentos onde atuam os requerentes de assinaturas (FERREIRA, 1968b, p. 5, *RBEFD* nº 2).

Nota-se que as expectativas iniciais se davam acerca da distribuição do periódico a qualquer professor de Educação Física, dirigentes e órgãos estaduais interessados, tornando-se imprescindível o engajamento de todos para que seus conteúdos pudessem ser disseminados. Sob uma tiragem modesta, em seus primeiros números e, sendo distribuída gratuitamente, através da FENAME, a preocupação parecia centrar-se na divulgação da *RBEFD*, de modo que o professor a conhecesse e tivesse acesso às suas informações.

Além disso, esse editorial da edição de número 2 ressaltava a importância da *RBEFD* como um veículo de incentivo à formação de um corpo de colaboradores nacionais. Assim, Ferreira era contrário ao estigma de que o professor de Educação Física não gostava de ler e escrever, afirmando que não havendo o veículo não é possível existir o agente (FERREIRA, 1968b).

Aos poucos, a *RBEFD* foi sendo assimilada. Já na edição de número 3 de 1968, Ferreira, ao redigir o editorial, demonstrava otimismo em relação à postura dos professores de Educação Física, quanto à receptividade do periódico. Para a sua consolidação, deveria haver persistência, incentivando cada vez mais a produção de artigos nacionais. Colimava-se, dessa forma, o incremento dos conhecimentos no campo da Educação Física, inclusive com a implementação de cursos e congressos, principalmente voltados à área de treinamento desportivo, o que de certa forma, já configurava uma preferência dos editorialistas pelo esporte como conteúdo. Através do apoio à pesquisa, Ferreira pregava a destruição do “círculo vicioso de estagnação” presente no cotidiano dos profissionais de Educação Física.

Embora a catalogação dos assinantes não tenha sido completada após seis meses da solicitação inicial, assistimos prazerosamente à chegada de colaborações dos mais diversos setores. Acreditamos que o círculo vicioso da estagnação em que vivem mergulhados os nossos especializados, possa ser vencido progressivamente por um trabalho persistente, a longo prazo, com propósitos realistas e bem delineados. Para isto a infra-estrutura do BTI [Boletim Técnico Informativo] está montada, aperfeiçoando-se internamente, enquanto cumpre as etapas incontornáveis da evolução (FERREIRA, 1968c, p. 5, *RBEFD* nº 3).

A satisfação de Ferreira adivinha do engajamento dos profissionais que lidavam com a Educação Física, além do aumento de colaborações de setores diversos, o que significa que existia uma adesão à *RBEFD* e às suas idéias. Acreditamos que outro fator que contribuiu

para sacramentar o periódico, foi a gratuidade em seus números iniciais, propiciando o seu maior conhecimento e, por conseguinte, o aparecimento de um maior número de trabalhos vinculados às suas expectativas.

A propagação das atividades físicas defendidas pela *RBEFD* dependia de sua distribuição ao professor de Educação Física, para que este seguisse as orientações e as reproduzisse na sociedade. Assim, a atuação docente não se circunscrevia às leis determinadas apenas por um aparelho central, mas era demarcada por múltiplas formas de governo, com as relações de poder espalhando-se pelo corpo social e definindo uma sociedade de normalização capaz de enquadrar tanto o indivíduo, como a população. O professor deveria ser um transmissor dos conhecimentos, que adquiria pelo discurso presente na *RBEFD*.

Ou seja, as estratégias de governo do regime militar buscavam agradar a população, para que justamente conquistasse as possibilidades de modelar, administrar, controlar e, assim, governar. Paraíso (2006), mesmo distante de nosso objeto de estudo, já que analisa a mídia educativa, realiza um estudo sobre as táticas de convencimento dos professores, adequando-os às prerrogativas da disciplina e da biopolítica.

A autora diz que a mídia educativa “inventa” mecanismos para conduzir a conduta dos professores, através de técnicas eficientes, fazendo-os acreditarem como sujeitos do processo, disseminadores de idéias no corpo social e, dessa forma, governa-os. Transportando essa análise para a *RBEFD*, acreditamos que as situações eram eivadas por pressupostos semelhantes, posto que havia a pretensão de convencimento dos professores.

Nesse discurso são disseminados múltiplos saberes, exercícios, práticas, técnicas e tecnologias de subjetivação que pretendem regular, organizar e divulgar formas possíveis de ser professora e professor. Uma rede de saber-poder possibilita que a/o docente conheça formas “adequadas” de ser professora/professor, modos considerados “corretos” de implementar um currículo, de ensinar, práticas para a/o docente exercer, posturas para seguir, maneiras de conduzir-se. Um conjunto de condutas é apresentado como oportuno e conveniente à boa professora e ao bom professor. Posturas são pensadas para dar uma forma válida aos saberes e exercícios ensinados (PARAÍSO, 2006, p. 100).

Assim, engendraram-se mecanismos responsáveis por fazer do professor um agente disseminador das estratégias de controle colimadas pelo regime militar, sendo que a sua atuação estava voltada para a condução das condutas sociais. A *RBEFD* servia como um instrumento de formação profissional, promovendo possibilidades de atualização permanente dos professores, a fim de interferir na regulamentação da população. Para a sua afirmação, enquanto um periódico que tratava do desenvolvimento da Educação Física, buscava-se a participação massiva de seus profissionais.

O enfoque sobre a necessidade do envolvimento dos professores de Educação Física não se restringiu aos números iniciais da *RBEFD*, tampouco às intervenções do tenente coronel Arthur Orlando da Costa Ferreira. O editorial da edição de número 12, de 1972, assinado pelo coronel Eric Tinoco Marques, abordava os avanços conquistados pela Educação Física, inclusive incrementados com a chegada da verba da loteria esportiva (direcionada especificamente ao desporto), incidindo na necessidade de colocar o Brasil ao nível de outras nações desenvolvidas, bem como, atentar para os cuidados a serem tomados em virtude de que, com o aumento dos recursos financeiros, tinha-se que conter qualquer tentativa intempestiva de gastos desnecessários.

Dessa forma, esperava-se que o professor de Educação Física fosse um agente imprescindível para a continuidade do projeto de desenvolvimento de sua área de conhecimento, que estava sendo alcançada gradativamente, mas ainda se colocava de forma incipiente.

Sabemos perfeitamente que ainda temos muito para realizar, que o caminho está apenas na sua primeira etapa. Sabemos que você, o professor de Educação Física, será o executante de uma tarefa que não ganhará as manchetes e que, por tão anônima, se reveste de um significado ainda mais transcendental. Mas sabemos que podemos contar com a sua participação (MARQUES, 1972, p. 5, *RBEFD* nº 12).

O discurso referente à atuação do professor conclamava-no a envolver-se no processo idealizado pela *RBEFD*. Reportando-nos às afirmações de Paraíso (2006), a palavra possuía a força que habilitava os docentes a vivenciarem experiências e constituírem-se enquanto indivíduos.

O professor de Educação Física não ganhava as manchetes, mas participava de uma maquinaria que podia ser ativada constantemente. Marques ressaltava que mesmo o professor assumindo uma posição anônima, ele era fundamental na constituição da sociedade defendida pelo regime militar. Estabeleciam-se eficientes recursos de subjetivação, já que os discursos eram direcionados aos professores comuns e que, por meio de um bom trabalho, de um engajamento, da adesão à causa da Educação Física, eles estariam contribuindo com o país. As tecnologias políticas abrangiam as práticas discursivas que educavam, penetravam, fiscalizavam e estabeleciam uma dimensão permanente de disciplinarização dos indivíduos.

Os editoriais da *RBEFD* de número 13 e de número 14, ambos de 1973, também assinados por Eric Tinoco Marques, enfatizavam a necessidade de divulgação do periódico aos professores de Educação Física, pelos próprios professores de Educação Física, reforçando a idéia de que o periódico era um importante mecanismo de formação profissional.

O enfoque na circulação da *RBEFD* entre os pares e a emissão das opiniões dos professores eram salutares, na visão do editorialista, dado que com muito custo tinham sido superadas as dificuldades de sua distribuição, porém ainda faltava a participação mais efetiva, vinculada à expectativa de formação de colaboradores alinhados às suas diretrizes.

(...) desejamos um pouco mais: é necessário que ela [a *RBEFD*] seja examinada, que sofra uma constante crítica por parte dos professores de Educação Física. Só assim poderemos ter a certeza de que o nosso trabalho está realmente sendo de utilidade e compatível com as nossas necessidades. (...) agora, dependerá da sua participação o aperfeiçoamento dela. Faça a sua Revista circular. E não nos prive de sua opinião (MARQUES, 1973a, p. 5, *RBEFD* nº 13).

A necessidade da participação do professor era insistentemente reforçada, cuidando para que ele fosse um agente responsável por transformar a sua realidade. Sua inserção no periódico valorizava um certo tipo de diálogo, que ao mesmo tempo em que produzia efeitos de verdade sobre a importância do seu envolvimento na *RBEFD*, também consolidava os discursos oficiais que objetivavam conduzir a Educação Física a uma área de conhecimento vinculada ao projeto de constituição do Brasil Grande.

Era essencial que se investisse na capacitação do professor de Educação Física, na medida em que o fizesse acreditar na sua importância como um profissional capaz de dar prosseguimento ao projeto de Educação Física nacional, disseminando as práticas em favor do controle social. Cabia a ele, assumir os discursos e atuar na administração à população, dos aspectos instrumentais das práticas corporais.

Assim, compondo as estratégias para que houvesse a predominância do esporte na *RBEFD*, o que discutiremos mais detalhadamente no tópico seguinte, direcionadas à formação de atletas para representarem o país em competições internacionais, o mais importante era incutir no imaginário dos indivíduos, em geral, a positividade gerada pelas atividades físicas, eivadas de um caráter de enquadramento em uma sociedade de normalização. Destarte, o professor de Educação Física atuaria sobre a população, da qual ele mesmo fazia parte, transformando-se simultaneamente em sujeito, ao revogar para si a sua importância como um agente fomentador de “novos talentos” e, em objeto, ao incorporar as práticas discursivas necessárias à governamentalidade, ajustando-se nos enquadramentos disciplinares vislumbrados pela linha editorial da *RBEFD*. É tempo de produzir... amanhã será tempo de colher (MARQUES, 1972, p. 6).

Portanto, a *RBEFD* tinha a intenção de envolver os professores de Educação Física na recepção do periódico, formando um contingente de colaboradores nacionais, identificados

com os padrões desenvolvimentistas defendidos dentro da lógica de positividade do regime militar. Incentivavam-se as produções de novos autores brasileiros, porém, dentro de normas que compunham as estratégias de governo, enaltecendo os benefícios “conquistados” pela população.

venha para as nossas páginas, não apenas como leitor, mas também como colaborador, oferecendo sua experiência em proveito de todos os companheiros que aqui buscam novos conhecimentos ou mesmo reforços, com nova argumentação, àquilo que já sabiam, àquilo que compunha o seu dia-a-dia (MARQUES, 1974, s/p., *RBEFD* nº 19).

Aparentemente, a *RBEFD* estava aberta a toda publicação, independentemente de seu viés ideológico. No entanto, pelas análises dos editoriais e dos artigos que abordavam sobre o lazer e sobre a recreação, constatamos que não existiam posicionamentos questionadores às diretrizes implementadas por aquele modelo de governo, ainda que acreditemos que parte dos professores não se identificava com o ideário do regime militar.

Essa decisão aparenta ser consciente, face ao caráter prescritivo da *RBEFD*, pois se buscava canalizar todas as atenções em favor de artigos que contribuíssem para a disciplinarização das massas, ou que viessem de encontro ao governo militar.

Engendraram-se efeitos de verdade, referendados pela constituição de conhecimentos científicos, que no caso da *RBEFD*, foram buscados principalmente no esporte e nos seus correlatos destinados aos altos níveis de rendimento físico, bem como à disseminação dos aspetos saudáveis de sua prática à coletividade. Nesse sentido, o esporte, por ser um fenômeno social de extrema visibilidade, foi uma prática corporal intensamente adotada como mecanismo de disciplinarização da população, trazendo consigo as vantagens de conter elementos lúdicos essenciais à sua disseminação na sociedade.

Assim, apesar de termos como objeto de estudo o lazer e a recreação, realizamos uma incursão pelos editoriais, para destacar a importância que o esporte assumiu durante as edições da *RBEFD*, visando, de igual modo, refletir sobre a aproximação dos discursos eivados por estratégias de controle social, imbricados tanto no esporte como no lazer e na recreação e, tendo naquele a realização destes. Nesse aspecto, vale ressaltar que apesar de estabelecermos distinções entre esses temas, não significa afirmar que inexistiam relações entre eles, mas ao contrário, o esporte de alto nível, encaixava-se perfeitamente nas opções de lazer e de recreação dos indivíduos, fosse por meio da reprodução de sua prática, fosse por meio da formação de milhares de espectadores que se divertiam ao assistir o espetáculo.

3.3- A predominância do esporte nos editoriais da RBEFD

A *RBEFD* era um periódico destinado aos professores de Educação Física, havendo uma variedade de conteúdos em suas páginas, com a prevalência do esporte, como nos aponta Oliveira (2001). Baseando-se em um artigo de Manoel Gomes Tubino, contido no periódico, Oliveira afirma que havia em seu interior, um embate entre os dogmáticos e os pragmáticos, sendo os primeiros enquadrados como defensores da formação humana, através das práticas corporais e, os últimos caracterizados pelo apoio a uma forte tendência mundial de vincular a Educação Física ao esporte de alto rendimento.

No que tange às discussões entre os dogmáticos e os pragmáticos, podemos afirmar que as orientações da *RBEFD* davam-se no sentido de organizar as multiplicidades, independentemente de seu viés esportivo ou humanista. Assim, para tentarmos promover um diálogo acerca desses possíveis embates, faremos uma leitura dos editoriais, que em geral, enalteciam o governo militar e conclamavam a participação dos professores de Educação Física, principalmente através do esporte, na cruzada pela emancipação e soberania do país.

Acreditamos que mesmo havendo a existência de divergências entre as tendências mencionadas, a linha editorial do periódico representou, muito mais, um movimento de controle social, determinado inicialmente, como já discutido no tópico anterior, pela adesão do professor de Educação Física às prescrições da *RBEFD*. A partir da edição de número 10, o esporte passou a ser priorizado dentro de uma lógica articulada com os anseios do regime militar. Destarte, detectamos também a aproximação das teorizações do esporte com as do lazer e da recreação, quanto à necessidade do estabelecimento da ordem social, frente ao processo de urbanização pelo qual a nação passava.

O desporto afirma, com efeito, o elemento compensador indispensável às inibições da vida de hoje, ameaçada pelas consequências da industrialização, da urbanização e da mecanização. Ele se impõe como uma atividade especialmente adaptada às necessidades do mundo contemporâneo. E contribuirá, no futuro, de maneira mais decisiva do que no passado, para a expansão do Homem e para sua melhor integração social (EDITORIAL, 1971a, p. 7, *RBEFD* nº 10).

É possível afirmar que a *RBEFD*, até meados da década de 1970, preocupava-se com o crescimento das grandes cidades, decorrente da industrialização do país. Diante desse quadro, a contenção de possíveis manifestações contrárias ao governo militar

perpassava por táticas que visavam conduzir as condutas da população, dentre as quais, o desporto era utilizado, especialmente por ser uma atividade de grande aceitação popular.

Amparando-se no desporto, esse editorial assumia um cunho humanista, se seguirmos os apontamentos de Oliveira (2001), sendo que as estratégias de controle social voltavam-se à disciplinarização das massas, buscando impedir que elas se tornassem confusas e perigosas, visto que as configurações políticas daquele momento apresentavam-se conturbadas.

O ano de 1971 caracterizou-se por contestações de grupos opositores ao regime militar, inclusive com a existência de guerrilhas armadas de esquerda, principalmente nas grandes cidades. Desse modo, supomos que a “expansão do Homem” e a sua “integração social” estavam imbricadas por discursos que visavam a difusão de práticas corporais que disciplinassem os indivíduos e regulamentassem a população, evitando que houvesse a adesão às causas “subversivas”, presentes principalmente nos grandes centros urbanos. Induziam-se comportamentos para moldar as atitudes dos homens.

Foi com o coronel Eric Tinoco Marques que os editoriais passaram a assumir um discurso voltado à competição de alto rendimento, inclusive visualizando as potencialidades do desporto estudantil para a formação de atletas. Para tanto, a competência da administração desportiva dos escolares deveria ser vinculada às federações estudantis, objetivando a “lapidação” de talentos e, conseqüentemente, propiciando melhores condições de representatividade nacional.

A importância do desporto estudantil é óbvia por si mesma e dispensaria outros comentários.
E não pretendemos aqui, justificá-la.
Mas falar do desporto estudantil é falar do futuro desportivo nacional; apontar acertos e desempenhos é antever **performances** e alegrias.
Neste quadro, cabe sempre uma pergunta sobre a competência, e a responsabilidade pela promoção da categoria (MARQUES, 1973c, p. 4, *RBEFD* nº 15).

Talvez, a própria história de Marques apontasse para esse desejo de formação de atletas que atuassem em favor do reconhecimento do Brasil no cenário esportivo internacional, já que ele fora medalhista de ouro nos jogos pan-americanos de Buenos Aires, em 1951. Porém, acreditamos que esses posicionamentos amparavam-se em uma forma branda de ajustamento social, promovida pelo regime militar, que utilizou a Educação Física como uma disciplina responsável por difundir o benefício do esporte à sociedade, através da “Campanha Nacional de Esclarecimento Esportivo”, que ocorria naquele momento

vislumbrando “transformar a população brasileira numa população de praticantes ativos de atividades esportivas” (OLIVEIRA, 2001, p. 195).

O incentivo ao desporto estudantil era fundamental no enquadramento dos jovens às normas visadas pelo regime militar, na medida em que o envolvimento dos estudantes em atividades desportivas facilitaria a contenção de manifestações contrárias ao governo instalado pelos militares, principalmente de um segmento social historicamente vinculado às lutas por seus direitos. Assim, a responsabilidade de sua organização deveria ser destinada a órgãos que efetivamente promovessem o engajamento estudantil nas atividades esportivas, já que se fossem circunscritas à esfera administrativa da educação, o planejamento poderia ser insuficiente, dado que essa não era a sua função precípua. A presença de especialistas garantiria o sucesso dessa empreitada.

Nota-se que havia um projeto do governo militar que contemplava o envolvimento dos estudantes nas atividades esportivas, sendo que a sua disseminação era dotada de táticas que visavam fabricar as subjetividades. Através de minúcias quase que imperceptíveis, dispunha-se de dispositivos de controle social altamente eficientes. Basta lembrar o sucesso dos jogos escolares e dos jogos universitários entre as décadas de 1970 e 1980, que promoveu além do incentivo de participação de um grande número de praticantes, a formação de torcidas responsáveis por criar até mesmo rivalidades localizadas entre escolas e entre cursos universitários.

O mais importante, ao instaurarem-se esses mecanismos, era concentrar a juventude em locais regulamentados, direcionando suas atenções para as práticas esportivas, que por sua vez, traziam consigo um ideário relacionado à adoção de um modo de vida saudável. Nesse ponto, os discursos estendiam-se a toda a população, pois a partir do momento em que ela os incorporava como verdadeiros, corroborava para que fossem referendados.

Espalhar a positividade das práticas corporais relativas ao esporte, especialmente numa conjuntura mundial, em que ele se tornou um fenômeno social de extrema relevância, era uma estratégia empregada pela *RBEFD* para convencer a população a envolver-se nesse processo. Quanto a isso, os cuidados sobre o trato científico do esporte, acima da visão daqueles que o viam como um descobridor de talentos em curto prazo, escapava ao bom senso, no entendimento de Marques, ao buscar a vitória a qualquer custo. Somente o professor de Educação Física capacitado, daria a devida dimensão ao conteúdo.

(...) os que têm oportunidade de manifestar posições filosóficas, na quase totalidade dos casos, não são efetivamente os atletas e técnicos, e em última análise, não são os elementos envolvidos diretamente na disputa – aderentes ao setor, faturam os acontecimentos, aproveitando o interesse despertado pelas jornadas desportivas para um vedetismo não muito recomendável. Eliminando a maioria dos participantes de início, estes, para quem só as vitórias têm significado, forçam o desvirtuamento das competições, deturpam o espírito das coisas, transformam os atletas em simples instrumento (...).

Você professor de Educação Física, que sabe e conhece que só a competição em alto nível é benéfica para o atleta, pode e deve começar o trabalho agora, mostrando que o vencido hoje poderá ser o vitorioso amanhã com muito mais tranquilidade do que aquele que encastelar a vitória como propriedade cativa e necessária (MARQUES, 1973d, p. 4-5, *RBEFD* nº 16).

Para a produção dos efeitos de verdade a respeito do esporte, esperava-se que ele funcionasse como um mecanismo propagador de vantagens. O professor de Educação Física seria um agente responsável por difundir aos seus alunos os passos necessários à obtenção do sucesso, o que engendrava técnicas de controle social mantenedoras de uma ordem, em que os atletas tornavam-se referências da sociedade.

Essa situação gerava na população, importantes estratégias regulamentares, pois a partir do momento em que se visualizava no atleta um modelo de sucesso, este adquiria credibilidade e passava aos espectadores os valores associados às pretensões do governo militar. Ou seja, persistência, empenho, ação, obediência e disciplina; enfim, características que se direcionavam à conformação e buscavam evitar quaisquer tipos de questionamentos à sociedade de normalização.

Porém, não deveria existir precipitação ou atitudes intempestivas, pois as atividades esportivas deveriam se espalhar como mecanismos de enquadramento social, que objetivavam aglutinar uma boa parcela dos jovens e, não era conveniente que eles desistissem ante qualquer fracasso. Somente a participação do professor de Educação Física, conhecedor dos caminhos necessários à obtenção do sucesso no esporte, evitaria as dificuldades advindas da interferência de indivíduos não qualificados.

As capas e as contra-capas da *RBEFD* configuravam a sua vertente esportiva, pois estampavam através de fotos e ilustrações, na maioria das vezes indivíduos praticando algum tipo de esporte, fossem atletas profissionais ou amadores ou, ainda, crianças em fase de aprendizagem esportiva. A exceção a esse caráter pragmático parece ser quebrada apenas em alguns números, em que se dedicava atenção à campanha Esporte para Todos, aparecendo “pessoas comuns”, através de expressões de alegria, que buscavam refletir o sentido prazeroso das práticas corporais.

Geralmente, as fotos e as ilustrações representavam temas que iam ser tratados durante a edição do periódico em que elas eram estampadas. Havia uma diversificação dos esportes abordados, não prevalecendo, por exemplo, a supremacia do futebol, detentor da preferência nacional. Isso demonstra, no nosso entendimento, que a *RBEFD* visava ampliar o campo de atuação do professor de Educação Física, abrangendo todas as modalidades.

Vale ressaltar que o futebol já se consolidara como um esporte de massa, inclusive sendo uma das poucas modalidades, até o início da década de 1980, que havia se profissionalizado no país. Os esportes amadores, por sua vez, ainda não tinham conquistado uma importância significativa, cabendo ao profissional da área, por meio de seu conhecimento, estabelecer condições para que fossem desenvolvidas todas as modalidades, sendo que, a sua exploração na *RBEFD* referendaria o caráter de cientificidade do periódico.

A abordagem de Marques, a respeito do conteúdo esporte na *RBEFD*, era de tamanha proporção, que até mesmo quando tratava de fazer um balanço sobre os avanços da distribuição e sobre a logística empregada, eram utilizadas metáforas relacionadas às competições esportivas.

O importante para todos nós, cientes de nossas carências e cômicos das responsabilidades que nos foram atribuídas, é não deixar o carro parar, é não permitir que o bastão caia na pista. Estamos cuidando com muito carinho para que o bastão que recebemos na última passagem, 100 metros atrás, seja passado para o próximo atleta nas melhores condições possíveis, de maneira que ele, por sua vez, possa passá-lo também em boas condições para o próximo atleta, 100 metros à frente (MARQUES, 1973e, *RBEFD* nº 18).

A entonação empregada através do esporte permitia realizar uma articulação com os discursos relacionados à conjuntura nacional. Em 1973, com o país sob os auspícios do “milagre econômico”, as metáforas além de enaltecerem o gosto de Marques, alinhavam-se principalmente ao anseio de constituir um país voltado para o futuro, idealizado para se tornar uma potência.

A fim de que isso acontecesse, era salutar que o desenvolvimento da nação se desse com segurança, sem que qualquer contingência dificultasse os planos, reforçando os ideais da “revolução de 1964” de reconduzirem a ordem social brasileira. Parece que essa tônica estava presente na *RBEFD*, especialmente se considerarmos a sua primeira fase, que se identificava muito com os discursos governamentais presentes até meados da década de 1970. A frase exposta na capa da edição de número 12, de 1972, expressava tais aspirações: Cabe-nos passar aos jovens este país melhor do que recebemos.

As duas últimas citações de Marques, caracterizavam o espectro de controle social, presente na *RBEFD*. Buscava fazer do professor um agente transmissor das prescrições contidas no periódico, outorgando-lhe o mérito de ser um especialista, dotado de conhecimentos científicos necessários para a instalação de dispositivos eivados pela imanência do saber e do poder.

A partir do momento em que se incutia no imaginário dos professores de Educação Física, a sua importância como sujeitos do processo, possuidores de saberes que os referendavam enquanto propagadores do ideário da *RBEFD*, criavam-se possibilidades para que houvesse o controle da população, através da administração criteriosa das práticas esportivas.

Vemos que, enquanto os editoriais foram assinados por Eric Tinoco Marques, entre os anos de 1972 e 1974, a vinculação ao esporte esteve bastante realçada. Mesmo supondo a inclinação do editorialista para esse conteúdo, inferimos que a conjuntura nacional também apontava para a sua prevalência, porque vivíamos sob a aura do “milagre econômico”, com o lema da constituição do “Brasil Grande” e, o discurso apologético das conquistas brasileiras fazia desse eixo temático um mecanismo essencial na divulgação dos feitos do governo.

Corroborando com o nosso raciocínio, identificamos uma correlação entre os pressupostos nacionais e os editoriais da *RBEFD*, inclusive no que tange ao campo educacional, posto que durante os primeiros anos do regime militar, os discursos estavam centrados no mérito pessoal, a fim de que houvesse a obtenção do sucesso.

Ora, os feitos esportivos assumiam um teor educativo, corporificando exemplos de grandes atletas, ao vinculá-los à representatividade nacional. Configuravam-se estratégias de ajustamento social, pois se disseminava a idéia do engajamento da sociedade nas atividades físicas, alçando o país ao topo das potências mundiais, sendo o esporte um eficiente meio de propaganda e controle da população.

Enfim, observamos uma articulação entre as posturas do governo militar, seu projeto de educação e as orientações da *RBEFD*. Na primeira fase do periódico, a situação política brasileira apontava para o desenvolvimento do país, sendo que por intermédio do IPES/IBAD, foram implementadas ações que visavam a adequação do corpo social a essas perspectivas. Haveria a necessidade de formação de mão-de-obra capacitada para adentrar no mercado de trabalho, visualizando na escola um aparelho de produção responsável por essa preparação. Enquanto isso, a divulgação das conquistas esportivas promovia o ajustamento social, à medida que alastrava os benefícios advindos das práticas corporais.

No caso do esporte, os discursos endereçavam-se aos jovens, incentivando a prática esportiva, como forma de buscar talentos para a representação do país. Eficiente estratégia de controle social dessa parcela da população, mas que se estendia às demais, por conjugar efeitos de verdade relacionados ao desenvolvimento da nação e, dessa forma, envolvia todos aqueles indivíduos que se interessavam pelo esporte, fosse através da possibilidade de se tornarem atletas, de serem praticantes movidos pelo lazer e pela recreação e/ ou, de aglutinar contingentes de torcedores em favor do Brasil.

Demonstra-se que existia uma interdependência entre as questões políticas presentes naquele momento e as práticas corporais. O regime militar deu vida à *RBEFD* e, por conseguinte, os editoriais respondiam aos anseios de seu governo, seguindo uma linha de pensamento condizente com as configurações nacionais.

Ao analisarmos os posicionamentos iniciais de Osny de Vasconcelos, que sucedeu Eric Tinoco Marques na assinatura dos editoriais, verificamos que ele reforçava a convocação dos jovens a engajarem-se na cruzada em favor das práticas esportivas, estabelecendo uma certa continuidade entre os dois editorialistas. Vasconcelos ressaltava a importância dos Jogos Escolares Brasileiros (JEBs), na concretização das aspirações de descoberta de talentos.

A mocidade brasileira, uma força pujante do desenvolvimento nacional, é objeto de máxima atenção do setor esportivo, seja através da oferta de oportunidades aos estudantes-atletas de todo o território nacional que desejam competir nos JEBs, seja proporcionando estágios anuais no exterior aos mais destacados, não só como atletas excepcionais, mas, antes, como bons alunos (VASCONCELOS, 1975a, p. 5, *RBEFD* nº 27).

A conformação social buscada pelo regime militar perpassava por discursos crivados de táticas de inserção dos indivíduos em seu modelo de governo. A seleção de alunos-atletas dotados de habilidades motoras produzia efeitos de verdade capazes de alastrar aos demais as recompensas advindas do esforço em alcançar tal posição, mas antes de tudo, o comportamento era colocado como requisito básico para que se usufruíssem as vantagens oferecidas, dentro de uma conduta ajustada às molduras governamentais.

Esse editorial parece demarcar o final da primeira fase da *RBEFD*, haja vista que os discursos deixariam de voltar-se exclusivamente ao esporte de alto rendimento, para enfocar um tom mais participativo da população, no que se refere à prática de atividades físicas. O ano de 1975 tinha como Presidente da República o general Geisel, um sorbonista e, as conjunturas nacional e internacional reclamavam a assunção de posturas mais amenas. Dessa forma, o movimento da *RBEFD* alinhava-se aos pressupostos de envolvimento e

participação popular propugnados pelo regime militar. Cabia, a partir daquele momento, alastrar a prática esportiva em todo o corpo social, através do lazer e da recreação.

Assim, dentro da filosofia esportiva do atual governo, equacionada numa estratégia de atuação nas três grandes frentes – a) educação física em geral, para todos, visando melhorar a aptidão física do povo brasileiro; b) esporte de massa, ao alcance de todas as camadas da população, em todos os recantos do território nacional; e, conseqüentemente: c) esporte de competição ou de alto nível, conseguindo resultados que se traduzem em prestígio internacional para o Brasil, que já vem se impondo em outros aspectos-, da nossa parte só podemos, dentro da confiança que os fatos demonstram, proclamar eufóricos:
ESTAMOS NO CAMINHO CERTO! (VASCONCELOS, 1975b, p. 5, *RBEFD* nº 28).

Evidentemente, não seriam totalmente abandonadas as táticas em favor do rendimento esportivo, até porque continuavam sendo mecanismos eficientes de controle social e de tentativa de despolitização da juventude, além de constituir uma massa de torcedores identificada com os sentimentos patrióticos. O que se observa é que, houve uma mudança de foco, pois as preocupações decorrentes do controle sobre os indivíduos que habitavam as grandes cidades, frente a um intenso processo de urbanização, já não eram exclusivas, mas também, atentava-se para o descontentamento da sociedade, em face de um quadro de perda de credibilidade do regime militar, o que fez com que as atividades físicas fossem utilizadas, cada vez mais, com o objetivo de convencer a população sobre os “teores democráticos” do governo, a fim de conter o seu enfraquecimento e o crescimento da oposição.

Nas práticas corporais, também transpareciam as divergências contidas dentro do governo militar, haja vista que, os próprios discursos presentes nos editoriais da *RBEFD*, inicialmente quase totalmente voltados para o esporte de alto nível, passaram a destinar-se à participação da população nas atividades físicas. A sucessão de acontecimentos que viera denotar resistências acerca dos aspectos políticos, principalmente a partir da segunda metade da década de 1970, originou a modificação das posturas em relação ao esporte, não mais restritas ao alto rendimento, pois era, igualmente, importante o envolvimento da sociedade nas práticas corporais, ampliando as estratégias de controle social.

Os discursos prescritivos que carregavam uma entonação incisiva e, por vezes, intimidadora, caracterizando a primeira fase da *RBEFD*, já não surtiavam os mesmos resultados sobre a população, demonstrando que o poder não era exercido apenas por um aparelho central, mas que as relações se espalhavam pelo corpo social. Era salutar a adoção de estratégias que promovessem a participação popular, dada a fragilidade verificada no apoio ao governo militar. Este, buscando a sua continuidade, criava mecanismos que o dessem

sustentação, através da verificação das necessidades da população e governando em nome dela. No entanto, essa governamentalização não significava um controle definitivo, totalizante, enfim, não era isenta de antagonismos.

Portanto, é sempre nessa dinâmica tensionada entre a vida e os mecanismos políticos que procuram conformá-la que devemos buscar o cerne dos embates que atravessam as políticas corporais de nossa atualidade. A disputa política em torno da vida é, para Foucault, um dos traços marcantes da modernidade. Por um lado, o poder atua efetivamente sobre ela, produzindo saber/poder, “bem-estar”, controle individual e coletivo, condições básicas de sobrevivência etc. Por outro lado, ela é também a bandeira de luta dos movimentos contra esse poder – direito à vida, ao corpo, à saúde, à felicidade, à satisfação de necessidades, aos prazeres – que, concebendo-a como essência concreta do homem, reivindicam o direito a uma vida outra, a uma vida diferente da que nos é imposta (MARTINS, 2006, p. 197).

No viés disciplinador do regime militar, as práticas corporais ofereciam a prevalência da suavidade, no intuito de que a população fosse regulamentada, através da utilização de gêneros positivos para o seu convencimento. Porém, isso não redundou na completa adesão do corpo social, posto que mesmo diante da profusão dessas estratégias, observou-se um descontentamento progressivo, em relação às políticas adotadas pelo governo.

Então, buscando reverter esse quadro, os editoriais seguiram a tendência de abordar o esporte popular, sendo que, a partir da edição de número 47, assumiu-se uma configuração mais técnica, em que se fazia a exposição dos artigos que iam ser apresentados em cada edição. Nesse ínterim, a predominância do esporte foi reforçada, atentando-se para os avanços científicos alcançados, denotando estreita relação com os conhecimentos médicos e biológicos, como também a convocação da população para participar de atividades coletivas obteve continuidade.

O esporte era um instrumento educacional que permitia a incorporação de discursos, por parte da sociedade, identificando os seus benefícios. Tornava-se importante o envolvimento de setores públicos e privados, corroborando para que ele fosse estendido a toda a população, principalmente através do esporte de massa, num caráter de educação permanente.

Os benefícios da prática regular das atividades físicas ainda não chegam a todos os segmentos da população brasileira. A partir dessa constatação, o momento atual requer algumas mudanças de conceitos, de práticas e, até, de nomenclatura em educação física. Daí, o esforço que se faz para uma educação física permanente, estimulando a criatividade, enfatizando as manifestações e iniciativas como a do Esporte para Todos. É a comunidade sugerindo, congregando, num esforço de um lazer ativo (N.M.E., 1982, p. 1, *RBEFD* nº 50).

O enfoque no desporto, como conteúdo utilizado para referendar os mecanismos de controle pulverizados pelo regime militar, ora se compunha dessa sistematização de espalhar a todo o corpo social atividades físicas, que se entrelaçavam com o lazer e a recreação, ora alardeava os feitos nacionais, utilizando dispositivos que criavam efeitos de verdade em favor da soberania do país, afirmando-o no cenário internacional.

O resultado global dos jogos Pan-Americanos foi indiscutivelmente positivo para o esporte brasileiro. Superando todas as dificuldades, nossos atletas comprovaram a evolução do esporte no Brasil. E é por essa razão que a *RBEFD* faz um balanço daqueles que participaram e ajudaram a representação brasileira a ter um excelente resultado. (N.M.E., 1983, p. 1, *RBEFD* nº 52).

Frente aos apelos de integração nacional, buscava-se envolver toda a população. Os editoriais, através do esporte, colimavam promover um enquadramento, em que o controle social deveria ser exercido sobre a coletividade, estendendo-se a todas as regiões brasileiras, fosse pela participação direta nas práticas corporais, ou pela divulgação dos resultados das competições de alto nível. Ele era um mecanismo capaz de promover o lazer e a recreação, por meio tanto da prática, como pela contemplação e, nesse sentido, alastrava no corpo social as propagandas acerca do patriotismo, identificando os atletas como representantes da nação, que a cada vitória reforçavam o sentimento cívico da sociedade.

Essas modalidades de práticas esportivas objetivavam a instalação de uma espécie de rede panóptica, com a função de implantar a fiscalização permanente, por meio de relações de poder ramificadas pelo tecido social, produzindo subjetividades responsáveis por formar corpos obedientes e úteis.

(...) atrás da grande abstração da troca, se processa o treinamento minucioso e concreto das forças úteis; os circuitos da comunicação são os suportes de uma acumulação e centralização do saber; o jogo dos sinais define os pontos de apoio do poder; a totalidade do indivíduo não é amputada, reprimida, alterada por nossa ordem social, mas o indivíduo é cuidadosamente fabricado, segundo uma tática das forças e dos corpos. Somos bem menos gregos do que pensamos. Não estamos nem nas arquibancadas nem no palco, mas na máquina panóptica, investidos por seus efeitos de poder que nós mesmos renovamos, pois somos as suas engrenagens (FOUCAULT, 1987, p. 190).

O esporte continha esses dispositivos, promovendo a imanência entre as configurações do saber e do poder. Por intermédio de sua positividade, engendravam-se mecanismos de ajustamento social, buscando regulamentar a população, à medida que esta

incorporava os discursos advindos das vantagens que o envolvimento nas práticas esportivas alcançava.

Numa sociedade, em que se sustentava o “desenvolvimento com segurança”, o regime militar deveria dispor de táticas para manejar as multiplicidades. Podemos dizer que os editoriais da *RBEFD*, ao priorizarem o esporte, faziam dos discursos, técnicas de controle social aparentemente invisíveis, evitando que as multidões se tornassem confusas, destinando a elas um sentido de utilidade, para que se mantivesse a harmonia e não se corrompesse a ordem social.

Essas táticas utilizadas, por meio do esporte, de maneira geral, atuavam na disciplina e na biopolítica, em busca de uma sociedade de normalização. Porém, não bastava que apenas um conteúdo fosse disseminado na população, sendo necessário que se atentassem para múltiplas formas de práticas corporais que envolviam o corpo social. Entre elas, o lazer e a recreação tinham importância significativa e é tentando definir seus conceitos, que desenvolveremos o tópico seguinte.

3.4- Os conceitos de lazer e de recreação na RBEFD

A nossa investigação acerca das abordagens sobre o lazer e a recreação na *RBEFD* parte da hipótese de que havia o anseio em promover o controle social, por meio de práticas corporais lúdicas e prazerosas. O objetivo desse tópico é identificar as formulações conceituais em relação a estes temas, presentes no periódico.

Para efeito de análise, não realizaremos uma diferenciação entre os termos lazer e recreação, haja vista que, embora nas terminologias ao longo da *RBEFD* tenha ocorrido a prevalência ora de um, ora de outro, não se detecta em seu interior, a diferenciação em relação aos seus aspectos conceituais, assumindo sempre um caráter de modulação do comportamento dos indivíduos e de condução da população¹².

¹² Sobre a diferenciação entre lazer e recreação, Werneck (2000) faz um estudo, em relação aos seus aspectos históricos, inclusive se preocupando em investigar a etimologia das palavras, afirmando que a recreação foi utilizada como uma atividade que buscava controlar o tempo de não-trabalho dos indivíduos conformando-os às estruturas sociais, enquanto que o lazer é fruto de conquistas dos trabalhadores. Ao longo de seu estudo, a autora fala que há a tentativa de apropriação destas discussões, por parte dos dirigentes sociais, desqualificando a recreação em favor do lazer, mas nunca em uma perspectiva crítica.

O primeiro artigo que efetivamente procurou centrar-se nessas questões foi o da Associação Brasileira de Recreação (ABDR), de 1971 a qual chegava a suas conclusões, por meio da realização do II Seminário de Recreação¹³. No texto relatado por Ethel Bauzer Medeiros, de 1971, a autora enfatizava que o tempo e a atitude compunham elementos indispensáveis para a fruição da recreação.

O importante para uma atividade ser dita de recreação não é o seu tipo, porém a **atitude (ou disposição mental)** de quem a faz. Por isto, domingo é dia de pescaria para quem não é pescador... O profissional da pesca, provavelmente, acha que domingo é dia de jogar pelada. Qualquer atividade pode ser considerada recreativa, desde que o indivíduo a ela se entregue por **espontânea vontade** (ou livre escolha) em **seu tempo livre**, sem buscar objetivo que o **prazer da própria ocupação**. Nela encontra a satisfação íntima da necessidade de recriar, ao que se deve somar, naturalmente, a aprovação da sociedade (pois há coisas que podem divertir uns, mas prejudicar outros) (ABDR, 1971, p. 13, *RBEFD* nº 11).

Para Medeiros, portanto, a recreação provinha de interesses individuais, em que a aquisição do prazer traduzia efeitos positivos ao homem, resultando daí, a sua adesão às atividades que melhor lhe conviessem. No entanto, entendemos que a fala da autora continha pressupostos de que o tempo livre dos indivíduos também deveria ser submetido ao enquadramento social, de modo que, esse tempo também era esquadrihado e dependente dos ditames de uma sociedade de normalização.

As abordagens referentes ao lazer e à recreação incrustavam-se na necessidade de disciplinar o indivíduo para que ele se enquadrasse num modelo social, caracterizado por um intenso processo de urbanização. A partir do controle desse corpo individual, estabeleciam-se dispositivos, para igualmente se controlar os corpos múltiplos, evitando que as massas se tornassem confusas e inúteis.

Por intermédio dessas questões, configuradas em torno da condução das condutas da população, as horas de lazer deveriam ser orientadas para que fossem utilizadas “adequadamente”. Marinho (1974) promovia uma análise do trinômio “trabalho, lazer e

¹³ Organizado pela Associação Brasileira de Recreação (ABDR), o II Seminário de Recreação foi realizado no Rio de Janeiro de 2 a 4 de julho de 1971. Os seus resultados foram publicados em forma de artigo na *RBEFD*, em seu número 11. Ele é dividido em três partes: a primeira é constituída por recomendações acerca do valor da recreação nos países em desenvolvimento, as áreas de recreio e seu papel na comunidade, a recreação nas atividades escolares, formação do recreador e sugestões ao legislativo e ao executivo, para a dotação de infraestrutura adequada à prática do lazer e da recreação nas cidades. Na segunda e terceira partes são desenvolvidos dois temas relacionados à recreação, com os títulos “Valor da recreação em países em desenvolvimento” e “Áreas de recreio e seu papel na comunidade”, tendo como relatores Ethel Bauzer Medeiros e Alfredo Colombo, respectivamente. No artigo é enfatizado que todas as resoluções do Seminário foram recomendadas à Associação Brasileira de Municípios.

recreação”, formulando seu conceito, através de uma ordem hierárquica, numa sociedade caracterizada pelas transformações decorrentes dos avanços tecnológicos.

o lazer surgiu, no mundo contemporâneo, pela diminuição da jornada de trabalho e a recreação impôs-se pelo aumento das horas de lazer na sociedade moderna. Há, pois, um entrelaçamento, que exige e reclama uma visão sintética e um estudo analítico (MARINHO, 1974, p. 8, *RBEFD* nº 19).

O autor percorria esses caminhos, fazendo uma contextualização histórica do trabalho e do lazer, como dimensões humanas, que pouco a pouco foram sendo oferecidas ao trabalhador. À recreação, cabia ser um instrumento aplicativo entre dois elementos que se articulavam, isto é, a diminuição do tempo de trabalho concomitante ao aumento das horas de lazer, a fim de ser um mecanismo educacional do tempo livre.

Percebemos que no dizer de Marinho, existia uma linearidade quanto ao desenvolvimento do mundo do trabalho e do mundo do lazer, não sendo abordadas as relações de poder que se espalhavam pelo corpo social. Na visão do autor, as conquistas advindas da diminuição do trabalho e do aumento do lazer, resumiam-se muito mais às concessões daqueles que porventura estavam na posição de comando da sociedade, do que motivadas pelos anseios da população oriundos de resistências aos modelos sociais historicamente constituídos.

O aprofundamento sobre os aspectos conceituais do lazer, no entanto, só viria ganhar uma maior densidade na *RBEFD*, no ano de 1979, em sua edição de número 42, por intermédio de Renato Requixa, que tentava oferecer uma abordagem sociológica, já que essa era a sua área de formação, entendendo que o lazer era uma ocupação que provocava no indivíduo uma recompensa psicológica. Nesse sentido, o autor partiu inicialmente dos conceitos elaborados tanto por Joffre Dumazedier como por Norman P. Miller e Duane M. Robinson, a fim de criar subsídios para a construção de seu próprio conceito de lazer.

Sobre Dumazedier, sociólogo francês pioneiro nos estudos relativos ao lazer, Requixa comentava as características de seu conceito, que buscava identificar as concepções dos trabalhadores a respeito desse tema, vinculando-o à desobrigação das atividades cotidianas.

Um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de bom grado, seja para repousar, seja para se divertir, seja para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora, depois de ter se liberado de suas obrigações profissionais, familiares ou sociais (DUMAZEDIER, *apud* REQUIXA, 1979, p. 12, *RBEFD* nº 42).

Ao abordar os conceitos de Miller e Robinson, Requixa afirmava que os autores davam ao tempo de lazer e ao tempo livre, noções quantitativas, pois o primeiro era uma parte do segundo, em que se procuravam os valores do lazer. Assim, a concepção individual é que continha um teor qualitativo, à medida que propiciava o desenvolvimento e o enriquecimento individuais, motivados pela escolha de atividades que provocassem a distração.

A noção de lazer deve ser compreendida e definida pela qualidade da experiência do tempo de lazer; isto é, pela natureza dos valores de desenvolvimento pessoal conseguidos por um indivíduo ao utilizar seu tempo de lazer naquilo que ele escolheu para fazer, na obtenção do descanso depois da tensão, na liberdade, na satisfação, no prazer e na criação; ele se recreou segundo o grau de valores atingidos (MILLER; ROBINSON, *apud* REQUIXA, 1979, p. 12, *RBEFD* nº 42).

Amparado por essas definições, Requixa elaborava seu próprio conceito. Justamente por entender o lazer como uma ocupação, o autor o diferenciava do ócio, pois este se vinculava a um não-fazer¹⁴. Para tanto, ele recorria à etimologia de ambas as palavras, constatando que a segunda era oriunda do latim *otium*, que traduzia a idéia de repouso e, a primeira representava a liberdade do sujeito, pois era derivada do verbo latino *licere* que significa ser permitido. A expressão “ser permitido” ganhava significação especial em Requixa, pois segundo ele, representava a liberdade de escolha do indivíduo, assumindo um caráter de imanência com o conceito de lazer.

Na visão de Requixa, nos parece que o ócio expressava a ausência de um tempo que contivesse um caráter de produtividade modulador de indivíduos obedientes e úteis, além do que, a permissão para o lazer, ao contrário de representar a liberdade do indivíduo, era responsável por esquadrihar o tempo de folga, visando regulamentar a população. “Precisamos, primeiramente, refletir a respeito do sentido original de lazer como *licere*. Se é lícito, permitido, quer dizer que o lazer já está, de antemão, definido. E o pior: lícito aos olhos de quem, permitido por quem e para quem?” (WERNECK, 2000, p. 133).

Ainda na perspectiva de Requixa, para que efetivamente o lazer se concretizasse como uma ocupação, deveria haver o caráter de não obrigatoriedade em suas práticas, estabelecendo um diferencial em relação ao trabalho que também era uma ocupação, porém constituído de obrigatoriedade. Dessa forma, ele tentava definir a abrangência de um e de outro.

¹⁴ Nesse sentido, o autor não explica a sua definição de ócio e de não-fazer, já que alguns elementos que poderiam esclarecê-los, como o repouso, a saúde psíquica e a contemplação, ele os utiliza como exemplos de lazer.

No lazer o tempo é um tempo natural, subjetivo. O homem imerge nele e nele se deixa viver. O trabalho, como o lazer, é também uma ocupação. Para o trabalho, entretanto, prepondera o aspecto de obrigação, de constrangimento social. O indivíduo, numa situação de lazer dispõe livremente de seu tempo, fazendo o que lhe agrada; ao passo que no trabalho o indivíduo obedece a um tempo que lhe é imposto, realizando uma tarefa que lhe é determinada” (REQUIXA, 1979, p. 15, grifo nosso, *RBEFD* nº 42).

Convém tecermos alguns comentários a respeito dessa relação tempo livre, lazer e indivíduo, dialogando com autores que desenvolvem estudos sobre o lazer. Fernando Mascarenhas (2004) afirma que o lazer não deve se reduzir às opções individuais, embora o caráter de subjetividade seja importante. Porém, existe uma objetividade a ser considerada e direcionada à emancipação dos sujeitos, na qual eles se inserem e compõem uma complexa teia social. Além disso, o autor detecta uma diferenciação entre o tempo livre e o tempo de lazer.

A definição de tempo livre não pode estar baseada na opção de escolha ou livre iniciativa, no voluntarismo ou espontaneísmo, muito menos no prazer ou desejo individualista contido na possibilidade de cada um fazer o que quer. Embora o caráter subjetivista implícito a esta idéia tenha o seu lugar entre os autores do lazer, a análise cuja noção de tempo livre não se desvincula de sua real e concreta objetivação, sabendo também que o aspecto subjetivo também deva ser considerado, parece ser a mais correta. Assim, como as atividades associadas ao trabalho nos permite constatar a existência de um tempo de trabalho, assim também o conjunto das outras tarefas, obrigações ou atividades de nosso cotidiano, que não se relacionam diretamente ao trabalho, permite-nos verificar a ocorrência de um tempo livre (MASCARENHAS, 2004, p. 20).

Nelson Carvalho Marcellino, talvez o autor brasileiro que a partir da década de 1980 tenha adquirido maior importância, no que tange aos estudos sobre o lazer, prefere não utilizar a expressão “tempo livre”, dado às coerções impostas aos indivíduos, substituindo-a por “tempo disponível”, frente à necessidade de obediência das normas sociais. Assim, ele indaga como o lazer poderia ser considerado, ante essas injunções.

A consideração do aspecto tempo na caracterização do lazer tem provocado uma série de mal-entendidos. Um deles diz respeito ao conceito “livre” adicionado a esse tempo. Considerado do ponto de vista histórico, tempo algum pode ser entendido como livre de coações ou normas de conduta social. Talvez, fosse mais correto falar em tempo disponível. Mesmo assim, permanece a questão da consideração do lazer, como esfera permitida e controlada da vida social, o que provocaria a morte do lúdico, e a ocorrência do lazer marcada pelas mesmas características alienantes verificadas em outras áreas de atividade humana (MARCELLINO, 2000, p. 8-9).

Parece-nos que a recreação e o lazer dependiam unicamente da atitude dos indivíduos, frente a um postulado de que o mundo oferecia as mesmas oportunidades a todos. Os sujeitos tinham autonomia e liberdade para usufruírem as suas horas de folga, num contexto demarcado por conquistas sociais significativas, inexistindo qualquer menção ao controle social, tampouco, questionava-se a perspectiva de que o indivíduo pudesse estar fora do mundo do trabalho e, como tal, não dispor de um tempo livre, mas como afirma Marcellino, possuir um tempo desocupado.

Partindo para a análise de Mascarenhas, concordamos que o lazer não se limita a um campo de subjetividades, reconhecendo o mérito do autor nas atividades comunitárias desenvolvidas, dando voz a setores da sociedade freqüentemente marginalizados. Porém, não esposamos de suas reflexões a respeito da abrangência do tempo livre, ao vinculá-lo a todas esferas do tempo de não trabalho.

Nesse sentido, preferimos ir ao encontro das proposições de Marcellino, quando fala das coerções às quais os indivíduos são submetidos, o que em parte corrobora com o direcionamento dado ao nosso trabalho, de que o lazer e a recreação eram estratégias utilizadas pelo regime militar, para promover a ordem social. Dessa forma, todo o tempo era produtivo, sendo esquadrihado em favor da disciplinarização das massas.

É aí que residem alguns pontos cruciais. Marcellino, ao afirmar que o controle social, pela via do lazer provoca a morte do lúdico, tem um outro entendimento, distinto das discussões que temos feito neste trabalho, pois acreditamos que o lúdico, estabelecido pelo regime militar, era realçado para fabricar as subjetividades e espalhar na população estratégias de convencimento em relação aos efeitos positivos do lazer e da recreação.

Podemos constatar isso, se retornarmos às análises de Requiça, em que ele expõe as diferenças entre lazer e trabalho, afirmando que nem sempre elas eram bem definidas, podendo às vezes, o trabalho ser de livre escolha dos indivíduos, representando um processo de criação e satisfação pessoal, mas evidentemente não era a expectativa que se esperava da maioria das pessoas, pois o trabalho, na maioria das vezes, encontrava-se em um tempo institucionalizado e o lazer, por não apresentar uma rigidez de horários, ou um deliberado caráter de obrigatoriedade, demonstrava um maior campo de possibilidades de prazer aos sujeitos e, efetivamente uma opção entre o seu fazer e o seu não fazer.

O autor utilizava a perspectiva do lazer, enquanto elemento capaz de promover o desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos, mencionando as conquistas advindas através de resistências criadas contra posições que associavam, de maneira pejorativa, o lazer ao ócio e à ociosidade, por estes estarem atrelados à idéia de não produtividade. Assim, quando

Requixa afirmava que o lazer era uma ocupação, desconsiderava as atividades de contemplação, como potenciais campos de possibilidades para a fruição do tempo disponível dos indivíduos, além do que, criava um estigma sobre a ociosidade, que como veremos no próximo capítulo, pode corresponder à incapacidade do mercado de trabalho absorver toda mão-de-obra.

Ao enveredar-se por esses caminhos, acreditamos que o autor tratava o lazer como uma prática corporal responsável pelo enquadramento dos indivíduos. Nesse sentido, o corpo era um objeto submetido a dimensões de poder, responsáveis simultaneamente por dotá-lo de utilidade e de obediência, sendo que, para ele, ser disciplinado significava um processo simultâneo de aumento de economia corporal e diminuição de sua força política, de modo que o corpo se tornasse manipulável e moldável. O convencimento da população acerca dos efeitos positivos da implementação do lazer, respondia por estratégias eficientes na constituição da sociedade de normalização.

Assim, vão sendo criados os valores do lazer, ressaltando-se que alguns já o eram, embora apenas fossem acessíveis a um número restrito de pessoas em condições de fruí-los. Tornaram-se hoje acessíveis a um número bem maior de indivíduos para os quais o aumento de horas diárias livres, os repousos semanais e as férias remuneradas, paralelamente a um aumento do poder aquisitivo, permitiram a ocorrência do fenômeno. Neste momento a situação apresenta-se certamente mais democratizada, em face da situação elitizada até há algum tempo vigente. O lazer deixa de ser apenas fruído por uma minoria para tornar-se um valor acessível às massas trabalhadoras (REQUIXA, 1979, p. 18 *RBEFD* nº 42).

Havia a identificação do lazer com um gênero positivo, pois o seu acesso coletivo e a sua “democratização”, produziam o imaginário de que o prazer e a diversão eram um bem disponível a toda a população, pois para que os mecanismos disciplinares e biopolíticos funcionassem, os trabalhadores deveriam ser “satisfeitos” em suas horas de folga, com o intuito de serem mais facilmente controlados.

Sente-se que, conforme os valores do lazer vão emergindo, vão sendo descobertos e obviamente aceitos com rapidez, passam também a ser ardorosamente defendidos e, muitas vezes, chegam a governar a conduta dos homens, oferecendo-lhes novos padrões e novos ideais de vida (REQUIXA, 1979, p. 18, *RBEFD* nº 42).

À medida que os valores do lazer penetravam na sociedade, dava-se uma dimensão de como o poder deveria ser exercido sobre a coletividade. Assim, a utilização de mecanismos lúdicos facilitava que a população aceitasse os modelos instaurados pelo regime

militar. Ao incorporar esses conceitos, ela sucumbia às táticas de controle social, sem que fosse a prevalência da repressão para o estabelecimento da ordem.

Ou seja, governava-se a conduta dos homens, produzindo efeitos de verdade que buscavam convencer a população dos benefícios da adesão às práticas corporais. Eram estratégias brandas, atinentes aos aspectos econômicos de distribuição dos corpos e à disposição das coisas.

Um Estado que almejava se alçar à condição de potência mundial precisava apresentar mecanismos de segurança que o conduzissem ao desenvolvimento. A administração do lazer e da recreação compunha táticas orientadas para que os indivíduos fossem disciplinados, sendo que, a adoção de técnicas sutis de enquadramento social permitia que houvesse a constituição de um cenário de liberdade, imanente a uma lógica de obediência e utilidade. O regime militar preocupava-se com todos os detalhes, a fim de organizar as multiplicidades.

Enfim, um Estado de governo (...) é (...) definido (...) por uma massa: a massa da população, com seu volume, sua densidade, com, certamente, o território sobre o qual ela se estende, mas que não é dela senão um componente. E esse Estado de governo que se apóia essencialmente sobre a população e que se refere e utiliza a instrumentação do saber econômico, corresponderia a uma sociedade controlada pelos dispositivos de segurança (FOUCAULT, 2003, p. 305).

Para realçar ainda mais o caráter dos benefícios estendidos ao corpo social, outro artigo de Requixa, inserido na *RBEFD* número 45, de 1980, recorria aos mesmos procedimentos de Marinho (1974), ao percorrer a trajetória histórica do lazer e do trabalho, de modo a apresentar as conquistas alcançadas na sociedade contemporânea, de maneira linear e, igualmente, desconsiderava as contradições sociais daquele momento.

Partimos aqui de uma posição histórica em que o valor mais pendia para o trabalho (inícios da Revolução Industrial), para chegarmos a um momento (o atual) em que o lazer vê ampliadas suas dimensões e sua importância. Diminuíram-se as horas de trabalho e, concomitantemente, aumentou o poder aquisitivo das massas trabalhadoras (REQUIXA, 1980, p. 56-57, *RBEFD* nº 45).

Ora, como vimos anteriormente, o “milagre econômico”¹⁵ não significou uma melhoria da distribuição de renda, entre os diversos setores da população, destinando-se às

¹⁵ Aqui cabem alguns esclarecimentos temporais. Apesar do artigo de Renato requixa datar de 1980, fase em que não havia mais o discurso exacerbado, em torno dos efeitos do “milagre econômico”, acreditamos que ele tenha sido produzido no início da década de 1970. Essa constatação decorre do fato da aproximação de seus discursos com os daquela época, além do que, em dado momento, o autor reporta-se ao crescimento econômico dos anos de 1969 e de 1970, demonstrando uma certa relação de tempo com o seu artigo. Estendemos essas impressões ao

camadas mais baixas, o ônus de envolver-se nas diretrizes desenvolvimentistas do país, a fim de que os frutos fossem colhidos posteriormente (COVRE, 1983). Acontece que isso, efetivamente nunca ocorreu e, desse modo, indagamos se o lazer era acessível a todos, principalmente às classes mais baixas, ou havia a necessidade dos indivíduos encontrarem outras fontes de renda, a fim de garantirem a sua subsistência, ficando o lazer em um plano secundário.

Porém, era importante a manutenção de discursos referentes aos benefícios que o lazer promoveria. Dentro de um contexto em que, segundo Requixa, almejava-se a “civilização do lazer” (expressão utilizada pelo autor, como tendência para a sociedade do futuro), tendo a população amplas possibilidades para a sua fruição, era essencial que o tempo e o espaço destinados a tais práticas fossem alvo de estudos. Especialmente, no caso dos países em desenvolvimento, como o Brasil, havia a preocupação com a instalação de equipamentos de lazer nas cidades, acompanhando os avanços econômicos da nação.

Não é de surpreender a preocupação demonstrada com relação aos equipamentos e áreas de lazer em nossas cidades, o que vem refletir a situação que as cidades brasileiras estão apresentando. Por outro lado, os formidáveis índices de nosso desenvolvimento econômico só nos devem alertar para o tema, pois seria voltarmos as costas à realidade se, numa averiguação do presente e numa antevisão do futuro, desde já tal fato não fosse considerado. Parece-nos, se nos permitem uma advertência, que aos técnicos e profissionais do campo social e educacional não deverá estar ausente a predisposição necessária para, ocupando-se imediatamente dos problemas que a futura *civilização do lazer* começa a colocar entre nós, evitar que ela se imponha desacompanhada dos mais altos valores inerentes à humanidade (REQUIXA, 1980, p. 61, *RBEFD* nº 45).

A contraposição entre os avanços econômicos e as condições de lazer das cidades, parecia encaminhar-se para os anseios de controle social, presentes na *RBEFD*, em sua primeira fase. Havia um intenso processo de urbanização, num período em que as contestações ao regime militar, por parte de grupos opositores ao governo, tinham uma dimensão significativa. Enalteciavam-se os feitos do governo, ao mesmo tempo em que, por meio do lazer e da recreação como gêneros positivos, impedia-se a população de juntar-se a qualquer movimento de esquerda. Requixa reforçava o aspecto lúdico, inclusive usando a expressão “civilização do lazer”, como alternativa para o bem-estar coletivo e para a salvaguarda dos valores morais da população.

Portanto, as justificativas para a inserção do lazer e da recreação na *RBEFD*, como prescrições de ajustamento dos indivíduos, norteavam propostas de controle social.

Normalmente os discursos voltavam-se à conquista de um maior “tempo livre” dos indivíduos, oferecendo possibilidades mais amplas de lazer, sem, no entanto, considerarem as contradições sociais, tampouco o contingente de indivíduos que não se encontravam dentro de um mercado de trabalho, idealizado como absorvedor de toda a mão-de-obra disponível.

Esses fatores tinham o objetivo de espalhar na população, os efeitos positivos do lazer e da recreação, dentro de um contexto em que a utilização das práticas corporais assumia um teor de sutileza, perante as estratégias de ordem social do governo militar. As formulações conceituais presentes na *RBEFD* aproximavam-se dos modelos disciplinadores do governo e, como tal, permitiam que houvesse a superposição das táticas de abrandamento sobre os mecanismos repressivos, no que tange à coerção dos indivíduos, a fim de que se enquadrassem na ordem social implementada naquele momento.

3.5- Influências estrangeiras

A *RBEFD* foi um periódico que surgiu com o objetivo de dotar os professores de Educação Física de uma capacitação profissional condizente com os propósitos do regime militar de controlar as condutas sociais. Para tanto, o incentivo a produções teóricas brasileiras era fundamental, a fim de se consolidar uma identidade nacional para a Educação Física.

No entanto, as dificuldades em relação a essa situação foram expostas logo em seu primeiro editorial, assinado pelo Tenente Coronel Arthur Orlando da Costa Ferreira, em que se percebe a intenção do editorialista de fazer chegar a *RBEFD* à totalidade dos professores de Educação Física, a fim de estabelecer a atualização profissional, no caso brasileiro, carente de aprofundamentos teóricos, resultando conseqüentemente na precária variedade de produções nacionais, tendo que, por conseguinte, recorrer a colaborações estrangeiras.

Desse modo, o encorajamento à presença do escritor nacional era importante para que não fosse preciso se dirigir insistentemente às traduções de materiais estrangeiros. Por meio da necessidade de se fazer das práticas corporais mecanismos de disciplinarização dos indivíduos, em uma sociedade impregnada por discursos favoráveis ao desenvolvimento da nação, o periódico ancorava-se principalmente nas orientações da “Campanha Nacional de Esclarecimento Esportivo”, que acontecia naquele momento. Daí, a predominância, na *RBEFD*, dos artigos destinados ao treinamento desportivo, conforme apontado por Oliveira

(2001), o que não impediu, porém, a presença de produções voltadas a outras áreas, entre as quais a recreação e o lazer, demarcando um certo embate nos pressupostos contidos no periódico, mas que, como já dissemos, se direcionavam sempre aos aspectos de controle individual e ordem social.

Apesar de haver essa pretensão de incentivo às produções nacionais, enfatizada pelas recomendações dos editoriais, constatamos, no que se refere à delimitação de nosso estudo sobre o lazer e a recreação, que sempre se recorreu aos escritos de origem internacional. Acreditamos que isso não se deveu somente à ausência de artigos brasileiros que tratassem desses temas, mas ao longo das edições da *RBEFD* verificou-se a necessidade de contar com as colaborações de autores estrangeiros que assumiam as mesmas posturas, voltadas para a normalização, especialmente, através do lazer e da recreação ou mesmo do esporte como mecanismos de controle social, propugnadas pelo regime militar.

Nesse sentido, o artigo de Ramos (1968) fundamentava-se em experiências vivenciadas durante a sua estada em Portugal. É bom dizer que este país vivia também naquela época, sob a égide de uma ditadura, comandada por Antônio de Oliveira Salazar e, os encantamentos do autor, especialmente citando sua pródiga visita à Fundação Nacional para a Alegria do Trabalho¹⁶, revelavam que os assuntos relacionados ao bom uso do lazer não se encerravam em discussões estabelecidas dentro do Brasil, mas que as influências externas coabitavam estes debates e, para isso o alinhamento entre as práticas discursivas era essencial para a concretização dos princípios de ajustamento do indivíduo a uma sociedade em pleno desenvolvimento.

Essa ascendência estrangeira sobre o pensamento dos teóricos brasileiros, na Educação Física, era reforçada em outra passagem, em que Ramos enfatizava as vantagens do Desporto-Jogo, utilizando para isso, os dizeres do Dr. José Maria Cagigal, então presidente do Congresso de Educação Física de Madri, capital da Espanha, país que a exemplo de Portugal, submetia-se a uma ditadura, exercida por Francisco Franco, que perdurava por longos anos.

Em particular, numerosos são os benefícios que o Desporto-Jôgo pode prestar ao jovem trabalhador, contribuindo (...) para a sua integração num sistema de educação que condicione o comportamento juvenil num sentido moral e social, evitando que a crise da adolescência se transforme em enfermidade (RAMOS, 1968, p. 66, *RBEFD* nº 5).

¹⁶ A Fundação Nacional para a Alegria do Trabalho (FNAT) foi criada em 1935 e tinha por objetivo organizar o tempo livre dos trabalhadores portugueses, garantindo-lhes o aprimoramento de suas capacidades físicas e a sua formação moral e intelectual. Dentre as suas funções, destacavam-se a realização de colônia de férias, de passeios, de excursões e de diversos outros eventos. A FNAT tinha como recursos, a contribuição de seus aderentes, fossem eles pessoas jurídicas ou físicas.

Ora, exatamente no ano de 1968, havia uma efervescência em que se culminavam processos de questionamentos da juventude, no caso brasileiro, representada principalmente pelos estudantes universitários. Essas manifestações não ocorreram apenas no Brasil, mas tiveram seu apogeu na França, no mesmo ano de 1968, já que os estudantes organizaram protestos em favor da modernização das universidades, que logo tiveram adesão dos operários e foram fortemente repreendidos pela polícia. Assim, esses debates abrangiam configurações mundiais e, não era gratuita a menção ao pensamento de Cagigal, posto que o condicionamento do comportamento juvenil, pela via do Desporto-Jogo, pretendia promover a ordem social, eliminando quaisquer tensões que pusessem em risco a moral da população.

As propostas em torno do lazer e da recreação, como controladores de indivíduos que se adequassem ao modelo social, não tinham portanto, as suas origens no Brasil, mas faziam parte de discussões mais amplas, encetadas no âmbito de configurações internacionais.

Levando em consideração que o planeta vivia sob o embate da guerra fria, existindo de um lado o capitalismo e, de outro o comunismo, num país como o nosso, governamentalizado pelos militares e alinhado a nações que pactuavam das mesmas sanções normalizadoras, buscando o desenvolvimento com segurança, entende-se que as discussões estabelecidas pelos teóricos que lidavam com estes temas, alguns dos quais pertencentes aos quadros militares - como é o caso do Jayr Jordão Ramos, que era coronel do Exército - encontravam eco em países que compartilhavam destes ideais.

Com o objetivo de organizar as multiplicidades, nada melhor que a implementação de atividades físicas lúdicas e prazerosas, citadas constantemente por Ramos como essenciais para o envolvimento dos indivíduos. Assim, o combate à desorganização social perpassava por táticas de convencimento da população, sobre os benefícios das práticas corporais.

Nesse contexto, alinhado ao ideário do regime militar, Ramos preocupava-se em controlar os indivíduos, reforçando os seus aspectos morais, a fim de que se promovesse a ordem social. Esse controle sobre os indivíduos era fundamental para engendrar táticas de governo que traziam em seu cerne, a imanência entre a disciplina e a gestão da população. Reportando-nos ao pensamento de Foucault, podemos questionar a esse respeito.

(...) nunca (...) a disciplina foi mais importante e mais valorizada do que a partir do momento em que se tentava gerir a população. Gerir a população não quer dizer gerir simplesmente a massa coletiva dos fenômenos ou geri-los simplesmente no nível de seus resultados globais. Gerir a população quer dizer geri-la igualmente em profundidade, em fineza, e no detalhe (FOUCAULT, 2003, p. 302).

A pretensão de por em prática um Estado capaz de conduzir as condutas da população, deveria começar pelo controle individual, posto que a implementação das técnicas de governo só obteria sucesso se as minúcias fossem observadas. O regime militar, portanto, não desconsiderava a possibilidade de que houvesse resistências ao seu modo de governar, principalmente originárias de indivíduos ou grupos isolados e, para tanto, a disciplina se encarregaria de cuidar desses casos. As estratégias eram dotadas de sutileza, com a administração de atividades físicas prazerosas, o que entendemos que se dava em maior escala, tentando disseminar na população um espectro de positividade, mas, a suposição de que houvesse a adesão a causas “subversivas”, permitiria também o endurecimento das ações, bem como, a utilização de mecanismos de repressão.

Essas conjecturas que transitavam entre a propaganda de democratização do Estado militar e usos eventuais de entonações incisivas encontravam-se presentes no artigo de Auguste Listello, contido na *RBEFD* de número 14, advogando às práticas corporais o papel de mantenedora da ordem social. Comemorando os vinte anos de convivência com autores brasileiros, muitos dos quais, editorialistas e articulistas da *RBEFD*, Listello, argelino de origem francesa, enaltecia o viés pautado pela “liberdade” e “repulsa às injustiças”, que se deram nesse interregno.

Através desses longos anos, nossos objetivos permaneceram os mesmos: lutar pela educação e o bem-estar de toda a juventude, desenvolvê-la nos aspectos físico, social e moral e prepará-la para lutar a seu modo (se necessário fosse) contra as injustiças, a fim de proteger sua liberdade, sua família, a terra de seus antepassados e também a sua bandeira (LISTELLO, 1973, p. 23, *RBEFD* nº 14).

Esse discurso adotado pelo autor abordava algumas questões curiosas a respeito da ação que deveria ser implementada pela Educação Física. Não é novidade o seu viés moralista e utilitarista, porém, o tom intimidador assumido, causa estranheza, à medida que se tratava de um autor estrangeiro, supostamente distanciado das lutas travadas no Brasil, entre o regime militar e seus opositores. Quando falava em defesa da família, da terra, da bandeira, o discurso parecia identificar-se com os dizeres contidos em alguns editoriais escritos por integrantes das forças armadas, de cunho autoritário, que propriamente compor uma lógica de positividade voltada à constituição de indivíduos obedientes e úteis. Isso confirma que a escolha de colaboradores estrangeiros dava-se em estreita sintonia com a linha de pensamento da *RBEFD* e, conseqüentemente, com o ideário do regime militar.

Percebemos na citação de Listello, uma correlação entre as configurações políticas nacionais e internacionais, especialmente nos países ocidentais, haja vista que, os receios

acerca de ameaças à conturbação da ordem social, davam-se mundialmente, sendo que fatores políticos, de certo modo presentes num contexto global, bem como as contingências incrustadas no cotidiano da sociedade, poderiam corromper o destino dos jovens.

No entanto, justamente por conta da suavização das abordagens relativas ao lazer e à recreação, que se sobressaíam na *RBEFD*, encontramos muito mais discursos que enfatizavam o viés de autonomia dos indivíduos, dentre os quais se incluía o próprio Listello, ao citar o clube de recreação¹⁷, que incitações à utilização da repressão, ou a propagação de artigos que causassem temor à população. Assim, ao falar das atividades esportivas e de divertimento, o autor adotava um sentido de liberdade.

O grande princípio que caracteriza essas atividades é a liberdade de praticar uma ou mais atividades de sua escolha (de acordo com os meios disponíveis), quando assim o quiserem e ainda que pelo simples prazer de jogar livremente. Ao terminar a prática da atividade, o resultado não tem a menor importância (LISTELLO, 1973, p. 26, *RBEFD*, nº 14).

Parece ser esse o princípio que demarcava as teorizações de Listello. Conter manifestações individuais ou de grupos isolados, que se contrapunham ao modelo de governo, ao mesmo tempo em que, realçava os benefícios que as atividades físicas propiciavam à coletividade. Em nome da salvaguarda dos valores da população, o autor colocava a Educação Física como uma disciplina salvadora, capaz de retirar os indivíduos do mau caminho.

(...) trata-se de provar que, por meio de uma forma de educação realista, dispensada a partir da Educação Física, dos esportes e da recreação, é possível melhorar consideravelmente o valor moral, social e cívico da juventude que nos está confiada (LISTELLO, 1973, p. 24, *RBEFD* nº 14).

As relações de poder eram determinadas por movimentos descontínuos, em que os indivíduos tinham que ser permanentemente orientados para as práticas de atividades físicas que consagrassem um postulado de autonomia. Porém, isso por si só, não garantia a harmonia social, posto que o poder não pertencia apenas a um aparelho central, mas se ramificava pela sociedade, o que gerava assimilações e resistências, que nem sempre atendiam às perspectivas de controle social propugnadas pelo regime militar.

¹⁷ Listello afirma que o clube de recreação tinha suas atividades realizadas em um “antigo colégio de nível secundário”, o qual não é bem identificado em seu artigo. O objetivo do clube de recreação era ocupar o tempo dos jovens, fora de seu horário escolar, retirando-os das ruas, através do oferecimento de práticas esportivas, artísticas e culturais. O autor destacava várias atividades desenvolvidas no local, relacionadas à preservação da natureza, utilização sadia das horas de lazer, preparação para o mercado de trabalho, dentre outras.

Conter manifestações da juventude, contrárias ao governo, era uma expectativa que se dava mundialmente. As experiências acerca de movimentos estudantis causaram várias dificuldades para a manutenção da ordem social, no final da década de 1960, especialmente em países com os quais o Brasil se alinhava. O receio de que elas se repetissem resultava na adoção de medidas para que as massas fossem organizadas.

O lazer e a recreação assumiam uma dimensão educacional, em que os jovens tinham que ser orientados para se envolver em práticas corporais identificadas com valores que realçavam a sua moral, inserindo-os em modelos disciplinares e incrementando o seu espírito nacionalista. Todas essas injunções davam-se sob a égide de discursos que reforçavam a autonomia dos indivíduos.

A aproximação dos discursos de autores estrangeiros, com os dos brasileiros que escreviam na *RBEFD*, não era uma coincidência, mas sim, objetivava compor uma lógica de identificação com o ideário do periódico e, por conseguinte, do regime militar. Essas caracterizações podem ser constatadas, por via do próprio dinamismo que existiu nas estratégias de controle social daquele período, já que os processos não foram estáticos e lineares, mas dependentes também de conjunturas globais. A partir da segunda metade da década de 1970, em que a configuração política nacional apelava para a assunção de posturas mais participativas, a *RBEFD* acompanhou esse movimento, caracterizando a sua segunda fase e, buscou subsidiar-se em publicações internacionais.

No que tange ao lazer e à recreação, essa situação foi representada principalmente pelo movimento Esporte para Todos (EPT), que se originou de experiências européias, começando em 1967 na Noruega, com o nome de campanha TRIMM, espalhando-se posteriormente para o restante da Europa Ocidental e também para o Canadá, para os Estados Unidos e para o Japão.

A difusão dos benefícios do EPT era de tal monta que, a edição de número 35, da *RBEFD*, em 1977, dedicou-se inteiramente a esse assunto, inclusive com relatos de experiências realizadas em diversos países. Nessa edição, Lamartine Pereira da Costa afirmava que as concepções iniciais do EPT no Brasil, deveram-se ao contato em que ele e o professor Otávio Teixeira tiveram ao participar de um encontro internacional de Educação Física em Buenos Aires, com o professor Jürgen Palm, da Alemanha Ocidental. Este, sobressaindo-se como palestrante, trazia uma nova visão de Educação Física, propugnando que o esporte deveria ser estendido às pessoas comuns, pois cada vez mais estava se tornando uma prática elitista.

O professor Palm realmente colocou-se num extremo oposto aos demais conferencistas, oferecendo uma nova visão de educação física, com base na hipótese de que as atividades físicas e recreativas tornavam-se cada vez mais elitistas, afastando-se das possibilidades reais e dos anseios das pessoas comuns (COSTA, 1977, p. 6, *RBEFD* nº 35).

As propostas do EPT tinham em seu cerne a disseminação de práticas esportivas, consubstanciadas no lazer e na recreação da população, que no caso brasileiro, serviram como mecanismos promotores da ordem social, à medida que vislumbraram a participação massiva dos indivíduos, encontrando meios mais eficientes de fiscalizar a população, sendo que o seu conteúdo era originário de modelos internacionais.

Para atender ao perfil da população brasileira, que segundo Costa (1978) apresentava baixo nível educacional, o EPT era uma campanha destinada a educar o comportamento dos indivíduos e, dentro de uma expectativa em que estes não tinham preparação formativa para se organizarem em torno dos “benefícios” que as práticas corporais lhes propiciariam, havia a necessidade da figura do monitor voluntário, assegurando a condução das condutas. Amparado nos exemplos estrangeiros, era essencial espelhar-se neles, identificando os seus erros e os seus acertos, de modo que as experiências locais evitassem falhas durante a sua execução.

A simples difusão de *como fazer* não apresentou resultados importantes na Inglaterra e no Japão, contrariamente ao que ocorreu na Alemanha Ocidental, na Suécia, na Noruega, na Áustria e na Suíça, onde houve mobilização comunitária, através dos monitores voluntários e de promoções de massa, cujos resultados foram bastante promissores e estáveis (COSTA, 1978, p. 17, *RBEFD* nº 38).

Pensar em estratégias para a regulamentação da população, perpassava pela elaboração de medidas que inseriam os indivíduos em espaços dotados de condições para a implantação de uma rede de fiscalização mais eficiente, evitando que o controle gerasse um custo acentuado e desnecessário. Desse modo, a organização das multiplicidades, em lugares determinados, engendrava técnicas de quadriculamento, referendadas por idéias de que o ambiente urbano se tornava hostil, face às características da vida moderna, que faziam das cidades locais pouco humanizados, com o predomínio da devastação e a rarefação das áreas verdes.

Para solucionar esses percalços, advinha da Europa, o arquétipo dos “Parques Esportes para Todos”, como fundamentais na orientação das horas de lazer, em espaços

aprazíveis e propícios para a prática saudável de atividades físicas. O artigo elaborado pelo MEC-USP/ SEED-FUNDUSP¹⁸, apresentava essas conjecturas:

O crescimento excessivo e desordenado dos grandes centros urbanos, sem planejamento, fez com que uma massa humana se aglomerasse em locais isentos de reservas de áreas verdes (...)
O problema, então, se agrava, pois uma recreação sem a devida orientação especializada acaba gerando situações em que o homem se perde, se anula, se aborrece com imprevistos, agindo então, nas suas horas de lazer, como agente catalisador de contrariedades.
A solução do problema, como na Europa, virá através de Parques “Esporte para Todos” (MEC-USP/ SEED-FUNDUSP, 1979, p. 51, *RBEFD* nº 42).

Parece-nos que essa era a concepção destinada às práticas corporais no interior da *RBEFD*. Daí inferirmos que a presença de colaborações estrangeiras, não se dava aleatoriamente e, dessa forma, o periódico não estava aberto a qualquer tipo de publicação, independentemente de sua concepção ideológica. Acreditamos que havia uma definição dos materiais a serem editados, seguindo uma tendência que condizia com os pressupostos do regime militar, mesmo que, em relação aos artigos de lazer e de recreação, nem sempre se demonstrasse, explicitamente, apologia à forma de governo existente.

A busca de referências internacionais motivava-se pelas perspectivas de enriquecimento teórico da *RBEFD*, a fim de se encontrarem dispositivos que oferecessem à Educação Física um estatuto de cientificidade, constituindo efeitos de verdade para as práticas corporais. Essa situação permitiria também criar o incentivo para que o professor de Educação Física, ao entrar em contato com essas publicações, passasse a difundir as idéias ou, até mesmo, produzisse ele próprio artigos que trilhassem concepções semelhantes.

Isto é, as prescrições sobre a vigilância, distribuição dos corpos e organização das atividades não se circunscreviam apenas às proposições de autores brasileiros. Eram importadas como táticas eficientes de controle social, posto que, as próprias configurações nacionais reclamavam a aplicação de estratégias permeadas por um discurso pautado pelo zelo à administração correta da recreação, enfatizando que o “tempo livre” dos indivíduos deveria ser orientado para práticas que promovessem o bem-estar coletivo.

¹⁸ Através de um convênio de assistência técnica entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a Universidade de São Paulo (USP), foi projetado no interior desta, o parque Esporte para Todos. O Fundo de Construção da Universidade de São Paulo (FUNDUSP) era responsável por gerenciar os planos, programas e diretrizes das obras, em geral, no âmbito da USP, entre os quais, o parque Esporte para Todos, cabendo à Secretaria de Educação Física e Desportos (SEED) a função de implementar as atividades físicas que seriam realizadas nessa edificação, depois de concluída. Era o modelo brasileiro, que deveria ser estendido a outras localidades do país.

As práticas corporais, como mecanismos de controle social, eram portanto, temas de discussões que faziam parte de conjunções mundiais. Nesse sentido, no regime militar, diante de um contexto marcado por um intenso anseio de promover a ordem social, as contribuições de autores estrangeiros corroboravam com as estratégias de modulação das condutas da população, caracterizadas pela disciplina sobre os indivíduos, no intuito de estabelecer uma economia dos corpos que atendesse aos aspectos de produtividade, docilidade e obediência.

O regime militar brasileiro, vivenciado entre os anos de 1964 e 1985, não inaugurou a utilização das práticas corporais como mecanismos de coerção, manipulação e tampouco sobre a produtividade dos sujeitos. Contudo, podemos notar a profusão de discursos, ao longo da trajetória da *RBEFD*, que proclamaram políticas direcionadas ao bom uso do “tempo livre”, como instrumentos eficientes na consecução da ordem e controle sociais, através da utilização das práticas corporais, coerentemente com os ideários de salvaguarda da nação e defesa dos interesses dos cidadãos, diante das ameaças comunistas externas e derrocada dos valores morais. A *RBEFD* oferece-nos pistas para tentarmos analisar como se encetavam os fatores relacionados à recreação e ao lazer, quanto à sua utilização de conformação dos sujeitos e inserção na lógica de governo proposta pelo regime militar.

Com efeito, as disposições acerca do controle e ordem sociais previam a constituição do “Brasil Grande”, que tinham como corolário a formação do homem brasileiro dotado de espírito cívico e de boa conduta moral, sendo a *RBEFD* crivada de posicionamentos em favor das práticas corporais, voltadas para o lazer e para a recreação, exaltando nos indivíduos a importância do amor à pátria e a inserção na sociedade de normalização, que se tornava um discurso fundamental para que se exercesse o poder disciplinar e regulamentasse a população.

Para que surtisse os efeitos desejados, de tornar-se um veículo aceito pelos professores de Educação Física, a *RBEFD* tinha que ser dotada de uma eficiente estratégia de distribuição. Isso era essencial para que houvesse o convencimento de seus profissionais, a fim de que eles próprios fossem os agentes disseminadores de seu ideário no corpo social. Além do mais, o periódico seria responsável por incentivar as produções científicas nacionais, relacionadas à Educação Física, face às carências existentes nessa área.

Nesse sentido, embora houvesse alguns embates, dentro da *RBEFD*, a respeito de uma corrente esportiva e outra humanista, com a nítida prevalência da primeira, o que pode ser constatado na análise dos editoriais, em nosso entendimento, é que os pressupostos

teóricos representavam a assunção de posturas que convergiam para o controle e a ordem social, sendo que os anseios das duas correntes no uso das práticas corporais, de qualquer matiz, respondiam ao imaginário de desenvolvimento com segurança colimado pelo regime militar.

Buscando investigar as concepções referentes aos aspectos que se preocupavam com a formação humanista, cremos que o lazer e a recreação infundiam essas prescrições à população e, como tal, as formulações teóricas sobre esses temas ofereciam uma visão quase sempre funcionalista, ou seja, num contexto em que se dizia favorecido por conquistas sociais advindas dos benefícios estendidos aos indivíduos, com o conseqüente aumento das horas de folga, o ajustamento social era demarcado por mecanismos sutis, implementados por estratégias de convencimento das vantagens destinadas à população, através de atividades físicas lúdicas e prazerosas, que tinham forte influência de colaborações estrangeiras.

Em relação ao lazer e à recreação, nesse capítulo procuramos identificar os conceitos apresentados na *RBEFD*, dialogando com outros autores que teorizam sobre estes temas. Por serem nosso objeto de estudo, no próximo capítulo aprofundaremos as discussões, buscando enfocar a sua utilização como mecanismos de controle social.

CAPÍTULO 4

O LAZER E A RECREAÇÃO COMO INSTRUMENTOS DE CONTROLE SOCIAL E NORMALIZAÇÃO

Por meio das análises que fizemos até o momento, buscamos enfatizar o movimento pelo qual passaram as práticas corporais no período militar, especialmente enfocando como o lazer, a recreação e o esporte se constituíram dentro do modelo de governo nacional, que por sua vez, estava atrelado aos pressupostos políticos internacionais. Assim, ao utilizarmos como fonte a *RBEFD*, procuramos no capítulo anterior mostrar a sua roupagem, identificando as concepções que ela carregava.

Nesse capítulo, o nosso objetivo é centrarmos nas atividades referentes ao lazer e à recreação, visualizando a dimensão instrumental aplicada ao corpo social, a fim de demonstrar que através da utilização de práticas corporais lúdicas e prazerosas, a *RBEFD* alastrava o ideário do regime militar, em favor da disciplinarização dos indivíduos e regulamentação da população.

A investigação acerca dos efeitos de verdade proporcionados pela orientação de atividades do lazer e da recreação perpassava pelas estratégias de modulação social, em que houve uma diversidade na entonação dos discursos. Constituir indivíduos ajustados às normalizações sociais, engendrava técnicas de controle, responsáveis pela difusão de teorizações voltadas à delimitação de espaços, à produtividade e ao engajamento dos profissionais de Educação Física nas causas favoráveis ao estabelecimento da ordem de governamentalidade militar.

Diante disso, cabe-nos perscrutar os artigos dedicados ao lazer e à recreação, a fim de tentarmos fazer uma conexão entre os seus dizeres e o modelo de governo constituído no Estado militar.

4.1- O lazer e a recreação como mecanismos de disciplinarização

O advento do regime militar brasileiro, consolidado após a “revolução de 1964”, crivou-se de estratégias de governo que se consubstanciaram principalmente pelas intervenções do complexo IPES/IBAD. Amparado pelas reivindicações de boa parte da população, que clamava pela retomada da ordem social democrática, foram adotados dispositivos para convencer a sociedade de que o governo atuava em seu favor. A utilização de mecanismos de controle social possuía um criterioso planejamento, não sendo portanto, medidas espontâneas ou localizadas em produções isoladas.

Dentre as medidas postas em prática, acreditamos que os artigos que tratavam do lazer e da recreação configuravam essas perspectivas de planejamento, buscando orientar a população para participar de atividades físicas regulamentadas. Destarte, houve uma série de produções voltadas ao espalhamento de idéias de que as práticas corporais deveriam assumir um caráter de formação humana, enfatizando os valores morais, sociais e cívicos, tendo a *RBEFD* como um veículo difusor desses preceitos.

O II Seminário de Recreação, organizado pela Associação Brasileira de Recreação (ABDR), que teve os seus resultados publicados na *RBEFD* de número 11, em 1971, foi uma dessas produções, constituindo-se em um importante evento para caracterizar as pretensões em torno da função do lazer e da recreação e, como eles poderiam contribuir para ajustar os indivíduos ao modelo de sociedade colimado pelo regime militar.

A organização da recreação funcionava como uma estratégia para a fiscalização dos corpos individuais e das massas globais, já que os mecanismos de disciplinarização extrapolavam as suas localizações para além dos aparelhos de produção, caracterizando a inclusão positiva dos indivíduos em uma sociedade normalizada. O “tempo livre” também precisava ser controlado, imputando-se ao recreador um papel educativo, definido pela detenção de conhecimentos responsáveis por qualificar, classificar e punir o comportamento dos indivíduos.

Especificamente, nesse artigo, a denominação “recreador” ganhava bastante significação e, sobre ela pretendemos tecer alguns comentários. Por ser a *RBEFD* um veículo que tinha como público alvo o professor de Educação Física, ele era convidado a fazer parte da recreação, que se encontrava em um processo de franco crescimento. Ao professor de Educação Física encontra-se aberto amplo mercado de trabalho no campo da recreação (ABDR, 1971, p. 10).

Por outro lado, pretendia-se fazer do recreador uma figura diferenciada e autônoma, inclusive no quadro escolar. Extraímos dois tópicos referentes às orientações para a formação do recreador, contidos nas decisões tomadas no II Seminário de Recreação, para realçarmos a distinção dada a esse profissional:

- 3) Com a nova política de formação dos quadros de pessoal no campo da Educação (Cap. V do Anteprojeto da Reforma do Ensino), somos levados a distinguir também Recreadores para nível médio e Recreadores para nível superior.
- 4) Em face da complexidade do assunto e do Anteprojeto de Reforma de Ensino, em estudo, a Comissão Especial do tema sugere a formação de outra comissão para realizar um estudo mais aprofundado da proposição (ABDR, 1971, p. 11, *RBEFD* nº 11).

Sem querermos nos deter nos aspectos da legislação escolar, dado que a própria configuração de nosso trabalho aponta para o lazer e para a recreação, como dispositivos educacionais destinados à população em geral, é importante notar a preocupação da ABDR em formar recreadores para atuarem no campo formal. Estabelecia-se uma diferenciação entre o recreador e o professor de Educação Física, mas ao longo do artigo não havia uma definição conceitual do papel de um e de outro, o que significa dizer que a finalidade da atuação dos dois tendia para os mesmos propósitos. Novamente recorremos ao artigo da ABDR, quando tratava de suas sugestões ao Legislativo e ao Executivo, a fim de demonstrarmos algumas incongruências nesse sentido.

Propor aos Executivos das grandes cidades que mantenham uma comissão de planejamento de áreas de recreio, tendo como membros obrigatórios: professor de Educação Física, recreador, urbanista, assistente social e representante de órgãos de segurança (ABDR, 1971, p. 11, *RBEFD* nº 11, grifos nossos).

Vê-se que, no entendimento da ABDR, o recreador assumia uma importância vital no processo de implementação das áreas de recreio, distinguindo até mesmo da função do professor de Educação Física, o que nos indica que a recreação era tratada como um dispositivo essencial para espalhar no corpo social as vantagens de seu envolvimento nas práticas corporais. Essa situação corrobora com o nosso pensamento de que a recreação, bem como o lazer, eram mecanismos educativos utilizados para disciplinar os indivíduos e regulamentar a população.

Podemos constatar que a ABDR assumia essa função, voltando-se para o norteamento das condutas da população e para a orientação do “bom aproveitamento das horas de folga”. Num contexto demarcado por um intenso aumento demográfico, especialmente nas grandes cidades, era imprescindível manter o controle social, de modo que

as multiplicidades fossem organizadas. Essa preocupação parecia ficar estampada no texto relatado por Ethel Bauzer Medeiros:

Paralelamente à industrialização, que é uma das marcas do desenvolvimento, avança a urbanização. Ao pôr a seu serviço as forças naturais – do vapor, da eletricidade, do petróleo e, agora, a energia nuclear –, o homem vai erguendo cidades, que o sufocam. Todos acorrem morar junto às fábricas, as cidades crescem e se agigantam e o campo vai desaparecendo. Só a muito custo – e a duras penas – é reencontrado nos finais de semana. Mas até essa alegria está desaparecendo, com as estradas coalhadas de veículos, e o “ar puro” cheio de gasolina e fumo ... (ABDR, 1971, p. 14, *RBEFD* nº 11).

Para a autora, a solução para todos os percalços causados pela industrialização passava pela administração correta de atividades recreativas, que resgatariam os valores morais e sociais, sucumbidos pelo desgaste dos indivíduos, diante da degeneração de seu modo de vida.

Cremos que a intenção dessa tônica dos associados da ABDR, era atribuir uma extensão salvadora à recreação, perante as mazelas sociais que assolavam a população. Ou seja, se existiam contradições no seio da sociedade, nada melhor de que tentar conformá-la pelos efeitos positivos da recreação para o seu bem-estar.

Os corpos deveriam ser distribuídos dentro de uma lógica em que aos indivíduos fosse destinado o divertimento, sem no entanto, haver a necessidade de qualquer menção à conjuntura social existente. Bastava oferecer atividades lúdicas e prazerosas à população, para que ela alcançasse a felicidade. O texto relatado por Alfredo Colombo identificava essas injunções:

O lazer deve ser aproveitado em atividades recreativas que não só melhorem e aumentem a resistência física, como também as relações e condições de vida social, resultando na defesa do capital humano (...)
O natural, o lógico, é que no plano-mestre das cidades já fosse feita a previsão de longo alcance para a reserva de áreas e facilidades materiais para a recreação, e fossem separados os locais onde todas as pessoas, independentemente de idade, nível econômico e ocupação, pudessem passar suas horas de lazer. Aí também existiriam locais para que as crianças, os adolescentes e os adultos pudessem reunir-se, conversar, ler, realizar festas, praticar jogos, dedicar-se ao artesanato (ABDR, 1971, p. 17, *RBEFD* nº 11).

Diante das discussões encontradas no artigo da ABDR, parece que o centro das preocupações girava em torno da organização das massas urbanas, resultado do sensível crescimento das cidades, simultâneo ao processo da industrialização. O artigo se inseria na primeira fase da *RBEFD* e, como tal, acreditamos que acompanhava a configuração política nacional, em que existiam focos que se contrapunham ao regime militar, num momento em

que os grupos de esquerda incomodavam a consolidação dos ideais da “revolução de 1964”. Sob um contexto de aumento da concentração urbana, não deveriam ser dados espaços para a cooptação dos indivíduos pelos setores “subversivos”, de modo que o controle social não escapasse ao governo. Então, ater-se ao fluxo das cidades tornava-se essencial, para reforçar o apoio da população, o que era facilitado pela situação econômica que o Brasil vivia naquele momento.

É bom lembrar que à época da publicação do artigo da ABDR, o país vivia sob o comando do General Emílio Garrastazu Médici, com índices de crescimento de mais de dez por cento ao ano, caracterizado como o período do “milagre econômico” e, de certo modo, boa parte da população encontrava-se envolvida pelo ideário do regime militar. Assim, o que se propunha para a recreação era que ela fosse eivada de estratégias de controle social que conduzissem as condutas dos indivíduos, posto que havia o receio de que se aumentassem os grupos contrários aos processos de governo, conturbando a ordem social.

Restava interferir no plano social, para que todas as pretensões desenvolvimentistas, à luz dos posicionamentos do governo militar, fossem consolidadas de forma harmônica e, para isso, o controle sobre os indivíduos visava a dotação de espaços em que fosse possível organizar as suas distribuições de modo eficiente. A figura do recreador tornava-se imprescindível para garantir a ordem política, posto que a ele eram delegadas funções de distrair e brincar com as crianças, adolescentes e adultos, atuando como gestor das multiplicidades, atento ao comportamento da população, cabendo-lhe:

estimular, planejar, levar adiante e executar programas de Recreação organizada, em obediência a uma filosofia explícita do bom aproveitamento das horas de lazer, num trabalho de educação tanto sistemática, quanto assistemática (ABDR, 1971, p. 9).

Portanto, a recreação e o lazer não se limitavam à educação formal. Eles deveriam moldar os indivíduos em todas as suas possibilidades. Coerentemente com esta linha de pensamento, Jayr Jordão Ramos, no artigo *O Desporto-Jôgo durante as horas de lazer do trabalhador*, publicado na *RBEFD* número 5, de 1968, discorria sobre a importância do Desporto-Jogo durante as horas de lazer, em que autor enaltecia as suas vantagens para o “bom aproveitamento do tempo livre” do trabalhador, aumentado significativamente, ante os avanços alcançados pelo desenvolvimento.

A diminuição das horas de trabalho e o conseqüente aumento da folga, se não considerados no presente momento, construirão, em futuro próximo, sério problema social de grande

complexidade e difícil solução. As horas de lazer, quando mal aproveitadas, são grandes inimigas do trabalhador. Diz bem o adágio popular na sua sabedoria, que a *ociosidade é a fonte de todos os vícios* (RAMOS, 1968, p. 64, *RBEFD* nº 5).

Ramos alertava que as concessões oferecidas aos trabalhadores, marcadas concomitantemente pela diminuição das horas de trabalho e pelo aumento das horas de folga, tinham que ser orientadas para o seu “bom aproveitamento”. Utilizando uma entonação intimidadora, o autor prescrevia a maneira pela qual os indivíduos tinham que se comportar, para que fosse mantida a ordem social e prevalecesse a produtividade. Assim, as horas de folga deveriam permitir a formação de corpos obedientes e úteis. Os dispositivos de segurança, necessários à distribuição espacial dos indivíduos agiam na preservação dos valores morais, evitando os riscos de desordens sociais. Para tanto, as orientações dadas para o lazer e para a recreação contribuiriam para a formação dos sujeitos disciplinados, não deixando que a ociosidade corrompesse a organização da sociedade.

As horas de lazer bem aproveitadas significavam ganhos de economia corporal e, simultaneamente, o Desporto-Jogo assumiria um caráter de positividade ao trabalhador, juntamente com as danças e as atividades físicas ao ar livre que, segundo Ramos, ofereciam benefícios corporais, que enalteciam a conjugação entre o esforço físico e o prazer.

Se para Foucault (1987), a sociedade moderna abandonou o ascetismo, como forma de salvação da alma e privilegiou a produtividade, geradora de uma nova tecnologia política do corpo, através da qual o indivíduo deve situar-se de acordo com as condutas socialmente estabelecidas, no contexto analisado, o trabalhador seria treinado para inserir-se em uma conjunção de utilidade e obediência, sendo as suas horas de lazer também importantes para a consecução destes objetivos.

Transpunha-se a visibilidade para o indivíduo. Ela era descendente, já que o poder disciplinar olha para o indivíduo, descrevendo-o detalhadamente, fiscalizando-o ininterruptamente. Não bastava controlar o seu tempo de trabalho, mas para que houvesse o seu enquadramento nas aspirações desenvolvimentistas do regime militar, visando a constituição do Brasil Grande, o tempo de não trabalho também era vital.

Na passagem em que Ramos utilizava o adágio popular a ociosidade é a fonte de todos os vícios, verifica-se que os sujeitos estavam submetidos a fatores sociais, que podiam desviá-los de um caminho em que deveria prevalecer a vigilância sobre eles e, o mau aproveitamento das horas de lazer poderia ser responsável por corromper esta intenção. Porém, Ramos omitia contingências nas quais a ociosidade muitas vezes não era opção dos indivíduos, mas um problema decorrente da incapacidade de se absorver toda a

mão-de-obra disponível. Ao mesmo tempo, esse ditado corroborava para que a vigilância se desse mutuamente, não apenas de “cima para baixo”, mas com os próprios indivíduos observando uns aos outros, referendando a verdade, de que o trabalho trazia as virtudes e o lazer e a recreação, sem supervisão, poderiam ser perniciosos, trazendo os vícios.

Ou seja, através da produção de efeitos de verdade, que davam ao trabalho uma dimensão de dignidade e o lazer e a recreação, especialmente aqueles sem uma determinada supervisão, eram colocados em um plano secundário, subvalorizados em relação ao primeiro, o controle sobre eles deveria ser eficiente, para que igualmente ao trabalho, constituíssem indivíduos obedientes e úteis, atuando também na regulamentação da população.

Marcellino faz uma análise desse fator relacionado à ociosidade e, embora o seu objeto de estudo não volte atenções para concepções de lazer e de recreação da *RBEFD*, como também esse autor não centra suas investigações no período militar, sua interpretação oferece possibilidades de tecermos críticas ao pensamento de Jayr Jordão Ramos:

Dessa forma, o tempo do desempregado, por exemplo não pode ser entendido como *tempo disponível*, mas sim *desocupado*. Não opção por atividade ou contemplação. Não há lazer ou ócio e sim ociosidade. Essa distinção – entre ócio e ociosidade – é importante, na medida que, não ocorrendo no senso comum, tende a lançar sobre o lazer ou ócio os valores negativos da ociosidade. Prevalece a idéia do “tempo perdido”, orientada pelos princípios de produtividade e acumulação. Não se percebe o ganho humano desse tempo supostamente perdido (MARCELLINO, 1987, p. 33).

A articulação entre o lazer e o ócio, realizada por Marcellino, supõe que para a existência de ambos são necessários dois fatores: tempo e atitude. Tanto dependem da disponibilidade do indivíduo como da opção, podendo estar ligados ao caráter instrumental (atividade propriamente dita) ou à contemplação. Já a ociosidade, acaba assumindo valores negativos, por carregar consigo os efeitos da não produtividade.

Percebemos que Ramos não se atinha a essa diferenciação entre ócio e ociosidade. Parece que o autor enveredava-se por caminhos em que todo o tempo de não trabalho deveria ser esquadrihado, criando possibilidades de que ele permanentemente agisse na formação de indivíduos úteis e obedientes, principalmente através das atividades físicas orientadas. Acreditamos que o seu conceito de ociosidade englobava todas as horas de folga dos indivíduos que não se voltavam à produção, inclusive àquelas caracterizadas pela contemplação, ou mesmo as que fugiam das concepções moralistas assumidas por ele.

Portanto, independentemente das conotações dadas por Ramos à ociosidade, podemos dizer que o lazer e a recreação compunham uma lógica de produtividade que intervinha nas horas de folga do trabalhador, orientando-o para práticas corporais adequadas

ao ajustamento social, que de certo modo, influíam também no tempo do desempregado, pois ao estarem impregnadas de valores morais, disseminavam no corpo social as vantagens de que todos se enquadrassem nestes mecanismos, ou ainda, serviam como instrumentos de fiscalização mútua, à medida que espriavam olhares entre os que aderiam às atividades, ou mesmo entre os que não aderiam.

Ao lazer e à recreação eram atribuídas funções utilitaristas responsáveis por preencherem adequadamente as horas de folga do trabalhador, sendo que a expectativa não era reduzida a atividades descontextualizadas, desinteressadas, pois mais do que a prática e, por meio dela, deve ser incutida a convicção do valor extraordinário do Desporto-Jôgo sob o ponto de vista educativo, higiênico, social e humano (RAMOS, 1968, p. 65). Havia uma imanência entre os conhecimentos biológicos e os fatores políticos e, embasando-nos nas investigações de Foucault, podemos dizer que o poder atuava diretamente sobre a vida, bem como a utilização da recreação e do lazer apontava para o controle da população, ao atentar-se aos valores educativos, sociais e humanos.

Para que houvesse essa modulação social, fazendo da recreação e do lazer estratégias educacionais responsáveis por conduzir a população, pressupunha-se o envolvimento da totalidade de dispositivos que alcançassem esses objetivos e, desse modo, a constituição dos jovens inseridos naquela sociedade de normalização era crucial. Dentre as normas que deviam ser adotadas, enquadravam-se àquelas que definiam o espaço de cada um no corpo social, distinguindo os papéis reservados aos gêneros, bem como identificando a função da Educação Física como componente essencial na regulamentação da população.

Os educadores não podem esquecer que devem preparar seus alunos para as horas de lazer; por isso, deverão, no seu programa, incluir atividades que eles possam praticar futuramente nessas horas de ócio. Em princípio, deverá preocupar-se o professor em despertar o gosto por uma atividade ou um **desporto individual** (por exemplo, lutas para os jovens e dança para as jovens), para quando tenham poucos parceiros para jogar ou dançar, e, também, um **coletivo**, para as ocasiões em que se encontrem em grande número, como nas praias, nas excursões, de modo que nessas oportunidades não se sintam inibidos de jogar por não dominarem nem um pouco uma bola com os pés ou com as mãos (TARGA, 1975, p. 61, *RBEFD* nº 28).

Como já vimos discutindo durante esse trabalho, um dos objetivos da *RBEFD* era realçar o caráter científico da Educação Física, posto que, os próprios editoriais do periódico apontavam para a sua fragilidade, especialmente quando se tratava da realidade brasileira. Targa vinculava o papel dos educadores a uma dimensão instrumental, denotando estratégias de poder-saber, que no caso dessa área de conhecimento, cabia dotar os indivíduos de habilidades motoras para se enquadrarem nos modelos sociais.

Os corpos eram distribuídos para atender às lógicas de obediência e de utilidade. Foucault (1987) analisa os hospitais, as fábricas, as prisões, os quartéis e as escolas, como locais de fabricação de sujeitos disciplinados, de fácil controle e localização. Transportando essas questões para as investigações sobre o lazer e da recreação no período militar, acreditamos que eles também se constituíam como aparelhos de produção, pois o tempo destinado aos indivíduos para as suas horas de folga, estava vinculado a um processo de produtividade.

Através da inclusão da população em modelos vislumbrados para uma nação em desenvolvimento, haja vista que, os artigos analisados até aqui, nesse capítulo, sofreram grande influência do período identificado como “milagre econômico”, buscava-se formar uma identidade nacional, composta por práticas discursivas, com a utilização de técnicas minuciosas que ressaltavam ao mesmo tempo o controle sobre o corpo individual e a organização das massas.

Pequenas astúcias dotadas de um grande poder de difusão, arranjos sutis, de aparência inocente, mas profundamente suspeitos, dispositivos que obedecem a economias inconfessáveis, ou que procuram coerções sem grandeza (...). Astúcias, não tanto da grande razão que trabalha até durante o sono e dá um sentido ao insignificante, quanto da atenta “malevolência” que de tudo se alimenta. A disciplina é uma anatomia política do detalhe (FOUCAULT, 1987, p. 128).

As teorizações da *RBEFD* revestiam-se de um estatuto legitimador dos anseios de uma nação ordenada, com a constituição de indivíduos dóceis. Através dos discursos de cunho moral e utilitarista, que pregavam a fabricação de “atitudes saudáveis”, livrando os indivíduos dos problemas provocados pela ociosidade, existia a perspectiva do desenvolvimento com segurança, tão incrustada no ideário militar.

Se levarmos em conta as configurações políticas que demarcaram o regime militar até a primeira metade da década de 1970, podemos observar que as abordagens acerca da recreação e do lazer, contidas na *RBEFD*, eram dotadas de um caráter prescritivo, carregando uma entonação incisiva e deixando transparecer a existência de “vozes de comando” para a realização de atividades, apesar de sempre enaltecerem os seus efeitos positivos. Percebemos que havia determinações do “alto para baixo”, que ignoravam as resistências do corpo social e, por conseguinte, desconsideravam que as relações de poder encontravam-se distribuídas no seio da sociedade.

Com a transformação da conjuntura nacional, que redundou no enfraquecimento do governo militar, houve a necessidade da assunção de novos discursos, priorizando a

participação popular. Foi o momento em que o EPT ganhou evidência e passou a ser uma temática sobre atividade física predominante na *RBEFD*.

4.2- O Esporte para Todos: “popularização” do lazer e da recreação

O EPT foi um movimento que a partir de meados da década de 1970, buscou consolidar as expectativas de aglutinação da população em torno de atividades destinadas ao lazer e à recreação, já que até então na *RBEFD*, observamos que os discursos apenas apontavam para a necessidade de enquadrar os indivíduos em uma ordem social, sem que efetivamente houvesse uma campanha em favor da convocação da população para participar de atividades físicas.

No Brasil, o EPT surgiu a partir de 1973, eivado de pressupostos filosóficos que propunham a democratização das atividades físicas e desportivas. Em 1975, o primeiro evento de impacto em favor da mobilização da população foi realizado pela Rede Globo, sob o nome de MEXA-SE, que coincidiu com a elaboração do Plano Nacional de Educação Física e Desportos (PNDE, 1976) e, tinha como objetivos principais aprimorar a aptidão física da população, elevar o nível do desporto em todas as áreas, intensificando a sua prática às massas, ampliar o nível técnico das representações nacionais e difundir as atividades esportivas como forma de utilização do tempo de lazer. O esporte, nesse sentido, não se restringiria a praticantes dotados de habilidades motoras, com o intuito de estabelecer uma seleção entre os esportistas e os não esportistas, passando a ser, a partir daquele momento, um elemento acessível a toda população, independentemente do estágio de capacidade física em que se encontravam os indivíduos.

Desse modo, a *RBEFD*, como um importante veículo de divulgação dos movimentos da Educação Física, não poderia se furtar em promover uma ampla divulgação do EPT, mesmo porque, com o advento dessa campanha, a disciplinarização dos indivíduos e a regulamentação da população perpassavam por novos contornos, pois vislumbravam a possibilidade da reunião simultânea das massas, em diferentes localizações do país, num mesmo momento, praticando as mesmas atividades. As suas discussões no periódico ganharam corpo a partir da edição de número 35, do ano de 1977.

As determinações teóricas a respeito do lazer e da recreação, anteriores ao EPT, redundavam em expectativas que, na maioria das vezes, restringiam-se em estudos de influência significativa, dado a importância da *RBEFD* como espaço de fundamentações científicas e a presença de autores reconhecidos nacional e internacionalmente, mas não apontavam para uma participação massiva dos indivíduos, posto que, em nosso entendimento, não havia sido efetivada ainda, uma estratégia de como as práticas corporais pudessem ser diluídas a toda a população. Desse modo, a disseminação das práticas corporais ainda carecia de uma organização que contasse com a adesão da sociedade.

O EPT, portanto, tinha como pressuposto envolver a população em atividades físicas, sendo um mecanismo de controle social que ganhou força no Brasil, motivado, como já discutimos, por influências internacionais. No entanto, mesmo as influências internacionais sendo salutares à implementação do EPT, acreditamos que a conjuntura nacional também deu impulso à sua adoção, pois já não se vivia no Brasil um clima de otimismo político em relação ao regime militar, em virtude das condições adversas decorrentes de uma crise internacional. Passada a euforia do “milagre econômico”, a população não estava tão envolvida com o ideário da “revolução” e, assim, no nosso entendimento, houve uma modificação do tom das práticas discursivas, inclusive no que se refere à postura da *RBEFD*.

As entonações incisivas, realçadas por terminologias de intimidação ligadas a um sentimento patriótico efusivo, foram substituídas por uma retórica que dava um sentido mais ameno aos discursos, conclamando a participação da população, a fim de que ela se envolvesse nas atividades físicas. Não se abandonaram, no entanto, as injunções de controle social, pelo contrário, foram reforçadas e direcionadas à população, com a assunção de um novo viés.

No artigo de Lamartine Pereira da Costa, contido na *RBEFD* de número 35, de 1977, o autor dizia que o EPT era composto tanto de atividades coletivas, quanto de individuais e, pregava a prevalência da recreação e do lazer sobre a competição, buscando com o aumento do número de participantes, melhores condições para a seleção de atletas. Tratava-se de um movimento que, segundo o autor, vinha “de baixo para cima” e, desse modo, fugia aos aspectos burocráticos resultantes de implementações de atividades, por quaisquer tipos de órgãos, sem que efetivamente houvesse a vontade dos participantes.

Existia a pretensão do agrupamento de um maior número de indivíduos possível, por meio de discursos que evidenciavam os esforços acerca do incentivo de atividades físicas e outras atividades culturais, mas que na verdade compunham táticas de controle social. Por esse viés, o EPT deveria prover os indivíduos de atividades que lhes atendessem os anseios de

lazer e recreação, sendo que a sua consecução se daria pela massificação do esporte, através de chamadas à população, em que quanto mais pessoas participassem, mais se solidificariam as aspirações disciplinadoras da campanha do EPT. Para isso, Costa afirmava que foi utilizada toda uma logística, como o MOBRAL¹⁹, a mídia e a iniciativa privada, como meio de obtenção de sucesso nessa empreitada.

O ano de 1977 demarcou a efetiva implementação da campanha EPT, num amplo esforço que envolveu os municípios, os voluntários, e a adesão dos praticantes, além de serem organizadas diversas atividades de lazer e recreação. Todo esse movimento necessitou de investimentos estruturais, que não foram poupados, como nos conta Costa:

A campanha Esporte para Todos iniciou-se em maio de 1977, através do treinamento de toda a infra-estrutura do Mobral, utilizando-se fitas cassetes e um texto impresso denominado Documento Básico da Campanha, produzido pelo autor. Nesse material está concentrada toda a experiência consolidada pelo DED [Departamento de Educação Física e Desportos] e pelo Mobral, a partir de 1973, sobre o assunto (COSTA, 1977, p. 12, *RBEFD* nº 35).

Para o alastramento do EPT no corpo social, adotou-se uma estratégia, que até então não havia existido na Educação Física brasileira. No sentido de reunir um grande contingente populacional, as atividades amparavam-se pelo recrutamento de voluntários treinados e preparados para difundirem as prescrições da campanha, tendo como recursos, eficientes para a época, fitas cassetes e um texto impresso para dar respaldo aos agentes disseminadores.

Sobre o texto, intitulado Documento Básico da Campanha, não é possível definir sua autoria com precisão, pois Costa não explicitava qual era o autor, se ele próprio, se outra pessoa ou se um grupo de intelectuais ligados à Educação Física. O certo é que o Documento dava seqüência ao seu artigo e servia para orientar os procedimentos dos dirigentes e voluntários envolvidos com o EPT²⁰.

¹⁹ O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) tinha como objetivo inicial a alfabetização de jovens e adultos. Porém, segundo Lamartine Pereira da Costa, constatou-se que a demanda por novos cursos era uma reivindicação dos recém-alfabetizados. Estudos demonstraram que o lazer (especificamente o futebol e outros esportes) fazia parte das necessidades das pessoas. Daí, pela sua abrangência e eficiência, o MOBRL poderia ser um projeto capaz de organizar eficientemente as comunidades em torno das práticas de atividades físicas, pois embora cobrisse todo o território nacional, era um “movimento descentralizado em células autônomas municipais” (COSTA, 1977, p. 11). Percebe-se na fala do autor, mecanismos estratégicos para se atingir o controle, através dessa disposição geográfica.

²⁰ Ao consultarmos o sumário elaborado por Ferreira et. al. (2002), verificamos que não é atribuída nenhuma autoria específica a esse documento, de modo que, para efeito de referência o definiremos como Documento Básico da Campanha, seguindo o mesmo critério do sumário.

Nele, a campanha do EPT era legitimada por meio do estabelecimento do Plano de Educação Física e Desportos, em 1976, sob responsabilidade do Ministério da Educação e Cultura e pela legislação do Governo Federal, originária do plano, dividindo o desporto em áreas de atividade, sendo a primeira o setor estudantil (Educação Física), a segunda o esporte organizado e a terceira as atividades esportivas espontâneas e improvisadas, destinadas ao maior número possível de indivíduos, engendrando assim, estratégias de controle social eficientes, à medida que alastrava o esporte à população, como mecanismo de lazer e de recreação coletivos. Nesse sentido, o Documento criticava a ausência de políticas públicas direcionadas à massificação do esporte.

Nesse ponto reside a fragilidade básica do esporte nacional: o lazer esportivo, praticado por grande quantidade de pessoas, ainda não existe em proporção e diversificação suficientes para originar a motivação e suporte para as demais duas áreas, criando-se assim um círculo vicioso com a insuficiência de recursos humanos, financeiros e de organização (DOCUMENTO BÁSICO DA CAMPANHA, 1977, p. 14, *RBEFD* nº 35, grifo nosso).

Ou seja, os discursos em torno da espontaneidade gerada pelo EPT incorriam em situações interessantes. Se ele deveria estar premido pela priorização do lazer e da recreação ao corpo social, por que a sua colocação como suporte para o setor estudantil e para o esporte organizado? Talvez possamos responder a essa pergunta, inferindo que a participação da coletividade nas atividades físicas proporcionaria a idéia de formação de atletas, denotando uma dimensão educacional à população, para que ela participasse e incentivasse a sua prática, além do que referendava a Educação Física escolar como uma área altamente vinculada ao esporte de rendimento.

Isso explicitava muito mais táticas de composição e de ajustamento social, produzindo efeitos de verdade, responsáveis por convencer a sociedade dos benefícios de sua adesão e de seu apoio a essas práticas corporais, que propriamente redundava na formação de atletas, haja vista que os resultados demonstraram que esses últimos objetivos não foram conquistados.

Nesse sentido, talvez o círculo vicioso abordado pelo Documento, se voltasse às expectativas de enquadramento dos indivíduos em configurações eivadas por um intenso controle social, sendo que o esporte era utilizado como um mecanismo de propaganda, posto que, se porventura houvesse algum destaque individual ou coletivo, certamente serviria como exemplo de que a disseminação de práticas esportivas na população era o caminho correto, como houvera acontecido anos antes com a seleção brasileira de futebol, durante a copa do mundo de 1970.

Torcer pelo Brasil criaria possibilidades maiores de incorporação de um espírito cívico que se articulava com os discursos assumidos pelo regime militar, do amor à pátria acima de qualquer coisa e de que aqueles que governavam o país pensavam antes de tudo no bem de sua população. O sucesso advindo de representações esportivas nacionais fabricava subjetividades, buscando reforçar a adesão dos espectadores ao modelo de governo implementado naquele momento.

A priorização dada pelo Documento Básico da Campanha destinava-se ao controle dos corpos individuais e à regulamentação da população, sendo que havia uma série de prescrições que orientavam as condutas coletivas. O Decálogo contido no Documento, o qual transcreveremos na íntegra, traduzia as perspectivas de ordem social do EPT:

1. LAZER

Orientar o tempo livre para a prática esportiva com prazer e alegria, de modo voluntário e sem prejudicar as demais possibilidades educacionais e culturais.

2. SAÚDE

Criar oportunidades de melhoria de saúde do povo, no que se refere à prática de atividades físicas e recreativas, nas medidas possíveis e adequadas às condições locais das diferentes comunidades.

3. DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

Aperfeiçoar a capacidade de organização e mobilização das comunidades para o trabalho em conjunto, em mutirão e dentro do necessário sentimento de vizinhança, de bairro, de região e de município.

4. INTEGRAÇÃO SOCIAL

Estimular a congregação e a solidariedade popular, dando ênfase à unidade familiar, às relações pais e filhos, à participação feminina e à valorização da criança e do idoso.

5. CIVISMO

Reforçar o sentimento de povo, de nacionalidade e de integração social.

6. HUMANIZAÇÃO DAS CIDADES

Criar meios de prática de esportes recreativos com participação de grande número de pessoas, para a conscientização geral quanto aos benefícios de áreas livres nos grandes centros urbanos.

7. VALORIZAÇÃO DA NATUREZA

Orientar a prática esportiva ao ar livre, principalmente das crianças, de maneira a dar valor e a preservar áreas verdes, parques, bosques, florestas, praias, rios e lagos etc.

8. ADESAO À PRÁTICA ESPORTIVA

Criar oportunidades e atividades esportivas improvisadas, de modo a ampliar o número de praticantes, diversificar esportes a serem praticados e aumentar o uso das instalações e áreas já existentes.

9. ADESAO AO ESPORTE ORGANIZADO

Motivar, através do contágio de emoções da prática com grande número de pessoas, o apoio e a participação nas atividades da Educação Física estudantil e do esporte em clubes e outras entidades.

10. VALORIZAÇÃO DO SERVIÇO À COMUNIDADE

Congregar o apoio popular às entidades públicas e privadas que participam dos mutirões esportivos (DOCUMENTO BÁSICO DA CAMPANHA, 1977, p. 14-15, *RBEFD* nº 35, grifo nosso).

Essas orientações do Decálogo constituíam técnicas de controle social, que tinham a função de espalhar no corpo social a idéia dos benefícios resultantes de seu envolvimento nas práticas corporais. Eram possibilidades de lazer e de recreação oferecidas à população,

através da adoção de discursos sutis, sempre ressaltando os valores humanistas agregados às atividades físicas.

Por intermédio da composição de táticas minuciosas que vislumbravam incutir no imaginário dos indivíduos as vantagens de sua participação nestas atividades, havia estratégias de condução das condutas da população, orientando-a para o “bom aproveitamento de seu tempo livre”, com um forte apelo à melhoria da saúde coletiva.

Em nosso entendimento, o objetivo principal do EPT era incrementar a rede de fiscalização do regime militar, potencializada através de afirmações sobre a sua penetração nas comunidades, promovendo um espírito de solidariedade, de participação familiar, de harmonia social e de nacionalismo.

As orientações apresentadas no Decálogo faziam crer que o aspecto humanista deveria estar constantemente presente, daí a preocupação em realçar a importância da existência de espaços urbanos destinados ao lazer e à recreação, inclusive incentivando a prática de atividades esportivas ao ar livre vinculadas diretamente à valorização da natureza. A abordagem a estes aspectos ajustava-se aos discursos direcionados à manutenção da ordem social, através da utilização de mecanismos sutis identificados com apelos de preservação do meio ambiente.

Todas essas prescrições contidas no Documento aspiravam disseminar o esporte na população, contagiando os diversos setores da sociedade a participar das atividades programadas e, além disso, engendravam estratégias de aglutinação dos indivíduos, em torno desse tema, de forma a congregar uma composição de espectadores identificados com os discursos nacionalistas do regime militar.

Logicamente, como temos dito ao longo de nosso trabalho, a governamentalização implementada no período militar traduzia táticas de formação de corpos obedientes e úteis, por meio da fabricação de subjetividades, em que as ações davam-se amparadas por discursos suaves de controle social. Era muito mais eficaz convencer a população de seu sentido de liberdade, a fazer da força e da repressão os mecanismos prevalentes na manutenção do Estado militar.

Se isolarmos alguns elementos que compunham as orientações da campanha do EPT, através do Decálogo, verificamos que davam continuidade às idéias propostas pelos autores que trabalhavam, na primeira fase da *RBEFD*, com a recreação e o lazer, no que se refere à orientação para o “tempo livre”, a melhoria da saúde, civismo, integração nacional e valorização da natureza.

O que nos parece, é que o EPT ampliava as possibilidades de difusão das idéias de controle social, pelo menos era essa a sua pretensão, visando a que os indivíduos participassem maciçamente das atividades propostas e buscando criar condições adequadas à motivação e à “democratização” das práticas esportivas. Isto é, além da fundamentação teórica acerca dos benefícios do lazer e da recreação, o EPT promoveu atividades que tentaram cooptar a maioria da população.

Sob as determinações dos organizadores do EPT, a opção não se dava em torno da escolha individual ou, de um grupo de indivíduos, mas sim na decisão de participar ou não de atividades pré-definidas, que buscavam ser estimuladas, por meio de discursos que enalteciam as vantagens das práticas corporais.

O EPT deveria se constituir como um movimento de massas, caracterizado por uma ação de “baixo para cima”. Porém, o que constatamos ao longo do artigo de Lamartine Pereira da Costa e do Documento Básico da Campanha, é que esse movimento servia muito mais como um receituário, que vislumbrava na participação de um grande número de indivíduos a possibilidade de divulgar o sucesso desse empreendimento e, conseqüentemente atuar com maior eficiência no controle da população.

O lazer imputado ao EPT era utilizado como um mecanismo político, que pouco tinha a ver com as produções comunitárias. Na realidade, tentava disseminar no imaginário popular a crença de que a prática de atividades físicas coletivas, quase sempre de grande vulto, era capaz de trazer benefícios que transformariam a vida dos indivíduos e propiciariam uma representatividade nacional vitoriosa, o que sem dúvida, compunha as estratégias de disciplinarização das massas.

Cavalcanti (1984) afirma que o EPT era impregnado pela divulgação de um discurso que enaltecia as vantagens do esporte, inclusive com a utilização da mídia, criando um modelo de corpo que satisfazia às exigências do mercado, em detrimento da autonomia dos indivíduos.

A prática esportiva incentivada pode ser caracterizada como meio e não como fim em si mesma, pois está vinculada a interesses outros que não são os do próprio indivíduo. Tal é o envolvimento do esporte não-formal com os meios de comunicação de massa, que o indivíduo já não tem uma percepção real de suas necessidades para escolher a atividade física mais adequada às suas condições orgânicas. Esta escolha é determinada de fora para dentro, gerando uma considerável ansiedade no indivíduo devido à pressão externa para buscar a forma física e adequar-se aos padrões estéticos estabelecidos para o corpo. Pode-se dizer ainda que a prática do esporte não formal é antilazer à medida que o indivíduo exerce o mínimo de autonomia sobre o seu tempo livre, tornando-se impotente para se defender do consumismo esportivo (CAVALCANTI, 1984, p. 68, grifo nosso).

Concordamos com a autora, quando ela fala que havia um processo destinado a fazer com que a população assimilasse os discursos disseminados pelo EPT, constituindo-se em uma campanha direcionada ao estabelecimento da ordem social. Porém, não esposamos das posições de Cavalcanti, à medida que ela restringe a liberdade de escolha dos indivíduos, aos aspectos orgânicos, pois acreditamos que não eram apenas eles que definiam as opções de lazer, nem que as intenções do EPT se circunscreviam a essas configurações, posto que as próprias orientações do Decálogo as ampliavam.

Outra questão que nos parece fugir ao entendimento que temos realizado neste trabalho, é a defesa de que a prática do esporte não formal, isto é, o esporte não composto por regulamentações institucionalizadas, é antilazer. Essa afirmação dá uma conotação negativa sobre os efeitos das práticas esportivas, quando, ao contrário, as estratégias de governo do regime militar, eram dotadas de uma positividade que tentava incutir nos indivíduos a idéia de liberdade. Tampouco, cremos que a população constituía-se apenas em massa de manobra, em que as determinações do EPT se concretizavam apenas do alto para baixo, de fora para dentro, implementadas por um aparelho central que fazia dos indivíduos meros “fantoques” ante as prescrições do Estado militar, inexistindo a possibilidade da criação de espaços de resistência.

Com efeito, o EPT era dotado de táticas vinculadas às “artes de governar”, promovendo a circulação de informações e ações responsáveis por fabricar subjetividades atreladas à autonomia dos indivíduos, como forma de disseminar no corpo social os benefícios acerca das atividades físicas espontâneas, oriundas da participação popular.

Os aspectos mais dignos de atenção sobre a campanha são a *espontaneidade*, o espírito de *improvisação* e o sentido *popular* e *comunitário*. Não se trata de uma realização que movimente verbas ou faça doações. O movimento, no caso, é de pessoas e de entidades em busca dos ideais do Decálogo. É, essencialmente, uma iniciativa local: um *movimento municipalista* ou, em outras palavras, uma “corrente para frente” do povo e para o povo (DOCUMENTO BÁSICO DA CAMPANHA, 1977, p. 15, *RBEFD* nº 35).

A forma de referir-se ao papel do povo, que preferimos chamar de população, seguindo os conceitos de Foucault, provoca algumas interpretações. A vinculação dos pressupostos teóricos do Documento, com as estratégias utilizadas pelo governo militar, deu-se em um período em que as discussões se voltavam para a democratização das relações sociais, posto que a população não mais compactuava com os ideais do Estado, devido a uma série de conjunturas que já discutimos anteriormente. Era necessário que a população atuasse como agente de consolidação dos dispositivos encetados pelo EPT, que afinal faziam parte de

discussões ampliadas sobre a “arte de governar” pensada pelos militares. Assim, cada indivíduo deveria sentir-se importante na implementação das propostas da campanha e, ao mesmo tempo, era disciplinado, a fim de incorporar as práticas discursivas. Desse modo, para exercer o poder sobre inúmeras cabeças, era importante se atentar para o corpo individual e para o controle das massas.

O EPT visava à disciplinarização das massas, porém sem se esquecer do indivíduo. A disciplina unia os indivíduos entre si e a singularidade oferecia campo para as articulações. Os corpos unidos resultavam em forças capazes de estabelecer a utilidade coletiva. Era desnecessária qualquer apreensão crítica da situação, pois para que o sistema funcionasse, bastava que os indivíduos assimilassem os sinais e reagissem a eles, de modo a se obter o comportamento desejado. A perspectiva econômica da utilização dos corpos redundava no aproveitamento do maior número de indivíduos, num mesmo espaço, criando um eficiente mecanismo de fiscalização, pois a partir do momento que se tinha a possibilidade de ajuntar os homens, os próprios dispositivos de vigilância espalhados pelo corpo social eram capazes de dar conta dos gestos e atitudes de cada cidadão, podendo até mesmo notar possíveis ausências, porque as relações de poder se ramificavam em toda extensão da sociedade.

Como já abordamos no início desse tópico, talvez o papel fundamental do EPT era aglutinar a população em torno de práticas esportivas, ampliando a noção até então existente sobre o lazer e a recreação, na assunção de um mero teor prescritivo, passando a compor estratégias de cooptação das massas. Aos indivíduos cabia engajar-se nesse processo, independentemente de questionamentos sobre as injunções sociais apresentadas.

A estratégia de reunião da coletividade em um ambiente demarcado criava efeitos positivos de utilidade e de obediência, ligados à economia, facilitando o emprego de uma espécie de rede panóptica, em que se aperfeiçoava o exercício do poder disciplinar, aumentando o número daqueles sobre o qual ele era exercido, sem a necessidade de uma quantidade substancial de instrutores, professores, voluntários ou supervisores, já que a rede de fiscalização era também executada por todos aqueles que estavam envolvidos nas atividades.

Havia a possibilidade de se recorrer às crianças, aos velhos - às famílias, em geral - para a propagação da democracia e integração social, à medida que as atividades eram destinadas a todos os indivíduos, independentemente de seus níveis de habilidades motoras, o que fica constatado no item número 4 do Decálogo, em que se pode estimular a congregação e a solidariedade popular, dando ênfase à unidade familiar, às relações pais e filhos, à participação feminina e à valorização da criança

e do idoso (DOCUMENTO BÁSICO DA CAMPANHA, 1977, p. 14). Com isso, criavam-se mecanismos mais eficientes para que o poder disciplinar atuasse nas diversas esferas, fazendo com que todos os indivíduos fossem preparados para compor as forças, pois “não há um só momento da vida de que não se possa extrair forças, desde que se saiba diferenciá-lo e combiná-lo com outros” (FOUCAULT, 1987, p. 148).

A existência da corrente do povo e para o povo, apregoada pelo EPT, é criticada por Cavalcanti (1984), pois a autora afirma que os modelos configurados nesse movimento representavam estratégias de controle social, originários de discursos que enalteciam a inserção da população no seio dos movimentos populares.

Apesar do discurso e dos promotores do Esporte para Todos advogarem para este, características de movimento popular, evidencia-se, no próprio discurso e nas promoções, a ambigüidade da noção popular. Colocando-se costumes e idealizações correntes do povo como elementos essenciais da linha de massa e esta como centro de ação do Esporte para Todos, pode-se verificar que se trata de um prolongamento da cultura tradicional, do folclore, e não de um movimento popular autêntico, onde a crítica à cultura tradicional e à cultura dominante é uma constante que impulsiona o movimento. Procurar contato popular é bem diferente de facilitar o surgimento de um movimento de base popular. As interpretações de manipulação surgem porque já se tornam muito evidentes os interesses da classe dominante em manter a classe dominada “ativa”, organizando e praticando esporte no seu único tempo disponível. Evidentemente, esta é uma excelente forma de disfarçar o controle social no tempo livre. (CAVALCANTI, 1984, p. 89-90, grifo nosso).

Ao advogar um sentimento participativo popular em táticas de controle social, acreditamos que essas conjunções de governamentalização estiveram presentes ao longo da trajetória do regime militar. Onde se lia a respeito da importância de disseminação das atividades por todo o tecido social, inferimos que a difusão de olhares seria facilitada por estratégias de quadriculamento espacial, pela reunião dos indivíduos, dispondo-os de tal forma, que sobre eles fosse estabelecida uma rede de vigilância eficiente.

No entanto, discordando de Cavalcanti, não achamos que o controle social do “tempo livre” dos indivíduos fosse disfarçado. Ao contrário, as teorizações contidas no EPT demonstravam as técnicas de adestramento corporal que compunham as suas diretrizes, pois no discurso do Documento Básico da Campanha, identificam-se as estratégias de enquadramento em uma sociedade normalizada, mesmo que difundidas por dizeres que propugnavam a adesão “espontânea” da população.

A disciplina atuava na organização dos corpos, a fim de localizá-los em seus espaços, descrever suas atividades, dispor o tempo e compor as forças e, a configuração destas características garantia a consolidação do controle sobre os indivíduos e sobre as massas.

E para tanto, [a disciplina] utiliza quatro grandes técnicas: constrói quadros; prescreve manobras; impõe exercícios; enfim, para realizar a combinação de forças, organiza ‘táticas’. A tática, arte de construir, com os corpos localizados, atividades codificadas e as aptidões formadas, aparelhos em que o produto das diferentes forças se encontra majorado por sua combinação calculada é sem dúvida a forma mais elevada da prática disciplinar (FOUCAULT, 1987, p. 150).

No artigo de Lamartine Pereira da Costa, contido na *RBEFD* de número 38, de 1978, o autor se remetia à recreação como um mecanismo imprescindível, frente às necessidades de promoverem-se eventos tanto de impacto, como de permanência²¹ e, para isso, as atividades empregadas deveriam ter uma dimensão diretiva, que se tentava justificar por meio da espontaneidade dos grupos sociais envolvidos nessas práticas.

Estas [as práticas] são definidas sistematicamente como acontecimentos esportivos de natureza recreativa, com a participação de grande número de pessoas; são eventos que solicitam alguma organização e liderança, embora sejam acontecimentos espontâneos e improvisados no seu desenrolar (COSTA, 1978, p. 18, *RBEFD* nº 38).

Logicamente, as atividades propostas não estavam fora do contexto da população, pois, caso contrário, poderia haver dificuldades em sua receptividade. Assim, as práticas eram de fácil compreensão, capazes de oferecer soluções simples, para que se obtivesse a máxima participação dos indivíduos.

Estando amparado pelo Plano Nacional de Educação Física e Desportos, o EPT pretendia contar com entidades que desburocratizassem o processo de implantação de atividades, buscando a autonomia dos municípios quanto às decisões e privilegiando os anseios que a população local possuía em relação ao lazer. Quando ministrado em grandes municípios, esta autonomia poderia ser estendida aos bairros ou regiões administrativas.

Porém, deveria haver um representante estadual – dirigente do órgão estadual de Educação Física – sempre tutelado pelo Departamento de Educação Física e Desportos (DED), sob a responsabilidade do Ministério da Educação e Cultura, a fim de estabelecer “contatos de alto nível”, para que as orientações traçadas por este departamento chegassem às bases, que teriam a função de divulgar, mobilizar, promover e informar sobre os eventos realizados.

²¹ Os eventos de impacto eram realizados simultaneamente em todo o país e tinham o objetivo de envolver o maior número de pessoas possível, como eficiente instrumento de propaganda do sucesso da campanha Esporte para Todos. Já os eventos de permanência, assumiam a função de continuidade do movimento – as ruas de lazer, por exemplo, que se constituíam em atividades físico-recreativas dotadas de orientação especializada, em um logradouro fechado ao tráfego – e obedeciam as peculiaridades de cada região. Para Cavalcanti (1984), essa combinação permitiu utilizar o esporte como mecanismo de educação ideal do corpo.

A qualquer momento, sobre todas as injunções, o poder disciplinar poderia ser exercido, pois existia um complexo sistema de difusão e espalhamento de olhares, permitindo que todos os indivíduos soubessem que poderiam ser sempre fiscalizados, independentemente de suas funções.

E, como em toda essa missão de ordem social, há a necessidade de aparecimento de líderes; de indivíduos de energia, capacidade de improvisação, de paixão, que representem e materializem a campanha. Eles existem em toda a parte, independentemente de idade, sexo e condição econômica. Eles, muitas vezes, existem em estado latente, necessitando de apenas uma oportunidade para exercerem liderança ou cooperação com seus semelhantes; são sempre patriotas e bastante ligados à comunidade em que vivem e aos costumes de sua cidade. Eles são membros de entidades, sejam públicas, sejam privadas, nas quais exercem alguma influência e procuram ter participação relevante (DOCUMENTO BÁSICO DA CAMPANHA, 1977, p. 18, *RBEFD* nº 35, grifo nosso).

As afirmações do Documento parecem confirmar a nossa hipótese de que o EPT visualizava ampliar o incentivo à adesão de práticas corporais às diversas regiões brasileiras. Porém, estas atividades não dependiam exclusivamente da vontade da população, mas de agentes que fossem habilitados para essa empreitada, independentemente de sua ocupação profissional. O importante era que eles fossem conhecedores dos costumes de suas comunidades e se enquadrassem no perfil cívico determinado pelo governo, estruturado dentro de um modelo de sociedade capaz de promover comparações e julgar possíveis desvios entre aqueles que não compactuassem com o ideário nacionalista definido pelo regime militar.

Buscavam-se pessoas não necessariamente ligadas ao esporte, mas com capacidade para controlar as massas e organizar as multidões. Indivíduos patriotas, a serviço da nação, que pudessem ser encontrados entre quaisquer cidadãos. Com eles, o país contava para o seu desenvolvimento com segurança.

o voluntário esportivo é o real agente da campanha, seja como funcionário da prefeitura (não necessariamente especialista em atividades esportivas e recreativas, mas sobretudo possuidor de personalidade voltada para promoções e organização de multidões), seja como membro da entidade filiada de qualquer tipo, ou como simples cidadão interessado em trabalhar pelo esporte ou pelo progresso do povo brasileiro (DOCUMENTO BÁSICO DA CAMPANHA, 1977, p. 18, *RBEFD* nº 35).

O EPT, portanto, foi um movimento que buscou regulamentar uma política de composição de corpos úteis e obedientes. Especificamente, voltava-se para o lazer e para a recreação, de forma que os discursos eram eivados pelos alardes à participação popular nas atividades físicas, porém com a intenção de controle dos indivíduos. As opções assumiam um caráter universal, encaminhando-se para a coletividade, sem perspectivas de questionamentos

que inviabilizassem os anseios da nação em busca de seu desenvolvimento, o qual deveria ser cristalizado de maneira segura.

O aparato disciplinar presente nas teorizações do lazer e da recreação do EPT demonstrava a intensificação da vigilância à qual os indivíduos eram submetidos, de maneira que agia contra os males provocados pela ausência de valores e pelos riscos à integração nacional, no entendimento dos idealizadores dessa campanha, enfim, perigos que poderiam perverter a moral do cidadão brasileiro, na consecução daquele projeto de sociedade.

Significava, portanto a extensão da vigilância sobre o corpo social, não delimitado apenas às instituições, mas abrangendo injunções em que a população sucumbisse ao poder disciplinar e a multidão fosse organizada. Numa sociedade de normalização são as normas que estabelecem a conduta dos indivíduos, muito mais que as regras jurídico-discursivas. Assim, o que aconteceu no período militar, foi a acentuação da fiscalização sobre as atitudes e os gestos dos indivíduos, sendo as práticas corporais utilizadas como eficientes mecanismos de ajustamento social. O objetivo do EPT era constituir uma população dotada de obediência e utilidade, afinal, condizente com as práticas discursivas do regime militar.

Ora, organizar os indivíduos num espaço e convocar os municípios a implantarem ao mesmo tempo atividades físicas idênticas, era uma estratégia utilizada pelo EPT que propiciava a extensão de controle sobre os cidadãos presentes nos eventos, bem como investigaria os motivos de ausências que porventura ocorressem. Imperava uma espécie de panoptismo, deflagrando inúmeras possibilidades de fiscalização, irrompidas em toda a população, constituindo-se em múltiplas formas de vigilância; olhares enviesados responsáveis por disciplinar e normalizar.

Para tanto, a extensão desse movimento perpassava por estratégias de convencimento, convocando a população a engajar-se nas práticas corporais. O seu enfoque nacionalista visava difundir as vantagens da massificação do esporte, sendo que, o envolvimento dos indivíduos poderia redundar em uma projeção do país no cenário desportivo internacional. Se retornarmos ao artigo de Lamartine Pereira da Costa, contido na *RBEFD* número 35, de 1977, a interpretação feita pelo autor refletia essas expectativas.

(...) a ampliação do número de praticantes induz uma seletividade natural de atletas excepcionais e um crescimento de atividades desportivas nos clubes, escolas, casernas etc; o esporte de massa não resolve por si só o problema da representatividade desportiva nacional, mas estabelece as bases de viabilidade desse objetivo (COSTA, 1977, p. 8, *RBEFD* nº 35).

Havia um discurso para o país se consolidar na maior potência esportiva sul americana e se inserir entre os melhores do mundo, respaldado por tendências internacionais, a partir do momento em que o esporte, após a II guerra mundial, passou a ser um fenômeno social de extrema relevância, por se constituir em eficiente meio de propaganda. No caso do Brasil, demonstrava-se que a população tinha que se engajar nas práticas desportivas e, especialmente a juventude, formaria um conjunto de atletas capaz de representar dignamente a nação.

Porém, acreditamos que não havia uma política nacional de formação de atletas, haja vista que não se produziu, ao longo do período militar, um contingente significativo de esportistas de alto nível, tampouco se criou bases para isso, mas os exemplos de casos esporádicos, como a conquista da seleção brasileira de futebol na copa do mundo de 1970 e o recorde mundial do salto triplo de João Carlos de Oliveira, o João do Pulo, conquistado nos jogos pan-americanos de 1975, personificavam modelos de condutas sociais, incorporando no imaginário da população que a obtenção do sucesso dependia do esforço de cada um e, assim, o esporte tornava-se um importante mecanismo de controle social.

Almejava-se a participação das massas, independentemente de suas habilidades motoras ou capacidades físicas, por meio da disseminação das práticas esportivas, incutindo ideais de formação de atletas, que pelos seus resultados promoveriam o reconhecimento internacional do Brasil. Criavam-se estratégias que colocavam a população como *sujeito* e *objeto*, pois ela era agente quando inserida no contexto de difusão das práticas corporais e adestrada quando receptora desses discursos.

A população aparecerá como sujeito das necessidades, de aspirações, mas também como objeto entre as mãos do governo, consciente diante do governo, do que ela quer, e inconsciente, também, do que lhe fazem fazer. O interesse, como consciência de cada um dos indivíduos constituindo a população, e o interesse como interesse da população, quaisquer que sejam os interesses e as aspirações individuais dos que a compõem, é isto que será o alvo e o instrumento fundamental do governo das populações (FOUCAULT, 2003, p. 300).

O esporte foi utilizado como mecanismo de divulgação de feitos nacionais em boa parte de países do mundo. Costa, porém, fazia questão de ressaltar que no Brasil, o esporte de massa fazia parte de um movimento descentralizado, comunitário, que não seguia as mesmas determinações de “alguns países socialistas” e, como esta campanha se espelhava em exemplos de países europeus ocidentais, identifica-se o viés dos discursos contidos no pensamento do autor:

O esporte de massa é algo diferente da massificação desportiva de *alguns países socialistas*, que simplesmente aumentaram a escala de participação nas atividades; nesse caso, instalações, recursos humanos profissionais e organização são extremamente elevados e atinentes às prioridades desse tipo de regime político. Portanto, o movimento Esporte para Todos é uma solução alternativa – com base na iniciativa privada, descentralizada e comunitária – que simultaneamente procura atender às necessidades de lazer popular (COSTA, 1977, p. 8, *RBEFD* nº 35, grifo nosso).

Acreditamos que o EPT tinha dois objetivos principais. Primeiro, criar estratégias de vigilância mais eficientes, pois a reunião de indivíduos em torno de uma única atividade redundaria em organizarem-se as multiplicidades. Segundo, através da disseminação dos desportos pelo corpo social, incentivava-se a adesão da população, sendo incorporados discursos de formação de atletas de alto nível, porém com o intuito de obter o controle social.

Assim, não fazia parte das intenções do regime militar, investimentos vultosos que alçassem o país à condição de potência esportiva mundial, mas sim, disseminavam-se práticas discursivas responsáveis por produzir a crença de que a participação massiva dos indivíduos traria bons resultados.

A adoção de feriados nacionais, das férias e de finais de semanas demarcavam a aspiração de consolidar o espírito patriótico do povo brasileiro, estabelecendo a corrente para frente, em favor da incorporação, pela população, dos conceitos advogados pelo Documento Básico da Campanha. Existia a sugestão de um programa nacional, a ser realizado simultaneamente em todo o país.

1º DE MAIO
Passeio e corrida de bicicletas.
7 DE SETEMBRO (ou qualquer outro dia da Semana da Pátria)
Passeios e corridas a pé.
15 DE NOVEMBRO
Festival de jogos de quadra, praia e rua (em ocasião de eleições: no primeiro domingo que se segue).
JUNHO
Torneio gigante de futebol (fins de semana).
JULHO/ JANEIRO – FEVEREIRO
Colônias e praias de férias.
FINS DE SEMANAS
Áreas, parques e ruas de lazer (DOCUMENTO BÁSICO DA CAMPANHA, 1977, p. 15-16, *RBEFD* nº 35).

A escolha de datas representativas da história mundial e nacional obedecia a uma contextualização que buscava impedir quaisquer tipos de manifestações coletivas passíveis de riscos ao governo militar. No Dia do Trabalho, nada de reunir os trabalhadores em torno de reivindicações para a melhoria de suas condições profissionais, mas proporcionar a criação de ambientes em que a população usufrísse as práticas corporais lúdicas, que ao mesmo tempo a afastasse de movimentos questionadores da ordem social. No Dia da Independência

do Brasil, evitar associações com atividades conspiratórias, aderentes a tentativas de contestar a presença dos militares no governo. No Dia da Proclamação da República, abominar ligações com um novo movimento de transformação radical das relações de poder, que incorporasse formas diferenciadas de governamentalização, inclusive com o receio de aproximação com o comunismo, tão presente nos discursos daquela época.

A comemoração dessas datas deveria incidir em um espírito nacionalista, capaz de fazer das práticas corporais um mecanismo propagador dos benefícios encetados pelo regime militar. Decorre daí, a importância da *RBEFD*, como um veículo de divulgação do EPT, pela via do lazer e da recreação, que eram dispositivos eficazes para engendramentos na população expectativas de convencimento eivadas por táticas vinculadas à felicidade coletiva, através de mudanças de posturas que contribuiriam para o bem-estar social.

Toda essa conjuntura buscava canalizar as atenções para os efeitos positivos do Estado militar, espalhando noções de que o governo atuava em nome da sociedade, cabendo a esta, engajar-se no ideário oficial e, por meio da prática de atividades físicas lúdicas e prazerosas, criar possibilidades de instauração de um sentimento nacionalista.

Além disso, o controle sobre os indivíduos em seus tempos de folga e em suas férias tinha o objetivo de estabelecer uma rede de fiscalização permanente, dotado de um teor educacional responsável por orientar as atividades de lazer e de recreação e por preparar “adequadamente” os jovens na utilização de seu “tempo livre”.

Diante disso, questionamos: se o lazer era uma opção da população, por que esta intenção do Documento em difundir as mesmas práticas a uma grande quantidade de pessoas, em diferentes lugares, ao mesmo tempo? Para que houvesse a democratização do lazer e, dessa forma, fossem atendidos os anseios populares, do povo para o povo, não seria aconselhável que os indivíduos tivessem mais escolhas e um universo maior de oportunidades? Essa homogeneização das práticas corporais tinha o objetivo de impedir qualquer outro tipo de lazer que viesse por em risco a ordem social militar? As respostas a estas indagações estavam bem configuradas na redação do Documento e, em certa dose, assumiam posturas didáticas, no intuito de deixar clara a dinâmica do EPT.

É necessário destacar que nesse programa nacional reside a *força da campanha, o sentido cívico* das promoções e o *sentimento de integração do povo brasileiro*.(...)

Temos, então, na campanha, dois programas a serem desenvolvidos: o nacional – que visa sobretudo coerência e motivação – e o local – que aumenta o número de praticantes, nos esportes já conhecidos ou em outras atividades a serem introduzidas.

É desejável que o programa local seja do *município*, incluindo-o no calendário de festividades cívicas e religiosas, em feriados e fins de semana. A segunda orientação geral é a da

realização da campanha através de *promoções*. Estas devem ser *bem marcantes*, espaçadas durante o ano, voltadas para uma *atividade bem definida*, de *curta duração* e orientadas para *grande participação*, para produzir *repercussões* junto à população. A única atividade permanente é a de áreas, parques e ruas de lazer, que, mesmo assim, acontecem apenas nos fins de semana e necessitam sobretudo da adesão da vizinhança (DOCUMENTO BÁSICO DA CAMPANHA, 1977, p. 16, *RBEFD* nº 35).

Os fins primordiais do EPT eram a aglutinação da população e a sua constante motivação. Os eventos de impacto, de vulto nacional, ofereciam credibilidade à campanha, sendo um instrumento eficiente de disseminação dos benefícios conquistados pela adesão às práticas corporais orientadas. Almejava-se a perspectiva de conduzir as multiplicidades e, como tal, a reunião de indivíduos em torno de atividades pré-determinadas, facilitava o controle sobre eles, espalhando a idéia de que o movimento possibilitava o bom convívio social e a alteridade entre os participantes.

Essas experiências vivenciadas a nível nacional, constituíam-se em estratégias que serviam de exemplos para o alastramento das atividades localizadas, os eventos de permanência, estes com a função destinada a dar um caráter de continuidade à campanha, sem no entanto, incorrer nos riscos de esvaziamento, que devia ser evitado à custa de um planejamento criterioso, inclusive respeitando as peculiaridades de cada região.

O alarde dado à espontaneidade e à improvisação vinculava-se a uma técnica de espalhar discursos que enalteciam o teor democrático do EPT, buscando alinhar a consolidação de uma população identificada com os princípios cívicos defendidos pelo regime militar. Desse modo, tratavam-se, ao contrário, de mecanismos bem delineados, dotados de técnicas de ajustamento social premidas por poucas possibilidades de criação e contestação dos indivíduos em geral.

Portanto, os programas nacionais e municipais se compatibilizavam e instavam mecanismos de controle sobre o corpo individual e sobre as populações. Poderia haver as multidões, porém se evitando que elas fossem confusas e desorganizadas. Desejava-se a adesão maciça dos sujeitos, que redundasse em um amplo panoptismo e criasse condições para que toda a sociedade fosse crivada por olhares múltiplos, facilitando a composição de um sistema de vigilância eficiente. O EPT foi um estratagema utilizado no regime militar e divulgado na *RBEFD*, que determinou um tipo de império de visibilidade sobre os indivíduos, com o intuito de formar uma identidade nacional que corroborasse com o anseio de instaurar um sentimento cívico na população.

(...) instrumentos de controle mais fáceis e eficazes, de tal modo que eles não se apóiam em indivíduos, que deveriam ser gerenciados de um a um – um trabalho

infinito, dispendioso e bastante arriscado -, mas em conjuntos coerentes de indivíduos reagrupados em nome de aspectos comuns, e que Foucault chamará de “populações”. Esta massificação vem, portanto, enriquecer o processo individualizante das disciplinas – para cada corpo, seu lugar, sua postura, sua utilidade, etc. – através de um segundo processo, simultaneamente inverso e complementar, no qual cada indivíduo é, simultaneamente, negado como indivíduo e reduzido a ser o exemplo ínfimo de um conjunto muito mais amplo e que, por ser homogêneo, pode ser mais facilmente manipulado, submisso, asujeitado, governado (REVEL, 2006, p. 56).

O panoptismo corresponde à diluição de técnicas de poder espalhadas, compostas por táticas constantes de vigilância. Não uma situação de exceção e repressão. O EPT talvez significasse isso, pois fazia parte de configurações que buscavam modular as relações sociais, por meio de condições de controle, articuladas com um discurso mundial. Para isso, as operações não se centravam na violência, mas em coerções suaves disseminadas por todo o corpo social, ou seja, esse movimento valeu-se tanto do poder disciplinar, quanto da biopolítica, para implantar um modelo de governo pautado pela determinação de normas sociais, engendrando discursos que enalteciam as vantagens que as práticas corporais ofereciam à população.

A instauração de um espírito cívico condizente com os anseios do regime militar, representava uma estratégia de convocar a sociedade para enveredar-se nesse processo com amor e dedicação, defendendo o país do qual ela fazia parte e por ele teria que lutar. Essa postura adotada coincidia com o momento de enfraquecimento do governo, denotando que as suas intenções necessitavam de aprovação popular e as relações de poder não se concentravam apenas em um aparelho central capaz de impor as suas decisões unilateralmente, haja vista que a própria dinâmica desse movimento respondeu por sua efemeridade e expôs as resistências incrustadas no seio da população.

4.3- A distribuição dos corpos

Os estratagemas para que fossem consolidados os esforços acerca do controle social necessitavam de locais determinados para as práticas corporais, sendo que o lazer e a recreação foram utilizados como mecanismos facilitadores para a aglutinação dos indivíduos, visando promover os seus enquadramentos e contribuindo na formação de uma sociedade ordeira e disciplinada.

A destinação de espaços adequados à prática da recreação era bastante evidenciada nas propostas contidas no artigo da ABDR, publicado na *RBEFD* de número 11, de 1971. No caso específico da escola, o anseio em dotá-la de uma infra-estrutura adequada justificava-se pela necessidade de uma educação voltada à saúde física e mental (corpo e mente) e aos valores éticos e morais, a fim de que a criança fosse ajustada e moldada de acordo com os modelos sociais implantados.

A sugestão dava-se no sentido de que houvesse locais, com uma área mínima de seiscentos metros quadrados para a prática de Educação Física e da recreação, intocáveis para outros fins. As aulas, no ensino pré-escolar e primário, poderiam ser ministradas pelo “professor de classe”, desenvolvendo a saúde física e mental, bem como a ênfase nos valores éticos e morais. Do ensino médio ao universitário²², já com a presença do professor de Educação Física especialista, seriam implementadas atividades que envolvessem todos os alunos.

Observa-se, no entanto, nas recomendações formuladas pela ABDR, através de suas sugestões ao legislativo e ao executivo, que esta distinção dos espaços a serem adotados para a prática do lazer e da recreação, especialmente nas escolas, era colocada como um fator essencial à obtenção de resultados satisfatórios para que a Educação Física escolar atuasse no controle social. Os itens 6 e 7 de suas sugestões ao legislativo e ao executivo, descreviam como deviam se dar essas injunções:

- 6) Propor aos Executivos que nenhuma área de recreio existente, inclusive as das unidades escolares, seja destinada a outro fim que não o da Educação Física e da Recreação.
- 7) Propor aos Executivos que, em toda unidade escolar a ser construída, se reserve uma área livre mínima de 600m² para a Educação Física e a Recreação (ABDR, 1971, p. 11, *RBEFD* nº 11).²³

Essas concepções engendravam divisões, à medida que promoviam técnicas de quadriculamento, pois as práticas corporais eram separadas das atividades intelectuais, pelo menos, buscava-se incutir essa idéia. Ao propor a exclusividade de espaços, haveria uma fragmentação da escola e, ao mesmo tempo, desestimularia que se fizessem desses locais, possibilidades para qualquer manifestação ou ato público que atentasse contra a ordem social,

²² Esta denominação ainda é decorrente da Lei nº 4.024/61, que previa o curso primário de quatro anos e o ensino médio de sete anos - quatro anos para o ginásio e três anos para o colegial (SAVIANI, 1997). A divisão estabelecida pela Lei nº 5.692/71 ainda não era adotada pelo artigo da ABDR, mesmo porque, o seu seminário foi realizado no mês de julho de 1971 e a Lei só foi publicada em agosto do mesmo ano.

²³ Esta citação corresponde aos itens 6 e 7 das sugestões ao legislativo e ao executivo, contidas no artigo da ABDR.

pois nas proposições aos poderes executivos, essas áreas de recreio deveriam ter por fim apenas a recreação, o lazer e a Educação Física.

Ou ainda, previa-se a distribuição dos indivíduos, de modo que cada um ocupasse seu espaço. Nada de multiplicidades confusas, inúteis ou perigosas, A disposição em locais definidos contribuiria tanto para a ordem, como para a instalação de campos de conhecimento necessários ao controle corporal e à regulamentação da população.

Essas separações ajudavam a determinar a imanência entre o saber e o poder, pois quando se fixavam os indivíduos em espaços configurados a priori, destinava-se através de técnicas de quadriculamento, que cada um ficasse em seu lugar, exercendo as suas funções, produzindo-se mecanismos de investigação mais eficientes. Destarte, as recomendações da ABDR encaminhavam-se para engendram-se técnicas de controle social, difundindo as vantagens da recreação e do lazer quando estendidos a toda a sociedade.

Existia portanto, um conjunto de medidas que faziam do lazer e da recreação componentes educacionais da população, dentro de um contexto em que, as práticas corporais deveriam ser utilizadas como mecanismos de ajustamento social. Para tanto, esse controle tinha que ser planejado em todas as suas dimensões, especialmente na escola, que se constituía em um aparelho de produção fundamental na preparação dos alunos para as suas horas de lazer.

As práticas corporais, no entender da ABDR, eram importantes mecanismos para a conscientização da população em torno do lazer e da recreação, como veículos de atividades saudáveis para o bem-estar dos indivíduos. As decisões do seminário promovido pela ABDR, invocaram um forte apelo às autoridades em favor da construção de espaços públicos, parques especialmente, para atender a essa demanda. Concomitantemente, era necessário atentar-se para a preservação das belezas naturais, constituindo a imagem de um país desenvolvido e, para os aspectos culturais e turísticos. O processo de urbanização que ocorria no Brasil, naquele momento, causava preocupação, devendo vir acompanhado de atitudes que atenuassem as mazelas provocadas pelo rápido crescimento das cidades, principalmente dos grandes centros, encampando medidas que vislumbraassem suprir estas expectativas, inclusive com o envolvimento das empresas particulares.

Diante de um cenário demarcado por um intenso aumento demográfico, a administração de atividades lúdicas e prazerosas permitiria controlar as multiplicidades, a fim de que elas não se tornassem perigosas e se organizassem em movimentos que questionassem a ordem social. As análises de Melo e Alves Júnior (2003), apesar de não se delimitarem ao

período militar, possibilitam tecermos críticas a respeito dos norteamentos normalizadores utilizados pela via do lazer e da recreação.

Os autores pioneiros das reflexões sobre os espaços públicos de lazer compreendiam-nos como uma boa solução para minimizar os problemas desencadeados pela modernidade, possibilitando intervenção nas áreas de saúde e higiene do espaço urbano. Eram críticos em relação às injustiças sociais que as ocasionavam, acreditando que bastava a administração de um remédio eficaz que “mascarasse” os sintomas: as *atividades recreativas*. Uma visão enfim funcionalista, de adequação social, e não de superação efetiva do problema (MELO; ALVES JÚNIOR, 2003, p. 16).

Amparadas em discursos que constantemente invocavam a valorização da natureza, as teorizações sobre o lazer e a recreação colocavam-nos como mecanismos imprescindíveis na resolução das discrepâncias sociais, entendendo que a sua administração eliminaria essas dificuldades. Desse modo, adotavam-se táticas responsáveis por distribuir os corpos e compor uma sociedade de normalização.

Medeiros, em seu relato contido no artigo da ABDR (1971), argumentava que deveriam ser destinados espaços de lazer e de recreação, a fim de solucionar as dificuldades provocadas pelo progresso. Através de um enfoque funcionalista, a autora propunha o esquadramento dos corpos em ambientes determinados para as práticas corporais.

O importante era o enquadramento dos indivíduos às configurações que os defendessem dos riscos oriundos do aumento desordenado da população e também dos efeitos provocados pela urbanização, o que fazia parte de táticas do controle social que deveria se ramificar pela sociedade. Assim, as práticas discursivas visavam atender a uma demanda necessária ao estabelecimento da “normalidade”, face ao contingente cada vez maior de indivíduos que se aglomeravam nos centros urbanos.

As cidades brotam junto às grandes barragens, às fábricas gigantescas, numa velocidade vertiginosa, que as casas pré-fabricadas de hoje ajudam a apressar. Não há tempo para se pensar em quem vai morar nelas... Daí a importância de considerar o lazer no planejamento da ocupação urbana. Sem ele, **o espaço vai sendo desordenadamente ocupado**, não se respeitam as belezas naturais, e surgem os núcleos habitacionais subnormais. É a favela, o cortiço, são as “cidades-satélites”, onde moram os trabalhadores das obras de construção da cidade, que se instalam (ABDR, 1971, p. 15, *RBEFD* nº 11).

Nos parece que a preocupação com o crescimento das cidades ficava bem demonstrada durante as teorizações da ABDR, havendo a concepção de educar-se através das práticas corporais, para que, de acordo com essa associação, houvesse harmonia social. Neste

mesmo artigo, em texto que teve como relator Alfredo Colombo, sob o título Áreas de recreio e seu papel na comunidade, era ressaltado o “bom aproveitamento das horas de lazer”, referindo-se explicitamente à defesa do capital humano.

A nossa preocupação com a utilização das horas de lazer aumenta quando constatamos que grande parte de nossa juventude preenche essas horas freqüentando os cinemas com programas inadequados, os **dancings**, os bares, as bocas de fumo. A falta de facilidades para a recreação fez com que o botequim se transformasse no centro da comunidade juvenil (ABDR, 1971, p. 17, *RBEFD* nº 11).

É bom recordar que a publicação desse artigo deu-se em uma época em que o país experimentava a sua fase de desenvolvimento, mas como contraponto, havia a presença de grupos opositores ao governo. O aumento da concentração urbana poderia provocar uma movimentação desinteressante ao regime militar, posto que a harmonia social pretendida dependia da manutenção da ordem e, nesse sentido, a população não poderia se enveredar por caminhos que pusessem em risco o governo daquele período.

As inquietações de Colombo davam-se no intuito de conduzir as condutas da população, atentando simultaneamente para os aspectos concernentes ao poder disciplinar e à biopolítica. O autor assumia posturas de guardião da moralidade, identificando a diferenciação entre o bom e o mau lazer e, desse modo, destinava à recreação a função de suprir as carências da juventude, guiando-a para o “bom aproveitamento de seu tempo livre”, sendo que para isso, ele definia quais os espaços apropriados, ou não, no usufruto das horas de lazer.

Não era de se estranhar a ênfase nos jovens, haja vista o receio de que eles se envolvessem com atividades “subversivas”. Qualquer tipo de reunião fora dos ambientes delimitados para a prática do lazer e da recreação, poderia provocar questionamentos ao modelo de governo implementado naquele momento, principalmente se considerarmos que o movimento estudantil foi um dos principais opositores do regime militar. A fixação dos indivíduos em espaços de mais fácil visualização era salutar para a instauração do controle social.

Desse modo, a orientação das atividades físicas, em locais determinados, visava implantar um ambiente supostamente harmônico, responsável por conduzir as condutas da população, dentro da sociedade de normalização. A partir do momento em que os indivíduos, especialmente os mais jovens, fossem organizados em práticas corporais lúdicas, reunidos em espaços regulamentados, suas energias estariam canalizadas para este fim e eles, de certo

modo, estariam sendo “educados”. Eram adotados discursos voltados ao bem-estar coletivo, para que se reforçasse o ideário pautado pelo realce aos valores morais.

A participação de estudantes nas colônias de férias, no mar ou na serra, é excelente para despertar interesse em determinadas atividades desportivas (...). Tentar-se-á incutir bons hábitos de camaradagem, honestidade, cooperação, tolerância, responsabilidade, altruísmo, cortesia e, principalmente, o **respeito** aos companheiros, aos adversários, às autoridades desportivas, por ocasião dos jogos e atividades desportivas, que oportunizam todas essas situações, desde que o professor saiba explorá-las convenientemente e no momento oportuno. Assim o professor será verdadeiramente um educador (TARGA, 1975, p. 62, *RBEFD* nº 28).

O professor seria um bom educador, por intermédio da incorporação das prescrições da *RBEFD*. Enumerava-se uma série de valores associados aos princípios do regime militar, encetando dispositivos, em que havia o aumento da força produtiva e a diminuição da força política, dentro de uma lógica de fabricação de indivíduos úteis e obedientes.

No entanto, com a nova conjuntura nacional que insurgiu em meados da década de 1970, novas estratégias tiveram que ser adotadas, haja vista que a preocupação com os grandes aglomerados urbanos deixou de ser a questão principal para o estabelecimento do controle social. A necessidade de uma maior participação popular, aliada a uma queda do apoio ao regime militar, ocasionou a modificação da postura, quanto ao envolvimento da população em atividades físicas.

A utilização do EPT como um mecanismo extensivo a todo o corpo social vislumbrava a possibilidade de aglutinar as multiplicidades em espaços ampliados, facilitando a instalação de uma rede de vigilância mais eficiente.

O artigo cuja autoria é atribuída ao MEC-USP / SEED-FUNDUSP, contido na *RBEFD* de número 42, de 1979, propunha a construção dos denominados “Parques Esporte para Todos”, contendo pressupostos fundados na educação ambiental e nas atividades físicas compatibilizadas com a preservação da natureza, através da utilização das áreas verdes para esse fim.

Segundo o artigo, os avanços propiciados pelo progresso provocaram o crescimento desordenado dos grandes centros urbanos, trazendo conseqüências nefastas em relação à degradação do meio ambiente. Ao mesmo tempo, com o incremento tecnológico houve o aumento da inatividade dos indivíduos, ocasionando malefícios que somente poderiam ser controláveis por meio da organização racional de práticas corporais. Daí, havia

uma forte preocupação em orientar as condutas da população, sendo que, o planejamento de percursos destinados às atividades físicas previa o atendimento a todos os indivíduos, independentemente de sua faixa etária ou de sua expectativa em relação às práticas corporais.

Ao longo desses percursos serão planejadas estações, onde quadros descritivos determinarão o exercício a ser executado (incluindo aí o número de repetições, de acordo com a idade) e a sua avaliação. Com o aproveitamento inteligente das interligações dos percursos pode-se criar programas menores diminuindo a intensidade (no caso de faixa etária), ou através de aumentos sistemáticos, onde se pode chegar ao condicionamento físico perfeito ou, ainda, a um treinamento especial para esportistas (MEC-USP/ SEED-FUNDUSP, 1979, p. 51, *RBEFD*, nº 42).

Os “Parque Esporte para Todos” seriam dotados de placas indicativas responsáveis por orientar as atividades físicas dos indivíduos, prescrevendo o número de repetições, tanto para os atletas, como para os “membros das famílias”, que poderiam usufruir o local, mantendo a sua forma física em um ambiente agradável.

Verificamos que os discursos não mais destinavam uma centralidade à juventude, mas o alvo era a família, que adquiria o estatuto de ser a base de apoio do governo, num momento em que, face à conjuntura nacional, a preocupação principal tinha se deslocado dos movimentos “subversivos”, para a manutenção do modelo de governo. Ademais, a implementação desses parques serviria de modelo para o seu alastramento a todas as regiões do país, permitindo que as suas prescrições se estendessem ao máximo à sociedade.

A construção de espaços grandiosos, passíveis de serem compartilhados por todos, redundava em estratégias de regulamentação da população, sob a égide do bom convívio social. Para isso, o artigo era crivado por recomendações em relação à construção desses espaços, bem como o cuidado em sua manutenção e incentivo ao seu bom uso por parte da população, de modo que prevalecessem os baixos custos, concomitantemente ao atendimento de grande número de indivíduos.

Nessa visão, para que houvesse a vivência prazerosa do lazer e da recreação, as atividades dependeriam de uma orientação especializada, a fim de que existisse um controle sobre a totalidade da população, garantindo o governo dos corpos, atento à disposição das coisas e condutor da conduta dos indivíduos. Com efeito, a vigilância tinha que se estabelecer em todos os momentos, fosse no trabalho, no lazer e na recreação ou na ociosidade²⁴ dos indivíduos.

²⁴ Aqui entendemos por ociosidade, o que já discutimos anteriormente, embasados em estudos de Marcellino, em que esse termo refere-se à incapacidade do sistema econômico-produtivo absorver toda a mão-de-obra disponível.

O homem brasileiro, nas suas horas livres, se limita a ligar um aparelho de TV, ir (de condução) a um cinema ou teatro, enfim, passa horas sendo um mero espectador. Se, ao contrário, sai em busca de lugares de recreação, tais como parques, praias, etc., vê-se envolvido por uma multidão sem orientação que como ele, procura dar motivação às suas horas de lazer (MEC-USP/ SEED-FUNDUSP, 1979, p. 51, *RBEFD* nº 42).

O lazer e a recreação, nesse sentido, condicionavam a obediência coletiva, por meio da instituição de atividades pré-definidas, convocando a participação da população e prescrevendo atividades difusoras de instrumentos de ordem e controle social. A preocupação sobre o ócio dos indivíduos, como um tempo pernicioso, dotado de potencialidades para que se sucumbissem às mazelas sociais e pudessem provocar os desvios de condutas, fazia com que as horas de folga exercessem importância significativa no foco das discussões sobre as práticas corporais.

Existia o desejo de distribuir os indivíduos, em espaços demarcados, em que fosse possível isolá-los e localizá-los. A recreação e o lazer encetariam dispositivos de fiscalização, dispondo os corpos em locais de fácil visualização, oferecendo possibilidades de ação do poder disciplinar e da biopolítica, à medida que os olhares se estenderiam ao indivíduo e à população.

As atividades devem ser desenvolvidas onde se situam as comunidades – ruas, praças, parques, praias, estacionamentos de automóveis, campos e áreas livres de um modo geral. Eventualmente, locais formais de prática esportiva e de educação física (clubes, escolas, quartéis, etc.) podem ser adaptados para atividades simplificadas e de ampla participação (SEED-MEC, 1982, p. 11, *RBEFD* nº 50).

Fixando os lugares, tornava-se possível engendrar uma nova economia temporal que preveniria as confusões e desfaria as contrariedades, organizando-se as multiplicidades, por meio de atividades físicas dotadas de positividade. Esses mecanismos foram utilizados para a constituição de corpos dóceis e adestrados, enquadrados nas estratégias disciplinares do regime militar. De acordo com Foucault, a distribuição dos corpos obedece a aspectos de utilidade, através do posicionamento físico dos indivíduos em espaços demarcados e de fácil controle.

São espaços que realizam a fixação e permitem a circulação; recortam segmentos individuais e estabelecem ligações operatórias; marcam lugares e indicam valores; garantem a obediência dos indivíduos, mas também uma melhor economia do tempo e dos gestos. (...) A primeira das grandes operações da disciplina é então a constituição de “quadros vivos” que transformam as multidões confusas, inúteis ou perigosas em multiplicidades organizadas (FOUCAULT, 1987, p. 135).

Através de uma eficiente disposição dos corpos, buscava-se a formação de indivíduos úteis e submissos, com o mínimo de custos possível. Para isso, preocupava-se também com os corpos múltiplos, caracterizados por inúmeras cabeças, que reunidas tinham que ser conduzidas. Desse modo, o poder atuava sobre a vida e estabelecia os seus direcionamentos.

Ao esquadrihar os corpos, sob um discurso eivado pelo bem-estar, saúde e ordem social, atentava-se para a consolidação de uma sociedade de normalização. A institucionalização de espaços destinados ao lazer e à recreação carregava concepções moralistas para o enquadramento dos indivíduos nos modelos definidos pelo regime militar.

Nesse capítulo, procuramos demonstrar as estratégias utilizadas para disciplinar a população, através da prescrição do lazer e da recreação como mecanismos que espalhariam a idéia dos benefícios oriundos da adesão a práticas corporais orientadas e institucionalizadas, dado que havia uma série de recomendações para a organização das massas.

Acompanhando o movimento das políticas adotadas no país naquele momento, o discurso relacionado ao emprego do lazer e da recreação assumiu, inicialmente, a finalidade de ajustar a sociedade à realidade pautada pelo aumento da concentração urbana, impedindo que houvesse a cooptação dos indivíduos por grupos “subversivos”. Esta época demarca a primeira fase da *RBEFD*, em que a nação viva sob os efeitos do “milagre econômico”.

Com a transformação do quadro nacional, influenciada por condições internacionais desfavoráveis, o governo militar adotou uma nova postura, que buscava uma maior participação popular, inclusive referente às atividades físicas. Por meio do EPT, colimou-se difundir as práticas corporais em toda a população, configurando a segunda fase da *RBEFD*, em que se detectava o enfraquecimento do regime militar.

Para que tais situações fossem consolidadas, havia toda uma preocupação centrada na definição dos espaços destinados ao lazer e à recreação, agrupando os indivíduos em locais de fácil localização, de modo a facilitar que a rede de fiscalização se espraiasse por todo o corpo social.

A fim de que se difundissem concepções do regime militar, era importante a existência de um veículo que chegasse até o professor de Educação Física, buscando constituir táticas responsáveis por referendar o caráter científico das práticas corporais. Assim, a *RBEFD* transmitia o conhecimento aos docentes e, estes deveriam atuar na sua reprodução junto à população. É sobre o teor prescritivo destinado aos indivíduos, que finalizamos este trabalho.

CAPÍTULO 5

O CARÁTER PRESCRITIVO DA REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS NAS ORIENTAÇÕES SOBRE O LAZER E A RECREAÇÃO

A transmissão dos conhecimentos divulgados na *RBEFD* perpassava por estratégias de convencimento que abarcavam diversos agentes. Seria improfícua a disseminação do ideário das vantagens das práticas corporais se não fosse considerada a necessidade de envolvimento dos indivíduos presentes naquela realidade.

Num contexto demarcado pelo enaltecimento do sentimento patriótico, pelo restabelecimento da ordem social e pelo desenvolvimento com segurança, era imprescindível que fossem assumidas táticas que conduzissem as condutas da população, sendo que, aos professores de Educação Física, deveria ser destinada a função de agentes transmissores das concepções da *RBEFD*, especialmente na delimitação aqui adotada, por intermédio do lazer e da recreação.

Havia a necessidade de aglutinar a população em torno do ideário do regime militar. Para que isso se consolidasse, uma das táticas empregadas foi utilização de práticas corporais, como mecanismo vinculado a atividades lúdicas e prazerosas, porém, que contava com a disciplinarização dos trabalhadores, não só no seus momentos de trabalho, mas também durante as suas horas de folga.

5.1- Prescrições aos professores

A *RBEFD* tinha como objetivo, difundir os seus conteúdos ao maior número possível de professores de Educação Física e, para isso, desde seu início, preocupou em organizar a sua distribuição, a fim de que essas expectativas fossem alcançadas. Desejava-se um total engajamento, visando consolidar especialmente, os esforços despendidos para que o esporte fosse adotado como prática principal da Educação Física.

Isso não impediu que, além das perspectivas de formação de profissionais ligados ao esporte, houvesse a apresentação de propostas diversificadas, entre as quais o lazer e a recreação, desde que alinhadas teoricamente aos pressupostos de ordem social solicitados pelo regime militar.

Não obstante, em nosso entendimento, tanto as teorizações envolvendo o esporte, quanto os artigos destinados ao lazer e à recreação, vislumbravam finalidades comuns, redundando em prescrições para os professores, colimando constituir indivíduos que fizessem parte daquela composição social, norteadas por noções de controle sobre a população, de produtividade e de civismo.

Alfredo Colombo, em seu texto inserido no artigo da ABDR (1971), utilizava um tom incisivo para convocar os professores de Educação Física, com o intuito de torná-los agentes essenciais para romper qualquer tipo de obstáculo que dificultasse a recreação e o lazer e suas instituições no espaço urbano. O autor abordava a necessidade das Escolas de Educação Física atentarem-se a esses fatores, advogando a participação política dos professores, até mesmo concorrendo à conquista de vagas nas Casas do Legislativo, para que a batalha em favor da instalação das áreas de recreio fosse concretizada.

Essa providência iria dar ao técnico [professor] aquela dose de idealismo que desperta e se fortalece no contato com as mazelas e a miséria de cada cidade. Percebemos que está faltando um sentimento místico para derrubar os obstáculos e conquistar a felicidade. É preciso estar dominado por uma idéia vigorosa, ser tenaz, cerrar os dentes, agüentar firme, pois que, mesmo entre aqueles que não se entusiasma com as nossas idéias, existem sempre homens dispostos a se unirem a nós, desde que conheçam os nossos verdadeiros sentimentos (ABDR, 1971, p. 18, *RBEFD* nº 11).

O professor era chamado a envolver-se na difusão das práticas corporais e, para isso, a *RBEFD* era um veículo que buscava a sua capacitação profissional, pretendendo angariar o maior número de leitores possível, com a função de difundir no corpo social as suas estratégias de disciplinarização. Desse modo, esforços não seriam poupados para que o professor se engajasse no projeto de sociedade que era defendido naquele momento e, notamos que Colombo enfatizava que o empenho de todos era indispensável para a consolidação daquele processo.

O momento descrito por Alfredo Colombo coincidia com a época do “milagre econômico” brasileiro, com os maiores índices de crescimento entre os países em desenvolvimento. Embora esse período seja mormente caracterizado, pela maioria dos autores

que enfocam esse tema²⁵, como uma fase marcada pela atuação repressiva do Estado, o lazer e a recreação tinham a função de difundir uma prática diferenciada, alastrando ações sutis, que se identificava a uma intervenção “positiva” do regime militar.

As prescrições destinadas aos professores de Educação Física impregnavam-se de orientações à sua conduta, de tal modo que eles se enquadrassem em dispositivos importantes para a consecução de objetivos que aspiravam o estabelecimento da ordem social, buscando cooptá-los para reforçarem a legitimação da Educação Física como área de conhecimento científico, estando imbricadas estratégias de controle social e, diante do acentuado processo de urbanização, principalmente observado nas grandes cidades, era salutar que a recreação e o lazer fossem utilizados para organizar as multiplicidades. Da mesma forma, disseminavam-se práticas discursivas que se ajustavam aos atos do governo militar, pois como já dissemos, as táticas eram eivadas pela difusão dos benefícios à sociedade, com a utilização de elementos ligados aos aspectos lúdicos.

Dependia da atuação dos professores de Educação Física, a motivação da população para o seu envolvimento nas práticas corporais, dotadas de uma conjunção poder-saber altamente identificada com os conhecimentos biológicos. A conquista dos benefícios orgânicos tinha que ser uma resultante entre a administração criteriosa das atividades físicas e o prazer proporcionado por elas.

O segredo da motivação consiste justamente em o professor saber “dourar a pílula”, para que esta seja tomada com prazer. Assim como o alimento que vem bem apresentado torna-se mais apetitoso, contribuindo para um melhor funcionamento dos sucos salivares e gástricos, facilitando a sua digestão e conseqüente assimilação, assim o exercício, quando bem feito, produz melhores efeitos sobre o organismo. A motivação é, portanto, a principal responsável pela criação de uma atitude favorável para a educação física. Se o educando criar ojeriza pelo exercício, por um ou outro motivo, jamais ele irá utilizar essa atividade em suas horas de lazer (TARGA, 1975, p. 55, *RBEFD* nº 28).

Era necessário que fossem criadas estratégias que fizessem do lazer e da recreação dispositivos eficientes no enquadramento dos indivíduos em uma sociedade de normalização. O prazer deveria ser garantido, juntamente com o convencimento dos efeitos positivos da realização das atividades físicas, o que destinava à Educação Física, a sua reafirmação como área de conhecimento científico de extrema relevância.

Dentro das perspectivas de formação dos professores de Educação Física, pretendidas pela *RBEFD*, era preciso que eles fossem transformados em agentes transmissores

²⁵ Cf. Capítulo 2 deste trabalho.

de ideais cívicos, à medida que as práticas corporais faziam parte de mecanismos de controle imbricados por uma política de constituição de corpos disciplinados, enquadrando-os em uma sociedade traçada pelas normas do regime militar.

O Estado apropriava-se de táticas de governo, destinando a sua atenção ao indivíduo e à população, pois a utilização da Educação Física, como instrumento de difusão de atividades lúdicas e prazerosas, fazia entender que se trabalhava em favor da felicidade coletiva. O editorial assinado pelo Tenente Coronel Arthur Orlando da Costa Ferreira, contido na *RBEFD* de número 7, de 1968, propagava o imaginário de que o regime militar assumia o viés de valorização do homem brasileiro e dos valores cívicos, instando condições para que se semeasse o pressuposto de que cabia aos professores de Educação Física o empenho para concretizar os esforços despendidos pelas autoridades, para a efetivação das práticas corporais nos moldes do militarismo.

As autoridades brasileiras têm-se esforçado por criar condições favoráveis à implantação de uma política nacional de Educação Física, Desportiva e Recreativa que atenda às necessidades de valorização do homem brasileiro, agora e no porvir (FERREIRA, 1969a, p. 5, *RBEFD* nº 7).

Defendia-se a assunção de uma identidade nacional, com a Educação Física agindo como um importante elemento estratégico nesse contexto. É interessante observar que essa área de conhecimento parecia carecer, a nosso ver, de uma credibilidade pedagógica, pois no mesmo editorial Ferreira discorria sobre a necessidade dos professores de Educação Física aderirem ao projeto de constituição de um modelo patriótico proposto pelo regime militar, retirando-os da marginalidade em que se encontravam.

Tudo hoje evolui com celeridade e profundidade. Impõe-se que o professor de Educação Física, somando seus esforços aos nossos, se erga em cultura e profissionalmente, para que não continue marginalizado e dê a contribuição de que é capaz e que nossa Pátria dêle espera" (FERREIRA, 1969a, p. 7, *RBEFD* nº 7).

Identificava-se a necessidade de cooptação dos professores a um projeto que soerguesse a Educação Física a um campo de investigação científica, referendando-a como detentora de saberes imanentes ao exercício de poder. A participação de cada um visava a contribuir para a fluidez do governo do Estado militar.

No editorial da *RBEFD* de número 8²⁶, o Tenente Coronel Arthur Orlando da Costa Ferreira aludia à importância da formação de novos profissionais da Educação Física, destacando o compromisso e dedicação, em busca do avanço desta disciplina. Chama atenção algumas passagens do discurso direcionado aos jovens formandos, em que havia referência a invasores capazes de incutir idéias perniciosas às novas gerações.

Não importa que o Brasil tenha sido descoberto há mais de quatro séculos. O que importa agora é que os brasileiros como vós o descubram também. Temos que conquistá-lo com o nosso esforço e com o nosso patriotismo, enfrentando os novos invasores travestidos de missionários de ideologias perniciosas que pretendem inocular no espírito desavisado de nossa juventude para fragmentar a unidade nacional e corroê-la de dentro para fora (FERREIRA, 1969b, p. 11, *RBEFD* nº 8).

Sabemos que o mundo vivia sob o embate da guerra fria e supomos que esses invasores eram aqueles que não compactuavam com o regime militar, provavelmente os denominados comunistas (que defendiam um outro modelo social, diferente do implementado naquele momento), terminologia que estrategicamente parece ser omitida em todas as edições da *RBEFD*. Outrossim, o ano de 1969 ainda apresentava fortes resquícios das efervescências do ano anterior, dentre as quais se destacaram as manifestações estudantis que se deram mundialmente, inclusive no Brasil e, o controle sobre essa situação, adotando-se posturas que salvaguardavam a ordem social, estava presente no discurso do paraninfo aos jovens formandos.

Ferreira ancorava-se no pressuposto de que a Educação Física reivindicava conquistas significativas, propiciando portanto, boas possibilidades aos egressos das universidades e, desse modo, seu pensamento incorporava-se aos discursos de constituição de uma nação em desenvolvimento, tão presentes naquele período.

Combate-se a malquerência, a malediscência, a crítica destrutiva, que dividem, que desunem e obstam aos nossos esforços em ajudar o nosso atual governo a construir uma grande Nação, mais forte, mais acatada e acreditada no conceito das demais Nações: O BRASIL GRANDE (FERREIRA, 1969b, p. 14, *RBEFD* nº 8).

²⁶ Esse editorial é uma transcrição do discurso proferido pelo Tenente Coronel Arthur Orlando da Costa Ferreira à turma de formandos da Escola de Educação Física de Bauru, em 1969, da qual era paraninfo, na condição de editorialista do Boletim Técnico Informativo e Diretor da Divisão de Educação Física do MEC. Durante o discurso, Ferreira abordava sobre as condutas que os jovens deveriam seguir, atuando como agentes difusores de idéias que enalteciam a ordem social.

O alinhamento político-ideológico a determinados países era salutar para os novos horizontes vislumbrados para o Brasil e, de acordo com Ferreira, superar os estragos causados por administrações anteriores conduziria a nação ao desenvolvimento.

Procura-se dar estrutura moderna a tôda uma organização arcaica, obsoleta, ultrapassada, que foi legada aos atuais dirigentes da Nação pela imprevidência, desorganização político-administrativa, descrença, quando não por falta de patriotismo de alguns antecessores, muito dos quais tiveram em mente atrelar um País de 8,5 milhões de km² e cêrca de 90 milhões de brasileiros à orientação de países cuja filosofia de governo não se coaduna com a nossa formação e índole (FERREIRA, 1969b, p. 14, *RBEFD* nº 8).

E para a consecução desses objetivos, os professores de Educação Física deveriam afastar-se das mazelas disseminadas por uma minoria, de modo que, de acordo com Ferreira, se perpetuasse a ordem social, impedindo qualquer contaminação dos ideais voltados ao progresso do país.

Quer se dar ao professor de Educação Física a convicção de que êle, por fôrça da profissão, é um condutor de jovens, um líder e não pode aceitar ser conduzido por minorias ativas que intimidam, que ameaçam e, às vezes, conseguem, pelo constrangimento, conduzir a maioria acomodada, pacífica e ordeira (FERREIRA, 1969b, p. 14, *RBEFD* nº 8).

Os professores de Educação Física eram convocados a participar do projeto de constituição de uma nação desenvolvida e a *RBEFD* seria um veículo que atuaria no processo de formação desses profissionais. A fim de que os anseios em favor dos ideais do “Brasil Grande” fossem conquistados, as técnicas de controle social ramificavam-se pela sociedade, de forma que as condutas da população deveriam ser moldadas para a formulação de uma identidade nacional preconizada pelos interesses do regime militar.

Visava-se que a Educação Física reforçasse o seu estatuto científico e ganhasse credibilidade junto à sociedade. Para tanto, um de seus objetivos, além da dimensão voltada aos aspectos físicos, era também trabalhar em favor da modulação do caráter dos indivíduos, contribuindo para o desenvolvimento da nação e para a integração nacional. Assim, cabia aos professores:

(...) um papel especial no engajamento nacional com vistas ao desenvolvimento sócio-econômico do contexto. Cada vez mais, a sociedade vai tomando conhecimento de que o professor não é tão-somente “aquele que faz a garotada chegar a casa mais corada”, mas, sim, e principalmente, um formador de homens, um plasmador de caracteres (EDITORIAL, 1971b, p. 5, *RBEFD* nº 11).

Nessa perspectiva, o objetivo da *RBEFD* concentrava-se no ajustamento dos professores em torno do modelo de sociedade defendida pelo regime militar. Apesar do editorial sustentar que o desporto promoveria um projeto de longo prazo, para formar uma geração sadia e, efetivamente, de grandes atletas (Editorial, 1971b, p. 6), em nosso entendimento, a motivação maior era aglutinar a população no governo estabelecido naquele momento, sendo que os discursos direcionados à formação de atletas pretendiam muito mais enaltecer as potencialidades do país e evitar manifestações opositoras, que propriamente criar uma política desportiva eficiente. Os professores de Educação Física eram conclamados a participar desse projeto, pois diante das expectativas de formação profissional, o próprio título do editorial, *É tempo de somar*, traduzia a idéia de que a adesão de todos era essencial, independentemente se pelo viés da competição ou por qualquer outro mecanismo de enquadramento dos indivíduos, tornando-os dóceis e úteis àquela sociedade.

A leitura do editorial nos indica, portanto, que a *RBEFD* carregava concepções de homem e de sociedade caracterizadas por transmitirem os ideais do regime militar. Nesse ínterim, constata-se que as estratégias utilizadas para o controle corporal, perpassavam por uma série de prescrições aos professores de Educação Física, que tentava cooptá-los a engajarem em um sentimento patriótico, diante dos esforços das autoridades brasileiras em promover o avanço desta área de conhecimento.

A Educação Física tinha que consolidar o seu estatuto científico, já que isso seria a base de seu desenvolvimento e tiraria o professor de seu ostracismo, constituindo-o como um agente capaz de colaborar com a sua pátria. Afinal, ele era o principal destinatário da *RBEFD*, essencial para a disseminação dos ideais do regime militar, reproduzindo conceitos que afastassem definitivamente quaisquer riscos à ordem política do país.

Para a *RBEFD*, a unidade nacional precisava ser estabelecida, sem que eventuais resistências dificultassem a ação do regime militar. As práticas corporais encarregar-se-iam de contribuir para moldar o caráter dos indivíduos, impedindo que se entregassem a ideais contrários às estratégias do governo militar.

Assim, os professores de Educação Física deveriam exercer o papel de líderes da juventude, sem se deixar sucumbir por instigações que viessem a perturbá-los e desviá-los das funções de agentes da ordem social. O Brasil necessitava de cidadãos, no entendimento da *RBEFD*, que rompessem com os modelos arcaicos e contribuíssem para elevar o país à condição de potência mundial, sendo que cabia também aos professores de Educação Física essa tarefa.

Corporificavam-se práticas discursivas responsáveis por obter o controle da sociedade, dependente de um sistema de vigilância em que todos se fiscalizavam mutuamente. Se os professores eram agentes que tinham o papel de adestrar os seus alunos, conseqüentemente assumindo o poder de denunciar transgressões que porventura pudessem ocorrer, ao mesmo tempo eles não poderiam cometer nenhum deslize, dado que existia uma rede de comunicação composta pelos próprios alunos, pais de alunos, diretores, inspetores, superintendentes e qualquer outro indivíduo que tivesse contato com esse ambiente que, por sua vez, também se tornavam alvos de fiscalização.

Logicamente, as técnicas de fiscalização foram sendo aperfeiçoadas, dado a modificação da conjuntura nacional, que buscava a participação popular. No editorial da *RBEFD* de número 28, de 1975, assinado pelo Coronel Osny Vasconcelos, sob o título *Estamos no caminho certo*, a publicidade acerca das conquistas esportivas brasileiras invocavam a supremacia continental e a afirmação mundial. O autor discorria sobre a interferência positiva do governo, incorporando o esporte aos ideais desenvolvimentistas da nação, sendo a Educação Física uma disciplina fundamental para que se concretizassem os anseios de formação de campeões entre a população.

Assim, dentro da filosofia esportiva do atual Governo, equacionada numa estratégia de atuação nas três grandes frentes - a) educação física em geral, para todos, visando melhorar a aptidão física do povo brasileiro; b) esporte de massa, ao alcance de todas as camadas da população, em todos os recantos do território nacional; e, conseqüentemente: c) esporte de competição ou de alto nível, conseguindo resultados que se traduzem em prestígio internacional para o Brasil, que já vem se impondo em outros aspectos (...) (VASCONCELOS, 1975b, p. 5, *RBEFD* nº 28).

Esse editorial demonstrava uma nova tendência que passaria a fazer parte da *RBEFD*, no sentido de ampliar os agentes difusores das prescrições do EPT à sociedade, através da criação da figura do voluntário esportivo, que como já vimos, era um indivíduo selecionado entre a população, com a capacidade de liderança necessária para organizar as multidões, independentemente de ser especialista em atividades físicas ou recreativas.

O EPT era uma campanha que pretendia ser assimilada pela população, por meio de um baixo custo. Então, tornava-se mais conveniente preparar um conjunto de voluntários, que cooptar os professores de Educação Física a participarem dessa campanha, pois a própria configuração do EPT impedia que o número destes últimos atendesse a demanda colimada pelo movimento. O alastramento de atividades físicas a todo o território nacional exigia que fossem envolvidos milhares de agentes disseminadores daquelas práticas corporais e aquele

momento urgia esforços imediatos que suprissem a necessidade de intervenção sobre a população.

Mas, isso não significava uma desconsideração em relação aos professores de Educação Física, haja vista a intensidade de publicações do EPT na *RBEFD*, que era um veículo destinado a eles, demonstrando a necessidade de um aval científico à campanha, o que perpassava pelo convencimento dos profissionais envolvidos nessa área de conhecimento. Ademais, foi criado um sistema de comunicação denominado Rede Nacional de Esporte para Todos, com o intuito de integrar os indivíduos atuantes e arrebataram novos participantes, englobando uma rede nacional de rádio e a revista “Comunidade Esportiva” que, segundo o artigo de SEED/ MEC, de 1982, contido na *RBEFD* de número 50, tinha a tiragem de 25 mil exemplares, atingindo cerca de 50% dos profissionais da área de educação física e desportos.

Desse modo, na única passagem em que os professores de Educação Física, juntamente com os alunos pertencentes a esse curso superior e, um corpo profissional ligado à área, eram citados no Documento Básico da Campanha, verifica-se a sua relevância, como agentes políticos que emprestavam a sua credibilidade para o sucesso do EPT:

Os profissionais de Educação Física, esportes e recreação, professores e técnicos constituem outro grupo a ser destacado. Eles são atuantes em grande número de municípios, nos estabelecimentos de ensino, nos clubes e numa grande diversidade de entidades. Somados aos universitários de Educação Física, alunos de mais de setenta estabelecimentos no Brasil, constituem uma das categorias profissionais que mais crescem no País. A Campanha, nessas circunstâncias e dentro de seus objetivos, está orientada para valorizar esses professores, técnicos e alunos (DOCUMENTO BÁSICO DA CAMPANHA, 1977, p. 24, *RBEFD* nº 35).

Dando seqüência ao seu texto, o Documento reconhecia a incapacidade de que toda a população fosse envolvida nas práticas corporais, por meio apenas da atuação dos professores de Educação Física, delimitando as ações destes a algumas atividades localizadas. Era uma das estratégias objetivadas pelo EPT, no intuito de aperfeiçoar as técnicas de vigilância, tornando-as menos dispendiosas e mais eficientes, ao mesmo tempo em que reforçava os seus discursos de espontaneidade.

Assim sendo, e havendo recursos em determinadas condições, é possível admitir serviços profissionais mesmo dentro do sentido de improvisação das promoções. Isto é bastante apropriado nas colônias de férias e ruas de lazer, e um pouco menos nas promoções de grande número de pessoas (DOCUMENTO BÁSICO DA CAMPANHA, 1977, p. 24, *RBEFD* nº 35).

Parece-nos que, para a viabilidade econômica do EPT, os esforços acerca da capacitação profissional deveriam ser direcionados para formas menos onerosas, daí ser possível dizer que, quando se tratavam de eventos que envolviam as crianças, como no caso das colônias de férias e ruas de lazer, recorria-se, a especialistas qualificados para “educá-las”, inserindo-as nas normas sociais, entre os quais os professores de Educação Física, professoras primárias e estudantes de Educação Física. Ficavam os voluntários esportivos encarregados de conduzir grupos de indivíduos maiores de idade ou, no máximo de adolescentes, o que dependia apenas de seguir os recursos disponibilizados pelo EPT.

Para o êxito do EPT, determinadas concepções tinham que ser modificadas, pois sob o lema de uma campanha que atuava em favor da democratização do acesso às práticas corporais, pregando que as decisões se davam de baixo para cima e, como tal, abrangia as multiplicidades, os professores de Educação Física precisavam ser ajustados a essa nova realidade, já que no entendimento de Costa (1978) o educador físico – na maior parte dos casos – não está familiarizado com a prática de orientação de grandes grupamentos (p. 16).

Porém, aos poucos, a própria dinâmica do EPT ocasionou um maior chamamento aos professores de Educação Física, à medida que foram idealizados para as grandes cidades os “Parques Esporte para todos”, nos quais a orientação das atividades físicas apelava para a presença de profissionais detentores de conhecimentos específicos e, conseqüentemente, respaldados para a tarefa de conduzir das condutas da população.

Ou seja, o enfoque sobre os professores de Educação Física, ao longo do regime militar, sempre objetivou convocá-los como agentes difusores de práticas corporais, responsáveis por disciplinar as condutas da população, por meio de técnicas sutis, dotadas de um gênero positivo.

Nesse sentido, a *RBEFD* era utilizada para divulgar a idéia dos benefícios advindos das práticas corporais, dentre as quais o lazer e a recreação, para que os professores as reproduzissem, fazendo com que eles interviessem na população, configurando possibilidades de instar as “artes de governar” sobre o corpo e sobre a massa global.

Os professores deveriam acreditar no periódico, tendo-o como uma referência científica capaz de dar-lhes sustentações teóricas para a sua prática pedagógica. Se o golpe de 1964 redundou de uma articulação civil-militar que pregava a ordem social, com um lema de amor à pátria, contra aqueles, que no entendimento desses setores, queriam “entregar o país” ao domínio comunista, incutir no imaginário dos professores um sentimento nacionalista, era fundamental.

Buscavam-se maneiras de educar a população, através de dispositivos que realçassem o verniz de liberdade e de autonomia dos indivíduos, oferecendo uma gama de opções recreativas, responsável por incutir no imaginário coletivo os benefícios advindos das atividades físicas. Não bastava que os preceitos destinados à Educação Física, como uma disciplina responsável pela formação de indivíduos, se encerrasse em um aparelho de produção, no caso a escola. Era preciso que essa educação fosse estendida a todo corpo social, de modo que ele tomasse gosto pelas atividades de lazer e de recreação, incorporando-as em seu cotidiano.

5.2- O lazer e a recreação como dispositivos de educação da população

O objetivo do regime militar de estabelecer o controle social necessitava que fosse instaurado um processo educacional eivado por técnicas sutis de convencimento da população, reunindo-a em torno de atividades lúdicas e prazerosas. Assim, como temos enfocado ao longo deste trabalho, o lazer e a recreação eram dispositivos que compunham estratégias de educação, que não tinham apenas a escola como aparelho de produção, mas que se incrustavam na sociedade.

Para que isso se concretizasse, a Educação Física apresentava-se como uma área de conhecimento que precisava ser incrementada, a fim de contribuir para o alastramento de saberes à população, que conduzissem o país à condição de potência mundial pretendida pelo regime militar. Ferreira (1969), em seu discurso na formatura de professores de Educação Física, apelava para que estes se empenhassem nesse projeto, retirando a maioria dos indivíduos do ostracismo em que se encontrava.

(..) lançai-vos à luta titânica, em que o Brasil se empenha, de extirpação do tenebroso mal da ignorância, dessa cegueira que assola milhões e milhões de brasileiros, causadora de tantas outras maselas. Dedicai-lhes, pelo menos, parte de vosso esforço, do vosso amor. Iluminai um pouco as trevas de vossos irmãos (FERREIRA, 1969b, p. 15, *RBEFD* nº 8).

As práticas corporais eram importantes mecanismos para “educar” a população e a criação da *RBEFD* vinha ao encontro das expectativas do Estado militar, para formar os professores, conduzindo as suas condutas na atuação sobre o corpo social, de modo a alastrar o ideário de que a nação deveria sair do seu subdesenvolvimento, sendo que, utilizar as

atividades físicas, auxiliaria na orientação contra diversos malefícios que porventura pudessem recair sobre os indivíduos, ocasionando o rompimento com a ordem social estabelecida pelo regime militar.

Um dos focos de atenção, incidia sobre a formação intelectual e a conduta dos estudantes, já que, como abordamos anteriormente, estes representavam uma ameaça à consolidação da sociedade de normalização, especialmente por existirem grupos altamente politizados e que, efetivamente, mostravam sua capacidade de contestação. O editorial da *RBEFD* de número 10, de 1971, destacava essa preocupação ao afirmar que a atividade física escolar não deveria se reduzir à válvula de escape, à compensação ou à forma de recreação desorganizada, sem oferecer ao educando oportunidades de desenvolvimento de sua personalidade moral. Assim, dentro dessa lógica, as atividades físicas não representavam um momento de fuga da realidade, mas sim, compunham expectativas de constituição de corpos dóceis, de indivíduos conformados àquela realidade.

Com demasiada frequência, a atividade física continua sendo, na escola, uma forma de recreação, uma atividade de compensação ou uma válvula de escape. A atividade física não cumpre plenamente sua função educativa senão quando as mesmas disposições e atitudes morais da personalidade do estudante são desenvolvidas consciente e sistematicamente, tanto nos exercícios físicos como nos intelectuais ou práticos (EDITORIAL, 1971a, p. 5, *RBEFD* nº 10, grifos nossos).

Além disso, esse editorial identificava a necessidade de fazer das práticas corporais mecanismos para o prolongamento da educação dos adultos egressos da escola. Denota-se que o lazer e a recreação constituíam processos educacionais que se estendiam por todo o corpo social e o envolvimento da população compunha estratégias de disciplinarização das multiplicidades.

Os períodos de ócio são – ou devem ser – para o adulto o que a escola e a universidade são para o adolescente e o jovem, não o reverso, o outro aspecto da existência, senão aquele sossegado intervalo em que se dispõe de tempo para experimentar a vida, em que imparcialmente se reflete sobre o seu verdadeiro significado (EDITORIAL, 1971a, p. 5, *RBEFD* nº 10, grifos nossos).

A palavra ócio aparece no editorial, como uma possibilidade de que o adulto e a criança usufríssem o seu tempo disponível, diferindo do sentido empregado por Jayr Jordão Ramos, na *RBEFD* de número 5, de 1968, em que o autor utilizava o adágio popular a ociosidade é a fonte de todos os vícios, como também no sentido atribuído por Renato Requixa, que enaltecia os valores do lazer em detrimento do ócio. Nota-se que no

editorial, o ócio estava muito mais vinculado ao campo de oportunidades dadas aos indivíduos, como uma estratégia de controle social e não como um instrumento pernicioso ao bom aproveitamento das horas de lazer. Porém, a totalidade das interpretações encetava dispositivos que referendavam o modelo social instituído naquele momento, em que o “tempo livre” ganhava uma dimensão de condutor das condutas da população.

Havia um teor conformista, sendo que os períodos de ócio deveriam exprimir a ausência de reflexões e de questionamentos à conjuntura social daquele momento, configurando uma égide de produtividade do lazer, em que as horas de folga também constituíam os indivíduos em uma lógica de utilidade e obediência. Daí, a utilização do lazer e da recreação como mecanismos capazes de promover o controle sobre os indivíduos, por meio do que, ultrapassando os limites da educação escolar, os adultos pudessem ter à sua disposição, uma educação permanente, permeada pelo papel de adestramento coletivo.

Caracterizando a dominação estabelecida sobre os indivíduos, as prescrições em torno do comportamento ideal eram bastante evidenciadas no editorial, às vezes impregnadas de ambigüidades, pois ao mesmo tempo em que em algumas passagens, o ócio representava um momento de liberdade individual, um intervalo sossegado, em outras, não podia ser destinado ao divertimento.

É uma aberração consagrar-se os períodos de ócio ao divertimento, ou seja, no seu sentido literal, ao esquecimento de si mesmo: o seu verdadeiro destino é, pelo contrário, encontrarmo-nos liberados, purificados de obrigações e das deformações do útil e do convencional (EDITORIAL, 1971a, p. 5, RBEFD nº 10, grifos nossos).

Ou seja, essa purificação do indivíduo perpassava pelo seu enquadramento em configurações destinadas a reforçar o poder disciplinar. Embora essa passagem do editorial destoasse dos direcionamentos comumente atribuídos ao lazer e à recreação, principalmente aos dos artigos destinados a esses temas, já que no nosso entendimento, o divertimento foi enfatizado no sentido de incorporar uma visão positiva das práticas corporais, acreditamos que o seu objetivo alinhava-se ao ideário de conduzir as condutas da população, de forma que fosse mantida a ordem social.

Tal propósito é percebido por meio de prescrições que destacavam o desporto como um eficiente meio na promoção da educação permanente, a fim de organizar as multiplicidades. Dessa forma, o desporto compunha oportunidades de lazer e de recreação, possuindo uma intensa potencialidade educacional.

O desporto, que, por suas diferentes formas, ocupa um lugar tão importante nos períodos de ócio, pode desempenhar um papel fundamental na conversão de tais períodos em fator que contribua para o pleno desenvolvimento da personalidade humana. (...) Cada vez com maior frequência se estão usando as expressões “educação permanente”, “educação total” ou “educação integral” para definir a obrigação que hoje em dia pesa sobre os adultos, no caso em que desejam desempenhar um papel ativo e criador num mundo onde os conhecimentos e a tecnologia se encontram em estado perpétuo de fluidez e progresso, de continuar a sua educação e seu adestramento para tarefas sempre variadas, quando já está superado o período normal de escolaridade, e, indubitavelmente, em grau maior ou menor da vida de cada um. (...) Porém, o conjunto do processo é fundamentalmente o mesmo, e o desporto deve desempenhar nos períodos de ócio do adulto o mesmo papel formativo que na educação dos jovens (EDITORIAL, 1971a, p. 5-6, *RBEFD* nº 10, grifo nosso).

O anseio em determinar a continuidade da educação, através do lazer, delimitando-o, no caso desse editorial, ao desporto, fazia parte de configurações mais amplas do processo de educação permanente, em que se pregava o desenvolvimento da “livre personalidade do indivíduo”. Na verdade, significava mais um mecanismo de controle social, pois as suas estratégias estavam disseminadas na escola e também fora dela, identificando no desporto o viés de promover a harmonia e a conformação da população ao modelo de governo implementado naquele momento.

Sem dúvida alguma, o desporto assim organizado concorreu e concorrerá de forma substancial para a felicidade da humanidade. Estão sendo plenamente satisfeitas as esperanças daqueles que, inspirados na visão e no alento do Barão Pierre de Coubertin, lutaram por dar às atividades desportivas um lugar na cidade e aos jogos olímpicos um significado sempre crescente (EDITORIAL, 1971a, p. 7, *RBEFD* nº 10).

As abordagens em torno da felicidade humana buscavam incorporar no imaginário da população que as atividades físicas promoveriam benefícios advindos da orientação das horas de folga dos indivíduos. No caso do editorial, a utilização do desporto difundia práticas corporais que priorizavam o controle social dos indivíduos, em detrimento de qualquer pretensão de formação de atletas ou constituição de uma potência esportiva mundial, como era propalado.

A referência ao nome do Barão Pierre de Coubertin, idealizador dos jogos olímpicos modernos, indica-nos essa aspiração, especialmente se levarmos em conta a frase “o importante é competir”, atribuída a ele, e que ganhou conotações de pureza, diante do espírito competitivo que tomou conta do esporte.

O intuito de Coubertin era destinar à juventude francesa, um mecanismo de controle social eivado por concepções moralistas que tentavam distanciá-la da inconveniente ocupação de suas horas livres. Além disso, a determinação da separação entre profissionais e

amadores, determinava que os atletas não poderiam obter aportes financeiros e aí, somente os amadores poderiam participar das competições, ou seja, aqueles que não dependiam dos recursos do esporte para sobreviverem, provavelmente advindos da elite.

Essas considerações, mesmo que afastadas do nosso objeto de estudo, demonstram que na *RBEFD* eram utilizados símbolos coerentes com a sua estratégia de conduzir as condutas dos indivíduos, com exemplos de personalidades que ao longo da história, mesmo adotando práticas de cunho moralistas e reprodutoras da ordem social, adquiriram o estatuto de zeladores do bem da humanidade. Ou seja, no caso do Brasil, percebemos que o importante era enquadrar-se em padronizações esportivas, organizadas de tal forma que ensejariam dispositivos disciplinares condizentes com as prescrições do governo militar. A distribuição espacial dos corpos provocaria possibilidades de localizá-los e analisá-los, seguindo critérios de classificações definidos pela sociedade de normalização.

Aliás, amparado por outro exemplo de origem estrangeira, é que o processo de educação permanente adquiriu uma dimensão maior, em meados da década de 1970, através do EPT, que ganhou uma relevância significativa na *RBEFD* e, como já abordamos anteriormente, buscou colocar em prática o envolvimento da população nas atividades físicas, estendendo-as a todas as localidades do país.

A organização de eventos de EPT no seio das comunidades, obedecendo à sua cultura e à sua autonomia, é educação não-formal que obedece menos a normas pedagógicas tradicionais. Além disso, o EPT é a versão do esporte correspondente à cultura de massa, fenômeno atual provocado pelos meios de comunicação modernos, que permitem o acesso da massa aos bens culturais, quando simplificados (SEED/ MEC, 1982, p. 13, *RBEFD* nº 50).

Estabelecer o contato das massas com modelos culturais simplificados era uma estratégia de cunho educacional, que buscava aglutinar a população em práticas de fácil assimilação, no caso das atividades físicas, que ao mesmo tempo, possuíam a capacidade de afastar os indivíduos de quaisquer possibilidades de contestação da ordem social.

Analisando as proposições do EPT, vemos que ele foi um movimento que defendeu em seus discursos que as decisões se davam de baixo para cima, através de um espírito de improvisação e de espontaneidade. No entanto, o que se verifica, é que as suas prescrições estavam bem demarcadas, inclusive com a utilização da mídia para a difusão de seu ideário.

Ao advogar para si o estatuto de baluarte da participação popular, o EPT vislumbrava nas atividades físicas, mecanismos de contenção de descontentamentos relativos

aos aspectos políticos e econômicos que aconteciam naquele momento. Nesse sentido, ele era um movimento destinado a envolver principalmente a população de baixo nível educacional e, como tal, não havia a necessidade de requintes culturais, bastando o acesso a padrões mais modestos de conhecimento.

Ora, se o interesse estivesse voltado para a produção cultural da população, sendo ela mesma construtora de suas práticas, a mediação do voluntário esportivo era dispensável, mas, ao contrário, a sua presença era tida por Costa (1978), como imprescindível, justamente por atender indivíduos dotados de pouca formação.

A julgar pela experiência brasileira na condução de projetos sociais (...) para as populações de baixa renda e de baixo nível educacional é indispensável o uso do agente – monitor voluntário ou semiprofissional – como vetor de sustentação das promoções (COSTA, 1978, p. 17, *RBEFD* nº 38).

O EPT compunha uma lógica de quadriculamento, capaz de organizar os indivíduos em espaços demarcados também de acordo com a sua camada social. O aprimoramento dessas técnicas de controle buscava cooptar a população ao ideário do regime militar, num momento em que este já se encontrava frágil.

As técnicas de distribuição dos corpos provinham de concepções historicamente constituídas, que eram reforçadas na *RBEFD*, com o intuito de ajustar os indivíduos para o usufruto das horas de lazer, especialmente utilizando a escola para esta finalidade. O artigo de Jacintho Targa, inserido na *RBEFD* de número 28, do ano de 1975, trazia à luz conhecimentos oriundos da fisiologia do esforço, para justificar a importância das aulas de Educação Física escolar. Dessa forma, os exercícios deveriam ser graduados do mais fácil para o mais difícil, a fim de que houvesse uma melhor adaptação dos organismos.

Outra questão observada nas exposições do autor era a diferenciação de gênero, aliada a uma maturação biológica bem definida. Havia a orientação de atividades mais calmas e tranquilas, que fossem coerentes com o sexo feminino, a dança especialmente, enquanto que para os homens, eram propostos jogos com bola, musculação e acrobacias, seguindo uma lógica rígida, de acordo com a idade de cada criança. O autor continuava sua reflexão, dizendo que os objetivos da Educação Física se circunscreviam na aprendizagem, através do domínio do corpo e no comportamento dos indivíduos, visando:

(...) procurar despertar no educando o gosto pela atividade física oferecida, de modo a criar nele a conscientização da necessidade do exercício para um melhor rendimento na sua profissão ou nos estudos e uma boa preparação para uma boa ocupação das horas de lazer (recreação) (TARGA, 1975, p. 55, *RBEFD* nº 28).

A sistematização da aptidão física como elemento norteador das aulas de Educação Física, resultava na representação de que os exercícios físicos fossem adotados como recursos para o bom aproveitamento do lazer e da recreação. Os êxitos dependiam da motivação dos alunos e a atuação do professor de forma criteriosa e bem planejada, garantiria, por meio do treinamento desportivo, o bom uso das horas de lazer.

Ora, logicamente não havia uma referência explícita à utilização das práticas corporais, como dispositivos de disciplinarização das massas. As estratégias de controle social eram compostas de minúcias quase imperceptíveis, que promoviam uma articulação permanente entre os diversos segmentos da população. Isto é, a rede de fiscalização englobava tanto os adultos, como as crianças, para se inserirem nessa educação permanente fosse ela formal ou informal. O importante era fazer com que as atividades físicas oferecessem possibilidades de consolidação de um processo educacional estendido a todo o corpo social, modulando os comportamentos e enquadrando os indivíduos nas normas propostas pelo governo militar.

Targa amparava-se em discursos que preconizavam a aptidão física como conteúdo fundamental para o desenvolvimento das crianças, aludindo aos aspectos físicos e comportamentais. Desse modo, os princípios utilizados pelo autor, apontavam uma série de prescrições aos professores de Educação Física, a fim de que fossem agentes criteriosos, impedindo que a desmotivação dos alunos, em relação às atividades físicas, os fizessem descambar para o sonho dos psicotrópicos, como definia Targa.

Uma das coisas mais difíceis para o homem moderno é aprender bem a utilizar as horas de ócio, que, com o progresso da tecnologia, aumentam assustadoramente. Se não ensinarmos isso aos nossos jovens, eles facilmente descambarão para os vícios dos psicotrópicos, alcoolismo, etc., engrossando cada vez mais as fileiras da juventude transviada (TARGA, 1975, p. 61-62, *RBEFD* nº 28).

Esse viés do controle individual sobre os alunos, deveria assumir caracterizações do poder disciplinar. A gradação de atividades, de acordo com o nível de desenvolvimento dos indivíduos, gerava separações, hierarquizações e distinções. Destarte, o saber e o poder eram imanentes e articulavam-se na classificação dos sujeitos.

Como as classes geralmente são heterogêneas, a subdivisão de uma classe em categorias (por exemplo, da 1ª a 4ª) despertará grande emulação entre os alunos, que se esforçarão sempre por passar para a imediatamente superior. No fim de um certo tempo, a tendência será ir-se extinguindo a quarta, ficando somente três, isto é, os fortes, os médios e os fracos(...).

Se houver tabelas com índices ou parâmetros adequados para cada classe, a contagem de pontos permitirá uma compensação que permitirá a comparação de desempenhos dos alunos nas diferentes atividades programadas. Mais evidente se torna isso quando se trata de classificar os alunos segundo suas habilidades em determinado desporto ou nas acrobacias. Os testes em conjunto também oferecem excelentes oportunidades de desafio aos alunos, de vez que cada um se esforçará por fazer melhor que o colega (TARGA, 1975, p. 56, *RBEFD* nº 28).

Essas injunções, constituíam técnicas capazes de capitalizar o tempo dos indivíduos. Simultaneamente, efetivava-se o controle corporal e a utilidade dos indivíduos, estabelecendo seqüências, de acordo com a capacidade de cada um, partindo de uma ordem hierárquica da mais simples à mais complexa, verificando o nível de aprendizagem dos alunos, deslocando os sujeitos para a categoria à qual deveriam pertencer.

Assim, com o intuito de ressaltar a importância da Educação Física, a biologia servia para referendá-la como área de conhecimento científico, sendo que o treinamento físico destinava-se a suprir necessidades dos alunos, desde o seu desenvolvimento orgânico, até a aquisição de perfis psicológicos satisfatórios. Enfim, os conhecimentos biológicos interfeririam diretamente no plano político.

Targa acrescentava que a exploração da natureza (excursões, natação nos rios, pesca, acampamentos), bem como, atividades artísticas, culturais, literárias, etc. deveriam ser ações educativas interessantes. Esses campos, efetivamente, faziam parte dos universos do lazer e da recreação, porém em sua justificativa, encontrava-se sempre a função de servir à boa preparação para as horas de ócio e, para tanto, seguia-se o princípio do utilitarismo do trabalho físico, nomenclatura definida pelo próprio autor. Denotava-se, portanto, uma visão ao mesmo tempo moralista e utilitarista do lazer e, dessa forma, ignorava-se os fatores históricos presentes no fazer dos sujeitos, bem como as contradições presentes na sociedade como se a implementação dos exercícios propostos pelo autor ocorresse harmonicamente em qualquer ambiente escolar. Sendo assim, “não é importante lutar pela democratização do ensino, pela apropriação do trabalho pelo trabalhador, pela mudança da ordem social injusta, porque o lazer *compensa* tudo” (MARCELLINO, 1987, p. 50).

Listello (1973) afirmava que a escola era uma instituição responsável por preparar os jovens, conduzindo-os a formas de pensar condizentes com as normas determinadas pela sociedade. Atuando assim, ela era responsável por disciplinar os seus alunos, transformando-os futuramente em adultos também disciplinados. O poder disciplinar e a biopolítica fabricavam os indivíduos, modulando-os para o seu ajustamento a uma sociedade normalizada.

O objetivo do nosso sistema de educação é de guiar a criança e o adolescente, a fim de que, uma vez adultos, possam viver dentro das condições e com meios que bem correspondam às necessidades morais, sociais, físicas e cívicas de sua época (LISTELLO, 1973, p. 24, *RBEFD* nº 14).

Por meio dessas injunções, Listello assumia posições, em que a Educação Física teria o papel de suprir as demandas sociais em prol do ajustamento da população, enquadrando-a na perspectiva de uma sociedade regulamentada. A escola, na concepção do autor, prepararia as crianças e os jovens para inseri-los num modelo pautado pela obediência e utilidade, servindo como uma instituição fomentadora de costumes e atitudes necessários à reprodução da ordem social.

Para isso, Listello ditava uma gama de prescrições ao professor de Educação Física escolar e, embora partisse da realidade européia, a determinação das atividades físicas escolares visava, num contexto geral, ajustar a atuação do professor a práticas homogeneizadas, de tal forma que fossem engendrados mecanismos de vigilância eficientes para o controle, tanto do professor, quanto do aluno. Pelo menos, na parte em que o autor se voltava à escola, verificamos a prevalência do esporte, no afã da produção de corpos dóceis, norteada sob a égide de uma progressiva prática pedagógica, regular e contínua, a fim de se alcançarem os objetivos de iniciação, orientação, aperfeiçoamento e treinamento especializado (p. 25).

A instituição escolar era importante na manutenção da ordem social e, nesse sentido, Listello falava do clube de recreação, em que abordava a necessidade de que a Educação Física se ampliasse para além do término dos estudos escolares. Para combater uma característica da sociedade urbana e industrial, no que diz respeito às práticas de atividades físicas, deveria haver o controle sobre os indivíduos e, destarte levá-los a utilizarem, de um modo útil e sadio, o tempo de lazer (p. 25).

Portanto, o investimento sobre a vida, fazia parte de uma maquinaria capaz de compor sobre os fenômenos da população estratégias de cálculos explícitos e ordenar as multiplicidades, propondo mecanismos para a condução das condutas, seguindo os critérios biológicos que interferiam no plano político. Os dizeres de Listello encaixavam-se em uma Educação Física orientada para a melhoria da saúde coletiva, promovendo configurações de obediência e utilidade.

Hoje em dia, não se pode mais pensar somente no que os alunos fazem durante as horas obrigatórias de Educação Física, mas também pensar, e com muito mais interesse, no que farão após o horário escolar (...). Nosso primeiro objetivo é, pois, preparar e levar nossos alunos, quando adolescentes ou já

adultos formados, a continuarem seu treinamento, a exercitarem-se fisicamente, a divertirem-se e a prevenirem-se de uma estafa física ou nervosa (LISTELLO, 1973, p. 25, *RBEFD* nº 14).

As proposições desse artigo alinhavam-se a tecnologias políticas que se instalavam sobre os corpos dos sujeitos, em que o saber biológico servia como elemento de criação dos efeitos de verdade, compactuando-se nesse caso, à modulação de indivíduos disciplinados, alheios a quaisquer questionamentos à ordem social instalada no país. Inculcava-se no imaginário dos indivíduos, os benefícios das atividades físicas e, por meio de técnicas minuciosas de conformação social, se organizaria o tempo livre durante as horas de lazer, sendo simultaneamente enfocados aspectos relacionados às questões moralistas, o que ficava evidenciado nas preocupações do autor em relação às crianças, em que traçava um dos objetivos do clube de recreação: “manter fora da rua o maior número de crianças (meninos e meninas) durante o seu tempo livre” (p. 25-26, grifo nosso).

Constatava-se a articulação entre o saber e o poder, procurando lograr mecanismos que levassem à normalização da sociedade. Essas estratégias determinavam a seleção dos indivíduos e o controle das multiplicidades, sendo que o “tempo livre” também deveria ser produtivo. Os indivíduos eram simultaneamente docilizados, adestrados, governados. Para que isso se efetivasse, utilizavam-se os conhecimentos biológicos, produzindo sobre os corpos efeitos de poder, que contribuía na governamentalização do regime militar.

São procedimentos que envolvem a formação de saberes e a concretização de atuações precisas sobre um grupo de indivíduos que constituem uma “população”, entendida como uma unidade portadora de sentido em função dos processos biológicos, das regularidades, constantes e variações que carrega. Procedimentos que não implicam propriamente uma exclusão ou uma disciplina, mas que implicam um certo “governo”, cujo foco central de atuação seriam os processos inerentes à vida, ou seja, implicam uma “arte de governar” como forma de atuação de uma “biopolítica” (FONSECA, 2002, p. 193).

Era importante manter o olhar sobre as populações, fazendo do esporte, da recreação, do lazer e de qualquer outra atividade física, dispositivos de controle sobre a vida e de regulamentação social. A conjunção poder-saber criava possibilidades de enquadramento dos indivíduos naquela sociedade de normalizada, seguindo os parâmetros do regime militar, haja vista que, para além dos aspectos disciplinares, atentava-se para a organização das multiplicidades e para a disposição das coisas, de acordo com o modelo social daquele período. Nesse ínterim, a rede de fiscalização se estendia por todo o corpo social.

A Educação Física e Desportiva não deve ser reservada unicamente a indivíduos válidos. Todos, salvo contra-indicação médica, têm o direito a ela, do sexo feminino ou masculino, crianças, adolescentes ou adultos, quer sejam indivíduos válidos ou com **handicaps** físicos, porém aptos a viver em sociedade. Hoje em dia, as atividades físicas e desportivas são parte integrante dos programas escolares. Sua importância já foi definitivamente reconhecida. Entretanto, atualmente elas devem-se prolongar após o período escolar, pois são realmente de interesse público. Essas atividades devem ser, então, meios de entretenimento e diversão, tão necessários ao equilíbrio do homem atual, que vive numa civilização industrial (LISTELLO, 1973, p. 27, *RBEFD* nº 14).

Esses discursos, ancorados nas ciências biomédicas referendavam a presença da Educação Física como campo de conhecimento científico necessário em um contexto que efetivasse os anseios de ordem social do regime militar. Aliás, como já discutimos nesse tópico, para que se concretizassem as expectativas de regulamentação da população, o processo educacional deveria ser permanente, com o intuito de promover a conscientização em torno do bem-estar coletivo oferecido por intermédio do exercício de práticas corporais, nas quais se inseriam o lazer e a recreação. Assim, as prescrições se estenderiam para o corpo social, não se restringindo à fase escolar.

Da mesma forma, inserido nas estratégias de educação da coletividade, havia a necessidade de reforçar o sentimento cívico da população, convencendo-a de que, o amor à pátria era imprescindível para que se alcançasse o desenvolvimento. O texto relatado por Medeiros, inserido no artigo da ABDR de 1971, enfatizava a função da recreação como fonte de integração nacional, ou seja, a capacidade que estas atividades possuíam para o atendimento de configurações afeitas ao pensamento militar, no sentido de formar cidadãos com espírito patriótico.

Iniciada desde cedo e feita vida afora, por pessoal habilitado, ela [a recreação] serviria como elemento de integração do homem na consciência nacional. **Parte do potencial afetivo do prazer da atividade livre** seria utilizada, como se viu na conquista da taça Jules Rimet, nesse sentimento de filiação do homem à sua família maior. Em vez do anonimato, da insípidez da luta pela vida, o orgulho de sentir-se afetivamente ligado a acontecimentos e celebrações coletivas prazerosas (ABDR, 1971, p. 16, *RBEFD* nº 11).

A utilização do exemplo da vitória brasileira na copa do mundo de futebol de 1970 transpõe uma situação que se tornou emblemática, especialmente por se tratar de um dos períodos mais duros de repressão às liberdades individuais e, o escrete nacional tornou-se um instrumento de difusão de propagandas governamentais, enfatizando as supostas virtudes contidas nesse regime. Era uma maneira de calar aqueles que porventura ousassem questionar ou se opor às diretrizes políticas estabelecidas naquele momento e chamar a população a

participar da construção de um país que, no entendimento da articulista, estava no caminho certo. A autora tomava emprestada essa euforia futebolística, para conclamar a recreação como um importante meio de arraigar o sentimento nacionalista nos indivíduos, através das atividades lúdicas e prazerosas.

Desse modo, novamente ressaltamos que, na perspectiva aqui adotada, as estratégias do regime militar estavam muito mais direcionadas na assunção de posturas de cunho positivo, de modo a disseminar no imaginário social a idéia dos benefícios das atividades físicas, em vez de traduzirem uma ênfase aos aspectos repressivos da ditadura. As coerções davam-se no sentido de fazer os indivíduos acreditarem que detinham autonomia ao optar pela recreação como uma atividade livre, na versão de Medeiros. Mas na verdade, havia uma orientação dessas práticas, a fim de promover o controle sobre os corpos individuais, impedindo que as suas multiplicidades se tornassem confusas.

Isso redundava num apego maior do cidadão à sua nação, à família maior. Pretendia-se difundir um sentimento nacionalista, em uma época demarcada pelo esplendor do “milagre econômico” e, qualquer manifestação direcionada a colaborar com o engrandecimento do país, seria bem vinda. A recreação e o lazer, nesse processo, eram instrumentos importantes para a disciplina e a biopolítica, pois concomitantemente, cuidavam do corpo individual e da gestão da população, de modo que o professor de Educação Física não era um agente anônimo nesse processo, mas sim, responsável por implementar as propostas do governo militar, nas minúcias e sutilezas dessas estratégias.

No ideário do regime militar, para que o país alcançasse o desenvolvimento, era necessário que se instaurassem dispositivos de segurança responsáveis por esquadrihar todo o tempo dos indivíduos. Assim, o lazer e a recreação faziam parte de configurações destinadas a conduzir as condutas da população e, nesse contexto, ao longo da *RBEFD*, observamos que o regime militar sempre se preocupou com a disposição das coisas, fosse na administração de atividades físicas aos adultos, em sua maioria, egressa do campo formal da educação, fosse na preparação de crianças pra se inserirem nos modelos sociais implementados naquele momento.

5.3- A formação do trabalhador brasileiro, como atribuição do lazer e da recreação

O regime militar pleiteava a inserção do Brasil no conjunto das nações desenvolvidas. Para que isso acontecesse, era necessário que se formassem indivíduos coadunados com o espírito desenvolvimentista presente nos discursos que vislumbravam a constituição de um “Brasil Grande”. Os trabalhadores, portanto, deveriam ser preparados para que o país atingisse um nível de produtividade, alçando-o ao rol das potências mundiais.

Constituía-se também sobre os trabalhadores, estratégias educacionais que os fizessem seguir as orientações do regime militar, imputando-lhes um papel fundamental na condução do país rumo ao topo das potências mundiais.

Diante disso, tornava-se importante que o trabalhador fosse disciplinado, visando controlar o tempo em que ele permanecia em suas funções profissionais e também era salutar que as horas vividas fora do ambiente de trabalho, principalmente as dedicadas ao lazer, fossem providas de atividades que favorecessem a recuperação de energias e a estimulação para a volta ao trabalho.

As práticas corporais foram utilizadas como mecanismos de disciplinarização dos operários pelo receio de que as conquistas advindas da diminuição da jornada de trabalho pudessem fazer do tempo de folga, um espaço pernicioso, que corrompesse a moral e os bons costumes. Daí, as teorizações da *RBEFD* empregarem uma linguagem que defendia o lazer e a recreação, na organização dos trabalhadores, em seu período de não trabalho, de tal forma que as condutas dos indivíduos fossem conduzidas no sentido de não romper com as determinações da sociedade de normalização.

Jayr Jordão Ramos (1968) enfatizava, em seu artigo, as contribuições do Desporto-Jogo para a formação de indivíduos que se alinhassem a valores educativos, higiênicos, sociais e humanos, bem como, apontava que a preparação de trabalhadores qualificados, fazia com que essa preocupação humanista caminhasse lado a lado com os interesses desenvolvimentistas da nação e, dessa forma, a recreação e o lazer eram eficientes dispositivos para a obtenção do máximo rendimento.

Desde a integração do homem no trabalho, qualquer que seja o seu grau de desenvolvimento ginodesportivo, deverá ser submetido à prática do Desporto-Jogo, modalidade de trabalho capaz de agir simultaneamente sobre o seu corpo, sua inteligência e sua vontade, englobando o indivíduo como um todo. Ministrado de maneira voluntária e atraente, dentro da idéia de competição simples, constitui forma ideal de recreação, contribuindo para ajustá-lo ao seu meio e fazê-lo

adquirir as qualidades indispensáveis ao bom trabalhador (RAMOS, 1968, p. 65, *RBEFD* nº 5).

Ramos descrevia os receituários para que se implementassem mecanismos de controle sobre o corpo individual e sobre a população, dotados de táticas de normalização social. Utilizando terminologias que denotavam uma interferência coercitiva sobre a vontade dos indivíduos, o ajustamento e a aquisição de habilidades eram impregnados de prescrições que colocavam os trabalhadores como receptores passivos das recomendações do autor.

Existiam duas nuances nos escritos de Ramos. A primeira era a da extração máxima do tempo dos indivíduos; a sociedade de normalização apropriava-se como podia dele, o que Foucault chama de seqüestro, pois tratava de incluir os indivíduos em aparelhos de produção e submetê-los às normas sociais. Na segunda nuance, o corpo era constituído de acordo com o que essa sociedade de normalização exigia dele, para que se tornasse força de trabalho e que, cada vez mais, fosse qualificado para exercer suas atividades profissionais. Desse modo, engendrava-se o adestramento sobre os sujeitos, pois pertenciam a uma lógica de obediência e utilidade, fazendo com que se produzissem corpos dóceis, corpos que poderiam ser transformados e aperfeiçoados e, como tal, submetidos a análises e manipulações.

Para que o trabalhador fosse disciplinado, o Desporto-Jogo deveria ter uma dimensão ampliada para toda a massa de trabalhadores, não sendo exclusivo apenas a um número reduzido de atletas de alto nível²⁷, situação que é bem discutida nas conclusões do Colóquio Internacional sobre as Atividades Desportivas dos Trabalhadores²⁸. As competições seriam interessantes, desde que fossem alegres e dessem oportunidades ao maior número de indivíduos. Consta-se nas falas do Colóquio, que o Desporto-Jogo invocava sempre um caráter utilitarista em suas vivências.

Considera-se que a prática regular e constante de atividades físicas beneficia qualquer ocupação profissional, não só porque estimula e melhora as condições físicas e psíquicas essenciais ao trabalho, mas também porque intervém diretamente no domínio da aquisição e do controle do gesto profissional, possibilitando uma maior economia e uma melhor utilização de forças, atitudes e movimentos necessários à profissão (RAMOS, 1968, p. 67, *RBEFD* nº 5).

²⁷ Quanto aos trabalhadores que fossem atletas, o artigo sugeria que deveria haver uma preparação específica para o seu desenvolvimento.

²⁸ As conclusões do “Colóquio Internacional sobre as Atividades Desportivas dos Trabalhadores”, realizado em Portugal, dão seqüência ao artigo de Jayr Jordão Ramos, contido na *RBEFD* de nº 5, de 1968. Para efeito de referência bibliográfica, adotaremos a mesma nomenclatura do sumário elaborado por Ferreira Neto, et. al. (2002), em que não há qualquer menção ao Colóquio, prevalecendo dessa forma, a autoria de Jayr Jordão Ramos.

Com efeito, as discussões não se restringiam às atividades dos trabalhadores em suas atividades profissionais, mas deveria haver um controle sobre todo o tempo dos indivíduos. A preocupação com a extensão das atividades físicas ao maior número de praticantes possível, sendo que, no caso de Ramos havia um direcionamento aos trabalhadores, demonstra que o lazer e a recreação eram mecanismos focados como estratégias de disciplinarização voltados para a população, a fim de estabelecer o controle social.

Ramos enfocava as possibilidades que a utilização do tempo de não trabalho poderia oferecer. Destarte, as horas de folga eram aproveitadas até mesmo para propiciar mais segurança ao operário, revelando que todo o seu tempo vinculava-se à produtividade.

Processos ginnodesportivos devidamente estruturados permitiriam melhorar, de maneira sensível, certas qualidades, aptidões, capacidades que desempenham um papel importante na segurança do trabalhador. Os aprendizes e os jovens operários são os mais expostos aos acidentes. Portanto, será importante incrementar o esforço de formação da segurança no trabalho ao nível escolar e ao nível da empresa (RAMOS, 1968, p. 68, *RBEFD* nº 5).

Garantia-se a instauração do poder disciplinar, por meio de discursos que produziam efeitos de verdade, sendo que para que se controlassem os trabalhadores, criavam-se estratégias de convencimento, que deveriam enquadrá-los à sociedade de normalização. Isto é, as atividades físicas, por si só, seriam responsáveis por cuidar da saúde e da segurança dos trabalhadores e eles precisavam canalizar as suas energias para essas atividades quando não estivessem trabalhando.

É interessante observar como se compunham as fundamentações teóricas do Colóquio, pois ao mesmo tempo em que estabeleciam prescrições para a melhoria da produtividade dos trabalhadores, teciam críticas em relação aos riscos provocados pelos modos de vida da sociedade, justamente centrados na produção. À época da publicação desse artigo, o Brasil começava a viver o período do “milagre econômico”, sendo que, em torno do ideário desenvolvimentista do regime militar, produziam-se discursos responsáveis por convencer a população dos benefícios advindos das práticas corporais.

O Colóquio traduzia as táticas empregadas para disciplinar a população, posto que, ao assumir um teor humanista, advogava para si um estatuto científico, identificado com a imanência poder-saber e, como tal, difundia os “remédios” necessários para que os indivíduos não sucumbissem aos efeitos maléficos provocados pela industrialização. Assim, o lazer e a recreação detinham uma função educacional, que não visava apenas a aptidão física, mas

modelar os indivíduos, de acordo com as configurações reclamadas por aquele governo, pois não serão, assim, unicamente as qualidades motoras que irão beneficiar com a prática do exercício físico, mas toda a personalidade do trabalhador (RAMOS, 1968, p. 69).

O humanismo presente nas teorizações do Colóquio não via quaisquer tipos de contradições, mas operava em favor da conformação ao modelo econômico-social. No artigo, verifica-se uma dimensão funcionalista e moralista do lazer e da recreação, promovendo a preparação e a adequação dos sujeitos ao sistema produtivo. As práticas discursivas geravam efeitos de verdade que tinham como objetivo a constituição de um trabalhador útil e obediente.

Desse modo, o Colóquio sugeria que o controle do tempo livre dos trabalhadores estivesse constantemente sob o domínio do patronato e, os agrupamentos esportivos dentro das empresas surgiam como eficientes mecanismos de quadriculamento disciplinar, pois até no tempo de não trabalho, os operários poderiam ser fiscalizados e fiscalizarem-se entre si, à medida que a sua organização em espaços determinados, com atividades dirigidas, garantiria que fosse instalada uma espécie de rede panóptica.

Pode haver uma tendência em pensar-se que a entidade patronal nada tem a ver com os tempos livres dos seus trabalhadores, visto desenrolarem-se fora do quadro normal da empresa. De fato, esta visão não será a mais correta devido a influência favorável que as próprias atividades de tempo livre têm sobre o trabalho e por se saber que a segurança, e o próprio rendimento, dependem da situação existencial em que o indivíduo se encontra. Ora, é precisamente à sua personalidade global que as atividades de tempo livre se dirigem com o triplice objetivo de repouso, compensação e aperfeiçoamento (RAMOS, p. 69-70, *RBEFD* nº 5, grifos nossos).

Ora, a redação do Colóquio demonstra o papel educacional do lazer e da recreação naquele momento, direcionando-se efetivamente à condução das condutas da população. Os discursos voltavam-se para os benefícios propiciados por estas atividades, mas continham minúcias e detalhes responsáveis pela fabricação de subjetividades, identificadas com estratégias de produtividade estampadas nos próprios objetivos, que se baseavam no repouso, compensação e aperfeiçoamento do operário.

Os artigos que abordavam o lazer e a recreação, quase sempre realçavam a importância de se atentar às práticas relacionadas à natureza, bem como, atividades físicas que possibilitassem o prazer aos indivíduos, identificadas a um sentido de liberdade. Engendraram-se mecanismos para que os indivíduos se sentissem autônomos, possibilitando

que o poder se espalhasse com mais facilidade por todo o corpo social, através da assunção de gêneros positivos, em detrimento de formas repressivas que o tornaria frágil.

A escola fazia parte dos mecanismos de constituição de corpos dóceis, à medida que prepararia os futuros operários, cabendo ao professor de Educação Física as orientações necessárias para a conquista desses objetivos. As instituições, portanto, eram encarregadas de controlar toda a extensão temporal dos sujeitos, ou seja, promoviam táticas de seqüestro, que correspondiam simultaneamente em incluir os indivíduos em aparelhos de produção e provocar sobre eles efeitos normalizadores.

Se a Educação Física era uma área que devia atuar no ajustamento do indivíduo ao mundo do trabalho, imputando os benefícios que o lazer e a recreação lhe propiciava, conseqüentemente era fundamental que se estabelecessem prescrições para que o professor se colocasse a serviço desses ideais. Em relação a isso, Jachinto Targa (1975) recomendava que as aulas preparariam os alunos para o lazer, capacitando-os a adquirirem condições necessárias para se enquadrarem às exigências socioeconômicas e políticas da sociedade, e nesse sentido, o emprego adequado de atividades físicas, formaria os futuros profissionais, já que quando são possuidores de um bom físico, são mais eficientes para agüentar a dureza de certos trabalhos exigidos pela profissão (p. 61).

Na mesma direção, Listello (1973) dizia que um dos objetivos do clube de recreação era centrar-se em uma educação para o trabalho, conduzindo os alunos a ambientes profissionais, motivando-os a encararem com maior responsabilidade a relação entre escola e trabalho.

Estar com os alunos nos meios operários e de trabalhadores de todos os níveis, no próprio local de trabalho, e observar tudo que possa favorecer uma orientação profissional (vocação descoberta em meio às visitas educativas ou estudos do meio), conduzindo certos alunos a melhorar seu trabalho escolar para alcançar o nível necessário que exige a profissão desejada (LISTELLO, 1973, p. 27, *RBEFD* n  14).

Listello fazia com que, em uma instituição voltada para o controle das horas de folga das crianças, o tempo fosse maximizado em favor da produtividade, formando indivíduos para o mercado de trabalho. Acreditamos que essa adequação dos sujeitos às configurações sociais determinadas para a implementação de normas que visavam a produtividade, incrustava-se no próprio ideário da *RBEFD* e, como tal, compunha as expectativas de consolidação de um país em desenvolvimento, país que ainda vivia sob a aura do “milagre econômico”, com índices de crescimento significativos e que o regime militar

acreditava pronto para se tornar, efetivamente, uma nação que transporia os auspícios do Brasil-Grande.

Pouco otimista em relação aos efeitos da modernidade na vida dos homens, o texto relatado por Ethel Bauzer Medeiros, localizado no artigo da Associação Brasileira de Recreação (ABDR), na *RBEFD* de número 11, também apontava, como em pensamentos de autores que já discutimos, as agruras provocadas pelos avanços tecnológicos, denunciando que o trabalhador já não se apropriava de sua produção, como antigamente, tornando-se ao contrário, uma pessoa que se ocupava de tarefas repetidas e rotineiras, aos poucos mais uniformizadas, para garantir o mesmo nível de produção em série (ABDR, 1971, p. 14).

Segundo a autora, isso acabou criando uma realidade em que cada vez menos havia a preocupação com os espaços reservados ao lazer, tanto para as pessoas que viviam enclausuradas pela proliferação de apartamentos, que destruíam as áreas verdes e de recreio, quanto para as pessoas que eram empurradas para as favelas, por fazerem parte de uma classe que não conseguia arcar com os altos custos das propriedades, evidenciando a acentuação das desigualdades sociais, num contexto caracterizado pela crescente perda dos valores morais e das tradições, posto que prevalecia o incremento das relações consumistas e comerciais.

Medeiros citava constantemente os efeitos provocados pelo progresso, identificando as discrepâncias sociais acarretadas. É interessante notar que alguns de seus posicionamentos contrariavam o ideário do governo militar, pois falavam sobre as contradições sociais existentes, como também, ao abordar a não apropriação da produção pelo trabalhador denotavam-se aproximações com os pensamentos marxistas. Apesar disso, a autora não escapava das visões funcionalistas e utilitaristas do lazer, com o objetivo de promover uma filosofia explícita, para o bom aproveitamento das horas de folga, diante das invenções sociais, atribuindo um sentido de democratização no acesso do trabalhador às benfeitorias proporcionadas pelo progresso.

A revolução industrial foi seguida de outra, a cibernética, que afetou ainda mais o modo de viver do homem. Ficou ele, então, com mais horas livres, isto é, com mais **lazer**. A automatização crescente trouxe-lhe, pois, enorme aumento de número de horas de lazer. Este, que antes era privilégio de algumas classes mais altas e depois passou a ser conquistado passo a passo, pelas outras, agora é fenômeno de massa. Todos têm, diariamente suas horas livres, para ouvir seu rádiozinho de pilha, ver sua telenovela, jogar cartas, ou ir ao cinema. Aos domingos e feriados ainda há as peladas, os piqueniques, os passeios, a praia etc. Horário limitado de trabalho, leis de aposentadoria, folga semanal remunerada, férias pagas, garantem mais lazer (ABDR, 1971, p. 14, *RBEFD* nº 11).

Nessa passagem, observamos a presença do poder disciplinar e da biopolítica, à medida que as práticas discursivas contidas na fala de Medeiros enalteciam as vantagens advindas do progresso, representando conquistas que paulatinamente passaram a ser concedidas aos indivíduos e à população. Desse modo, representavam a governamentalização do Estado, pois ele se apropriava desses fatores para difundir que governava em favor da população, delegando um estatuto de autonomia para que os indivíduos fruissem livremente o seu lazer e a sua recreação. O foco principal do regime militar dava-se sobre a disposição das coisas, atentando para a complexidade de uma sociedade, em que os objetivos vislumbravam um fim conveniente para cada uma das coisas pensadas como estratégias de controle social.

Podemos observar que, de acordo com os pensamento da autora, os efeitos provocados pelos avanços tecnológicos automaticamente influenciavam favoráveis ao aumento do “tempo livre” dos trabalhadores. Desconsiderava-se que nem sempre essa relação se dava de maneira harmônica, mas ao contrário, apesar das conquistas adquiridas no campo social, acreditamos que os indivíduos muitas vezes empenhavam-se mais em suas atividades profissionais, relegando o lazer e a recreação a um plano secundário, fosse para suprir as exigências decorrentes de suas ocupações, fosse para cumprir uma dupla jornada de trabalho, a fim de garantir padrões mínimos de subsistência, ou até mesmo, havia a possibilidade de estarem de fora dessa conjuntura, tendo que se entregar a outras atividades, que não às enquadradas no sistema formal.

Por outro lado, acreditamos que o próprio aumento do “tempo livre” apontado por Medeiros, não foi adquirido tranquilamente, mas representou espaços de resistência historicamente espalhados pelo corpo social e, assim, foram as diversidades de localizações indefinidas a priori, que se constituíram como campo de batalha para que eclodissem manifestações sociais em prol da melhoria das condições de lazer dos trabalhadores.

O texto de Medeiros exprimia as configurações para que os trabalhadores se ajustassem ao modelo social daquele momento, implementando atividades que os conformassem em suas horas de folga. O regime militar, com o intuito de incrementar a produção, fazia do lazer e da recreação também um tempo produtivo, bem como, um tempo controlado que atuava na disciplinarização dos indivíduos. Podemos nos remeter à metáfora do barco, em que para que houvesse o bom governo, exigia-se que fossem observados todos os detalhes que porventura ocorressem durante o seu percurso. Estabelecendo uma comparação com as táticas do regime militar, os estratagemas de consolidação de uma sociedade ordeira e disciplinada deveriam evitar que a disposição das coisas escapasse aos olhares desse governo.

Engendraram-se caminhos para a constituição de uma sociedade de normalização, em virtude de que, ao invés de serem as leis que garantiriam mais lazer aos indivíduos, eram as normas que determinavam as modalidades de lazer e de recreação passíveis de serem praticadas. Verificamos que o “tempo livre” não significava uma liberdade de escolha dos indivíduos, tampouco uma concessão do aparelho central, mas estava submetido a condutas sociais preconizadas por um viés normalizador.

Portanto, toda uma série de finalidades específicas que se tornarão o próprio objetivo do governo. E, para alcançar essas diferentes modalidades, dispor-se-á das coisas. Esta palavra “dispor” é importante. (...) Aqui, (...) não se trata de impor uma lei aos homens, trata-se de dispor das coisas, quer dizer, de utilizar mais táticas do que leis, ou, no limite, de utilizar ao máximo as leis como táticas; fazer de tal modo que, através de um certo número de meios, tal ou tal finalidade possa ser alcançada (FOUCAULT, 2003, p. 293).

O discurso de Medeiros, ao denunciar as mazelas sociais e posteriormente apontar os benefícios estendidos aos trabalhadores, enveredava-se por um viés de asujeitamento dos indivíduos, centrando suas preocupações no controle corporal, norteado para o bom aproveitamento das horas de lazer, numa perspectiva de disciplinarização das massas. Em nosso entendimento, as práticas discursivas que condenavam as injunções presentes na realidade dos indivíduos, representavam técnicas de convencimento, realçando as vantagens do lazer e reforçando o seu gênero positivo, diante das interferências do regime militar.

Porém, em nosso entendimento, justamente pelas relações de poder não estarem localizadas em um espaço específico, disseminando-se por todo o corpo social, as estratégias utilizadas para estabelecer o controle sobre a população derivavam da contenção de possíveis resistências ao governo militar, já que, a administração de atividades lúdicas não dependia apenas da vontade do regime militar, mas eram situações criadas historicamente, através da intervenção dos indivíduos em suas realidades.

Para o trabalhador, no entendimento da autora, a única alternativa que cabia frente à urbanização, à industrialização e à condição de isolamento gerada pela sociedade moderna era a utilização da recreação como compensação aos efeitos nocivos provocados pelo progresso. A recreação é o último terreno que lhe resta, porque nele é livre para o restaurar (ABDR, 1971, p. 14). Restauravam-se as forças dos operários para potencializá-las em seu tempo de trabalho, sempre enfatizando os discursos a respeito do bem-estar da população.

Eram táticas usadas para a instalação de uma sociedade de normalização, resultando na vontade de conduzir as condutas, permitindo afirmar que a recreação deveria ser

empregada para o estabelecimento da ordem social, pois numa sociedade em que, no pensamento de Medeiros, o desenvolvimento caminhava a passos largos, os perigos decorrentes do aumento demográfico das grandes cidades apontavam para a necessidade de orientar as pessoas para as atividades recreativas sendo, as práticas discursivas, impregnadas de humanismo, servindo como estratégias para conter qualquer manifestação contrária às expectativas de consolidação de uma sociedade normalizada pelo regime militar.

Essa normalização era responsável por distribuir os corpos, preenchendo seus espaços, de maneira que se adequassem aos modelos produtivos visualizados no período militar. A ambição de que o Brasil se elevasse ao topo das potências mundiais passava por um forte esquema de disciplinarização, em que a implementação de processos educacionais redundasse na formação de trabalhadores obedientes e úteis.

Remetendo-nos a Foucault, é possível dizer que se buscava instaurar táticas de utilização do corpo em seus aspectos econômicos e diminuí-las em seus aspectos políticos. Quanto menos espaço para discussões a respeito das condições incrustadas no cotidiano dos trabalhadores, mais possibilidades de manter a ordem. Nesse sentido, acreditamos que o lazer e a recreação eram eficientes mecanismos de conformação social.

Diante da preocupação em prescrever normas para que os indivíduos fossem ajustados ao modelo de governo militar, a *RBEFD* foi um veículo estratégico para fomentar um referencial teórico, voltado para os professores de Educação Física, capaz de transformá-los em agentes transmissores do ideário relativo aos benefícios advindos da adesão às práticas corporais, na perspectiva do regime militar.

O lazer e a recreação se inseriam nesse contexto, assumindo um papel educacional, com o intuito de conduzir as condutas da população, evitar que houvesse questionamentos à ordem social militar e invocar um espírito nacionalista. Isso perpassava pela instituição de espaços demarcados para o exercício do lazer e da recreação, num processo educativo concentrado tanto no campo formal, quanto no informal, gerando dispositivos capazes de estabelecer uma educação permanente, através da utilização de atividades físicas.

Por esse viés, os esforços direcionavam-se a consolidar os anseios desenvolvimentistas incrustados no pensamento militar e, como tal, os trabalhadores também deveriam ser “educados” para que o seu tempo de lazer se tornasse produtivo. Qualquer desvio, em relação à orientação das atividades, poderia colocar em risco as normas sociais instituídas naquele momento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O regime militar brasileiro, na maioria das vezes é retratado como um período em que prevaleceu uma postura repressiva, visando o estabelecimento da ordem social, pretendido por aquele tipo de “governo”. As análises realizadas aqui, não pretenderam se conformar nessa perspectiva, mas sim, incursionar por outro caminho, interpretando o controle social, por meio de composições mais sutis de exercício de poder, que não as demarcadas unicamente pela opressão sobre os indivíduos, marcadamente caracterizadas por uma negatividade.

Realçamos, desse modo, que no âmbito de um contexto geral, o governo militar sempre buscou dar uma tonalidade suave às suas estratégias de organização das multiplicidades, delineando um sentido de liberdade nos indivíduos. Não queremos dizer com isso, que a repressão estava ausente das ações do regime militar, inexistindo punições físicas ou psicológicas aos indivíduos, mas que estas se concentravam em alguns segmentos, especialmente aqueles que questionavam o modelo de sociedade implementado naquele momento, fosse por meio da assunção de ações ou de discursos contrários ao regime militar ou, até mesmo por meio da participação em guerrilhas armadas.

Na população em geral, eram espalhadas técnicas, coercitivas sem dúvida, mas que denotavam sobretudo, um teor de autonomia a ser impregnado na sociedade. Dentre essas técnicas, as práticas corporais foram mecanismos utilizados para envolver os indivíduos em atividades que orientassem os seus procedimentos, principalmente por estabelecerem o controle sobre o “tempo livre”, ou seja, aqueles momentos em que não se encontravam exercendo obrigações familiares, profissionais, religiosas, etc.

A fim de disseminar a importância das práticas corporais, nessa perspectiva, uma das táticas assumidas pelo regime militar foi a criação da *RBEFD*, para ser um veículo capaz de reforçar o estatuto científico da Educação Física. Ela foi um periódico destinado a ter nos professores de Educação Física o seu público alvo, seguindo um caminho corporificado pelo governo instituído naquele período, ao buscar promover a disciplinarização dos indivíduos e a regulamentação da população, por meio da utilização de práticas corporais, que carregavam o pressuposto de brandura no exercício de poder.

Podemos dizer que a *RBEFD* se configurou num veículo de capacitação profissional, imprescindível para a difusão das idéias do regime militar, à medida que buscava o engajamento dos professores de Educação Física, utilizando-os como agentes de difusão de

práticas corporais à população. Assim, eles deveriam atuar na fiscalização dos indivíduos, apontando eventuais desvios de condutas mas ao mesmo tempo, poderiam ser alvos de olhares quando transgrediam as regras contidas naquela sociedade de normalização instituída pelo regime militar.

Desse modo, a *RBEFD* era responsável por transmitir os efeitos de verdade que essa área de conhecimento disseminaria, contribuindo simultaneamente para a preservação dos valores morais e sociais definidos por aquela sociedade de normalização, respaldando-se principalmente no desporto, como um dispositivo a ser empregado sobre a população.

A consolidação da *RBEFD*, como um veículo capaz de recuperar a cientificidade da Educação Física, encontrou necessidade de recorrer às colaborações estrangeiras, em virtude da falta de produções nacionais. Essas publicações, que num primeiro momento eram tidas como referências fundamentais para o incentivo do escritor brasileiro, perpetuaram-se ao longo das edições, especialmente no que tange ao lazer e à recreação, caracterizando um alinhamento entre o ideário do periódico e o do regime militar. Nesse caso, a presença de artigos internacionais, não somente possuiu a função de alavancar a Educação Física no Brasil, mas também, constantemente eram utilizados para assinalar o viés ideológico da *RBEFD*.

O lazer e a recreação tiveram uma importância significativa, à medida que deveriam ser utilizados como possibilidades de controlar a população, através de atividades físicas “prazerosas” e “espontâneas”. Observamos que os discursos contidos na *RBEFD* impregnavam-se de alto teor prescritivo, resultando que o lazer e a recreação, para que fossem “bem aproveitados”, de acordo com as expectativas normalizadoras do governo militar, careciam de orientações profissionais, a fim de que esse “tempo livre” não se tornasse pernicioso, trazendo prejuízos aos indivíduos e, por conseguinte, colocasse em risco aquela ordem social.

Assim, entendemos que o lazer e a recreação estavam enquadrados como conteúdos da Educação Física, fossem eles destinados ao campo formal ou ao campo informal, caracterizados por serem dispositivos educacionais, buscando atuar na fabricação de subjetividades, a fim de constituir corpos dóceis que atendessem ao modelo social pretendido pelo regime militar.

Estavam presentes nos discursos referentes ao lazer e à recreação, estratégias divulgadoras de inserção em uma sociedade de normalização, num contexto caracterizado pela preocupação em instaurar o poder disciplinar sobre os corpos dos indivíduos, atentando-

se igualmente para os corpos múltiplos, que deveriam ser organizados para que não se tornassem confusos.

Nos artigos não havia uma referência explícita que enaltecesse a conduta daqueles que comandavam o país, porém constantemente as suas teorizações apontavam para uma sintonia com as aspirações de organização social, incluindo terminologias tais como, integração nacional e civismo, apelos caros ao governo militar, realçando perspectivas de constituição dos indivíduos, identificadas com os valores morais e sociais exigidos por aquela sociedade de normalização. Denotava-se, portanto, que o lazer e a recreação representavam técnicas destinadas a conduzir as condutas da população e, como tal, compunham mecanismos de educação dessa população.

Essa perspectiva reforçava a sutileza, com que eram tratados os temas, posto que, a prevalência dos discursos voltava-se para os efeitos positivos que seriam propiciados pelas atividades físicas, destacando elementos como a valorização da natureza, diante de um processo de industrialização demarcado, no entendimento da *RBEFD*, pela desumanização das relações. Entregava-se ao lazer e à recreação, a função de compensar as mazelas sociais, como estes, por si só, trouxessem a felicidade aos indivíduos. Eram táticas de conformação, dotadas de minúcias, que não se referiam às contradições existentes no seio da sociedade, mas tinham a função de instituir a imagem de um país que, ao mesmo tempo em que se lançava para o progresso, fosse reconhecido pela sua preocupação relativa à preservação do meio ambiente.

O governo militar centrava-se em idéias de controle social e normalização, utilizando o lazer e a recreação para produzir um imaginário coletivo de que essas práticas corporais eram utilizadas em favor do bem-estar coletivo. Ou seja, embora existissem mecanismos repressivos, especialmente direcionados aos grupos opositores ao regime militar, disseminava-se na população a idéia dos benefícios que as práticas corporais ofereciam.

Havia muito mais um espectro de positividade, que a predominância da repressão, pelo menos como forma de difundir na sociedade as vantagens das práticas de atividades físicas, o que se constituía em uma eficiente estratégia de disciplinarização. Nesse sentido, as críticas tecidas por Werneck, embora não delimitadas ao regime militar brasileiro, pode nos auxiliar no diálogo a respeito das táticas de controle social daquele período.

(...) em nossa realidade, o âmago da preocupação com a recreação não incide na atividade em si, tampouco na disposição física ou mental dos participantes, apesar de ser este conceito que a fundamentava. A preocupação básica centrava-se, assim, nas maneiras mais adequadas de organizar e conduzir a recreação, de forma a

alcançar finalidades políticas e sociais, delineadas por meio dessa ação institucionalizada (e controlada), evidenciando que o conjunto dessas questões *ultrapassa a concepção de recreação como mera atividade*. O projeto no qual a recreação se insere é muito mais profundo, e os interesses que a movem são muito mais complexos e sutis do que se imagina, dissimulados na propagação da idéia de diversão *sadia e espontânea* (WERNECK, 2000, p. 93).

Percebemos que existiram momentos diferenciados em relação ao tom dos discursos presentes nas teorizações da *RBEFD*. Esta acompanhou o movimento político nacional, caracterizando-se por duas fases. Na primeira, até meados da década de 1970, houve uma entonação incisiva, advogando a necessidade do incentivo de práticas corporais à população, referindo-se principalmente ao controle da juventude e à sua educação, para o “bom aproveitamento das horas de lazer”.

O ano de implementação da *RBEFD*, 1968, foi marcado pelo endurecimento do regime militar. Após uma série de acontecimentos de contestação de alguns setores à instauração de um Estado ditatorial, não foi coincidência que algumas ações fossem adotadas, no intuito de consolidar o regime militar.

Organizar as multiplicidades apelava para a assunção de medidas que reunissem a população em torno de atividades que facilitassem a instalação de uma rede de fiscalização eficiente. A identificação das práticas corporais, como importantes estratégias na fabricação de indivíduos disciplinados, compunha as expectativas do governo militar. Para que isso acontecesse, o professor de Educação Física deveria ser envolvido nesse processo, sendo imprescindível a existência de um veículo de comunicação que pudesse chegar até ele.

Foi nessa primeira fase, que houve um intenso aumento demográfico nos grandes centros urbanos, dado o fluxo migratório do campo para a cidade, que viera acontecendo desde o início da década de 1960. Ora, em um contexto determinado por um grande contingente populacional concentrado em espaços delimitados, era inevitável que existissem focos de possíveis manifestações contrárias ao governo instaurado, principalmente em um momento caracterizado por uma conturbação social de sensível magnitude.

Então, o lazer e a recreação funcionavam como dispositivos educacionais destinados a envolver a população nas práticas corporais, através de discursos que abrangiam os efeitos positivos provocados sobre ela.

Através dos riscos decorrentes de uma situação política instável, vislumbrava-se nas grandes cidades, o ponto de convergência para a cooptação dos indivíduos, especialmente os mais jovens, para a adesão a movimentos de contestação ao modelo de governo

daquele momento, inclusive vinculados a guerrilhas armadas. Essas eram as injunções presentes na *RBEFD*, no período em que o país estava sob o efeito do “milagre econômico”.

A partir de meados da década de 1970, os discursos relativos ao lazer e à recreação, assumiram uma conotação mais democrática, especialmente após o aparecimento do EPT, que apesar de ser um movimento com forte influência estrangeira, compactuou com a mudança de postura do regime militar, que já não mais se amparava no sucesso do “milagre econômico”, como também, mostrava sinais de enfraquecimento no que tange ao apoio da população. Iniciava-se aí, a segunda fase da *RBEFD*.

As análises feitas evidenciam que, os mesmos apelos de participação popular encontrados no ideário do regime militar, visando conter a sua queda de credibilidade junto à sociedade, passaram a fazer parte dos discursos do lazer e da recreação, que tinham no EPT, o instrumento predominante nessa segunda fase, buscando alastrar as práticas corporais em toda a população, caracterizando concomitantemente, um caráter de educação permanente.

O foco deixou de se concentrar unicamente nas grandes cidades e no receio de que os indivíduos fossem cooptados por grupos “subversivos”, posto que estes praticamente tinham sido extintos pelas forças repressivas do Estado militar. Cabia, a partir de então, envolver toda a população nas práticas corporais, criando possibilidades de instauração de uma rede de vigilância mais eficiente, imbuída de estratégias para a reconquista do apoio popular.

Essas táticas perpassavam pelo convencimento da sociedade de que o governo militar atuava em favor da felicidade coletiva e, nada melhor que a utilização do lazer e da recreação, como atividades lúdicas e prazerosas, para estabelecer um sentido sutil nas ações do regime militar. O povo que se *movimenta* é mais saudável e alegre (DOCUMENTO BÁSICO DA CAMPANHA, 1977, p. 21). A frase expressa bem o verniz discursivo contido no EPT e, por conseguinte, realça as orientações que demarcaram a postura “participativa” do Estado militar, após a segunda metade de década de 1970.

Independentemente do componente discursivo adotado ao longo da *RBEFD*, havia a pretensão de constituírem-se indivíduos disciplinados e úteis, numa lógica em que todo o tempo deveria ser esquadrinhado, intuindo fazê-lo sempre produtivo, fosse nas horas de trabalho, fosse nos momentos de não trabalho, especialmente aqueles dedicados ao lazer e à recreação. As táticas vislumbradas em relação a esses temas, a fim de que a população se ajustasse ao modelo de sociedade propugnado pelo governo militar, perpassavam pela distribuição dos corpos e a demarcação de seus espaços, envolvendo os indivíduos dentro do processo de normalização social.

A recreação e o lazer eram concebidos a partir de seus aspectos lúdicos, como formas suaves de enquadramento voltadas à educação da população para que fosse estabelecido o controle social. Reforçava-se, dessa maneira, a configuração de um país forte, com indivíduos trabalhadores, obedientes e aptos para atenderem às aspirações nacionais. O discurso presente na *RBEFD* mostrava-se permeado por elementos que perfaziam a idéia de espontaneidade, de autonomia individual, de reunião dos sujeitos em torno de um bem comum e de promoção da felicidade coletiva. A concretização desses fatores necessitava que os dizeres sempre apontassem para um viés democrático, de maneira que os diversos autores que lidavam com esses temas reforçavam a produção do imaginário de que os sujeitos eram livres e, desse modo, o poder era exercido sem grandes resistências.

É aí que reside a questão principal deste trabalho, de que o lazer e a recreação constituíram-se em dispositivos educacionais a serem empregados sobre a população, numa conjectura que apontava a necessidade da existência de uma educação permanente, não restrita somente aos aparelhos de produção escolares, mas que também deveriam estar presentes em outros aparelhos de produção, como os compostos pelas práticas corporais, detentores de potencialidades de convencimento dos indivíduos, sob a pretensa liberdade que lhes era outorgada.

Assim, “educar” os comportamentos representava a adoção de estratégias identificadas como mecanismos brandos de controle social, dado que se criava a idéia de que o envolvimento dos indivíduos em atividades físicas, promoveria um tipo de bem-estar coletivo, com efeitos positivos sobre a saúde, o bom convívio social, a alegria, a disposição física, a integração, a moral, ou seja, valores incrustados no imaginário da população, como sendo imprescindíveis para a obtenção de um estilo de vida adequado.

As aspirações contidas na *RBEFD*, no que tange as suas orientações para o lazer e para a recreação, envolviam a perspectiva de ordem da população, ao passo que buscavam enquadrar os indivíduos em um conjunto de normalizações que pudesse instaurar uma espécie de rede panóptica, condutora das condutas.

Enfim, entendemos que o lazer e a recreação encontravam-se contidos num projeto que o regime militar tinha para a Educação Física, sendo que esta foi uma área de conhecimento importante na constituição de mecanismos disciplinares, percebendo o corpo com algo que deveria ser útil e obediente, de modo que, as práticas corporais não passariam despercebidas, diante dos anseios de promoção da ordem social colimada por aquele governo.

Os apontamentos feitos neste trabalho advêm de análises que fizemos em relação às prescrições de utilização do lazer e da recreação, como dispositivos educacionais destinados à população, que tinham o objetivo de promover o controle social e a disciplinarização dos indivíduos. A realização deste vislumbra a possibilidade de indagarmos sobre a incorporação do ideário da *RBEFD* pelos agentes envolvidos naquele processo²⁹, supondo que a dinâmica se deu por meio de descontinuidades e diversidades, marcadas pela aceitação, pela negação ou, mesmo pela omissão e desconhecimento das propostas.

²⁹ A respeito da assimilação das propostas contidas na *RBEFD*, Oliveira (2001) faz um estudo com professores, dirigentes e pesquisadores que participaram daqueles momentos, porém seu trabalho não trata da recreação e do lazer especificamente.

FONTES PESQUISADAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RECREAÇÃO. II Seminário de Recreação. *Revista Brasileira de Educação Física*, Brasília, n.11, 1971, p. 7-18.

COSTA, Lamartine Pereira da. Implantação e desenvolvimento campanha Esporte Para Todos no Brasil. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. Brasília n. 35, 1977, p. 5-12.

_____. As atividades do Esporte para Todos. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. Brasília n. 38, 1978, p. 16-21.

DOCUMENTO BÁSICO DA CAMPANHA. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. Brasília n. 35, 1977, p. 13-27.

EDITORIAL. Filosofia da Educação Física Desportiva e Recreativa. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva*, Brasília, n. 10, 1971a, p. 5-7.

EDITORIAL. É tempo de somar. *Revista Brasileira de Educação Física*, Brasília, n. 11, 1971b, p. 5-7.

EDITORIAL. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*, Brasília, n. 53, 1984, p. 1.

FERREIRA, Arthur Orlando da Costa. Editorial. *Boletim Técnico Informativo*, Brasília, n. 1, 1968a, p. 5-6.

_____. Editorial. *Boletim Técnico Informativo*, Brasília, n. 2, 1968b, p. 5-6.

_____. Editorial. *Boletim Técnico Informativo*, Brasília, n. 3, 1968c, p. 5-6.

_____. Editorial. *Boletim Técnico Informativo*, Brasília, n. 7, 1969a, p. 5-7.

_____. Editorial. *Boletim Técnico Informativo*, Brasília, n. 8, 1969b, p. 5-15.

LISTELLO, Auguste. Estudo sobre uma concepção da organização do ensino da educação física, esportes e recreação. *Revista Brasileira de Educação Física*. Brasília, n. 14, 1973, p. 22-29.

MARINHO, Inezil Penna. III Seminário de Recreação. *Revista Brasileira de Educação Física*. Brasília, n. 19, 1974, p. 6-10.

MARQUES, Eric Tinoco. Editorial: O tempo de colher. *Revista Brasileira de Educação Física*. Brasília, n. 12, 1972, p. 3-5.

_____. Editorial: Faça a sua revista circular. *Revista Brasileira de Educação Física*. Brasília, n. 13, 1973a, p. 3-5.

_____. Editorial: Um novo mercado de trabalho. *Revista Brasileira de Educação Física*. Brasília, n. 14, 1973b, p. 3-5.

_____. Editorial: Desporto estudantil. *Revista Brasileira de Educação Física*. Brasília, n. 15, 1973c, p. 3-5.

_____. Editorial: Competir é o importante. *Revista Brasileira de Educação Física*. Brasília, n. 16, 1973d, p. 3-5.

_____. Editorial: Passando o bastão. *Revista Brasileira de Educação Física*. Brasília, n. 18, 1973e, p. 3-5.

_____. Editorial: Uniforme novo. *Revista Brasileira de Educação Física*. Brasília, n. 19, 1974, s/ p.

MEC-USP / SEED-FUNDUSP. Parques “Esporte para Todos”. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. Brasília, n.42, 1979, pp. 47-68.

N.M.E. Editorial. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. Brasília, n. 50, 1982, p. 1.

_____. Editorial. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. Brasília, n. 52, 1983, p. 1.

RAMOS, Jayr Jordão. O Desporto-Jogo durante as horas de lazer do trabalhador. *Boletim Técnico Informativo*. Brasília, n. 5, 1968, p. 63-70.

REQUIXA, Renato. Conceito de lazer. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. Brasília, n. 42, 1979, p. 11-21.

_____. As dimensões do lazer. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. Brasília, n. 45, 1980, p. 54-76.

SEED-MEC. Esporte para Todos: uma nova maneira de pensar a Educação Física. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. Brasília, n. 50, 1982, p. 7-13.

TARGA, Jacintho F. Princípios da Educação Físico-Desportivo-Recreativa para o ciclo fundamental. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. Brasília, n. 28, 1975, p. 52-64.

VASCONCELOS, Osny. Editorial: Os Jebs e o futuro. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. Brasília, n. 27, 1975a, p. 4-5.

_____. Editorial: Estamos no caminho certo. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. Brasília, n. 28, 1975b, p. 4-5.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. 5ª ed., Petrópolis: Vozes, 1989.

CATELLANI FILHO, Lino. *Educação física no Brasil: a história que não se conta*. 4ª ed. Campinas: Papirus, 1994.

CASTRO, Edgardo. Leituras da modernidade educativa. Disciplina, biopolítica, ética. In: KOHAN, Walter Omar; GONDRA, José (orgs). *Foucault 80 anos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

CAVALCANTI, Kátia Brandão. *Esporte para Todos: um discurso ideológico*. São Paulo: IBRASA, 1984.

COUTO, Adolpho João de Paula. *Revolução de 1964: a versão e o fato*. Porto Alegre: Gente do Livro, 1999.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. *A fala dos homens: análise do pensamento tecnocrático (1964-1981)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

CUNHA, Luiz Antônio. Roda-Viva. In: CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacyr de. *O golpe na educação*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERREIRA NETO, Amarílio. *et al.* Revista Brasileira de Educação Física e Desportos. In: *Catálogo de Periódicos de Educação Física e Esporte (1930 – 2000)*. 1. ed. Vitória, E.S: Proteoria, 2002. Disponível em: <http://www.proteoria.org> . Acesso em 10 jan 2007.

FONSECA, Márcio Alves da. Normalização e direito. In: BRANCO, Guilherme Castelo; PORTOCARRERO, Vera. *Retratos de Foucault*. Rio de Janeiro: Nau, 2000.

_____. *Michel Foucault e o direito*. São Paulo: Max Limonad, 2002.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 5ª ed., Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 10ª ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. *Historia da sexualidade I: a vontade de saber*. 7ª ed., Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. *Resumo dos cursos do Collège de France (1970 – 1982)*. Trad. Andréa Daher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

_____. *A verdade e as formas jurídicas*. Trad. Roberto Machado e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro: Nau Ed., 1999a.

_____. *Em defesa da sociedade*: curso no Collège de France (1975 – 1976). Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999b.

_____. *Estratégia, poder-saber*. Trad. Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELOS, Ana Cristina de. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

GERMANO, José Willington. *Estado militar e educação no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2005.

HABERT, Nadine. *A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira*. 2ª ed., São Paulo: Ed. Ática, 1994.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Lazer e educação*. Campinas: Papirus, 1987.

_____. *Estudos do lazer: uma introdução*. Campinas: Autores Associados, 2000.

MASCARENHAS, Fernando. *Lazer como prática da liberdade: uma proposta educativa para a juventude*. 2ª ed., Goiânia: Ed. UFG, 2004.

MARTINS, Carlos José. A vida dos corpos e das populações como objeto de uma biopolítica na obra de Michel Foucault. In: SCAVONE, Lucila; ALVAREZ, Marcos César; MISKOLCI, Richard (orgs). *O legado de Foucault*. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi L. de; SWENSSON JR., Walter Cruz. *Contra os inimigos da ordem: a repressão política da ditadura militar (1964-1985)*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MELO, Victor Andrade. ALVES JÚNIOR, Edmundo de Andrade. *Introdução ao lazer*. Barueri: Manole, 2003.

MORAIS, Christianni Cardoso; PORTES, Écio Antônio; ARRUDA, Maria Aparecida. *História da educação: ensino e pesquisa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

OLIVEIRA, Marcos Aurélio Taborda de. *A Revista Brasileira de Educação Física e Desportos (1968-1984) e a experiência cotidiana de professores da Rede Municipal de Ensino de Curitiba: entre a adesão e a resistência*. 2001. 399 f. Tese (doutorado em História e Filosofia da Educação)- Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2001.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Política da subjetividade docente no currículo da mídia educativa brasileira. In: *Educação e Sociedade. Revista de Ciência da Educação*. Campinas: CEDES n. 94. vol. 27, 2006, p. 91-115.

PEREIRA, Laércio Elias. *Índice da Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. Brasília: Secretaria de Educação Física e Desportos, 1983.

PORTUGAL. Decreto-Lei n. 25.495, de 13 de Junho de 1935. Criação da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT). Disponível em: [http:// www.inatel.pt/documentos/doc](http://www.inatel.pt/documentos/doc). Acesso em 07 ago 2007.

PRADO FILHO, Kleber. *Michel Foucault: uma história da governamentalidade*. Rio de Janeiro: Insular/ Achiamé, 2006.

RABINOW, Paul. *Antropologia da razão: ensaios de Paul Rabinow*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

RAMOS DO Ó, Jorge. Notas sobre Foucault e a governamentalidade. In: FALCÃO, Luís Felipe; SOUZA, Pedro de. (orgs). *Michel Foucault: perspectivas*. Florianópolis: Clicdata Multimídia / Achiamé, 2005.

RESENDE, Selmo Haroldo de. *Vidas condenadas: o educacional na prisão*. 2002. 157 f. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2002.

REVEL, Judith. Nas Origens do biopolítico: de *Vigiar e Punir* ao pensamento da atualidade. In: KOHAN, Walter Omar; GONDRA, José (orgs). *Foucault 80 anos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SAVIANI, Dermeval. *A nova lei da educação: trajetória limites e perspectivas*. 2ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

VEIGA-NETO, Alfredo José. *A ordem das disciplinas*. 1996. 322 p. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.

_____. Educação e governamentalidade neoliberal: novos dispositivos, novas subjetividades. In: BRANCO, Guilherme Castelo; PORTOCARRERO, Vera. *Retratos de Foucault*. Rio de Janeiro: Nau, 2000.

_____. Coisas do governo... In: RAGO, Margareth; ORLANDI, Luiz B. Lacerda; VEIGA-NETO, Alfredo. *Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

WERNECK, Christianne. *Lazer, trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

ANEXOS

Sumário da *RBEFD* de número 1

Boletim Técnico Informativo	
N.º 1 JANEIRO 1988	
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA DIVISÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA	
EDITORIAL	5
NOTICIÁRIO	7
MEDICINA FÍSICA NA OBESIDADE / SILVIO RASO	11
REFORMULAÇÃO DA ESTRUTURA INTERNACIONAL DA EDUCAÇÃO FÍSICA E DOS DESPORTOS / JULIEN FALIZE	21
O INTERVAL TRAINING E A NATAÇÃO / JAMES COUNSILMAN	28
CONSIDERAÇÕES SOBRE OS ACIDENTES DESPORTIVOS / JOSE RIZZO PINTO	35
DESPORTO E DIREITO PENAL / SERRANO NEVES	41
VI REUNIAO DE DIRETORES DE ESCOLAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA	50
SUGESTÕES PARA UM PLANEJAMENTO ANUAL DE EDU- CAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA PRIMARIA / LEA MILWARD	56
O CAMINHO OLIMPICO / LUIZ DOS SANTOS	60

Sumário da *RBEFD* de número 2

Boletim Técnico Informativo		N.º 2 MARÇO 1968
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA DIVISÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA		
EDITORIAL		5
✓ CRIAÇÃO DE UM MUSEU, DE EDUCAÇÃO FÍSICA E INFORMAÇÕES SOBRE INSTITUIÇÕES CONGÊNERES NO MUNDO / JAIR JORDÃO RAMOS		7
✓ MÉTODO DESPORTIVO DE REGULAÇÃO PSICOTÔNICA / J. FERRER — HOMBRAVELLA, J. R. CABOT-BOIX, M. VANEK E E. DE WINTER		14
✓ PROBLEMATICA DO TREINAMENTO E DA COMPETIÇÃO NA ALTITUDE DA CIDADE DO MEXICO / LAMARTINE P COSTA		28
CONTRIBUIÇÃO PARA A MENSURAÇÃO E AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE DE PERFORMANCE FÍSICA / LIVIN BOLLAERT		39
TORCIDA ORGANIZADA / WASHINGTON GUTIERREZ		50
✓ A EVOLUÇÃO DA ARBITRAGEM NO VOLIBOL: CONCEITO, IMPORTÂNCIA E FINALIDADE / NEWTON LEIBNITZ		60
TEMPO, FATOR DE ÊXITO NO VOLIBOL EUROPEU / NEWTON LEIBNITZ E DANACE GEHRKE		65
✓ O QUE É KARATÊ? / MANOEL J. G. TUBINO		70
NOTICIÁRIO		76

Sumário da *RBEFD* de número 3

**Boletim
Técnico
Informativo** **N.º 3 MAIO/JUNHO 1968**

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
DIVISÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

EDITORIAL	5
CURSO DE INTRODUÇÃO A MODERNA CIÊNCIA DO TREI- NAMENTO DESPORTIVO	7
ACROBACIAS ELEMENTARES / CHARLES ASTOR	11
TRIBUTO A CARL DIEM E A LUCIEN DEHOUX	39
JOGOS RECREATIVOS E INSTRUTIVOS / MAURICIO AN- TÔNIO DE MENDONÇA	53
OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO AUDIOVISUAIS E A DIDÁ- TICA DE EDUCAÇÃO FÍSICA / ALFREDO GOMES DE FARIA JÚNIOR	69
INICIAÇÃO DESPORTIVA ATRAVÉS DE JOGOS / DARCY- MIREN DO RÉGO BARROS	77
UM NOVO DESPORTO: ORIENTAÇÃO / SEBASTIÃO DA SILVA CRUZ	88
MENSAGEM AOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA	106
NOTICIÁRIO	108

Sumário da *RBEFD* de número 4

INDICE

EDITORIAL	5
ESTADO ATUAL E TENDÊNCIAS MODERNAS DA EDUCAÇÃO FÍSICA MUNDIAL	7
SEÇÃO DE ATIVIDADES FÍSICAS GENERALIZADAS	19
EXERCÍCIOS FÍSICOS E LONGEVIDADE	37
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ACERCA DO USO DE PESOS E HALTERES NA PREPARAÇÃO FÍSICA NO NADADOR	47
MOEDA UNIVERSITÁRIA "O CRÉDITO"	55
A VIDA É MOVIMENTO	75
EDUCAÇÃO FÍSICA DESPORTIVA GENERALIZADA	81
UMA APRECIÇÃO SOBRE O NOVO MÉTODO "ALTITUDE TRAINING"	111
A EDUCAÇÃO FÍSICA EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SECUNDÁRIO	125
HANDEBOL	135
NOTICIÁRIO	169

Sumário da *RBEFD* de número 5

ÍNDICE

5 EDITORIAL

CLAUDIO DE MORAES COUTINHO	7 I SIMPÓSIO DE TREINAMENTO FÍSICO MILITAR — FONTAINEBLEAU
ESTÁDIO MINAS GERAIS E FEDERAÇÃO MINEIRA DE FUTEBOL	31 ELEMENTOS PARA CONSTRUÇÃO DE CAMPOS DE FUTEBOL
DARCYMIRES DO RÊGO BARROS	47 HANDEBOL DE SALÃO
JAYR JORDÃO RAMOS	63 O DESPORTO — JOGO DURANTE AS HORAS DE LAZER DO TRABALHADOR
MANFRED RULFS E VIACHESLAV IVANOV	71 REMO: ALGUMAS NOVIDADES TÉCNICAS
J. A. YANEZ	89 INVESTIGAÇÕES DA REAÇÃO DO SISTEMA CARDIOVASCULAR A CARGA FÍSICA E AS ETAPAS DO DESENVOLVIMENTO DOS ADOLESCENTES
MARLUCE GUIMARÃES GOMES	99 EXERCÍCIOS PROGRESSIVOS DE AGILIDADE
HENRY W. HOGE	107 O DEPARTAMENTO NA UNIVERSIDADE
JOHN M. HUNTER	121 A ESTRUTURA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NOS ESTADOS UNIDOS
137 NOTICIÁRIO	

Sumário da *RBEFD* de número 6

Boletim Técnico Informativo

N.º 6 NOV/DEZ 1968

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
DIVISÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

EDITORIAL	5
RECREAÇÃO HOSPITALAR / LÉA MILWARD	9
O CRESCIMENTO NA ADOLESCÊNCIA / ARMANDO PEREGRINO	20
DESPORTO E TRÓPICO / JOÃO LYRA FILHO	32
SESSÃO DE ATIVIDADES FÍSICAS GENERALIZADAS / ANTÔNIO BOAVENTURA DA SILVA	57
OS DESPORTOS E A VIDA UNIVERSITÁRIA / WALDEMAR ARENO	91
NO MUNICÍPIO ENCONTRA-SE A REDENÇÃO DO DESPORTO NACIONAL / EDUARDO AUGUSTO VIANA DA SILVA	100
JOGOS RECREATIVOS E INSTRUTIVOS / MAURÍCIO ANTONIO DE MENDONÇA	105
A INSTRUÇÃO PROGRAMADA E O ENSINO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA / ALFREDO GOMES DE FARIA JÚNIOR	117
NOTICIÁRIO	132

Sumário da *RBEFD* de número 7

Boletim Técnico Informativo		N.º 7 JAN/MAR 1989
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA DIVISÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA		
EDITORIAL		5
APRESENTAÇÃO, NÚMERO ESPECIAL		9
CIÊNCIA E NATAÇÃO / MARIA LENK ZIGLER		19
COMO CONDUZIR O TREINO DO MEDLEY INDIVIDUAL / ROBERTO PAVEL		21
O CRESCENTE INTERESSE DOS ADOLESCENTES PELA NATAÇÃO / ALFREDO GOMES DE FARIA JÚNIOR		25
RELATÓRIO TÉCNICO DE TREINADOR DE NATAÇÃO DURANTE ESTADA NA EUROPA / RÔMULO ARANTES		31
TÉCNICA DO ESTILO DE PEITO / RENATO EDUARDO COUTINHO	+	43
MERGULHO DO TRAMPOLIM / GABINO ALARCON		74
APRENDIZAGEM DE NATAÇÃO PARA CRIANÇAS / SONIA MARA JOCKEN		79
TAPERING-OFF / JAN FREESEK		93
UM TÉCNICO OLÍMPICO DE NATAÇÃO EM VISITA AO BRASIL ? MARIA LENK		96
ESTUDO DAS VIRADAS / JAMES COUNSILMAN	+	102
PLANO DE TREINAMENTO DE FEOLÓ / ROBERTO PAVEL		110
ESTUDO DAS SAÍDAS / JAMES COUNSILMAN		118
NADO DE PEITO CLÁSSICO — ESTILO RUSSO	+	127

Sumário da *RBEFD* de número 8

Boletim Técnico Informativo	Mestrado em Educação Física UFRJ	N.º 8 ABR/JUN 1989
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA DIVISÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA		
EDITORIAL		5
INDICADORES DO DESEMPENHO ATLETICO E IMPLICAÇÕES NA REORGANIZAÇÃO DOS DESPORTOS NO BRASIL / LAMARTINE PEREIRA DA COSTA		17
O MÉTODO NATURAL DE GEORGES HÉBERT / JACINTHO F. TARGO		24
SÍMBOLOS DE SEGURANÇA NACIONAIS		55
EXERCÍCIOS AERÓBIOS — UMA CHAVE PARA A APTIDÃO FÍSICA / CLAUDIO P. MORAES COUTINHO		75
PARASITÓSES INTESTINAIS EM ATLETAS BRASILEIROS DE FUTEBOL ESTUDO COMPARATIVO ESTATÍSTICO COM A MÉDIA DA POPULAÇÃO / DR. JOSÉ RIZZO PINTO		93
GINÁSTICA FEMININA MODERNA / ILONA PEUKER		108
A MAIS DIFÍCIL DAS ARTES / OVIDIO SILVEIRA SOUZA		117
ASMA E NATAÇÃO — NOTAS PRELIMINARES / BRUM NEGREIROS / FERNANDO TOVAR		120
YOGA — ELEMENTAR / STELA F. M. GUERIOS		127
O DESPORTO NA UNIVERSIDADE / MARIO RIBEIRO CANTARINO FILHO		158
NOTICIÁRIO		162

Sumário da *RBEFD* de número 9

Índice	
ESPORTE E DESENVOLVIMENTO	6
Arlindo Lopes Corrêa	
EXERCÍCIOS EM ESPALDAR SUECO — ALGUMAS SUGESTÕES	12
PANORAMA MUNDIAL DA EDUCAÇÃO FÍSICA E ATIVIDADES CORRELATAS	18
Jayr Jordão Ramos	
RESEARCH IN PHYSICAL EDUCATION	27
Alfredo Gomes de Faria Júnior	
REMO — DADOS ESSENCIAIS SOBRE EQUIPAMENTOS E TÉCNICA	35
Guilherme A. E. Silva (Buck)	
TESTE DE APTIDÃO FÍSICA DE COOPER — SUA APLICAÇÃO EM VESTIBULANDOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA	43
Dr. Maurício Leal Rocha	
FUTEBOL — MODERNOS MÉTODOS DE TREINAMENTO	49
Sepp Herberger	
BASQUETEBOL — ALGUNS ASPECTOS DOS FUNDAMENTOS	58
Paulo Murilo Alves Iracema	
PLANEJAMENTOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA NOS GINÁSIOS POLIVALENTES	73
Lamartine Pereira da Costa e José Garcez Ballariny	
NOTICIÁRIO	84

Sumário da *RBEFD* de número 10

ÍNDICE

EDITORIAL	5
MANIFESTO MUNDIAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA (FIEP)	8
REPORTAGEM (LABORATÓRIO)	18
▸ A MULHER NOS ESPORTES	26
O PROBLEMA DA MOTIVAÇÃO DESPORTIVA EM EDUCAÇÃO FÍSICA	32
MUSEU DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS	38
APTIDÃO FÍSICA PARA O UNIVERSITÁRIO	52
EDUCAÇÃO FÍSICA PARA DIFERENCIADOS	60
TRAUMATOLOGIA ESPORTIVA NA MULHER	73
INFORMAÇÕES ÚTEIS	78

Sumário da *RBEFD* de número 11

195

Sumário da *RBEFD* de número 11

ÍNDICE

editorial		
tempo de somar	3	a. b. j.
recreação	7	associação brasileira de recreação (abdr)
educação física esportiva e generalizada	19	antônio boaventura da silva
escola de educação física do exército: escola de líderes e forja de ideais olímpicos	28	general jair jordão ramos
composição corporal	39	maurício leal rocha atílio fiegner jorge andrade arão roque
treinamento em circuito	49	prof. gerhard schmidt
decreto nº 69.450, de novembro de 1971	57	
regras de vólei	63	tradução de newton leibnitz de albuquerque
ginástica básica feminina	73	stella t. m. guérios

Órgão responsável: Departamento de Educação Física e Desportos
Edifício Venâncio VI, 4.º andar
Brasília — DF

Ministério da Educação e Cultura
Departamento de Apoio
Diretoria de Documentação e Divulgação
Correspondência: Esplanada dos Ministérios — Bloco H
Brasília, DF

Assinatura para 1972 (2 números): Cr\$ 10,00 — número avulso: Cr\$ 5,00.

INDEX

editorial o tempo de colher	3	eric lincoo marques
nunkus 72 — culpados e inocentes	7	ovidio silveira souza
biblioteca especializada em educação física — ensaio de organização	21	general jayr jordão ramos
natação infanto-juvenil	28	james e. counsilman
o salto com vara	42	marcelo de m. andrade
colônia de férias	54	manoel gomes tubino
métodos de ensino do remo técnico para infanto-juvenis	62	bob-janousek
treinamento e competição dos adolescentes	70	waldemar arnon
educação física e desportos no brasil de 1970 para 1980	80	

Autorizamos a transcrição das publicações aqui veiculadas, desde que citada a fonte.

Órgão responsável: Departamento de Educação Física e Desportos
Edifício Venâncio VI, 4º andar
Brasília — DF

Ministério da Educação e Cultura
Departamento de Apoio
Diretoria de Documentação e Divulgação
Correspondência: Esplanada dos Ministérios — Bloco H
Brasília — DF

Assinatura para 1973 (6 números): Cr\$ 30,00 — Número avulso: Cr\$ 5,00

Sumário da *RBEFD* de número 13

Sumário da *RBEFD* de número 13

ÍNDICE

editorial faça sua revista circular	3	eric tinoco marques
educação física e desportos: cooperação ou conflito?	6	pierre seurin
a antropometria na avaliação da performance desportiva	14	prof. j. wartenweiler
voleibol — iniciação e treinamento	18	oto morávia de carvalho
aspectos peculiares da ginástica logue	28	josé hermógenes
recomendações do III encontro de professores de educação física — apeteg	34	manoel monteiro soares
normas para o campeonato brasileiro de remo e disposições gerais sobre o remo no brasil	36	confederação brasileira de desportos
atleta brasileiro versus altitude	44	ten.col. aureo hora brito
desporto e cultura	48	rené maheu
esgrima	56	arthur cramer
andebol	70	federação internacional de educação física (fiep)
notas sobre o desporto em nossa sociedade	78	william jones

Os artigos aqui publicados
representam o ponto de vista de
seus autores. É permitida a
transcrição da matéria veiculada,
desde que citada a fonte.

Uma edição da Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo
do Departamento de Educação Física e Desportos
Edifício Venâncio IV — 1.º andar — Setor de Diversões Sul
CEP 70.000 — Brasília — DF

Ministério de Educação e Cultura
Departamento de Apoio
Diretoria de Documentação e Divulgação
Revista bimestral — janeiro/fevereiro — 1973 — Ano 5 — N.º 13
Correspondência: Esplanada dos Ministérios — Bloco H
Brasília-DF

Assinatura anual (6 números): Cr\$ 30,00 — Número avulso: Cr\$ 5,00

Sumário da *RBEFD* de número 14Sumário da *RBEFD* de número 14

ÍNDICE

editorial		
um novo	3	eric tinoco marques
mercado de trabalho		
manifesto sobre o desporto	6	mensagem de philip noel-baker
estudo sobre uma concepção		
da organização do ensino da educação	22	auguste listello
física, esportes e recreação		
handebol a 7 — desporto moderno	30	darcymires do rêgo barros
volibol: a tática	36	oto morávia de carvalho
o equilíbrio como parâmetro motor da		
eficiência da execução das técnicas na	54	j. teotônio lima
aprendizagem dos desportos		
arremessos	66	nelson barros
a importância da fisiologia do		
exercício na cardiologia	74	kenneth cooper
o sistema cooper em face das		
atividades físicas	80	antônio boaventura da silva

Os artigos aqui publicados
representam o ponto de vista de
seus autores. É permitida a
transcrição da matéria veiculada,
desde que citada a fonte.

Publicação oficial do Ministério da Educação e Cultura
Departamento de Apoio

Diretoria de Documentação e Divulgação
Esplanada dos Ministérios — Bloco H — Brasília — DF — Brasil
Revista bimestral — Março/abril de 1973 — Ano 5 — n.º 14

Equipe responsável: Mozart Baptista Benquerer — Diretor da Diretoria de Documentação
e Divulgação, Francisco de Assis Vieira, Hugo Mund Júnior, Walmir Félix Ayala,
Elba Maria Gomes Lontra, Norma Marques, Dad Abi

Chahine Squarisi
Arte: José Lopes da Silva

Assinatura anual (6 números): Cr\$ 30,00
Número avulso: Cr\$ 5,00

Sumário da *RBEFD* de número 15Sumário da *RBEFD* de número 15

ÍNDICE

editorial	3	eric tinoco marques
desporto estudantil	6	n. catalano calloje
a origem do judô	24	nikulás zidieln
recebimento do saque	32	rubens peach bravo
adaptação biológica à diferença de fuso	42	
simposio sobre a aplicabilidade do sistema cooper	52	nelson barros
salto com vara	66	
programa sugerido pela cbd visando ao treinamento dos participantes do campeonato brasileiro de remo	74	octávio teixeira

Os artigos aqui publicados representam o ponto de vista de seus autores. É permitida a transcrição da matéria recolada, desde que citada a fonte.

Ministério da Educação e Cultura

Uma edição da Comissão Nacional de Esporte e Desporto
do Departamento de Educação Física e Desportes
Edifício Venâncio IV — 1.º andar — Setor de Diversões Sul
CEP 70.000 — Brasília — DF

Departamento de Apoio
Diretoria de Documentação e Divulgação

Revista bimestral — Maio/Junho de 1973 — Ano 5 — N.º 15
Correspondência: Esplanada dos Ministérios — Bloco H — Brasília — DF — Brasil

Assinatura anual (5 números): Cr\$ 30,00
Número avulso: Cr\$ 6,00

Sumário da *RBEFD* de número 16Sumário da *RBEFD* de número 16

ÍNDICE

editorial competir é o importante	4	eric tinoco marques
desporto e educação	6	rené maheu
volibol — exercícios complexos	24	oto morávia de carvalho
perguntas e respostas sobre o sistema cooper	40	
futebol de salão — desporto para adultos	56	marcelo de m. andrade
considerações sobre uma concepção da organização do ensino da educação física, esportes e recreação	62	auguste listello
futebol	74	reginaldo pontes bieleński

Os artigos aqui publicados
representam o ponto de vista de
seus autores. É permitida a
transcrição da matéria veiculada,
desde que citada a fonte.

Ministério da Educação e Cultura

Uma edição da Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo
do Departamento de Educação Física e Desportes

Edifício Versência IV — 1.º andar — Setor de Diversões Sul
CEP 70.000 — Brasília — DF

Departamento de Documentação e Divulgação

Revista bimestral — Julho/agosto de 1973 — Ano 6 — N.º 16
Correspondência: Esplanada dos Ministérios — Bloco H — Brasília — DF — Brasil
Assinatura anual (6 números): Cr\$ 95,00
Número avulso: Cr\$ 5,00

Sumário da *RBEFD* de número 17Sumário da *RBEFD* de número 17

ÍNDICE

editorial novamente a distribuição de material ...	3	eric tinoco marques
judô infantil	6	albano augusto pinto corrêa filho
nota prévia — do uso de cloreto de potássio "per os" na prevenção das cãibras produzidas por exercícios intensos	22	luiz irineu c. settineri ello itamar becker
a ansiedade e a tensão na "performance" do atleta	28	flávio souzedo
biomecânica da ginástica de aparelhos	38	josé luiz fraccaroli
"observações sobre detalhes técnicos e problemas do vólibol e dos demais desportos coletivos"	54	adolfo guilherme
os conceitos de eficiência e eficácia e uma abordagem preliminar analítica em escolas de educação física	64	manoel josé gomes tubino luiz guilherme abtibol
saltos ornamentais	74	giovani casilo

Os artigos aqui publicados
representam o ponto de vista de
seus autores. É permitida a
transcrição da matéria veiculada,
desde que citada a fonte.

Ministério da Educação e Cultura

Uma edição da Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo
do Departamento de Educação Física e Desportos
Edifício Venâncio IV — 1.º andar — Setor de Diversões Sul
CEP 70.000 — Brasília — DF

Departamento de Documentação e Divulgação

Revista bimestral — Setembro/outubro de 1973 — Ano 5 — N.º 17
Correspondência: Esplanada dos Ministérios — Bloco H — Brasília — DF — Brasil

Assinatura anual (6 números): Cr\$ 30,00
Número avulso: Cr\$ 5,00

Sumário da *RBEFD* de número 18

Sumário da *RBEFD* de número 18

ÍNDICE	
editorial	3
passando o bastão	3
os exercícios físicos na terra	6
dos faraós	6
por uma sistematização integrada para	18
a educação física e desportos	18
futebol — sistemas de jogo	36
escolha do corredor de fundo	44
participação dos jovens	54
na administração desportiva	54
tênis — a tática	70
crio-tipoço marquêa	
joyn joitão rãmbos	
lamiartine p. costa	
reginaldo pontes bisliniski	
oswaldo gongçalves	

Os artigos desta publicação
expressam o ponto de vista de
seus autores e não a opinião da
transmissão da imprensa brasileira,
devido que todos a todos.

Ministério da Educação e Cultura

Uma edição da Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo
do Departamento de Educação Física e Desportos
Edição Versão IV — 1.º andar — Setor de Diversões Sul
CEP 70.000 — Brasília — DF

Departamento de Documentação e Divulgação

Revista bimestral — Novembro/dezembro de 1973 — Ano 5 — N.º 18
Correspondência: Esplanada dos Ministérios — Bloco H — Brasília — DF — Brasil
Assinatura anual (6 volumes) Cr\$ 30,00
Revista isolada Cr\$ 5,00

Sumário da *RBEFD* de número 19

Sumário da *RBEFD* de número 19

ÍNDICE

editorial	3	eric tinoco marques
uniforme novo	6	inazil penna marinho
III seminário de recreação	11	r. p. tielinski
o treinamento de um recordista	18	
tênis - a tática (2ª parte)	32	darcymires do régo barros
handebol de salão - desporto moderno	43	gilomar metralles becker
o professor de educação física em face da pedagogia moderna	50	extraído de "track technique"
ensinar corrida com barreiras a iniciantes	54	serviço exterior de informação da coreia
taekwondo: uma tradicional arte marcial coreana	60	pedro ad-vincula yesso filho
educação física e desportos e a escola	64	organizado por wilson nasberg
plano nacional de treinamento de remo 1973/1974	83	abneranto de mello e souza
educação física em face da criminologia		

Os artigos aqui publicados representam o ponto de vista de seus autores. É permitida a transcrição da matéria selecionada, desde que citada a fonte.

Ministério da Educação e Cultura

Uma edição da Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo do Departamento de Educação Física e Desportos

Edifício Venâncio IV - 1º andar - Setor de Diversões Sul
CEP 70.000 - Brasília - DF

Departamento de Documentação e Divulgação
Ater: José Lopes de Silva

Revista bimestral - Janeiro/fevereiro de 1974 - Ano 5 - N.º 10
Correspondência: Explaneta dos Ministérios - Bloco L - Brasília - DF - Brasil

Assinatura por dois anos - Cr\$ 94,00
Exterior - US\$ 48
Número avulso - Cr\$ 7,00
Exterior - US\$ 4

Sumário da *RBEFD* de número 20

Sumário da *RBEFD* de número 20

ÍNDICE

editorial de novo e ainda, um professor de educação física	3	eric tinoco marques
o professor de educação física e a função de treinador	6	paul governali
educação física e desportos no Brasil	12	jayr jordão ramos
os cegos também usam calção	30	raul barnech rodrigues
ginástica de pausa, trabalho e produtividade	38	mário ribeiro cantarino filho e ewerton negri pinheiro
o professor de educação física : um autêntico educador	43	wilson voado
programação para as praias de esportes	56	lincoln raso
biomecânica do vôlei	66	jôse luiz fracaroli
defesa — estudo de um sistema	76	paulo murilo alves iracema

Os artigos aqui publicados
representam o ponto de vista do
seus autores. É permitida a
transcrição da matéria publicada,
desde que citada a fonte.

Ministério da Educação e Cultura

Uma edição da Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo
do Departamento de Educação Física e Desportos
Edifício Versância IV — 3.º andar — Setor de Diversões Sul
CEP 70.602 — Brasília — DF

Departamento de Documentação e Divulgação
Arte : José Lopes da Silva

Revista trimestral — Março/abril de 1974 — Ano 5 — N.º 20
Correspondência : Esplanada dos Ministérios — Bloco 4 — Brasília — DF — Brasil

Assinatura por dois anos — Cr\$ 24,00
Exterior — US\$ 8,00
Número anexo — Cr\$ 1,00
Exterior — US\$ 4,00

Sumário da *RBEFD* de número 21

Sumário da *RBEFD* de número 21

Índice

a formação do pessoal técnico em educação física e desportos	3	mário ribeiro cantarino filho
musculação (1ª parte)	10	r. doring
jogos estudantis brasileiros	22	cornélio souza lima franco
educação física — metodologia	29	marcelo de mello andrade
esforço adicional em treinamento de distância	42	a. pisuke e a. nurmekivi
a ginástica jazz	48	maria dolores peitor
natação sincronizada	55	márcia duarte assumpção
sugestões para educação física na década de setenta (1ª parte)	70	josé maria cagigal

Os artigos aqui publicados representam o ponto de vista de seus autores. É permitida a transcrição da matéria veiculada, desde que citada a fonte.

Ministério da Educação e Cultura

Uma edição da Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo do Departamento de Educação Física e Desportos
Edifício Verâncio IV — 1º andar — Setor de Diversões Sul
CEP 70.000 — Brasília — DF

Departamento de Documentação e Divulgação
Arte: Reginaldo Jorge Silva

Revista bimestral — Maio/junho de 1974 — Ano 8 — nº 21
Correspondência: Esplanada dos Ministérios — Bloco L — Brasília — DF — Brasil

Assinatura por dois anos — Cr\$ 84,00
Exterior — US\$ 40
Número avulso — Cr\$ 7,00
Exterior — US\$ 4

Sumário da *RBEFD* de número 22

ÍNDICE

subsídio para a implantação da educação física e dos desportos na universidade federal de juiz de fora (I parte)	3	carlos de campos sobrinho
sugestões para educação física na década de setenta (II parte)	14	josé maria cagigal
atletismo — corrida (I parte)	22	marcelo de mello andrade
fundamentos aplicados ao vólibol	34	atila pinheiro e glória celia regazone
musculação (II parte)	51	r. dörring
sistema defensivo zona 1-2-2 uma nova opção	72	braulino quintiliano lanzac

Os artigos aqui publicados
representam o ponto de vista de
seus autores. É permitida a
transcrição da matéria veiculada,
desde que citada a fonte.

Ministério da Educação e Cultura

Uma edição da Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo
do Departamento de Educação Física e Desportos
Edifício Venâncio IV — 1º andar — Setor de Diversões Sul
CEP 70.000 — Brasília — DF

Departamento de Documentação e Divulgação
Arte: Reginaldo Jorge da Silva

Revista bimestral — Julho/agosto de 1974 — Ano 6 — Nº 22
Correspondência: Esplanada dos Ministérios — Bloco L — Brasília — DF — Brasil

Assinatura por dois anos — Cr\$ 84,00
Exterior — US\$ 48
Número avulso — Cr\$ 7,00
Exterior — US\$ 4

Sumário da *RBEFD* de número 23

Sumário da *RBEFD* de número 23

ÍNDICE

treinamento de jovens para corrida com barreiras	4	irina press
"transfert" e aprendizagem motora	8	jorg wartenweiler
subsídio para a implantação da educação física e dos desportos na universidade federal de juiz de fora (II parte)	16	carlos de campos sobrinho
atletismo — corrida (II parte)	30	marcelo de mello andrade
sugestões para a educação física na década de setenta (III parte)	38	josé maria caçigal
isocinéticos — uma nova forma de obtenção da força	54	manoel josé gomes tubino
uma experiência na área da educação física em escola especializada para deficientes auditivos	62	cirley motta

Os artigos aqui publicados representam o ponto de vista de seus autores. É permitida a transcrição da matéria veiculada, desde que citada a fonte.

Ministério da Educação e Cultura

Uma edição da Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo do Departamento de Educação Física e Desportos

Edifício Verâncio IV — 1.º andar — Setor de Diversões Sul
CEP 70.000 — Brasília — DF

Departamento de Documentação e Divulgação

Arte: José Lopes da Silva

Revista bimestral — Setembro/outubro de 1974 — Ano 6 — N.º 23

Correspondência: Esplanada dos Ministérios — Bloco L — Brasília — DF — Brasil

Assinatura por dois anos — Cr\$ 84,00

Exterior — US\$ 48

Número avulso — Cr\$ 7,00

Exterior — US\$ 4

Sumário da *RBEFD* de número 24

ÍNDICE

atletismo — corridas (III parte)	4	marcelo de mello andrade
novidade em nutrição	22	bob anderson
cama elástica	30	hermenegildo candelas
a estante do treinador	40	frank mcguire
subsídios para a implantação da educação física e dos desportos na universidade federal de juiz de fora (III parte)	44	carlos de campos sobrinho
volibol: fintas	55	oto morávia de carvalho
o aspecto social da educação física	64	roberto diniz saut
modelo para a organização do departamento de futebol em clubes	72	reginaldo p. bielinski

Os artigos aqui publicados
representam o ponto de vista de
seus autores. É permitida a
transcrição da matéria veiculada,
desde que citada a fonte.

Ministério da Educação e Cultura

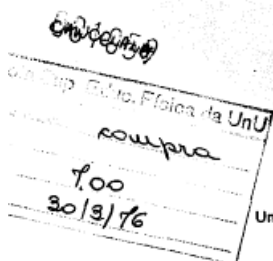
Uma edição da Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo
do Departamento de Educação Física e Desportos
Edifício Venâncio IV — 1.º andar — Setor de Diversões Sul
CEP 70.000 — Brasília — DF

Departamento de Documentação e Divulgação

Arte: José Lopes da Silva
Fotógrafos: Rivaldo G. Leite —
p. 5-16, 18-21, 72, 74-79;
Raul Lima — 30, 32, 35, 38, 39

Revista bimestral — Novembro/ dezembro de 1974 — Ano 6 — N.º 24
Correspondência: Esplanada dos Ministérios — Bloco L — Brasília — DF — Brasil

Assinatura por dois anos — Cr\$ 84,00
Exterior — US\$ 48
Número avulso — Cr\$ 7,00
Exterior — US\$ 4



Sumário da *RBEFD* de número 25

Sumário da *RBEFD* de número 25

13

ÍNDICE

O metabolismo no treinamento para corridas	4	Traduzido da <i>Modern Athlete and Coach</i> — Publicação do National Fitness Council of South Australia
As conseqüências do atletismo para crianças	14	Hartley Wheeler
Detalhes técnicos e táticos observados durante o VIII Campeonato Mundial de Voleibol, realizado em 1974, no México	20	Abenante de Mello e Souza
A alimentação do atleta — I parte	32	Luiz Settineri
Arremesso de peso	54	Marcelo de Mello Andrade
A importância da avaliação dos eventos esportivos para suas administrações	64	Regina M. de Lima Andrade
Biomecânica do basquetebol	68	José Luiz Fraccaroli
Desporto e comunicação	78	Transcrição do Boletim da Associação dos Especializados em Educação Física e Desportos

Os artigos aqui publicados representam o ponto de vista dos seus autores. É permitida a transcrição da matéria veiculada, desde que citada a fonte.

Ministério da Educação e Cultura

Uma edição da Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo do Departamento de Educação Física e Desportos.
Edifício Venâncio IV — 1.º andar — Setor de Diversões Sul
CEP 70.000 — Brasília — DF

Departamento de Documentação e Divulgação
Arte: Roginaldo Jorge da Silva
Ilustrações: Joelmar Oliveira,
p. 32, 33, 39, 43, 46, 51, 53

Revista trimestral • Janeiro/março de 1975 • Ano 7 - N. 25

Correspondência: Esplanada dos Ministérios — Bloco L — Brasília — DF — Brasil

Assinatura por dois anos — Cr\$ 84,00
Exterior — US\$ 48
Número avulso — Cr\$ 7,00
Exterior — US\$ 4

Composta e impressa na Editora Gráfica Alvorada Ltda. — Brasília - DF.

Sumário da *RBEFD* de número 26

Sumário da *RBEFD* de número 26

ÍNDICE

editorial o momento decisivo	4	osny vasconcellos
as tendências internacionais da educação física	6	manoel josé gomes tubino
os jogos olímpicos contemporâneos	12	jayr jordão ramos
caracterizações para uma política desportiva nacional	20	lamarline pereira da costa
corridas sobre barreiras e revezamento — II parte	42	marcelo de mello andrade
planejamento e construção de ginásios esportivos	50	fernando telles ribeiro
a alimentação do atleta — II parte	62	luiz settineri
Índice remissivo da revista brasileira de educação física n.ºs 9 a 24	77	
nota da redação	89	

Os artigos aqui publicados
representam o ponto de vista de
seus autores. É permitida a
transcrição da matéria veiculada,
desde que citada a fonte.

Ministério da Educação e Cultura

Uma edição da Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo
do Departamento de Educação Física e Desportos
Edifício Venâncio IV — 1.º andar — Setor de Diversões Sul
CEP 70.000 — Brasília — DF

Departamento de Documentação e Divulgação
Arte: Reginaldo Jorge da Silva

Revista trimestral — Abril/Junho de 1975 — Ano 7 — Nº 26

Correspondência: Esplanada dos Ministérios — Bloco L — Brasília — DF — Brasil

Assinatura por dois anos — Cr\$ 84,00
Exterior — US\$ 48
Número avulso — Cr\$ 7,00
Exterior — US\$ 4

Sumário da *RBEFD* de número 27

Sumário da *RBEFD* de número 27

23

ÍNDICE

editorial os jobs e o futuro	4	osny vasconcellos
a educação física, elemento indissociável da educação	6	jose augusto c. cysneiros
procedimentos basicos na elaboração de um plano de ensino para docentes universitários da área de educação física e desportos	14	haimo hartmuth fensterseifer
carta de cooperação cultural e social	23	aloyr queiroz de araujo
raizes da educação física no brasil	28	inezil penna marinho
fundamentos psicologicos do treinamento desportivo	38	luiz roberto zuliani
volibol — treinamento da força de impulsão	44	oto moravia de carvalho
manual de atendimento médico- desportivo	54	jose luiz fraccaroli
a alimentação do atleta — III parte	64	luiz settineri

Os artigos aqui publicados
representam o ponto de vista de
seus autores. É permitida a
transcrição da matéria veiculada,
desde que citada a fonte.

Ministério da Educação e Cultura

Uma edição da Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo
do Departamento de Educação Física e Desportos
Edifício Venâncio IV — 1.º andar — Setor de Diversões Sul
CEP 70.000 — Brasília — DF

Departamento de Documentação e Divulgação
Arte: Reginaldo Jorge da Silva
Luiza Kotaira
Fotógrafo: Rivaldo G. Leite; pags. 4, 8, 13 e 44 a 53.

Revista trimestral — julho/setembro de 1975 — Ano 7 — N.º 27

Correspondência: Esplanada dos Ministérios — Bloco L — Brasília — DF — Brasil

Assinatura por dois anos — Cr\$ 84,00
Exterior — US\$ 40
Número avulso — Cr\$ 7,00
Exterior — US\$ 4

Sumário da RBEFD de número 28

Sumário da RBEFD de número 28

Sup. did. física da UnU
educação física
Assinatura
09/10/80.

ÍNDICE

editorial	4	osny vasconcellos
estamos no caminho certo		
uma solução para a saída	6	tadeus kaniecki
a didática da educação desportiva: princípios e normas	11	lulz roberto zulliani
raízes da educação física no Brasil II parte	16	inezil penna marinho
ensaio de uma orientação sistêmica para uma escola de educação física	31	manoel josé gomes tubino
a natação e as guerras	37	carlos de campos sobrinho
o miriandebol	44	pedro luiz beno lang
princípios da educação físico-desportiva-recreativa para o ciclo fundamental	52	jacintho f. targa
a alimentação do atleta IV parte	65	luiz settineri

Os artigos aqui publicados representam o ponto de vista de seus autores. É permitida a transcrição da matéria veiculada, desde que citada a fonte.

Ministério da Educação e Cultura
 Uma edição da Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo
 do Departamento de Educação Física e Desportos
 Edifício Venâncio IV - 1º andar - Setor de Diversões Sul
 CEP 70.000 - Brasília - DF
 Departamento de Documentação e Divulgação
 Arte: Reginaldo Jorge da Silva
 Luiza Kotaira
 Fotógrafo: Rivaldo G. Leite: págs. 5 e 6, 32, 52 e 63
 Raul Lima: págs. 11, 31, 34 e 62
 Revista trimestral - outubro/dezembro de 1975 - Ano 7 - Nº 28
 Correspondência: Esplanada dos Ministérios - Bloco L - Brasília - DF - Brasil

Assinatura por dois anos - Cr\$ 66,00
 Exterior - US\$ 48
 Número avulso - Cr\$ 7,00
 Exterior - US\$ 4

Sumário da *RBEFD* de número 29

29

Sumário da *RBEFD* de número 29

ÍNDICE

o efeito do exercício no reflexo aquiliano	4	jefferson canfield
VII jogos desportivos pan-americanos	9	
política nacional de educação física e desportos	18	
lei nº 6.251 de 8 de outubro de 1975	27	
a importância de um centro de documentação e informação em educação física no brasil	35	maria de fátima de castro ferreira
condição física; planejamento	41	l. r. zuliani
comunidade e desporto	55	mário centarino
relax no tratamento desportivo	64	josé hermógenes
valores positivos do desporto	72	maurette augusto

Os artigos aqui publicados
representam o ponto de vista de
seus autores. É permitida a
transcrição da matéria veiculada,
desde que citada a fonte.

Ministério da Educação e Cultura
Uma edição da Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo
do Departamento de Educação Física e Desportos
Edifício Venâncio IV — 1º andar — Setor de Diversões Sul
CEP 70.000 — Brasília — DF
Departamento de Documentação e Divulgação
Arte: Luiza Kotaira
Fotógrafo: Rivaldo G. Leite: capa, págs. 3, 35 a 39, 64, 65, 68, 72 a 74 e 77
Revista trimestral — janeiro/março de 1976 — Ano 8 — Nº 29
Correspondência: Esplanada dos Ministérios — Bloco L — Brasília — DF — Brasil

Assinatura por dois anos — Cr\$ 56,00
Exterior — US\$ 48
Número avulso — Cr\$ 7,00
Exterior — US\$ 4

Sumário da *RBEFD* de número 30

30

ÍNDICE

até a vista campeão	4	osny vasconcellos
o médico desportivo e o treinamento de alto nível	6	manoel josé gomes tubino
II prêmio MEC de literatura desportiva	14	
biomecânica/traumatologia	22	hartmut riehle
princípio de orientação das atividades físicas escolares	37	luiz irineu cibils settineri e outros
andebol — ataque	50	josé maria teixeira
emprego das medidas estatísticas básicas na avaliação da educação física e do desporto	58	aloyzio kolling
critério de avaliação em educação física de 11 anos em diante	66	attila jozsef flegner

Os artigos aqui publicados
representam o ponto de vista de
seus autores. É permitida a
transcrição da matéria veiculada,
desde que citada a fonte.

Ministério da Educação e Cultura

Uma edição da Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo
do Departamento de Educação Física e Desportos
SCRN — Q. 706/707 — Bl. G — Lt. 10/6 — EC-4
CEP 70.000 — Brasília — DF

 Departamento de Documentação e Divulgação

Arte: Luiza Kotaira
Reginaldo Jorge da Silva

Fotógrafos: Rivaldo G. Leite — pg. 14

Nestor B. Lima — págs. 1, 3, 6, a 13, 37 a 46, 49

Revista trimestral — abril/junho de 1976 — Ano 8 — N.º 30

Correspondência: Esplanada dos Ministérios — Bloco L — Brasília — DF — Brasil

Assinatura por dois anos — Cr\$ 56,00

Exterior — US\$ 48

Número avulso — Cr\$ 7,00

Exterior — US\$ 4

Sumário da RBEFD de número 31

Sumário da RBEFD de número 31

001578 22

col. Física da UnU

Campanha

Assinatura

10/8/77

ÍNDICE

treinamento de sedentários jovens	4	attila jozef morelli, nelson neves da silva e paulo roberto c. figueiredo
o momento desportivo	17	octávio teixeira
bibliografia de educação física e desportos	24	
a interação professor-aluno	32	josé benedito martins beozzo
andebol — defesa	42	josé maria teixeira
correlatos psicológicos do desempenho do atleta	51	luiz hesketh e luiz pasquali
biorrítmos e treinamento desportivo	60	lasmartine pereira da costa
avaliação de aptidão física dos alunos de educação física da universidade estadual de maringá	72	f. s. m. colimbras, m. sakamoto e v. p. dias

Os artigos aqui publicados representam o ponto de vista de seus autores. É permitida a transcrição da matéria veiculada, desde que citada a fonte.

Ministério da Educação e Cultura

Uma edição da Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo do Departamento de Educação Física e Desportos
SCRN — Q. 706/707 — Bl. G — Lt. 10/E — EC-4
CEP 70.000 — Brasília — DF

 Departamento de Documentação e Divulgação
Arte: Luiza Kotsira Taira
Reginaldo Jorge da Silva
Fotógrafos: Rivaldo Gomes Leite — capa,
Nestor S. Lima — págs.: 1, 4, 24 e 27, 29 a 41
51, 53, 57, 58, 60, 61, 72 e 73.
Revista trimestral — julho/setembro de 1976 — Ano 8 — N.º 31

Correspondência: Esplanada dos Ministérios — Bloco L — Brasília — DF — Brasil

Assinatura por dois anos — Cr\$ 56,00
Exterior — US\$ 48
Número avulso — Cr\$ 7,00
Exterior — US\$ 4

Sumário da RBEFD de número 32

Sumário da RBEFD de número 32

ÍNDICE

esporte para todos	4	osny vasconcellos
o treinamento da resistência aeróbica	6	wilson reeberg
microensino	15	
biópsia muscular e exercício	26	jorge p. ribeiro — eduardo h. de rose
um método de avaliar a velocidade de uma cortada em vôleibol	36	antonio carlos bramante
o ensino em equipe	41	alfredo gomes de faria jr.
salto grupado sobre o plinto	52	gehnem
o desenvolvimento da atividade física do homem atual	56	juan José moriño mosquera
somatotipia de vestibulandos de educação física das faculdades integradas castelo branco do rio de janeiro	64	equipe do ladebio
o papel e a importância do goleiro para a equipe de andebol	73	otávio augusto a. c. fanali
educação da marcha	77	julio César legido

Os artigos aqui publicados representam o ponto-de-vista de seus autores. É permitida a transcrição da matéria veiculada, desde que citada a fonte.

Ministério da Educação e Cultura

Uma edição da Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo do Departamento de Educação Física e Desportos

SCRN — Q. 706/707 — Bl. G — Lt. 10/6 — EC-4
CEP 70.000 — Brasília — DF

Departamento de Documentação e Divulgação

Arte: Luiz Kosteira
Geraldo Afonso Rocha

Fotógrafos: Rivaldo G. Leite — caps. págs. 1, 3, 36 e 37, 41, 57, 76 e 79
Nestor B. Lima — págs. 4 e 5, 41 (apêndice), 56 e 57 (última)

Revista trimestral — out./dez. de 1976 — Ano 8 — Nº 32

Correspondência: Esplanada dos Ministérios — Bloco L — Brasília — DF — Brasil

Assinatura por dois anos — Cr\$ 56,00
Exterior — US\$ 48
Número avulso — Cr\$ 7,00
Exterior — US\$ 4

up Educ. Física da UnU

recência: *domingo*

ut: *Assinatura*

ta: *16/3/78*

emseguro de 1

Sumário da *RBEFD* de número 33Sumário da *RBEFD* de número 33

ÍNDICE

Editorial	3	osny vasconcellos
manifesto sobre o "Fair-Play"	4	estabelecido pelo CIESP em cooperação com o COI e com a colaboração da Unesco
minivolibol	15	horst baacke
esporte-performance (alto nível) e sua função social	22	andré wohl
problemas didáticos e metodológicos da natação	28	klaus daniel/RFA
ensino por unidades didáticas	46	alfredo gomes de faria júnior
corpo, personalidade e desempenho desportivo	55	juan José mourão mosquera
saltos ornamentais	60	tradução de walter o. k. boll
remo	67	wilson reeberg
ginástica olímpica masculina	74	richard dandy

Os artigos aqui publicados representam o ponto-de-vista de seus autores. É permitida a transcrição da matéria veiculada, desde que citada a fonte.

Ministério da Educação e Cultura

Uma edição da Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo
do Departamento de Educação Física e Desportos
SCRN - Q. 706/707 - Bl. G - Lt. 10/6 - EC-4
CEP 70.000 - Brasília - DF



Departamento de Documentação e Divulgação

Artes: José Lopes de Silva
Fotografia: Rivaldo G. Leite - 1986
Revista trimestral - jan./mar. de 1977, Ano 9 - N.º 33
Correspondência: Esplanado dos Ministérios - Bloco L - Brasília - DF - Brasil

Assinaturas por dois anos - Cr\$ 90,00
Exterior - US\$ 48
Número avulso - Cr\$ 12,00
Exterior - US\$ 4

Sumário da *RBEFD* de número 34

Sumário da <i>RBEFD</i> de número 34	
ÍNDICE	
o jogador <i>pivot</i> no andebol	4 otávio augusto aníbal cattani fanel'
educação física e desportiva nas universidades: pesquisa e pós-graduação	13 leonartine pereira da costa
problemas didáticos e metodológicos da natação	24 klaus daniel
diagnóstico da aptidão esportiva sob o ponto de vista antropométrico e fisiológico	39 georgina gasi
estudo da resistência anaeróbia	48 menoel josé gomes tubino
remo — diretrizes para formação da seleção brasileira, visando aos jogos pan-americanos em 1979, e à olimpíada em 1980	53 wilson reenberg
o somatótipo do atleta brasileiro de elite	59 paulo sérgio chagas gomes e cláudio gil soares
voleibol	72 celso carvalho bandiera
Os artigos aqui publicados representam o ponto de vista de seus autores. É permitida a transcrição da matéria veiculada, desde que citada a fonte.	
Ministério da Educação e Cultura Uma edição da Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo do Departamento de Educação Física e Desportos SCRN — Q. 706/707 — Bl. G — Lt. 10/6 — EC-4 CEP 70.000 — Brasília — DF Departamento de Documentação e Divulgação	
Arte: Gerdner Moreira Batista Fotógrafo: Rivaldo G. Leite — cape Revista trimestral — abr./jun. de 1977 — Ano 9 — N.º 34 Correspondência: Esplanada dos Ministérios — Bloco L — Brasília — DF — Brasil Assinatura por dois anos — Cr\$ 98,00 Exterior — US\$ 48 Número avulso — Cr\$ 12,00 Exterior — US\$ 4	

Sumário da *RBEFD* de número 35Sumário da *RBEFD* de número 35

Fora	doce
Data	24.08.18

ÍNDICE

implantação e desenvolvimento da campanha esporte para todos no Brasil	5	lamartine pereira de costa
documento básico da campanha	13	
a visão e a realidade	28	jürgen palm
esporte para todos na Bélgica	37	armand lams
<i>particip action</i> no Canadá	45	keith mckerracher
esporte para todos na Suécia	53	bengt sevelius
esporte para todos na Finlândia	63	pekka koni
a campanha trimm na Noruega	70	per haug-moe

Os artigos aqui publicados
representam o ponto de vista de
seus autores. É permitido a
transcrição da matéria veiculada,
desde que citada a fonte.

Ministério da Educação e Cultura

Uma edição da Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo
do Departamento de Educação Física e Desportos
SCRN — Q. 706/707 — Bl. G — Lt. 10/6 — EC-4
CEP 70.000 — Brasília — DF



Departamento de Documentação e Divulgação

Ante: Luiz Kotaira Taira

Casa: Ralph Taitu Gehis

Fotógrafos: Sebastião Bertoni — pág. 3 e 7

Raul Lima — pág. 4

Revista especial — jul./dez. de 1977, Ano 9 — N.º 35

Correspondência: Esplanada dos Ministérios — Bloco L — Brasília — DF — Brasil

Assinatura por dois anos — Cr\$ 96,00

Exterior — US\$ 48

Número avulso — Cr\$ 12,00

Exterior — US\$ 6

Sumário da *RBEFD* de número 36

Sumário da *RBEFD* de número 36

ÍNDICE	
questões terminológicas — posicionamento	4 marcelo de mello andrade
considerações sobre a legislação específica da educação física e sua aplicação no distrito federal	7 leôncio nogueira de abreu chagas
halterofilismo, automodelagem, classificação cinesiológica de exercícios	15 luiz dos santos
fatores de personalidade no atleta amador	25 luiz pasquali
noções elementares de psicomotricidade	36 alfeu guedes
esquemas conceituais da avaliação na educação física	43 risto telama
avaliação do consumo máximo de oxigênio	54 eduardo henrique de rose
estruturação dos desportos universitários	69 mário ribeiro cantarino filho

Os artigos aqui publicados
representam o ponto de vista de
seus autores. É permitida a
transcrição da matéria veiculada,
desde que citada a fonte.

Ministério da Educação e Cultura
Uma edição da Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo
do Departamento de Educação Física e Desportos
SCRN — Q. 706/707 — BL. G — LT. 10/6 — EC-4
CEP 70.000 — Brasília — DF
 Departamento de Documentação e Divulgação

Arte: Luiza Kotaira Taira
Cíudio Márcio Ribeiro
Fotógrafos: Nestor B. Lima — 27, 43 e 44
Rivaldo — Caps. 1, 3, 23, 36 e 38, 41, 47, 51, 53, 69 e 71, 79
Salvador Alonso — 54, 56, 58, 62, 63 e 65
Revista trimestral jan./março de 1978. Ano 10 — Nº 36
Correspondência: Esplanada dos Ministérios — Bloco L — Brasília—DF — Brasil

Assinatura por dois anos — Cr\$ 120,00
Exterior — US\$ 72
Número avulso — Cr\$ 15,00
Exterior — US\$ 9

Sumário da *RBEFD* de número 37

ÍNDICE

avaliação comparativa de composição corporal em universitários de educação física e indivíduos de nível competitivo	4	alberto pinto pereira e outros
estimativa da <i>performance</i> de um arremessador de peso baseada na sua massa corporal magra	15	eduardo henrique de rose
como prescrever exercícios	21	bruno balke
a dança como fator educacional	35	simei ribeiro billio
qualidades de força, rendimento de <i>sprint</i> e formação de passadas na idade escolar básica	39	manfred letzelter, helga letzelter
a longevidade desportiva	57	pedro paulo alcoforado de oliveira
o treinamento de remadores de alto nível 1ª parte	62	wilson reeberg

Os artigos aqui publicados
representam o ponto de vista de
seus autores. É permitida a
transcrição da matéria veiculada,
desde que citada a fonte.

Ministério da Educação e Cultura

Uma edição da Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo
do Departamento de Educação Física e Desportos
SCRN — Q. 706/707 — Bl. G — Lt. 10/6 — EC-4
CEP 70.000 — Brasília—DF
Departamento de Documentação e Divulgação

Arte: Luiza Kotaira Taira

Fotógrafos: Raul Lima — capa; págs. 21, 24, 27, 54, 62 e 63, 70 e 71, 77

Rivaldo G. Leite — págs. 1 e 2, 32, 47, 53

Nestor B. Lima — pág. 31

Salvador Alonso — pág. 57

Revista trimestral — abr./jun. de 1978 — Ano 8 — Nº 37

Correspondência: Esplanada dos Ministérios — Bloco L — Brasília—DF — Brasil

Assinatura por dois anos — Cr\$ 120,00

Exterior — US\$ 72

Número avulso — Cr\$ 15,00

Exterior — US\$ 9

Sumário da *RBEFD* de número 38Sumário da *RBEFD* de número 38

ÍNDICE

organização de competição ginástica olímpica	4	maurício duque bicalho
as atividades do esporte para todos	16	lamartine pereira da costa
processo ensino-aprendizagem na ciência desportiva	22	haimo h. fensterseifer
treinamento de remadores de alto nível - 2ª parte	27	wilson reerberg
<i>circuit-training</i> - treinamento em circuito	46	joão de oliveira
introdução ao estudo da ginástica	50	milton prado da silveira
a vida vegetativa da capoeira	77	carlos senna

Os artigos aqui publicados
representam o ponto de vista de
seus autores. É permitida a
transcrição da matéria veiculada,
desde que citada a fonte.

Ministério da Educação e Cultura

Uma edição da Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo
do Departamento de Educação Física e Desportos
SCRN - Q. 706/707 - Bl. G - Lt. 10/6 - EC-4
CEP 70.000 - Brasília-DF

Departamento de Documentação e Divulgação

Arte: Luiza Kotaira Taira

Fotógrafos: Darlan Manoel Ross - Capa

Rivaldo G. Leite - pág. 3, 11, 18 e 22

Raul Lima - pág. 7, 8, 17, 24, 25, 27, 46, 47, 54 e 55

Nestor S. Lima - pág. 58

Revista trimestral jul./set. de 1978 - Ano 10 - N.º 38

Correspondência: Esplanada dos Ministérios - Bloco L - Brasília-DF - Brasil

Assinatura por dois anos - Cr\$ 120,00

Exterior - US\$ 72

Número avulso - Cr\$ 15,00

Exterior - US\$ 9

Sumário da *RBEFD* de número 39

39

ÍNDICE

medidas antropométricas	4	josé rizzo pinto
concentração e coordenação como base da capacidade de aprendizagem e de movimento	24	manfred loecken
treinamento de remadores de alto nível — 3ª parte	28	wilson reeberg
perspectivas da construção de instalações desportivas	46	luciano bernini
força e velocidade no treinamento de atletas de futebol	54	paulo roberto l. caldas
orientação — 1ª parte	64	escola de educação física do exército

Os artigos aqui publicados
representam o ponto de vista de
seus autores. É permitida a
transcrição da matéria veiculada,
desde que citada a fonte.

Ministério da Educação e Cultura

Uma edição da Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo
do Departamento de Educação Física e Desportos
SCRN — Q. 706/707 — Bl. G — Lts. 10/16 — EC-4
CEP 70.000 — Brasília-DF

DD Departamento de Documentação e Divulgação

Arte: Luiza Kotaira Taira
Ralph Tadeu Gehre
Fotógrafos: Gustavo Mee — capa, pag. 26
Rivaldo G. Leite — pág. 47 e 53
Salvador Alonso — pág. 3, 24 e 25

Revista trimestral out./dez. de 1978 — Ano 10 — Nº 39
Correspondência: Esplanada dos Ministérios — Bloco L — Brasília-DF — Brasil

Assinatura por dois anos — Cr\$ 120,00
Exterior — US\$ 72
Número avulso — Cr\$ 15,00
Exterior — US\$ 9

Sumário da *RBEFD* de número 40

410

Sumário da *RBEFD* de número 40

SUMÁRIO

força e treinamento de força	4	manfred löcken
o caráter do atleta amador	12	luiz pasquati
atuação do dois sem timoneiro do brasil no campeonato de remo júnior em 1978	20	wilson roeberg
diversidade dos conceitos de educação física e sua influência sobre seus objetivos	39	uriel simri
orientação — 2ª parte	44	escola de educação física do exército
curso de psicomotricidade 1ª parte	65	le boulch

Os artigos aqui publicados representam o ponto de vista de seus autores. É permitida a transcrição da matéria veiculada, desde que citada a fonte.

Ministério da Educação e Cultura

Uma edição da Secretaria de Educação Física e Desportos
 SCRN — Q. 706/707 — Bl. G — Lts. 10/16 — EC-4
 CEP 70.000 — Brasília-DF

Departamento de Documentação e Divulgação

Arte: Darlan Manoel Rosa
 Ralph Tadeu Gehrig
 Luíza Kotaira Taíra

Fotógrafos: Raul Lima — págs. 3, 20, 21, 39 (em cima), 40 e 43
 Rivaldo G. Leite — págs. 12, 13, 39 (em baixo), 41 e 42

Revista trimestral — jan./mar. de 1979 — Ano 11 — Nº 40

Correspondência: Esplanada dos Ministérios — Bloco L — Brasília-DF — Brasil

Assinatura por dois anos — Cr\$ 120,00
 Exterior — US\$ 72

Número avulso — Cr\$ 15,00
 Exterior — US\$ 9

Sumário da *RBEFD* de número 41

43

Sumário da *RBEFD* de número 41

SUMÁRIO

carta internacional de educação física e dos desportos	4	unesco
a aprendizagem do vólibol e os efeitos de sua prática no desenvolvimento da estatura do praticante	8	celso carvalho bandiera
biotipologia	17	josé rizzo pinto
programa para o ensino de andebol para o aluno de 1º grau	30	otávio augusto aníbal cattani fanali
o vólibol brasileiro e a medalha olímpica	37	paulo roberto laranjeira caldas paulo sevciuc
noções de estatística aplicadas na educação física	52	josé batista da costa filho
o treinamento da força muscular do desporto moderno	63	pedro paulo alcoforado de oliveira
curso de psicomotricidade 2ª parte	68	jean le bouch e rennée essioux

Os artigos aqui publicados representam o ponto de vista de seus autores. É permitida a transcrição da matéria veiculada, desde que citada a fonte.

Ministério de Educação e Cultura

Uma edição da Secretaria de Educação Física e Desportos
SCRN — Q. 706/707 — Bl. G — Lts. 10/16 — EC-4
CEP 70.000 — Brasília - DF

 Departamento de Documentação e Divulgação

Programação Visual
Coordenação — Darlan Manoel Rosa
Diagramação — Luiza Kotaira, Ralph T. Gehre, Reginaldo J. da Silva
Fotógrafo: Raul Lima — capa pág. 1, 3, 8 e 17, 37, 38 e 41
Rivaldo Gomes — pág. 17 (em cima)
Carlos Terrano — pág. 30

Revista trimestral — abr./jun. de 1979 — Ano 11 — Nº 41

Correspondência: Esplanada dos Ministérios — Bloco L — Brasília-DF — Brasil

Assinatura por dois anos — Cr\$ 200,00
Exterior — US\$ 72
Número avulso — Cr\$ 25,00
Exterior — US\$ 9

Sumário da *RBEFD* de número 42

Sumário da *RBEFD* de número 42

42

SUMÁRIO

organização de regatas	4	wilson reeberg
conceito de lazer	11	renato requixa
curso internacional de natação	22	jerrel w. lehr
consideração dos fatores de limitação na análise dos movimentos humanos	41	james g. hay james g. andrews jesus claper e barry d. wilson
parques "esporte para todos"	47	projeto mec/usp/seed — fundusp
a finalidade da educação física nos primeiros anos escolares e a atuação do professor especializado em educação física	69	airton negrine
regras do jogo de peteca	73	
seção bibliográfica	80	

Os artigos aqui publicados representam o ponto de vista do(s) autor(es). É permitida a transcrição da matéria veiculada, desde que citada a fonte.

Ministério da Educação e Cultura

Uma edição da Secretaria de Educação Física e Desportos
SCRN — Q. 706/707 — Bl. G — Lts. 10/16 — EC-4
CEP 70.000 — Brasília-DF

Departamento de Documentação e Divulgação

Programação Visual
Coordenação — Dairton Manoel Rosa

Diagramação — Luiz Koteira, Ralph T. Gehr, Reginaldo Jorge de Silva
Fotógrafo: Carlos Terra — capa e págs. 1, 4, 6, 8, 13, 16, 20, 69 a 78
Rivaldo Gomes — págs. 22 a 25, 38, 40

Revista trimestral — jul./set. de 1978 — Ano 11 — Nº 42

Correspondência: Esplanada dos Ministérios — Bloco L — Brasília-DF — Brasil

Assinatura por dois anos — Cr\$ 200,00
Exterior — US\$ 72

Número avulso — Cr\$ 26,00
Exterior — US\$ 9

Sumário da RBEFD de número 43

Sumário da RBEFD de número 43

compra
assinatura
09/10/80

SUMÁRIO

43

a utilização do vídeo-tape no modelo gama filho de estágio supervisionado, como fator de feedback na auto avaliação de futuros professores de educação física	5	vera lúcia costa ferreira cláudio de macedo reis manoel josé gomes tubino
pelota ao cesto, um novo desporto no Brasil	10	aloyzio kolling
psicologia da aprendizagem e educação física escolar	22	vitor marinho de oliveira
a preparação física do atleta de voleibol	31	paulo roberto laranjeiras caldas
a progressão pedagógica e o resultado da aprendizagem no ensino dos desportos	42	prof. airton negrine
o salto "canivete": uma opção válida para o salto em altura?	47	joão de oliveira
a nova súmula de andebol	52	renato garcia nobrega
o exercício físico e a mobilização de ácidos graxos livres	58	eduardo henrique de rosa
educação e aptidão	64	josé nizzo pinto
bibliografia	77	herbert de almeida dutra

Os artigos aqui publicados
representam o ponto de vista
de seus autores. É permitida
a transcrição da matéria veiculada,
desde que citada a fonte.

Ministério da Educação e Cultura
Uma edição da Secretaria de Educação Física e Desportos
SCRN - Q. 706/707 - Bl. G - Lts. 10/16 - EC-4
CEP 70.000 - Brasília - DF

 Departamento de Documentação e Divulgação

Programação Visual
Coordenação - Darian Manoel Rosa
Diagramação - Luiz K. Taina, Ralph T. Gehre
Fotógrafos - Carlos Terrana - págs. 1, 3, 22 a 26, 35, 41, 47 e 52
Raul Lima - págs. 4, 26, 31 e 43
Rivaldo Gomes - págs. 27 a 29, 42 e 46
Capa - Ralph T. Gehre

Revista Trimestral - Out/Dez. de 1979 - Ano 11 - N.º 43
Correspondência: Esplanada dos Ministérios - Bloco L - Brasília-DF - Brasil
Assinatura por dois anos - Cr\$ 200,00
Exterior - US\$ 72
Número avulso - Cr\$ 25,00
Exterior - US\$ 9

Sumário da *RBEFD* de número 44

Sumário da *RBEFD* de número 44

44

SUMÁRIO

programa para aprender a driblar com a bola	4	wolfgang gehnen manfred loecken
a atividade física na sociedade contemporânea	7	raimundo nonato de azevedo
ginástica laboral compensatória	20	aloyzio kolling
treinamento total — única solução para o desporto de alto nível	24	rubens peach bravo
a preparação física do nadador	39	crealdo rocelhou de oliveira
características de aptidão física de capoeiristas	54	carlos roberto duarte m ^{te} de fatima da silva duarte victor keshan rodrigues matsudo
a educação física e a educação psicomotriz	60	airton negrine
obtenção da força explosiva e potência muscular em andebolistas através do treinamento com sobrecargas	64	santiago gutierrez saiz
Seção Bibliográfica	77	

Os artigos aqui publicados representam o ponto de vista de seus autores. É permitida a transcrição de matéria veiculada desde que citada a fonte.

Ministério da Educação e Cultura
Uma edição da Secretaria de Educação Física e Desportos
SCRN — Q. 706/707 — Bl. G — Lts. 10/16 — EC. 4
CEP 70.000 — Brasília — DF

 Departamento de Documentação e Divulgação

Programação Visual
Coordenação — Darlan Manoel Rosa
Diagramação — Lúcia Kotara Taira

Crédito fotográfico
Carlos Terraz — capa e págs. 1, 3, 7 e 19, 45 e 48, 51, 60 e 63, 65, 68 e 72
Correia do Jornal do Brasil — págs. 24 e 37
Revista Trimestral — Jan/Mar. de 1980 — Ano 12 — N.º 44
Correspondência: Esplanada dos Ministérios — Bloco L — Brasília-DF — Brasil
Assinatura por dois anos — Cr\$ 200,00
Exterior — US\$ 72
Número avulso — Cr\$ 25,00
Exterior — US\$ 9

Sumário da *RBEFD* de número 45

Sumário da *RBEFD* de número 45

45

SUMÁRIO

o desenvolvimento e a importância da automatização do movimento	4	jurgen nitsch
fundamentos biológicos do treinamento	12	ursula weiss
força explosiva dos membros inferiores	24	paulo roberto laranjeira caldas paulo sevcic
noções básicas de metabolismo e nutrição para o atleta	34	sergio miguel zucas
as dimensões do lazer	54	renato requixa
seção bibliográfica	77	herbet de almeida dutra

Os artigos aqui publicados representam o ponto de vista de seus autores. É permitida a transcrição da matéria veiculada, desde que citada a fonte.

Ministério da Educação e Cultura
 Uma edição da Secretaria de Educação Física e Desportos
 SCRN — Q. 706/707 — Bl. G. — Lts. 10/16 — EC-4
 CEP 70.000 — Brasília — DF

Departamento de Documentação e Divulgação

Programação visual
 Coordenação — Darlan Manoel Rosa
 Diagramação e ilustração — Luiza Kotaira Taira
 Crédito fotográfico
 Carlos Terrana — capa, p. 1, 3 — 5, 6 (meio), 7 — 24, 26, 54, 58, 63, 67, 75
 Raul Lima — p. 7 (à direita), 11 (à direita), 13 (em cima à direita)
 Rivaldo Gomes — p. 6 (à esquerda e à direita)
 Salvador Alonso — p. 4 (à esquerda), 5 (à direita), 26 (embaixo)
 Arquivo do DDD — p. 10 (à direita), 12 (em cima à direita), 26 (em cima à direita)
 Revista trimestral — abr./jun. 1980 — ano 12 — n. 45
 Correspondência — Esplanada dos Ministérios — Bloco L — Brasília DF — Brasil
 Assinatura por 2 anos — Cr\$ 320,00
 Exterior — US\$ 72
 Número avulso — Cr\$ 40,00
 Exterior — US\$ 9

Sumário da *RBEFD* de número 46

46

Sumário da *RBEFD* de número 46

SUMÁRIO

Imaginação do movimento e treinamento mental	4	dietmar samulski
Chave Mestra para eliminatória simples	13	renato garcia nóbrega
Metodologia da pesquisa na educação física e desportos	23	p. rasch
Técnicas de motivação no esporte	35	jürgen nitsch
A avaliação na área muscular	47	josé rizzo pinto
O somatotipo do atleta brasileiro de elite	55	paulo sérgio chagas gomes e cláudio gil soares de araujo
Bibliografia	69	herbert de almeida dutra
Conselho Nacional de Desportos, órgão normativo e disciplinador do sistema desportivo brasileiro — Deliberações	74	

Os artigos aqui publicados
representam o ponto de vista
de seus autores. É permitida
a transcrição da matéria veiculada,
desde que citada a fonte.

Ministério da Educação e Cultura
Uma edição da Secretaria de Educação Física e Desportos
SCRN — Q. 706/707 — Bl. G — Lts. 10/16 — EC-4
CEP 70.000 — Brasília — DF

 Departamento de Documentação e Divulgação

Programação visual
Coordenação — Darlan Manoel Rosa
Diagramação — Lúcia Kotaka Taira
Fotografia
Carlos Terrazo — capa, p. 1, 4-11, 14 (acima), 15 (acima), 42-3, 55-7, 60-1
Raul Lima — p. 13 (acima), 15, 43 (maior), 56-9, 63
Rivaldo Gomes — p. 8, 14, 20, 35, 57-9, 62
Wanderley F. Silva — p. 38-9
Revista trimestral — jul./set. 1980 — ano 12 — n. 46
Correspondência: Esplanada dos Ministérios — Bloco L — Brasília-DF — Brasil
Assinatura por dois anos — Cr\$ 320,00
Exterior — US\$ 72
Número avulso — Cr\$ 40,00
Exterior — US\$ 9

Sumário da RBEFD de número 47

educação física e desportos

Ano 10 n. 47 jul./set. 1981

Ministro da Educação e Cultura
RUBEM LUDWIG
Secretário-Geral
SÉRGIO PASQUALI
Chefe de Gabinete
CELSON MARCOS DE SOUZA
Secretário de Educação Física e Desportos
PÉRICLES DE SOUZA CAVALCANTI
Coordenador de Comunicação Social
ANTÔNIO PRAXEDES

Editor responsável
M. Paulo Nunes

Editora-executiva
Norma Marques Eleutério

Conselho editorial
Oscar Teófilo, Romêdio de Aguiar,
Sidney de Castro Vezas

Núcleo editorial RJ
Edson Braga

Assistente de produção
Nara Regina Severo Lucas

Editoria de texto
Cláudio S. Ferreira, Jacira da Silva

Revisão
Jacira da Silva (responsável), Zuleika Santos
Andrade, Jacira França, Jorge Barcellos
da Silva

Arte
Editores e diagramadores: Luiza Kotaira Teira
Composição: Luís Augusto dos Santos
(responsável), José Luiz da Silva Vieira,
Sérgio Clécio Lopes, Orestina Alves
Vila Nova

Arte-final: Dairan Rosa (responsável), Ralph
Góes, Tony Wagner Brandão dos Anjos,
Vandilo Batista da Silva, Wesley Bezerra de
Cervilho, Carlos Frederico B. Couto

Fotografia
Editor: Carlos Tereza
Laboratório: Wanderley da Silva Pessoa

Serviços editoriais
Sebastião de Assis Vilela, Lauro Mesquita

Revista Brasileira de Educação Física e
Desportos é uma publicação trimestral da
Coordenação de Comunicação Social do
Gabinete do Ministro da Educação e
Cultura - Divisão de Editoração

Redação, Administração, Correspondência:
Av. N2, MEC, Anexo 1, 4º andar, sala 412
CEP 70.047, Brasília-DF
Tel.: 223-3209

Tráfego: 50.000 exemplares
Distribuição gratuita

Impressão: Empresa Jornalística e Editora
Gráfica Alvares Ltda.

Distribuição para todo o Brasil:
Fernando Chingila Distribuidora
S.A. - Rua Teodoro da Silva, 967
Rio de Janeiro-RJ



Deficiente: aptidão
e desporto
p. 8

Esporte: vida nas
comunidades
p. 8

JEBe: destaque do
amadorismo
p. 29

Basquete: volta à
escola
p. 56

EDITORIAL

Em consonância com a linha programática da política nacional da educação e da cultura, dirigidas de forma prioritária, as áreas mais carentes, as ações desenvolvidas na área do desporto tenderão igualmente a voltar-se para os seguintes aspectos: a intensificação das atividades físicas de lazer e de aprimoramento corporal, sob a forma prática das atividades escolares, e o aperfeiçoamento do desporto de alto nível, sobretudo nas modalidades olímpicas, estimulando-se as competições desportivas populares e integrando-as a outros programas de ação social, na clara definição do III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto.

A Revista Brasileira de Educação Física e Desportos, já agora em nova fase, ao lado de sua função de revista de estudos,

tornar-se-á, no mesmo passo, veículo de integração das atividades desportivas realizadas no País com as ações culturais e educativas, visando à promoção social do homem brasileiro.

A publicação que ora se reedita levará assim sua mensagem não apenas aos técnicos e estudiosos da matéria, senão também aos mais diferenciados segmentos da população brasileira, que nela terão um instrumento dinâmico de valorização do desporto, no propósito de torná-lo uma das formas de cultura do nosso povo.

A RBEFD terá, a partir de agora, sua edição ampliada para 50.000 exemplares e, mediante distribuição gratuita, estará ao alcance de toda a comunidade nacional. M. P. N.

SUMÁRIO

COMPETIÇÃO	JEBe, uma competição vitoriosa	25
DESPORTO DE MASSA	Esporte, a melhor ocupação	8
DIÁLOGO	Educação Física: avaliação no ensino	59
ENTREVISTA	Direito de arena, a defesa do atleta	11
ESTUDO	Equilíbrio no sistema de rodízio	13
	Pesquisa experimental em Educação Física	23
	A ginástica brasileira	62
	Calendário - agosto	50
EVENTOS DO MEC		64
GALERIA	Panorama desportivo	41
NOTÍCIAS	Deficiente: integração pelo desporto	4
O ATLETA	A preparação psicológica do atleta	15
	Acertos e desacertos do basquete brasileiro	56
PROGRAMAÇÃO DESPORTIVA	Agosto/dezembro 1981	19
TENDÊNCIA	As atividades físicas e a realidade brasileira	2

Capa: Ano Internacional das Pessoas Deficientes (foto gentilmente cedida por Bloch Editores S.A.)

Sumário da RBEFD de número 48

Revista Brasileira de
educação física e desportos

Ano 10 n. 48 out./dez. 1981

Ministro da Educação e Cultura
RUBEM LUDWIGSecretário-Geral
SÉRGIO PASQUALIChefe de Gabinete
CELSONO MARCOS DE SOUZASecretário de Educação Física e Desportos
PÉRICLES DE SOUZA CAVALCANTICoordenador de Comunicação Social
ANTÔNIO PRAXEDESEditor responsável
M. Paulo NunesEditores-executivos
Norma Marques EleutérioConselho editorial
Harriet da A. Dutra, Rotherio de Aguiar,
Newton H. Ribeiro, Sidney de Castro VeigaNúcleo editorial R/
Edson BragaAssistente de produção
Nara Regina Severo LucasEditoria de texto
Cláudio S. Ferreira, Jacira da Silva, Jorge
Barbosa da Silva e Nataniel DiasRevisão
Jaqueta Fraga, Zuleika Santos Andrade,
Jacira da Silva, Jorge B. da SilvaArte
Editores e diagramadores: Luiza Kotaira Taira
Arno-final: Dorian Rose (responsável), Ralph
Gehre, Carlos Frederico B. Couto, Tony
Wagner B. dos Anjos, Vazilão Batista da
Silva, Wesley Bezerra de CarvalhoFotografia
Editor: Carlos Terrana
Laboratório: Wanderlei da Silva PessoaComposição
Luiz Augusto dos Santos (responsável), José
Luiz de S. Vieira, Orestina A. Vila Nova,
Omar G. de Melo, Sérgio Cáceres LopesServiços editoriais
Sebastião de Assis Vilça, Lauro
Meneses, Nilson Chaves FernandesRevista Brasileira de Educação Física e
Desportos é uma publicação trimestral da
Coordenadoria de Comunicação Social do
Gabinete do Ministro da Educação e
Cultura - Divisão de EditoraçãoRedação, Administração, Correspondência:
Ministério da Educação e Cultura, Esplanado
dos Ministérios, Bl. L, 9º andar, sala 914
CEP 70.047 - Brasília-DF
Tel.: 223-2269

Tiragem: 10.000 exemplares

Distribuição gratuita

Impressão: Empresa Jornalística e Editora

Gráfica Alameda Ltda.

Distribuição para todo o Brasil:
Fernando Chinaglia Distribuidora S.A. - Rua
Frederico da Silva, 907, Rio de Janeiro - RJAtividade física da
criança: prioridade
p. 2.Esportes: apoio da
iniciativa privada
p. 6.Atletismo: o salto
de um campeonato
p. 36.Joquim Cruz: uma
esperança nacional
p. 57.

EDITORIAL

Em recente pronunciamento feito perante a Confederação das Associações Comerciais do Brasil, o Ministro Rubem Ludwig deu ênfase especial à participação da comunidade, por seus mais diferenciados setores, no processo educacional do País, em face da escassez de recursos que ocorre em nações como o Brasil, em fase de desenvolvimento.

São palavras do Ministro: "Vejo a formação e a execução da política nacional de educação e cultura como um campo aberto à participação e até mesmo como um compromisso de todos, à medida que a educação é parte essencial do esforço nacional na busca de soluções para os problemas sociais e econômicos do País".

Essas considerações, que levam a considerar a iniciativa privada, não devem ser vistas como uma limitação à atuação do Estado, inclusive, no que diz respeito à educação física e ao desporto.

Esta é uma dada de alta relevância, não apenas em razão do que representa, em termos de criatividade, como ainda pelo que vem acrescentar à soma de recursos cada vez mais exigidos com que conta o poder público, à proporção que aumentam as exigências da população brasileira, sobretudo a das áreas mais carentes, por educação e cultura.

Neste número da *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos* incluímos oportuna reportagem a respeito da programação que ora realiza a Atlântica-Boavista do Seguro, no sentido do amparo ao atleta, ao assegurar-lhe as condições indispensáveis à sua preparação, bem como ao prosseguimento de sua carreira. A experiência que ali se faz é certamente representativa da contribuição que é capaz de dar a iniciativa privada ao processo educacional e cultural do País. M. P. N.

ENTRADA

Data

ASSUNTO

CRÍTICA

CARTAS

DEBATE

DIREITO DO ATLETA

ENTREVISTA

ESTUDO

EVENTOS DO MEC

GALERIA

NOTÍCIAS

REPORTAGEM

RESENHA

TENDÊNCIA

SUMÁRIO

Atletismo: o salto de um campeonato	36
Esportes: apoio da iniciativa privada	6
Joquim Cruz: uma esperança nacional	57
Atividade física da criança: prioridade	2
Atletismo: o salto de um campeonato	36
Esportes: apoio da iniciativa privada	6
Joquim Cruz: uma esperança nacional	57
Atividade física da criança: prioridade	2
Atletismo: o salto de um campeonato	36
Esportes: apoio da iniciativa privada	6
Joquim Cruz: uma esperança nacional	57
Atividade física da criança: prioridade	2
Atletismo: o salto de um campeonato	36
Esportes: apoio da iniciativa privada	6
Joquim Cruz: uma esperança nacional	57
Atividade física da criança: prioridade	2
Atletismo: o salto de um campeonato	36
Esportes: apoio da iniciativa privada	6
Joquim Cruz: uma esperança nacional	57
Atividade física da criança: prioridade	2
Atletismo: o salto de um campeonato	36
Esportes: apoio da iniciativa privada	6
Joquim Cruz: uma esperança nacional	57
Atividade física da criança: prioridade	2
Atletismo: o salto de um campeonato	36
Esportes: apoio da iniciativa privada	6
Joquim Cruz: uma esperança nacional	57
Atividade física da criança: prioridade	2
Atletismo: o salto de um campeonato	36
Esportes: apoio da iniciativa privada	6
Joquim Cruz: uma esperança nacional	57
Atividade física da criança: prioridade	2
Atletismo: o salto de um campeonato	36
Esportes: apoio da iniciativa privada	6
Joquim Cruz: uma esperança nacional	57
Atividade física da criança: prioridade	2
Atletismo: o salto de um campeonato	36
Esportes: apoio da iniciativa privada	6
Joquim Cruz: uma esperança nacional	57
Atividade física da criança: prioridade	2
Atletismo: o salto de um campeonato	36
Esportes: apoio da iniciativa privada	6
Joquim Cruz: uma esperança nacional	57
Atividade física da criança: prioridade	2
Atletismo: o salto de um campeonato	36
Esportes: apoio da iniciativa privada	6
Joquim Cruz: uma esperança nacional	57
Atividade física da criança: prioridade	2
Atletismo: o salto de um campeonato	36
Esportes: apoio da iniciativa privada	6
Joquim Cruz: uma esperança nacional	57
Atividade física da criança: prioridade	2
Atletismo: o salto de um campeonato	36
Esportes: apoio da iniciativa privada	6
Joquim Cruz: uma esperança nacional	57
Atividade física da criança: prioridade	2
Atletismo: o salto de um campeonato	36
Esportes: apoio da iniciativa privada	6
Joquim Cruz: uma esperança nacional	57
Atividade física da criança: prioridade	2
Atletismo: o salto de um campeonato	36
Esportes: apoio da iniciativa privada	6
Joquim Cruz: uma esperança nacional	57
Atividade física da criança: prioridade	2
Atletismo: o salto de um campeonato	36
Esportes: apoio da iniciativa privada	6
Joquim Cruz: uma esperança nacional	57
Atividade física da criança: prioridade	2
Atletismo: o salto de um campeonato	36
Esportes: apoio da iniciativa privada	6
Joquim Cruz: uma esperança nacional	57
Atividade física da criança: prioridade	2
Atletismo: o salto de um campeonato	36
Esportes: apoio da iniciativa privada	6
Joquim Cruz: uma esperança nacional	57
Atividade física da criança: prioridade	2
Atletismo: o salto de um campeonato	36
Esportes: apoio da iniciativa privada	6
Joquim Cruz: uma esperança nacional	57
Atividade física da criança: prioridade	2
Atletismo: o salto de um campeonato	36
Esportes: apoio da iniciativa privada	6
Joquim Cruz: uma esperança nacional	57
Atividade física da criança: prioridade	2
Atletismo: o salto de um campeonato	36
Esportes: apoio da iniciativa privada	6
Joquim Cruz: uma esperança nacional	57
Atividade física da criança: prioridade	2
Atletismo: o salto de um campeonato	36
Esportes: apoio da iniciativa privada	6
Joquim Cruz: uma esperança nacional	57
Atividade física da criança: prioridade	2
Atletismo: o salto de um campeonato	36
Esportes: apoio da iniciativa privada	6
Joquim Cruz: uma esperança nacional	57
Atividade física da criança: prioridade	2
Atletismo: o salto de um campeonato	36
Esportes: apoio da iniciativa privada	6
Joquim Cruz: uma esperança nacional	57
Atividade física da criança: prioridade	2
Atletismo: o salto de um campeonato	36
Esportes: apoio da iniciativa privada	6
Joquim Cruz: uma esperança nacional	57
Atividade física da criança: prioridade	2
Atletismo: o salto de um campeonato	36
Esportes: apoio da iniciativa privada	6
Joquim Cruz: uma esperança nacional	57
Atividade física da criança: prioridade	2
Atletismo: o salto de um campeonato	36
Esportes: apoio da iniciativa privada	6
Joquim Cruz: uma esperança nacional	57
Atividade física da criança: prioridade	2
Atletismo: o salto de um campeonato	36
Esportes: apoio da iniciativa privada	6
Joquim Cruz: uma esperança nacional	57
Atividade física da criança: prioridade	2
Atletismo: o salto de um campeonato	36
Esportes: apoio da iniciativa privada	6
Joquim Cruz: uma esperança nacional	57
Atividade física da criança: prioridade	2
Atletismo: o salto de um campeonato	36
Esportes: apoio da iniciativa privada	6
Joquim Cruz: uma esperança nacional	57
Atividade física da criança: prioridade	2
Atletismo: o salto de um campeonato	36
Esportes: apoio da iniciativa privada	6
Joquim Cruz: uma esperança nacional	57
Atividade física da criança: prioridade	2
Atletismo: o salto de um campeonato	36
Esportes: apoio da iniciativa privada	6
Joquim Cruz: uma esperança nacional	57
Atividade física da criança: prioridade	2
Atletismo: o salto de um campeonato	36
Esportes: apoio da iniciativa privada	6
Joquim Cruz: uma esperança nacional	57
Atividade física da criança: prioridade	2
Atletismo: o salto de um campeonato	36
Esportes: apoio da iniciativa privada	6
Joquim Cruz: uma esperança nacional	57
Atividade física da criança: prioridade	2
Atletismo: o salto de um campeonato	36
Esportes: apoio da iniciativa privada	6
Joquim Cruz: uma esperança nacional	57
Atividade física da criança: prioridade	2
Atletismo: o salto de um campeonato	36
Esportes: apoio da iniciativa privada	6
Joquim Cruz: uma esperança nacional	57
Atividade física da criança: prioridade	2
Atletismo: o salto de um campeonato	36
Esportes: apoio da iniciativa privada	6
Joquim Cruz: uma esperança nacional	57
Atividade física da criança: prioridade	2
Atletismo: o salto de um campeonato	36
Esportes: apoio da iniciativa privada	6
Joquim Cruz: uma esperança nacional	57
Atividade física da criança: prioridade	2
Atletismo: o salto de um campeonato	36
Esportes: apoio da iniciativa privada	6
Joquim Cruz: uma esperança nacional	57
Atividade física da criança: prioridade	2
Atletismo: o salto de um campeonato	36
Esportes: apoio da iniciativa privada	6
Joquim Cruz: uma esperança nacional	57
Atividade física da criança: prioridade	2
Atletismo: o salto de um campeonato	36
Esportes: apoio da iniciativa privada	6
Joquim Cruz: uma esperança nacional	57
Atividade física da criança: prioridade	2
Atletismo: o salto de um campeonato	36
Esportes: apoio da iniciativa privada	6
Joquim Cruz: uma esperança nacional	57
Atividade física da criança: prioridade	2
Atletismo: o salto de um campeonato	36
Esportes: apoio da iniciativa privada	6
Joquim Cruz: uma esperança nacional	57
Atividade física da criança: prioridade	2
Atletismo: o salto de um campeonato	36
Esportes: apoio da iniciativa privada	6
Joquim Cruz: uma esperança nacional	57
Atividade física da criança: prioridade	2
Atletismo: o salto de um campeonato	36
Esportes: apoio da iniciativa privada	6
Joquim Cruz: uma esperança nacional	57
Atividade física da criança: prioridade	2
Atletismo: o salto de um campeonato	36
Esportes: apoio da iniciativa privada	6
Joquim Cruz: uma esperança nacional	57
Atividade física da criança: prioridade	2
Atletismo: o salto de um campeonato	36
Esportes: apoio da iniciativa privada	6
Joquim Cruz: uma esperança nacional	57
Atividade física da criança: prioridade	2
Atletismo: o salto de um campeonato	36
Esportes: apoio da iniciativa privada	6
Joquim Cruz: uma esperança nacional	57
Atividade física da criança: prioridade	2
Atletismo: o salto de um campeonato	36
Esportes: apoio da iniciativa privada	6
Joquim Cruz: uma esperança nacional	57
Atividade física da criança: prioridade	2
Atletismo: o salto de um campeonato	36
Esportes: apoio da iniciativa privada	6
Joquim Cruz: uma esperança nacional	57
Atividade física da criança: prioridade	2
Atletismo: o salto de um campeonato	36
Esportes: apoio da iniciativa privada	6
Joquim Cruz: uma esperança nacional	57
Atividade física da criança: prioridade	2
Atletismo: o salto de um campeonato	36
Esportes: apoio da iniciativa privada	6
Joquim Cruz: uma esperança nacional	57
Atividade física da criança: prioridade	2
Atletismo: o salto de um campeonato	36
Esportes: apoio da iniciativa privada	6
Joquim Cruz: uma esperança nacional	57
Atividade física da criança: prioridade	2
Atletismo: o salto de um campeonato	36
Esportes: apoio da iniciativa privada	6
Joquim Cruz: uma esperança nacional	57
Atividade física da criança: prioridade	2
Atletismo: o salto de um campeonato	36
Esportes: apoio da iniciativa privada	6
Joquim Cruz: uma esperança nacional	57
Atividade física da criança: prioridade	2
Atletismo: o salto de um campeonato	36
Esportes: apoio da iniciativa privada	6
Joquim Cruz: uma esperança nacional	57
Atividade física da criança: prioridade	2
Atletismo: o salto de um campeonato	36
Esportes: apoio da iniciativa privada	6
Joquim Cruz: uma esperança nacional	57
Atividade física da criança: prioridade	2
Atletismo: o salto de um campeonato	36
Esportes: apoio da iniciativa privada	6
Joquim Cruz: uma esperança nacional	57
Atividade física da criança: prioridade	2
Atletismo: o salto de um campeonato	36
Esportes: apoio da iniciativa privada	6
Joquim Cruz: uma esperança nacional	57
Atividade física da criança: prioridade	2
Atletismo: o salto de um campeonato	36
Esportes: apoio da iniciativa privada	6
Joquim Cruz: uma esperança nacional	57
Atividade física da criança: prioridade	2
Atletismo: o salto de um campeonato	36
Esportes: apoio da iniciativa privada	6
Joquim Cruz: uma esperança nacional	57
Atividade física da criança: prioridade	2
Atletismo: o salto de um campeonato	36
Esportes: apoio da iniciativa privada	6
Joquim Cruz: uma esperança nacional	57
Atividade física da criança: prioridade	2
Atletismo: o salto de um campeonato	36
Esportes: apoio da iniciativa privada	6
Joquim Cruz: uma esperança nacional	57
Atividade física da criança: prioridade	2
Atletismo: o salto de um campeonato	36
Esportes: apoio da iniciativa privada	6
Joquim Cruz: uma esperança nacional	57
Atividade física da criança: prioridade	2
Atletismo: o salto de um campeonato	36
Esportes: apoio da iniciativa privada	6
Joquim Cruz: uma esperança nacional	57
Atividade física da criança: prioridade	2
Atletismo: o salto de um campeonato	36
Esportes: apoio da iniciativa privada	6
Joquim Cruz: uma esperança nacional	57
Atividade física da criança: prioridade	2
Atletismo: o salto de um campeonato	36
Esportes: apoio da iniciativa privada	6
Joquim Cruz: uma esperança nacional	57
Atividade física da criança: prioridade	2
Atletismo: o salto de um campeonato	36
Esportes: apoio da iniciativa privada	6
Joquim Cruz: uma esperança nacional	57
Atividade física da criança: prioridade	2
Atletismo: o salto de um campeonato	36
Esportes: apoio da iniciativa privada	6
Joquim Cruz: uma esperança nacional	57
Atividade física da criança: prioridade	2
Atletismo: o salto de um campeonato	36
Esportes: apoio da iniciativa privada	6
Joquim Cruz: uma esperança nacional	57
Atividade física da criança: prioridade	2
Atletismo: o salto de um campeonato	36
Esportes: apoio da iniciativa privada	6
Joquim Cruz: uma esperança nacional	57
Atividade física da criança: prioridade	2
Atletismo: o salto de um campeonato	36
Esportes: apoio da iniciativa privada	6
Joquim Cruz: uma esperança nacional	57
Atividade física da criança: prioridade	2
Atletismo: o salto de um campeonato	36
Esportes: apoio da iniciativa privada	6
Joquim Cruz: uma esperança nacional	57
Atividade física da criança: prioridade	2
Atletismo: o salto de um campeonato	36
Esportes: apoio da iniciativa privada	6
Joquim Cruz: uma esperança nacional	57
Atividade física da criança: prioridade	2
Atletismo: o salto de um campeonato	36
Esportes: apoio da iniciativa privada	6
Joquim Cruz: uma esperança nacional	57
Atividade física da criança: prioridade	2
Atletismo: o salto de um campeonato	36
Esportes: apoio da iniciativa privada	6
Joquim Cruz: uma esperança nacional	57
Atividade física da criança: prioridade	2
Atletismo: o salto de um campeonato	36
Esportes: apoio da iniciativa privada	6
Joquim Cruz: uma esperança nacional	57
Atividade física da criança: prioridade	2
Atletismo: o salto de um campeonato	36
Esportes: apoio da iniciativa privada	6
Joquim Cruz: uma esperança nacional	57
Atividade física da criança: prioridade	2
Atletismo: o salto de um campeonato	36
Esportes: apoio da iniciativa privada	6
Joquim Cruz: uma esperança nacional	57
Atividade física da criança: prioridade	2
Atletismo: o salto de um campeonato	36
Esportes: apoio da iniciativa privada	6
Joquim Cruz: uma esperança nacional	57
Atividade física da criança: prioridade	2
Atletismo: o salto de um campeonato	36
Esportes: apoio da iniciativa privada	6
Joquim Cruz: uma esperança nacional	57
Atividade física da criança: prioridade	2
Atletismo: o salto de um campeonato	36
Esportes: apoio da iniciativa privada	6
Joquim Cruz: uma esperança nacional	57

Sumário da RBEFD de número 49

Revista Brasileira de Educação Física e Desportos
 Ano 11 n. 49 jan./mar. 1982

Ministério da Educação e Cultura

RUBEN LUDWIG

Secretário-Geral

SÉRGIO PAROIANI

Chefe de Gabinete

CELIO MARCOS DE SOUZA

Coordenador de Comunicação Social

ANTONIO PRAEDES

Secretário de Educação Física e Desportos

PÉRICLES DE SOUZA CAVALCANTE

Subsecretário de Coordenação

Gustavo Teixeira

Subsecretário de Desportos

Aurelio Colares da Silveira Brochier

Subsecretário de Educação Física

Herbert de Almeida Costa

Subsecretário de Esporte para Todos

Nelson Nóbilio Ribeiro

Editor

Hanna Marques Ribeiro

Editor-assistente

Henrique Drexler Lucas

Núcleo editorial RJ

Edson Braga

Editor de texto

Cláudio G. Passos, Javier de Silva, Jorge

Bueno de Silva

Revisão

Edna Hécia Bonfim, Jairo de Silva,

Júlia Camp, Jorge Rangel de Silva,

Zuleika Santos Andrade

Arte

Programação visual: Lúcia Kotter

Editor: Dúglas Rosa

Arte-final: Ruy G. Gomes, Carlos Francisco

R. Costa, Terry Wagner F. dos Anjos,

Venício B. de Silva, Wesley B. de Carvalho

Fotografia

Sérgio Carlos Terra

Laboratório: Wacilene da Silva Penna

Composição

Luiz Augusto dos Santos (impressão), José

Luiz de S. Vianna, Orestes A. Vila Nova,

Omar G. de Melo, Sérgio Cláudio Lopes

Serviço Editorial

Secretário de Arquivo: Lúcia Vilela, Lucio Monteiro,

Nelson Carlos Fernandes

Método de distribuição

Por Envelope, Caixa Sedrelog, Shirley Salame

Assessoria Editorial de Educação Física e

Desportos é uma publicação mensal da

Coordenação de Comunicação Social do

Gabinete do Ministro da Educação e

Cultura - Direção de Educação

DCEP nº 1.333 - p. 189/73

Redação, administração, correspondência:

Ministério da Educação e Cultura, Fundação

dos Museus, R. L. 1, 1º andar, sala 314

CEP 19.047 - Brasília-DF

Tel.: (061) 223-1239

Tiragem: 50.000 exemplares

Distribuição gratuita

Assinantes: Respostas formativas e técnicas

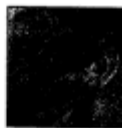
Gustavo Almeida Lima

Distribuição para todo o Brasil

Fernando Chagas da Silva e Silva S.A. - Rua

Teodoro da Silva, 907, Rio de Janeiro - RJ

RBEFD, jan./mar. 1982

Futebol: novo
código disciplinar
p. 12Hípismo: esporte em
evidência
p. 29João de Pulo: brilho
e fetiche
p. 36Carnê: a saúde
do atleta
p. 60

EDITORIAL

O Ministério da Educação e Cultura tem procurado assegurar, no campo da educação física e desporto, uma política de permanente integração, não só das atividades específicas, como de inter-relacionamento com outras de caráter social. Assim é que, atuando junto à comunidade, a SEED tem incentivado a criação de novos centros de esporte e, paralelamente, empreendido esforços no desenvolvimento de um aspecto da área: a medicina desportiva. Este é o enfoque do artigo sobre o Centro de Medicina Desportiva (Cemede) de Brasília. Outro assunto importante é o novo Código Brasileiro Disciplinar de Futebol, que em janeiro deste ano entrou

em vigor. Algumas de suas inovações são analisadas em ampla reportagem neste número, com comentários do presidente do CND, César Montagna. De programa, esses são os destaques. Na roda-viva da vida, porém, o início de 1982 foi sacudido por dois graves acidentes envolvendo ídolos da Nação: João de Pulo, que com sua garra e força interior deu um salto para a vida, e Cláudio Coutinho, que lamentavelmente terminou sua missão entre nós, deixando um grande exemplo de dedicação, seriedade e competência.

A RBEFD apresenta, ainda, entre outros temas, hípismo, arco e flecha e o calendário desportivo da SEED. N.M.E.

SUMÁRIO

ARCO E FLECHA	Arco e flecha, arma e esporte	59
CARTAS		63
CND	A disciplina entra em campo	12
DELIBERAÇÕES DO CND		26
DEPOIMENTO	Cláudio Coutinho	2
	Um salto para a vida	36
DESPORTO COMUNITÁRIO	A largada do esporte comunitário	8
ESTUDO	A multiplicação da quadra de esporte	25
	Educação física, filosofia, ciência e arte	53
EVENTOS DO MEC	CCS/DRP - Luiz Antonio C. Mendonça	40
GALERIA		64
MEDICINA DESPORTIVA	Saúde sob medida	60
NOTÍCIAS	Panorama desportivo	42
PROGRAMAÇÃO DESPORTIVA	janeiro/dezembro 82	17
REPORTAGEM	Hípismo: ciência, paixão e arte	29
TENDÊNCIA	Atividade física na infância	7

Capa: Hípismo - Prova de Obstáculos (foto Carlos Terra)

Procedência	M.E.C.
Valor	assinatura
Data	06.05.82

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Sumário da RBEFD de número 50

educação física e desportos
 Ano 11 n. 50 abr./set. 1982

Ministro da Educação e Cultura
ESTHER DE FIGUEIREDO FERRAZ
 Secretário-Geral
SÉRGIO PASQUALE

Chefe do Gabinete
YESIS Y AMOEDO PASSARINHO

Coordenador de Comunicação Social
IVO BORGES DE LIMA

Secretário de Educação Física e Desportos
PERICLES DE SOUZA CAVALCANTI
 Subsecretário de Coordenação
Oscarino Teixeira

Subsecretário de Desportos
Antônio Celestino da Silveira Brochete
 Subsecretário de Educação Física
Herbert de Almeida Dutra
 Subsecretário de Esporte para Todos
Newton Henrique Ribeiro

Editora
Norma Marques Eleutério

Editora-assistente
Nara Regina Lucas Figueiredo

Núcleo editorial R.J.
Edson Braga

Editoria de texto
Cláudio S. Ferreira, Jacira da Silva, Jorge Barcellos da Silva

Revisão
Edna Mendes Bonfim, Jacira da Silva, Jacira França, Jorge Barcellos da Silva, Zuleika Santos Andrade

Arte
 Programação visual e editoria: **Lúcia Kotzian**
 Arte-final: **Darlan Rêgo, Ralph Cohen, Reginaldo Jorge da Silva, Tony Wagner B. dos Anjos, Vândio B. da Silva, Wesley B. de Carvalho**

Fotografia
 Editor: **Carlos Terrana**
 Laboratório: **Wanderlei da Silva Pessoa**

Composição
João Luis da Silva Vieira (responsável), Luís Augusto dos Santos, Ceramim A. Vile-Nova, Osmar G. de Melo, Sérgio Cáceres Lopes

Serviços editoriais
Sebastião de Aguiar Vilela, Lauro Menezes, Nilson Chaves Fernandes

Núcleo de divulgação
Carlos Frederico Benezzeth Couto, Shirley Saleme

Revista Brasileira de Educação Física e Desportos é uma publicação da Coordenação de Comunicação Social do Ministério da Educação e Cultura - Divisão de Editoração

CDNF/DPF nº 2.325 - P. 209/73

Redação, Administração, Correspondência
 Ministério da Educação e Cultura, Esplanada dos Ministérios, Bl. L, 9º andar, sala 910
 CEP 70047 - Brasília - DF
 Tel.: (061) 223-2209

Preço: 50.000 exemplares

Distribuição gratuita

Impressão: **Editora Gráfica Ipiranga Ltda.**

Distribuição para todo o Brasil
 Prando Chusaglia Distribuidores S.A., Rua Sodero da Silva, 507, Rio de Janeiro - RJ



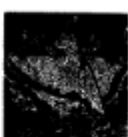
Esporte para Todos:
 integração social
 p. 7



Ginástica brasileira:
 contribuição no
 futebol
 p. 19



Basquete: o segundo
 na coração dos
 brasileiros
 p. 25



CEBs: cátercias e
 estímulos
 p. 29

EDITORIAL

Os benefícios da prática regular das atividades físicas ainda não chegam a todos os segmentos da população brasileira. A partir dessa constatação, o momento atual requer algumas mudanças de conceitos, de práticas e, até, de nomenclatura em educação física. Daí, o esforço que se faz para uma educação física permanente, estimulando a criatividade, enfatizando as manifestações e iniciativas como a do Esporte para Todos. É a comunidade sugerindo, congregando, num esforço de um lazer ativo.

A pesquisa experimental em educação

física começa a receber maior incentivo com o atual Programa de Apoio à Pesquisa em Educação Física e Desportos, resultante do convênio firmado entre a SEED, o INEP e o CNPq.

Num país que se intitula o "País do Futebol", ressalta-se a importância do estudo da contribuição da ginástica brasileira na preparação física do jogador de futebol, bem como da análise dos direitos do árbitro que, sem dúvida, é um dos principais atores do "futebol-show" que é a paixão de todo um povo, N.M.E.

SUMÁRIO

CARTAS		54
CLASSIFICAÇÃO DESPORTIVA	O "WO" e suas conseqüências	50
DEBATE	Ginástica brasileira e o jogador de futebol	19
DESPORTO	As modificações das regras de andebol	27
EDUCAÇÃO ESPECIAL	Educação física para excepcionais	36
EVENTOS DO MEC		22
GALERIA		64
LEGISLAÇÃO	Direito de arena, também um direito do juiz	33
NOTÍCIAS	Panorama desportivo	41
PESQUISA	Efeitos do condicionamento aeróbico	59
REPORTAGEM	Basquete brasileiro: a conquista de um esporte Campeonatos Escolares Brasileiros	-
TÉCNICA	A memória na atividade física A prática e a utilização de testes ergométricos Trinômio básico: exercício físico, nutrição e desenvolvimento Supervisão médica no esporte	6 55 15 2
TENDÊNCIA	Esporte para Todos: uma nova maneira de pensar a educação física	7

Capa: EPT - formação e evolução integral do indivíduo (foto Carlos Terrana)

Sumário da RBEFD de número 51

educação física e desportos

Ano 11 n. 51 out./mar. 1983

Ministro da Educação e Cultura
ESTHER DE FIGUEIREDO FERREZSecretário-Geral
SÉRGIO PASQUALEChefe do Gabinete
YESIS Y AMORÉO PASSARENICoordenador de Comunicação Social
IVO BORGES DE LIMASecretário de Educação Física e Desportos
PÉRICLES DE SOUZA CAVALCANTESubsecretária de Coordenação
OCTÁVIO TEIXEIRASubsecretária de Desportos
ANTÔNIO CLÁUDIO DA SILVEIRA BARCELLOSSubsecretária de Educação Física
HERBERT DE ALMEIDA DUTRASubsecretária de Esporte para Todos
NEWTON HORTÍCIO ROCHAEditor
Norma Marques ElstérvinEditorialista
Nata Regina Lucas FigueiredoNúcleo editorial RJ
Edson BragaEditoria de texto
Cláudio S. Faria, Jacira da Silva, Jorge

Barcellos da Silva, Zuleika S. Andrade

Revisão
Edna Mendes Barcellos, Jacira da Silva,

Jacira França, Jorge Barcellos da Silva,

Zuleika Santos Andrade

Arte

Programação visual: Luiza Kotteln

Editorial: Ralph Gehe

Arte-final: Raphael Jorge da Silva, Darian

Rosa, Vândio B. da Silva, Wesley Bezerra

Fotografia

Editor: Carlos Terrana

Laboratório: Wanderlei da Silva Pessoa

Composição

José Luiz da Silva Vieira (responsável),

Luís Augusto dos Santos, Gressim A.

Vila Nova, Omar G. de Melo, Sérgio

Cícero Lopes

Serviço editorial

Sobrinho de Assis Vilela, Nelson C. Fernandes

Núcleo de distribuição

Elisabeth, Carlos Frederico Bazzarini Costa,

Márcia Coelho Pinheiro, Shirley Salente

Revista Brasileira de Educação Física e

Desportos é uma publicação da

Coordenação de Comunicação Social do

Ministério da Educação e Cultura - Divisão

de Editoração

CDP/DEP nº 2.325 - P. 209/73

Redação, Administração, Correspondência

Ministério da Educação e Cultura, Esplanada

dos Ministérios, R. L. 9º andar, sala 910

CEP 70047 - Brasília-DF

Tel. 0611 335-1209

Tiragem: 50.000 exemplares

Distribuição gratuita

Impressão: Editora Gráfica Ipiranga Ltda.

Distribuição para todo o Brasil

Fernando Chavaglia Distribuidora S.A., Rua

Teodoro da Silva, 907, Rio de Janeiro-RJ

Semiotipo da
escola: pesquisa
p. 12Futebol:
acompanhamento
religioso
p. 18Ginástica/207:
técnica e impulsos
naturais
p. 38Atletismo: religiões
biológicas
p. 61

EDITORIAL

"Se os movimentos corporais se vêm afirmando como uma linguagem capaz de refletir a atual procura de equilíbrio do indivíduo e da sociedade, (...) como burlar essa linguagem para que traduza ela níveis cada vez mais elevados na formação individual e no desenvolvimento social?"

Na seção Tendência deste número, essa indagação tem como resposta a pesquisa, ali apontada como "pedra-de-toque no encaminhamento das questões essenciais no setor". É no roteiro do trabalho que se vem enriquecendo na área da pesquisa estão sendo identificados e viabilizados projetos que favorecerão o melhor desenvolvimento da educação física e dos desportos no País.

Ao lado da pesquisa, profissionais de

diversas áreas, numa espécie de mutirão interdisciplinar, vêm progressivamente promovendo a necessária aproximação entre ciência e atividade física. E a *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos* se orgulha de constituir um legítimo veículo de divulgação e discussão dos estudos e realizações que unem esses profissionais e os praticantes da educação física e dos desportos.

Assim, este número apresenta um painel representativo dos principais temas do setor: da formação do professor à criação de um novo esporte - o corfebol -, da ginástica faz aos estudos antropométricos, da educação física na pré-escola à atividade física na terceira idade. N.M.E.

PRESERVE SUA FONTE DE CONHECIMENTO SUMÁRIO

CARTAS		64
DEBATE	Formação do professor de Educação Física - avaliação do processo	32
ESPORTE	Corfebol, o esporte unissex	43
ESTUDO	A educação física começa mais cedo	5
	O comportamento verbal do professor	56
	Os relógios do corpo	61
FISIOLOGIA	Segurança, descontração e saúde na terceira idade	25
MEDICINA DESPORTIVA	Tratamento personalizado para obesos	51
NOTÍCIAS	Panorama Desportivo	45
PESQUISA	Estudos antropométricos entre escolares	12
RESENHA	Educação Física na pré-escola	11
TÉCNICA	Ciência e esporte: sem incompatibilidades	18
	Dança, a arte dos movimentos	39
TENDÊNCIA	Nova sistemática para a pesquisa	2

Capa: Educação física na terceira idade (foto de Carlos Terrana)

PUCRS/BCE

0-258.235-3

RBEFD, out./mar. 1983

Sumário da RBEFD de número 52

14 MAR 1985

educação física e desportos
 Ano 12 n. 52 abr./set. 1983

 Ministra da Educação e Cultura
ESTHER DE FIGUEIREDO FERRAZ

 secretário-Geral
REGIO PASQUALI

 chefe do Gabinete
RESIS Y AMORÉO PASSARELLO

 Coordenador de Comunicação Social
ANTÔNIO FRAXEDES

 Secretário de Educação Física e Desportos
PERICLES DE SOUZA CAVALCANTI
 Subsecretário de Coordenação
Osvaldo Teixeira
 Subsecretário de Desportos
Antônio Colares da Silva
 Subsecretário de Educação Física
Hubert de Almeida Dutra
 Subsecretário de Esporte para Todos
Newton Heilício Ribeiro

 Editor
Natália Marques Eleutério

 Editor-orientante
Natália Marques Eleutério

 Editor de texto
Claudio S. Ferreira

 Revisão
**Lucia da Silva, Jorge Barcellos da Silva,
 Eulália Santos Andrade**

 Arte
 Representação visual e editorial: **Luiza Kotaira**
 Arte-final: **Ralph Gehre, Reginaldo Jorge da
 Silva, Carlos Alfredo dos Santos, Vanildo
 L. do Silva, Wesley Bezerra**

 Fotografia
**Carlos Terrazini (editor), Luiz Carlos Coelho,
 Anderson da Silva Pereira**

 Imprensa
**Luiz Carlos Coelho (responsável), José Luiz
 da Silva Vieira, Luís Augusto dos Santos,
 Rosângela A. Vilela-Santos, Doraci G. de Melo**

 Revisão editorial
Luiz Carlos Coelho, Nelson C. Fernandes

 Seleção institucional
Luiz Carlos Coelho, Luiza Kotaira, Ralph Gehre

 A revista *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos* é uma publicação da
 Secretaria de Comunicação Social do
 Ministério da Educação e Cultura - Divisão
 de Educação Física

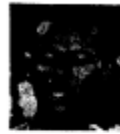
DDF/DF nº 2.325 - P. 209/73

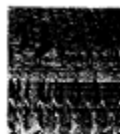
 Imprensa Administrativa, Correspondência
 Ministério da Educação e Cultura, Esplanada
 dos Ministérios, 81, L. 95 andar, sala 910
 70047 - Brasília - DF
 (061) 223-2209

 Preço: 50.000 exemplares
 Distribuição gratuita

Estado: Editora Gráfica Ipiranga Ltda.

 Trabalho para todo o Brasil
 pela Chisagla Distribuidora S.A., Rua
 do Rio de Janeiro, 997, Rio de Janeiro - RJ

 Desporto: a
 lógica do sistema,
 p. 2.

 Talentos: a busca
 necessária,
 p. 12.

 Ginástica jazz: som
 e movimento,
 p. 30.

 Pan-Americana: 95
 medalhas,
 p. 33.

EDITORIAL

O resultado global dos jogos Pan-Americanos foi indiscutivelmente positivo para o esporte brasileiro. Superando todas as dificuldades, nossos atletas comprovaram a evolução do esporte no Brasil. E é por essa razão que a *RBEFD* faz um balanço daqueles que participaram e ajudaram a representação brasileira a ter um excelente resultado.

Em *Tendência*, o Secretário de Educação Física e Desportos do MEC analisa o atual sistema desportivo brasileiro, quando afirma que definir diretrizes para este setor é um exercício lógico.

No artigo "A busca de talentos" é analisado o problema da seleção de novos atletas mostrando que a realidade econômico-financeira do País recomenda que na busca de novos valores a massificação desportiva ceda lugar a uma opção menos onerosa, mais objetiva e apoiada em métodos científicos.

Muito interessante é a matéria sobre música e ginástica jazz, que vem progressivamente sendo adotada nas escolas.

Neste número apresentamos, ainda, estudos sobre recreação, áreas de lazer, corrida, habilidade motora do basquetebolista e outros temas. N. M. E.

SUMÁRIO

AMBIENTE	Instalações desportivas e áreas de lazer: uma nova orientação	22
ATLETISMO	Corrida: mecânica e fontes de energia	45
BASQUETEBOL	Testes de habilidade motora	27
CARTAS		49
EDUCAÇÃO FÍSICA	Esporte, recreação e cultura na ESAL	9
ENSINO-APRENDIZAGEM	Avaliação em Educação Física	20
ESPORTE	Entre o prazer e a competição	52
ESTUDO	A busca de talentos	12
GINÁSTICA	Música e ginástica jazz	30
NOTÍCIAS	Panorama desportivo	33
PONTO DE VISTA	O time para ser bom tem que ter ciência	52
SOCIOMETRIA	Teste sociométrico para equipes desportivas	15
TENDÊNCIA	A lógica do sistema desportivo	2

Capa: Campeonato de Vela (foto de Luiz Carlos Coelho)

Sumário da RBEFD de número 53

educação física e desportos

Ano 12 n. 53 jan. 1984

Ministério da Educação e Cultura
ESTHER DE FIGUEIREDO FERREZ
 Secretária-Geral
 SERGIO PASQUALELI

Chefe do Gabinete
 YESIS V AMARAL PASSARINHO

Coordenador de Comunicação Social
 ANTONIO PRAXEDES

Secretário de Educação Física e Desportos
 PÉRCLES DE SOUZA CAVALCANTI

Subsecretário de Coordenação – Octávio Teles
Subsecretário de Desportos – Antônio Celso da Silva
Subsecretário de Educação Física – Ruthenio da Aguiar
Subsecretário de Esporte para Todos – Newton Herculano Ribeiro

Editor – Norma Marques Libaniera
Editora-adjunta – Nara Regina Lúcio Pignatelli

Assessoria de texto – Eli Pinheiro

Revisão – Zuleika Santos Andreia, Jorge Barcellos da Silva, Maria Flávia dos Anjos

Arte – Programação visual: Luiza Kotaka e Vândio B. da Silva – Arte-final: Reginaldo Jorge da Silva, Carlos Alfredo dos Santos, Wesley B. de Carvalho

Fotografia – Carlos Terraza (editor), Luiz Carlos Coelho, Wanderlei da Silva Pinosa (ilustrações), Marcelino David M. Rago (quadros)

Composição – José Luis da Silva Vieira, Luiz Augusto dos Santos, Osmariza A. Vilela

Diagramação – Eli Pinheiro, Luiza Kotaka

Revista Brasileira de Educação Física e Desportos é uma publicação da Coordenação de Comunicação Social do Ministério da Educação e Cultura – Direção de Editoração

CDP/DPF nº 2.325 – P. 209/73

Redação, Administração, Correspondência:
 Ministério da Educação e Cultura, Esplanada dos Ministérios, Bl. 1, sala 910
 CEP 70047 – Brasília – DF
 Tel.: (061) 223-2209

Tiragem: 100.000 exemplares
 Distribuição gratuita

Impressão: Jacopo Editora

Distribuição para todo o Brasil: Fomaco Distribuidora S.A., Rua Teodoro da Silva, 907, Rio de Janeiro – RJ

As opiniões e conceitos emitidos nos artigos assinados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não representam o Ministério da Educação e Cultura.

Os artigos e reportagens poderão ser reproduzidos desde que citada a fonte.

AO LEITOR

Em meados do primeiro semestre, começou a tomar corpo a criação do Subsistema de Comunicação Social do MEC. Para que se tenha idéia do significado desse empreendimento, seria suficiente mencionar que o seu objetivo básico é a integração das atividades que nesta área desenvolvem todos os setores do Ministério: órgãos da administração direta e entidades vinculadas, entre estas as instituições de ensino médio e superior e as vinculadas à cultura, num total de 237 órgãos.

Ao longo de todo esse período, paralelamente a encontros, em várias regiões, com dirigentes e representantes desses órgãos e entidades e da comunidade educacional, a Coordenação de Comunicação Social (CCS/MEC) redefiniu a sua estratégia de atuação, repensando e concomitantemente reprogramando a utilização dos seus recursos, em benefício primeiro de seu público-alvo, interessado em educação, cultura e desporto.

Se por um lado o nosso programa editorial sofreu alteração de continuidade, por outro, os resultados se mostram agora plenamente justificadores desse ajustamento. No dia 27 de setembro a Ministra Esther de Figueiredo Ferrez assinou a portaria que institui o subsistema, já em fase de implantação. E ao que respeita especificamente às publicações regulares – *Educação, Cultura e Revista Brasileira de Educação Física e Desportos* –, um dado concreto indica os benefícios que advirão para o setor editorial: a partir deste número as nossas revistas passam a ter o dobro da tiragem, ou seja, cem mil exemplares.

Mais leitores, regularidade das edições e ampliação e sistematização na captação de matérias e informações – eis o saldo de todo esse trabalho, todo ele voltado para o melhor atendimento dos usuários dos serviços de comunicação do Ministério.

Desta forma, este número da revista assinala mais uma etapa no aperfeiçoamento das publicações sob a nossa responsabilidade. A maior diversificação dos enfoques é um dos indicadores desse novo momento.

Registramos neste número os grandes eventos internacionais e nacionais na área do desporto; pesquisas e estudos no campo da educação física e reportagens de real interesse para professores, desportistas de todas as idades. Recomendamos, em especial, o artigo sobre natação para idosos.

SUMÁRIO

AValiação	O perfil de adolescentes através de medidas antropométricas e pulmonares	13
CARTAS		29
EDUCAÇÃO RENOVADA	Educação Física, um ato pedagógico	9
ENSINO-APRENDIZAGEM	Uso da prancha e a mecânica da braçada do nado crawl	30
ENTREVISTA	Meninas do vôlei, atração especial na abertura dos JEBs	2
JUDÔ	No ensino de Judô a liberação da energia agressiva	40
NOTÍCIAS	Panorama desportivo	45
NUTRIÇÃO	A evolução da ciência dos alimentos	23
OLIMPÍADA 84	A Olimpíada em cartaz	62
PERSONALIDADE	Um patrono injustamente esquecido	27
PESQUISA	Educação Física, uma prática permanente	18
PSICOMOTRICIDADE	O movimento, matéria-prima do equilíbrio	6
TERCEIRA IDADE	Natação para idosos: terapia e lazer	35

Capa: Orelhas e trêmulo desportivo nos XIII JEBs de 1984 (foto Carlos Terraza).

PRESERVE SUA FONTE DE CONHECIMENTO

PUCRS/BCE

0-256.253-1